

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA
MESTRADO**

**INSCRIÇÃO DA LEI, CONSTITUIÇÃO SUBJETIVA E MASCULINIDADES:
CENAS DE ADOLESCENTES CUMPRINDO MEDIDA SOCIOEDUCATIVA**

**FLORIANÓPOLIS
2010**

CAROLINA ESMANHOTO BERTOL

**INSCRIÇÃO DA LEI, CONSTITUIÇÃO SUBJETIVA E MASCULINIDADES:
CENAS DE ADOLESCENTES CUMPRINDO MEDIDA SOCIOEDUCATIVA**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Psicologia, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Curso de Mestrado, Centro de Filosofia e Ciências Humanas

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Mériti de Souza

**FLORIANÓPOLIS
2010**

TERMO DE APROVAÇÃO

CAROLINA ESMANHOTO BERTOL

INSCRIÇÃO DA LEI, CONSTITUIÇÃO SUBJETIVA E MASCULINIDADES: CENAS DE ADOLESCENTES CUMPRINDO MEDIDA SOCIOEDUCATIVA

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre no Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Curso de Mestrado, Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina, pela seguinte banca examinadora:

Prof.^a Dr.^a Kátia Maheirie
(Coordenadora - PPGP/UFSC)

Prof.^a Dr.^a Mériti de Souza
(PPGP/UFSC - Orientadora)

Prof. Dr. José Otávio de Vasconcellos Naves
(PUC/RJ - Examinador)

Prof.^a Dr.^a Maria Juracy Toneli
(PPGP/UFSC – Examinadora)

Florianópolis, 19 de março de 2010.

Para Romeu e Pilar, que me ensinaram a ver as pessoas e o mundo com outros olhos e são uma inspiração de vida.

AGRADECIMENTOS

À Prof.^a Dr.^a Mériti de Souza agradeço pela disponibilidade e pela ética com que me orientou durante este percurso. Bem como pelos questionamentos, sugestões e pelos momentos de troca, os quais possibilitaram o enriquecimento deste trabalho.

Aos professores Dr. José Otávio de Vasconcellos Naves, Dr.^a Maria Juracy Toneli e Dr.^a Diana Carvalho de Carvalho sou grata por terem aceitado o convite para compor a banca de defesa desta dissertação, contribuindo para esta pesquisa.

À Secretaria da Criança e da Juventude do Estado do Paraná sou grata por possibilitarem o tempo e espaço necessários para a realização desta pesquisa. À direção e aos profissionais do CENSE Fazenda Rio Grande pela compreensão e cooperação para a realização das entrevistas.

Aos adolescentes internados, por aceitarem compartilhar suas histórias e suas experiências, as quais serviram de fundamento para a escrita deste trabalho.

Aos meus colegas sempre dispostos a discutirem sobre minhas ideias e ler minha produção escrita.

Aos meus pais sou particularmente grata por todo apoio emocional e financeiro, que me possibilitaram trilhar este percurso. Agradeço também por toda bagagem histórica e social que me transmitem e que de certa forma encontra-se presente neste trabalho.

Aos meus irmãos por todo apoio e incentivo, pela troca de ideias, pelo tempo disponibilizado para ler e reler esta pesquisa, e por estarem sempre ao meu lado compartilhando dos bons e maus momentos.

Ao Rodrigo por ser meu companheiro em todos os momentos, pelas noites mal-dormidas, pelo apoio, pelos momentos de escuta e pela confiança depositada em meu trabalho.

RESUMO

Esta pesquisa tem como eixo central de investigação a inscrição subjetiva que adolescentes autores de atos infracionais produzem acerca da Lei. Parte-se de dois conceitos diferentes de lei: a Lei na concepção psicanalítica, a que proíbe o incesto e orienta o desejo por meio dos valores culturais, e a lei no sentido jurídico, aquela que regula as ações dos sujeitos de uma civilização e mantém a ordem social. Suas interrogações iniciais surgiram do trabalho de escuta de adolescentes internados em uma instituição socioeducativa, o qual possibilitou problematizar a incidência dos discursos, das práticas e dos valores sociais nos atos infracionais, que poderiam assumir outros sentidos para além da transgressão das leis jurídicas. Para apontar os limites das ações socioeducativas embasadas em uma concepção racionalista e universalizante do sujeito, na qual basta uma aquisição consciente de limites, habilidades sociais e psicológicas para produzir mudanças subjetivas, adota-se a perspectiva psicanalítica de sujeito constituído a partir de processos identificatórios inconscientes. Trabalhou-se, então, com conceitos desenvolvidos por Freud, como o complexo de Édipo, a Lei de interdição do incesto e as identificações, mas recorreu-se também à teoria lacaniana no que ela retoma e metaforiza algumas concepções freudianas. O percurso desta pesquisa contou com entrevistas realizadas com adolescentes autores de atos infracionais cujas análises fundamentaram-se nos conceitos psicanalíticos de transferência e escuta. Partiu-se da proposição de que a Lei opera como uma troca e é reforçada por meio de um pacto social. Aponta-se como o desamparo e a desigualdade na aplicação das leis, as representações de masculinidade, bem como os ideais do individualismo e do capitalismo, abrem caminho para o envolvimento do adolescente com atos infracionais como uma forma de corresponder aos ideais e às demandas da rede social. Neste caminho revela-se que o ato infracional não implica a recusa da Lei, pois, a Lei não se sobrepõe a lei.

Palavras-chave: Adolescentes. Psicanálise. Ato infracional. (L)leis. Masculinidades.

ABSTRACT

This research's centre of investigation is the subjective inscription that adolescents who commit infractions generate about the Law. Two different concepts of law are in the foundation of the research: the psychoanalytic conception of Law, as the one that prohibits incest and guides desire through cultural values, and the law in the legal sense, as the one that regulates the actions of the subjects of a civilization and maintains social order. Initial questions aroused from listening to adolescents living in a socio-educational institution, which allowed problematizing the occurrence of speeches, practices and social values in infractions that could admit other meanings beyond the transgression of legal laws. To point out the limits of socio-education based on a rationalist and universalizing concept of the subject - in which a conscious acquisition of limits, social and psychological skills suffice to produce subjective changes – a psychoanalytic perspective of the subject, constituted from unconscious identificatory processes, is adopted. The research then works with concepts developed by Freud, such as the Oedipus complex, the Law against incest and the identifications however, it also resorts to Lacanian theory where it recaptures and metaphorizes some Freudian conceptions. Along this research there are interviews with adolescents who committed infractions and the analysis of these interviews were founded on the psychoanalytic concepts of transference and listening. It started from the proposition that the Law operates as an exchange and is reinforced by a social pact. This work points out how abandonment and inequality in law enforcement, representations of masculinity as well as ideals of individualism and capitalism pave the way for the involvement of adolescents in infractions as a way to match the ideals and demands of the social network. It reveals that the infraction does not imply in the denial of the Law because it doesn't override the law.

Key words: Adolescents. Psychoanalysis. Infraction. (L)laws. Masculinities.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	9
2. UM CAMINHO PARA A CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO.....	19
3. CARLOS - OS PARADOXOS DOS IDEAIS DA MODERNIDADE: ADOLESCÊNCIA, MASCULINIDADE E JUSTIÇA.....	31
4. DANILO - AS LEIS DE MERCADO E AS LEIS JURÍDICAS.....	64
5. JUNIOR - A CONSTRUÇÃO DE UMA MASCULINIDADE E OS ATOS INFRACIONAIS.....	87
6. VAGNER – FANTASIA DE COMPLETUDE NARCÍSICA: MATURIDADE E ILUSÃO DE DOMÍNIO DO OUTRO.....	108
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	129
REFERÊNCIAS.....	138
APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA.....	144
APÊNDICE B – TERMOS DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....	146

1. INTRODUÇÃO

A prática de atos infracionais por adolescentes¹ tem sido um fenômeno amplamente discutido na atualidade. O enfoque sobre os atos infracionais cometidos desconsidera o fato de que eles também sofrem os efeitos da violência social, econômica e institucional presente na rede social brasileira. A pesquisa Juventude e Políticas Sociais no Brasil, lançada em 2009 pelo Instituto de pesquisa econômica aplicada (IPEA), revelou que a juventude é a que mais sofre com a violência². Devido ao envolvimento cada vez maior de adolescentes em crimes noticiados pela mídia, inflama-se um discurso social, reforçado pela própria mídia, de que este aumento se deve à brandura com que as leis são aplicadas a eles, a falta de respeito a autoridade, a instabilidade e a falta de limites que caracteriza a adolescência, principalmente aquela que pertence à classe pobre. É neste contexto que se discute sobre a redução da maioridade penal, a qual é entendida pelos defensores dessa medida como solução para o problema. Assim o problema das transgressões cometidas por adolescentes se torna uma questão do sujeito, que por ser o único responsabilizado acaba por desresponsabilizar todo um conjunto de discursos e práticas sociais que estão envolvidos nos atos infracionais (CASTRO; GUARESCHI, 2007).

Aproximei-me do contexto descrito mediante a experiência como psicóloga de um Centro de Socioeducação (CENSE) no Estado do Paraná, onde atendia adolescentes autores de atos infracionais. Durante esse percurso, me inquietavam algumas práticas e discursos atuantes nas medidas socioeducativas, as quais acabavam por culpabilizar o adolescente e sua família pelo seu “fracasso” social e desconsideravam os fenômenos presentes na rede social na qual estes se inscreviam. Não se trata de atrelar a prática de atos infracionais somente à condição econômica desses adolescentes (em sua esmagadora maioria de uma camada social desfavorecida) – embora este fator deva ser considerado –, mas também de relevar que na

¹ Importante esclarecer que no decorrer desta pesquisa serão utilizados de forma simultânea tanto o termo jovem quanto adolescente. Embora não concordemos com o sentido desenvolvimentista que estes termos comportam, eles serão utilizados na medida em que ganharam hegemonia na rede social contemporânea. Assim, esses conceitos apresentam-se como categoria e referência para os sujeitos que se inscrevem nesta pesquisa.

² A pesquisa Juventude e Políticas Sociais também revela que a principal causa de morte dos jovens no Brasil são as causas externas, como os acidentes de trânsito e os homicídios, e que na faixa etária entre 15 e 29 anos morre um número significativamente maior de homens do que de mulheres. Enquanto a taxa de mortalidade do sexo masculino foi de 261,80 por 100 mil habitantes, a taxa do sexo feminino é de 58,43 por 100 mil. Na população masculina a taxa de mortalidade de pretos é maior do que a de brancos. Esta alta taxa é associada às deficiências das políticas públicas de segurança para jovens que apostam na repressão ao invés da prevenção (CASTRO; AQUINO; ANDRADE, 2009).

rede social brasileira estão presentes discursos e práticas que incidem sobre os laços sociais, sobre as formas de satisfação e constituição subjetiva. Além disso, percebia que o contexto socioeducativo de privação de liberdade dificultava a construção de uma postura crítica sobre a realidade social, tanto por parte das pessoas envolvidas no trabalho nessa instituição quanto por parte dos adolescentes. Predominava um jogo de poder como aquele presente na rede social, o qual procurava adequar o adolescente a modelos socialmente aceitos.

A proposta desta pesquisa surgiu, então, da experiência de escuta de adolescentes que cometeram atos infracionais e que por serem menores de dezoito anos estavam cumprindo medida socioeducativa de privação de liberdade em um Centro de Socioeducação (CENSE). Tal medida não tem prazo previamente determinado, mas pode durar de seis meses a três anos, sendo responsabilidade do corpo técnico do CENSE avaliar o adolescente e suas possibilidades de retornar ao convívio social. Dentre as condições exigidas pelo Judiciário para sua desinternação encontram-se principalmente o interesse do adolescente em construir um novo projeto de vida pautado em valores morais socialmente aceitos, o comprometimento com a coletividade e a capacidade de aceitar regras e cumpri-las.

As medidas socioeducativas são estabelecidas de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), lei nº 8069 de 1990 que determina normas e regras para o atendimento integral às crianças e aos adolescentes pela sociedade brasileira. Pode-se considerar que a implementação do ECA constituiu-se em um avanço principalmente no que diz respeito às garantias processuais dos adolescentes que cometem atos infracionais, bem como no asseguramento dos direitos de crianças e jovens em geral³. Segundo o ECA, é considerada adolescente toda pessoa entre doze e dezoito anos de idade, estando sujeitos às medidas socioeducativas todos aqueles que cometeram atos infracionais, estes entendidos por “conduta descrita como crime ou contravenção penal” (BRASIL, 1990, p.36). Quando um juiz verifica a existência de conduta qualificada como infracional, pode aplicar as seguintes medidas: advertência; obrigação de reparar dano; prestação de serviços à comunidade; liberdade assistida; inserção em regime de semiliberdade; internação em estabelecimento educacional. A aplicação da medida pelo juiz deve levar em conta as circunstâncias nas quais o ato foi cometido, a capacidade de o adolescente cumprir a medida e a gravidade do ato. Salienta-se que as medidas de internação, e, portanto, de privação de liberdade, devem ser

³ Cabe ressaltar aqui que embora o ECA estabeleça ações para preservar os direitos das crianças e dos adolescentes, muitas destas ações ainda não se efetivam nas políticas públicas e na realidade da rede social brasileira.

aplicadas aos casos mais graves, pois estão sujeitas aos princípios de brevidade e excepcionalidade⁴ (BRASIL, 1990).

Como forma de padronizar as medidas socioeducativas desenvolveu-se no país o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE)⁵, que se sustenta nos princípios dos direitos humanos e funciona como um guia para a implementação dessas ações. Ele estabelece princípios e regras de funcionamento para as unidades de atendimento socioeducativo de internação e internação provisória, que incluem desde exigências arquitetônicas e capacidade máxima de atendimento até serviços obrigatórios que devem ser prestados pelas unidades, como educação, saúde, lazer, cultura, esporte e profissionalização (BRASIL, 2006). No Estado do Paraná adotou-se o nome de Centro de Socioeducação (CENSE) para denominar estas unidades de internação. Ainda desenvolveu manuais intitulados Cadernos do Iasp, para padronizar o funcionamento dos CENSEs, as práticas socioeducativas, as atividades que devem ser contempladas pela internação e as funções de cada profissional.

O tempo de internação do adolescente está sujeito a uma avaliação semestral realizada pela equipe técnica do CENSE que resulta em um relatório psicossocial para o juiz decidir sobre a liberação ou permanência do jovem. A equipe do CENSE é composta basicamente por educadores sociais, pedagogos, psicólogos, assistentes sociais e professores, sendo que todos devem basear suas intervenções nos princípios e instrumentos descritos pelos manuais da socioeducação, respeitando as singularidades de cada profissão.

Pelo ECA o adolescente é entendido como um ser em desenvolvimento, e por isso a medida socioeducativa não deve ter uma natureza punitiva, e sim pedagógica (BRASIL, 1990). Portanto, tem como principal ação as atividades que possibilitem ao adolescente a aprendizagem de novas condutas e a construção de novas possibilidades de ação na elaboração de um projeto de vida de acordo com as normas sociais. Assim, o CENSE propõe a sua reinserção social, por meio da aprendizagem e desenvolvimento de habilidades e potencialidades que permitam ao adolescente ser e conviver em sociedade de acordo com as normas e prescrições jurídicas. Esta aprendizagem se dá mediante a demarcação de limites, da indicação de caminhos, transmissão de valores e construção de vínculos; considerando as necessidades, possibilidades e potencialidades de cada um (PARANÁ, 2006b):

⁴ Esses princípios afirmam que o adolescente só pode ser internado quando não houver outra possibilidade de responsabilizá-lo pelo seu delito, ou quando outras alternativas já foram tentadas e fracassaram, ou ainda quando é necessário afastá-lo de seu meio social por oferecer riscos as pessoas e a si mesmo.

⁵ O Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) é um projeto de lei aprovado em 2006 por resolução do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA).

A concepção sócio pedagógica é voltada para o processo educativo pleno, integral, transformador e emancipador, que favorece o aprendizado para a participação social cidadã e que estimula o adolescente a iniciar a construção de um novo projeto de vida baseado nos valores éticos e morais (PARANÁ, 2006b, p.32).

Os Centros Socioeducativos vêm na educação social o caminho para os adolescentes superarem suas dificuldades, transformarem sua realidade e suas relações sociais, pela consciência de si e do mundo. Por isso, a proposta socioeducativa é voltada para o convívio social, no qual se constitui um ser humano comprometido com os ideais da coletividade e que tem a coletividade como um valor mais importante do que o sujeito. Assim, eles necessitariam construir uma identidade⁶ a partir de valores e referenciais éticos que privilegiam o respeito ao outro. Eles deveriam aprender a se comprometerem com o grupo, aceitando seus valores morais sem perder sua identidade. E é com o fortalecimento de sua identidade pelo desenvolvimento de habilidades sociais e fortalecimento de sua autoestima que o adolescente aprende também a se relacionar com o outro (PARANÁ, 2006a).

De modo geral, a instituição demanda ao corpo técnico que desenvolva nos adolescentes o que ela denomina de habilidades sociais, com o objetivo de melhorar suas relações, bem como produzir mudanças subjetivas, permitindo que eles deem novas respostas aos problemas por eles enfrentados, tais como: a baixa renda econômica, os problemas familiares, a baixa autoestima, entre outros. Os princípios propostos pela instituição para a medida de internação também determinam que se considere como dificuldade dos adolescentes as suas inadequações às normas do CENSE, a expressão de ideias e ideais opostos aos propostos pela socioeducação, assim como expressões de raiva, discordância e euforia. Estas condutas devem ser modificadas, e para isso, é instituído um sistema de gratificação/punição que visa desenvolver o autocontrole de suas emoções e ações. Para modificar os comportamentos dos adolescentes, as práticas do CENSE procuram reforçar as suas potencialidades e lhes proporcionar novas possibilidades de inserção social, por meio da escolarização, profissionalização, atividades culturais e transmissão de valores. Aqueles que cumprem esta expectativa são valorizados e beneficiados. Ao mesmo tempo procura “conscientizá-los” e “responsabilizá-los” pelas consequências de seus atos por meio das medidas disciplinares, as quais visam auxiliar na introjeção de limites e no redirecionamento de suas ações. Por um lado, para alcançar as condutas esperadas, a instituição gratifica com o aumento gradativo de liberdade aqueles adolescentes que têm o comportamento esperado. Por

⁶ O conceito de identidade é mencionado por ser utilizado pela proposta socioeducativa dos CENSEs. Entretanto, não o adotamos nas análises posteriores por entender a configuração subjetiva pautada em múltiplas identificações, as quais se opõem a ideia de totalidade compreendida nesse conceito.

outro lado, ela pune com medidas disciplinares, como advertências, isolamentos e perdas de atividades, aqueles que não se adequam aos pressupostos da socioeducação.

Percebe-se que as ações socioeducativas baseiam-se em uma abordagem pedagógica e desenvolvimentista do ser humano, na qual o ato infracional seria a manifestação de dificuldades encontradas no processo de formação da identidade. Ele seria também consequência da dificuldade de o adolescente elaborar os limites necessários para o estabelecimento de uma boa relação com o outro. Nessa leitura, o adolescente é concebido como se encontrando em fase de desenvolvimento, em busca de sua independência e de construção de uma identidade e seu ato transgressivo é uma conduta aprendida e adotada diante das dificuldades que vivenciou em sua constituição. Porém, além de focar as suas ações somente sobre o adolescente, entende a transgressão como um comportamento restrito a motivações conscientes e racionais, bastando a conscientização sobre os limites e a aprendizagem de novas condutas para que ocorra uma mudança subjetiva. Portanto, a ação socioeducativa aposta na educação na sua concepção racionalista, que sobrevaloriza a razão como principal instrumento para a mudança nas ações e na subjetividade.

As ações pedagógicas praticadas nos CENSEs que visam à possibilidade de o adolescente mudar seus valores, construir oportunidades, (re)significar suas vivências, aprender competências e sair da posição de exclusão social, têm na disciplina o seu principal instrumento. Percebe-se que essas ações pedagógicas, além de buscarem a reinserção social dos adolescentes, procuram fazê-lo pela imposição de uma adequação a modelos que não perturbem a ordem social estabelecida. Neste processo de transmissão de valores e limites aos adolescentes, o educador social teria um papel fundamental, pois é ele o responsável pelos cuidados dispensados e pela segurança do CENSE. Entretanto, o que se percebe muitas vezes nas relações estabelecidas na instituição é que pode ocorrer uma reprodução do jogo de poder presente na rede social, na qual as ideias de dominação e subordinação estão presentes.

Dentro das práticas pedagógicas do sistema socioeducativo, apoiadas na ideia de igualdade, vontade e disciplina encontra-se o mecanismo disciplinar produzindo efeitos subjetivos nestes corpos, por meio do controle de atividades, de uso do tempo, de uso da linguagem e dos comportamentos apresentados e da relação destes com a norma, com o que é esperado de um sujeito em sociedade. A instituição socioeducativa entende que é necessária a demarcação de limites para os adolescentes fortalecerem sua identidade e construir seus projetos de vida de acordo com princípios morais. Assim, esses limites são definidos de acordo com os modelos sociais e morais estabelecidos como adequados pela rede social, calcados em pressupostos universalizantes os quais dificultam a expressão das singularidades.

Portanto, entendemos que as ações desenvolvidas pelos CENSEs, pautadas principalmente na demarcação de limites e no aprendizado da disciplina, visam à manutenção da ordem social por meio da educação moral. Nesse sentido, o principal dispositivo para realizar mudanças subjetivas é o sistema de gratificação/punição. A instituição apresenta uma série de demandas aos adolescentes, as quais envolvem a adequação de seus comportamentos a modelos aceitos e o cumprimento de metas. Aqueles que atendem a essas demandas vão sendo beneficiados com o ganho de liberdade. Diante desse mecanismo percebia-se que eles podiam assumir três posicionamentos diferentes: aqueles que se alienavam ao discurso institucional, modificando sua forma de agir e pensar; aqueles que cumpriam as demandas institucionais como forma de alcançar a liberdade (a maioria), e aqueles que se opunham explicitamente às demandas. Este sistema reforça a ilusão de que a aquisição consciente de limites, autocontrole e de habilidades psicológicas e sociais poderá auxiliar o adolescente a abandonar suas práticas infracionais. Ao lado disso, ele dificulta o questionamento desse adolescente sobre o seu ato infracional, e sobre os processos sociais e subjetivos que estão envolvidos nele. Pois, a preocupação centra-se apenas no desenvolvimento da razão e das ações necessárias para adequar-se às demandas institucionais que lhe darão novamente sua liberdade.

Como psicanalista trabalhando nesse contexto me via diante de um impasse: como propiciar aos adolescentes um espaço de escuta do desejo e de expressão das singularidades numa instituição marcada pelo modelo disciplinar e pela imposição de modelos adequados a norma? Até porque uma de minhas atribuições era realizar a avaliação psicológica dos adolescentes para contribuir na elaboração do relatório para o juiz. Além disso, tinha outras atribuições institucionais, tais como: elaboração do Plano Personalizado de Atendimento, no qual o adolescente elabora seu projeto de atendimento e de futuro; atendimento individual, objetivando fortalecer as potencialidades e trabalhar as dificuldades apresentada por ele; coordenação de oficinas temáticas diversas, nas quais podiam ser trabalhados quaisquer temas que possibilitassem reflexões sobre suas vidas e contexto social e desenvolvimento de habilidades sociais.

Na qualidade de membro da equipe técnica do CENSE também teria que ocupar esta função disciplinar e trabalhar com os adolescentes a aquisição do autocontrole, e de modelos sociais e morais estabelecidos como adequados pela rede social. Porém, atuando a partir dos pressupostos psicanalíticos, percebia os adolescentes constituídos na relação com o outro, por meio de processos identificatórios inconscientes, nos quais também operam os fenômenos sociais. Neste sentido, entendia seus atos infracionais como a expressão de processos psíquicos e fantasias inconscientes.

Dentro da psicanálise a relação transferencial é fundamental para que o outro produza um saber sobre si a partir do qual seja possível um questionamento sobre seu desejo, seus processos identificatórios e os elementos que neles atuam. Assim, acreditando que sustentar um modelo disciplinar não contribuiria para o processo terapêutico, mas também sem poder permitir que se opusessem às normas institucionais, constitui com esses adolescentes um espaço de atendimento individual no qual eles podiam expressar-se livremente, utilizando gírias, falando de sua raiva, de suas angústias e discordâncias com as ações socioeducativas, desde que esta expressão se desse somente nesse espaço e em forma de palavras e não de ações. O trabalho realizado com eles procurava se pautar não na verificação de aprendizagem e aceitação de limites e de valores morais, mas na escuta de sua subjetividade. Partia da proposição de que seus atos transgressivos configuravam apenas uma parte do seu funcionamento psíquico e, ainda, de que estavam relacionados com um contexto social e econômico desigual que define normas e modelos jurídicos e sociais destinados a manter esse contexto. O trabalho desenvolvido buscava oferecer possibilidades para que eles falassem de seus delitos e da sua história, expondo seu vínculo cultural e sua inscrição psíquica da Lei que se relaciona com sua condição na sociedade.

Com o decorrer desse trabalho algumas falas e comportamentos dos adolescentes me chamaram a atenção para o fato de estarem comprometidos com um código de leis e com os ideais dos grupos dos quais faziam parte. Ainda, destacava-se em suas narrativas e atitudes a associação entre seus atos infracionais e a ideia de masculinidade. Nos atendimentos eles pareciam demonstrar um comprometimento com as leis e regras, e a valorização de uma representação masculina através de falas como: “palavra de sujeito homem ladrão tem que valer, se você dá sua palavra não pode vacilar”; “você tem que apanhar calado, não pode empenhar o cara que está com você, isso é coisa de pilantra”; “no mundo do crime todo mundo é irmão”; “ninguém passa as regras para você, mas você vai vendo como que funciona e se você é ladrão tem que segui-las”.

Além disso, dentro do próprio CENSE os adolescentes se submetiam às regras impostas e criavam algumas que tratavam das relações entre eles, para manter o respeito entre eles e entre as famílias, bem como maneiras corretas de falar e se comportar para ser aceito no grupo e manter o convívio agradável. Como, por exemplo, pedir permissão para falar, não ficar sem camisa em dia de visita, não utilizar o banheiro do alojamento nas horas das refeições, não gritar em dias de visitas, entre outras. Demonstravam, assim, capacidade de assimilar regras para o convívio, sendo que, além daquelas estipuladas pela instituição, eles

também produzem suas próprias normas e sua própria linguagem, utilizando palavras diferentes para designar objetos, atributos pessoais e situações.

Frente a esta escuta, passei a interrogar sobre o que levava estes adolescentes a cometerem atos infracionais e desobedecerem as leis formais impostas para o convívio social, e como os modelos de masculinidade, bem como as formas de satisfação propostas pelo capitalismo poderiam estar associados a estas infrações. Assim, surgiu a proposta de problematizar a articulação que estes adolescentes estabelecem com as leis e qual é a inscrição subjetiva que eles produzem acerca da Lei, acreditando que compreender essas questões pode contribuir com a prática profissional no atendimento psicológico aos “adolescentes em conflito com a lei”, bem como, com a melhoria na aplicação e execução das medidas socioeducativas.

Pretende-se abordar nesta pesquisa a questão do adolescente denominado infrator que se encontra em medida socioeducativa por conta de atos infracionais cometidos, entendendo que estes atos não enunciam necessariamente a sua condição subjetiva, mas antes podem constituir-se na possibilidade que se abre para ele ocupar um lugar de reconhecimento na rede social. Interessa abordar o ato dito transgressivo na constituição de adolescentes que, por um lado, transgridem as leis formais necessárias para o convívio em sociedade e, por outro lado, demonstram comprometimento com as leis existentes no seu grupo formado pelos denominados delinquentes. É importante salientar que não se desconsidera a existência de adolescentes que realmente alcançam uma satisfação com a transgressão, e nos quais o ato de transgredir tem papel fundamental em sua subjetividade. Constatamos sua existência no CENSE, porém, percebemos que eles são uma população muito menor e que ou apresentam dificuldades para cumprir as regras da instituição e dos próprios adolescentes, ou então tentam manipulá-las.

É importante esclarecer que estarei tratando nesta pesquisa de dois conceitos diferentes de lei: a lei no plano jurídico e social, e a Lei no plano psicanalítico. No plano psicanalítico a Lei é entendida como reguladora das relações entre o sujeito e os objetos, impondo proibições e impossibilidades nestas relações. Com a inscrição desta Lei, o sujeito tem inscrita a proibição do incesto, que traduz a impossibilidade de possuir um objeto a não ser pela mediação simbólica. A Lei, portanto, impõe interdições ao sujeito na relação com os objetos, mas ao mesmo tempo possibilita ao sujeito a identificação com o objeto perdido e a busca por novos objetos de satisfação. A Lei nasce com a morte simbólica do pai, que enquanto aquele que mantinha a ordem e as restrições aos objetos de satisfação é introjetado e mantido como autoridade. É a partir da introjeção desta Lei e suas restrições que se inicia a

civilização (FREUD, 1912-13/1973). Posteriormente, a questão da lei jurídica formal e da inscrição simbólica da Lei será problematizada, porém, neste momento nos interessa demarcar esses campos.

No cenário contemporâneo psicanalítico predomina o entendimento de que a prática de atos infracionais por adolescentes está ligada à falta de uma inscrição simbólica. Entretanto, entende-se que transgredir leis não se trata necessariamente de uma recusa perante uma Lei simbólica. Essa ligação entre Lei simbólica e transgressão de leis ocorre porque como resultado do Édipo o sujeito elabora a inscrição da Lei, o que permite que internalize a autoridade e se submeta às leis formais. Este entendimento de certa forma reforça também o discurso do sistema socioeducativo, o qual entende que os atos infracionais decorrem de uma falta de limites. Também, nessa leitura ocorre uma sobreposição entre a posição social ocupada pelo adolescente denominado infrator e a posição subjetiva por ele elaborada. Acredita-se que nesta leitura não são problematizadas as condições sociais que resultam na execução dos atos pelos adolescentes e a sua constituição subjetiva que pode apresentar outras maneiras de vivenciar a lei.

No interesse de problematizar os pontos apresentados acima deparei-me com algumas questões que considero relevantes para a pesquisa e constituem os objetivos a serem investigados: a) como ocorre a constituição subjetiva de adolescentes denominados infratores a partir da sua inserção na rede social brasileira; b) qual o lugar que a lei jurídica e a Lei psíquica ocupam na constituição subjetiva destes adolescentes; c) como a representação de masculinidade se articula à prática transgressiva exercida por estes adolescentes.

Esta pesquisa justifica-se pelo visível aumento do envolvimento de adolescentes com os atos infracionais, seja como autores, seja como vítimas. Visto que este é um tema polêmico – em virtude de debates como a diminuição da maioridade penal – e complexo, pois envolve vários aspectos e saberes, é necessário escutar estes adolescentes na tentativa de produzir algum conhecimento que auxilie nas intervenções dos profissionais envolvidos com as ações socioeducativas. Devido à complexidade de um fenômeno como a violência ele deve estar sempre sendo discutido, repensado para repensarmos também nossas ações ante estas situações. E não somente daqueles que estão diretamente envolvidos com a violência, que hoje atinge grande parte da população, mas também da sociedade em geral. Pensar os motivos - sejam eles sociais, psicológicos, econômicos - que levam estes adolescentes a cometerem atos infracionais é também pensar nos ideais em torno dos quais a sociedade brasileira se organizou e de como as leis são aplicadas em nosso país; bem como que subjetividades se

constroem nessa realidade, para que como profissionais da área de humanas fundamentemos nossas intervenções com aqueles que estão envolvidos de alguma maneira com a violência.

2. UM CAMINHO PARA A CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO

Em geral uma pesquisa visa produzir conhecimentos sobre uma realidade, seja entendendo melhor um fenômeno, abordando-o sob novas perspectivas em relação às já estudadas, seja articulando diferentes ideias e criando novas concepções. Um dos elementos essenciais na realização de uma pesquisa é a definição da maneira pela qual determinado fenômeno ou experiência será analisado. Nesse caminho são necessários pressupostos epistemológicos relacionados a uma escolha teórica do pesquisador, envolvendo concepções sobre a constituição psíquica e sobre o processo de conhecer que auxiliarão na produção de conhecimento. Este é um dos aspectos do caminho que foi trilhado na construção desta pesquisa e que se pretende demonstrar neste capítulo. Pretende-se apresentar neste capítulo que, acima de tudo, na produção de conhecimento a partir da psicanálise - teoria utilizada para alcançar os objetivos desta pesquisa - não se trata de ter um conjunto de técnicas definidas de antemão e de aplicá-las a um objeto, mas sim utilizar algumas concepções sobre o psiquismo e pressupostos éticos que orientam o pesquisador na abordagem de um fenômeno. Assim, faz-se necessário um recorte e a eleição de alguns conceitos que guiam esta pesquisa, entre eles o inconsciente, a transferência e a escuta.

Como a psicanálise parte do pressuposto de que o sujeito é cindido, possuindo saberes desconhecidos pela consciência, a abordagem de sujeitos como objetos⁷ de pesquisa deve estar atenta a manifestações que podem surpreender o pesquisador e trazer novos rumos à pesquisa. Assim, a investigação em psicanálise privilegia as manifestações das formações inconscientes, como o sintoma, os chistes, os sonhos, os atos falhos e a transferência. Nesse caso, não se pode ter um método de investigação definido anteriormente, mas antes um percurso em que se inserem alguns conceitos-chave da teoria psicanalítica (BIRMAN, 1994).

O termo sujeito é utilizado ao longo deste trabalho, dentro desta perspectiva psicanalítica do inconsciente, tanto para designar os adolescentes que participaram da

⁷ Torna-se relevante apontar que o termo objeto será apresentado em diferentes contextos e consequentemente utilizado em diferentes sentidos no decorrer desta pesquisa: objeto para a psicanálise, objeto de pesquisa e objeto como mercadoria. O conceito de objeto na psicanálise é utilizado de duas formas: na primeira ele é definido enquanto correlativo da pulsão, como aquilo por meio do qual a pulsão procura atingir a sua meta, que é a satisfação. O objeto é singular, e pode ser tanto real como fantasístico. Na segunda designa “aquilo que para o sujeito é objeto de atração, objeto de amor, na generalidade dos casos uma pessoa” (LAPLANCHE; PONTALIS, 2001, p.323), e nesta perspectiva trata-se de um escolha de objeto, referindo-se à relação estabelecida entre o eu e uma pessoa, podendo tratar-se ainda de uma parte do corpo. O objeto como objeto de pesquisa pode ser entendido como aquilo sobre o qual versa uma pesquisa, um estudo, uma ciência. (HOUAISS; VILLAR; FRANCO, 2009). E por último o objeto será apresentado no sentido de mercadoria, coisa, artigo (HOUAISS; VILLAR; FRANCO, 2009).

pesquisa quanto os viventes de nossa sociedade. A escolha pelo termo sujeito ocorreu por ser um conceito que implica uma multideterminação. Para Marin (2002) e Novinski et al. (2005), o sujeito é multideterminado tanto pulsionalmente como socialmente, mas também, é agente de transformação, apropriando-se daquilo que lhe foi legado. A utilização do termo sujeito visa desconstruir a ilusão que a ideia de indivíduo comporta como uma unidade autônoma dissociável do contexto social e do outro, dono de si e de seus pensamentos. O sujeito, ao contrário, é constituído como alteridade ao eu, sendo configurado por diversas, e às vezes contraditórias, identificações inconscientes.

Releva-se, assim, a questão de que o ser humano escapa a si mesmo e coloca-se em questão o famoso dito cartesiano “penso, logo existo”. Na perspectiva psicanalítica, o conhecimento que a ciência constrói e o conhecimento que o próprio humano constrói sobre si se reduz à “ponta do iceberg” no aspecto da sua constituição psíquica. Por considerar essa questão é necessário salientar que o método da proposta cartesiana não diz respeito à concepção de constituição subjetiva freudiana. Não se trata, portanto, de apresentar um método *a priori*, como um programa a ser aplicado, mas sim, conforme Morin (2003), estabelecer estratégias baseadas em conceitos que produzam conhecimento, mas que deixem aberto o caminho para o novo, para os imprevistos e as questões que emergem da experiência do pesquisador com o(s) sujeito(s) pesquisado(s). Portanto, a construção da pesquisa e sua escrita ocorrem de forma conjunta com a observação de aspectos da realidade e estes processos vão se influenciando e organizando o caminho para o conhecimento (MEZAN, 2002).

O pesquisador se articula então a dois elementos: a teoria e a prática, elementos que se associam já na formação da questão a ser pesquisada. A elaboração da questão é fundamental na pesquisa psicanalítica, pois ela é produzida a partir da relação transferencial entre o sujeito pesquisador, a teoria e a prática exercida. Para Rosa (2004), no método psicanalítico a observação dos fenômenos e a escuta estão sempre articulados com a teoria, produzindo uma relação transferencial a partir da qual surgirá o objeto a ser investigado. Assim, a estratégia psicanalítica não se constitui como o uso de determinado instrumento ou técnica na produção de conhecimento, ou no estabelecimento de medidas e na análise de objetos passíveis de verificação. Trata-se de considerar a relação estabelecida entre aquele que investiga e o objeto a ser investigado, entendendo que a própria eleição do objeto e a sua apreensão na investigação ocorrem mediante a produção conjunta do conhecimento a partir da inclusão do desejo do sujeito neste processo de investigação. Então desde a escolha do tema de pesquisa já há um recorte da realidade e mais, a partir da inclusão do sujeito na experiência da

pesquisa, ocorre a produção de uma realidade psíquica, já que a realidade é sempre produzida discursiva e pulsionalmente, não havendo para a psicanálise teorias ou técnicas que garantam o isolamento da realidade subjetiva e da realidade objetiva. O conceito de transferência, fundamental no método psicanalítico, trata exatamente da forma como se produz esta realidade, pois na relação entre os sujeitos sempre estão atuantes fantasias, desejos e representações inconscientes (POLI, 2005).

É importante salientar que reconhecer a inclusão do desejo do sujeito no trabalho de pesquisar, bem como do conceito de transferência, não libera o pesquisador para uma produção sem os cuidados necessários, no sentido de apresentar e definir as estratégias e os conceitos que utiliza. Antes, é necessário ser coerente com os pressupostos epistemológicos e consequentemente metodológicos da teoria escolhida. Dessa forma, não basta saber que a dinâmica transferencial está presente na produção de conhecimento, impossibilitando a exclusão do pesquisador nesta produção, é necessário analisar os efeitos desse processo, tanto por parte daquele que pesquisa quanto por parte daquele que é pesquisado, a fim de não se enredar em construções narcísicas, especulativas e sim, possibilitar a escuta do outro (MEZAN, 1998; POLI, 2005).

A partir da concepção de escutar o saber que o outro produz sobre sua subjetividade na relação transferencial estabelecida, optamos por realizar entrevistas com alguns adolescentes que estavam cumprindo medida socioeducativa em um CENSE do Estado do Paraná. Elaboramos um roteiro de entrevista (apêndice A) com temas relacionados à pesquisa com o objetivo de orientar o entrevistador, porém, os sujeitos puderam falar de suas histórias e de suas experiências, o que fez com que as entrevistas tomassem rumos diferentes, pois a partir de suas narrativas foram surgindo novas questões. O eixo central da pesquisa foi a escuta de adolescentes internados, com o objetivo de que suas narrativas e a relação estabelecida com o pesquisador explicitassem aspectos da inscrição psíquica da Lei, de que Lei se trata e como essa Lei inscrita na subjetividade está articulada aos fenômenos sociais, principalmente aos ideais sociais que são compartilhados atualmente.

Embora inúmeros autores realizem pesquisas nas quais o método psicanalítico e o sujeito são entendidos como articulados à rede social (MEZAN, 1998; POLI, 2005; ROSA, 2004; BIRMAN, 1994), este uso ainda é alvo de críticas que levantam suspeitas sobre a orientação epistemológica destas pesquisas. No geral, tais críticas afirmam que o método psicanalítico foi elaborado na e para a clínica e a partir da associação livre. Entretanto, quando retornamos aos textos de Freud, percebemos que ele já tratava de estudar fenômenos sociais e associá-los às concepções elaboradas sobre a subjetividade. Rosa (2004) destaca o texto

freudiano intitulado *Psicologia das massas e análise do eu*, no qual é apresentada uma articulação entre o sujeito e a rede social, e afirmada uma concepção bio-psicosocial do sujeito. A autora aponta que, ao se referir a construções de ideais e ao demonstrar as modificações subjetivas que as instituições sociais provocam, Freud já estava utilizando concepções e epistemes produzidas no contexto de tratamento para realizar uma análise da subjetividade enredada ao social. O próprio Freud (1922/1973) descreve a psicanálise como um método de investigação do inconsciente, como um método de tratamento, mas também como um conjunto de saberes produzidos sobre a subjetividade, sua origem e seu funcionamento.

Psicanálise é o nome: 1º De um procedimento para a investigação de processos mentais inacessíveis de outro modo. 2º De um procedimento terapêutico de investigação da neurose; e 3º De uma série de conhecimentos psicológicos, assim adquiridos, que vão constituindo progressivamente uma nova disciplina científica. (FREUD, 1922/1973, p.2662, tradução nossa)⁸

Nesse sentido, a pesquisa psicanalítica pode contribuir para entender a subjetividade constituída na trama dos fenômenos e enunciados sociais, e o método psicanalítico se apresenta como uma forma de investigação da subjetividade em outros contextos que não somente no contexto clínico. Ainda em relação ao uso deste referencial em pesquisas, Poli (2005) aponta que o método psicanalítico que norteia as ações de um pesquisador não é diferente daquele que norteia a prática de um clínico. A autora entende que na clínica também se produz uma experiência investigativa na qual se constituem narrativas e, portanto, uma realidade psíquica, em que a forma de trabalho do profissional, seu método, é inseparável do fato clínico produzido. Dessa maneira, na produção do conhecimento a partir do método psicanalítico o sujeito está implicado ao objeto com o qual estabelece relações, tanto na pesquisa realizada no contexto clínico clássico quanto na que é realizada fora desse contexto. Sobre a utilização do método psicanalítico em diferentes contextos, Mezan (1999) afirma:

A diferença entre a escuta psicanalítica fora do *setting* clássico e a psicanálise *stricto sensu*, não reside no caráter supostamente puro do trabalho clínico, nem na impureza ou bastardia da reflexão psicanalítica a partir de fatos sociais da cultura, como se o analista somente pudesse realizar contribuições relevantes escutando pacientes em regime de atenção flutuante. Não há diferença entre o que faz o analista sentado em sua poltrona e o que faz sentado em sua mesa de trabalho; e que no primeiro caso sua atividade visa tanto a elucidação quanto à transformação do que ocorreu com ele e seu paciente, enquanto que no segundo caso, a dimensão prática está presente, já que a situação não envolve uma dupla e fenômenos transferenciais mobilizados nela e por ela, mas em um pesquisador e um objeto a ser construído a partir de dados empíricos. (MEZAN, 1999, p.6).

⁸ FREUD, Sigmund. **Obras Completas**. Madrid: Editorial Biblioteca Nueva, 1973. As citações de Freud apresentadas neste trabalho são traduções desta edição das obras freudianas.

Em função da escuta e interpretação psicanalíticas terem sido elaboradas para operarem a partir das produções do sujeito em associação livre, a utilização do método psicanalítico em pesquisas realizadas fora do contexto clínico também é questionada por se pautar em narrativas produzidas em entrevistas com temas pré-estabelecidos ao sujeito. A partir do trabalho com adolescentes denominados infratores, Rosa (2004) escreve artigo no qual problematiza aspectos da sua intervenção e discute a pesquisa a partir de entrevistas.

A escuta busca, na linguagem, a articulação da libido e do simbólico. Freud já diz isso desde o início de sua obra, quando, para distanciar-se do estritamente patológico, vai do estudo do sintoma e do sonho, e escreve uma *Psicopatologia da vida cotidiana*, mostrando o inconsciente presente nos acontecimentos da vida diária, nos esquecimentos e chistes, presente, portanto, no diálogo comum. Dentro de sua especificidade, consideramos, com Laplanche e Pontalis, que a legitimidade da prática extensiva da interpretação “pode estender-se às produções humanas para as quais não dispõe de associações livres” (1971, p. 329). Isto significa que se pode trabalhar a partir da escuta psicanalítica de depoimentos e entrevistas, colhidos em função do tema do pesquisador que, por sua vez, reconstrói sua questão nessa relação. (ROSA, 2004, p. 342, grifo do autor)

Assim, embora as análises realizadas não derivem de narrativas produzidas em associação livre, acredita-se que elas possibilitem a expressão de um saber inconsciente. O diferencial da pesquisa psicanalítica se trata então da escuta dos efeitos do inconsciente operando em um sujeito desejante, que produz um saber na relação transferencial estabelecida. É neste sentido que embora as entrevistas visem à realização de um objetivo, restringindo o tema sobre o qual serão produzidas narrativas, ainda podem ser uma forma de produção de conhecimento com base no método psicanalítico. O roteiro de entrevista serviu apenas para iniciar o diálogo a ser construído já que na concepção da subjetividade centrada no desejo e no inconsciente o sujeito que enuncia não se sobrepõe ao enunciado e a linguagem não corresponde de forma linear à realidade. As entrevistas foram gravadas em áudio e posteriormente transcritas e analisadas conforme as concepções psicanalíticas, especificamente os conceitos de identificação, transferência, inconsciente e escuta. Durante a análise procurou-se escutar as entrevistas gravadas e ressaltar os temas e assuntos que mobilizavam o pesquisador os quais ressoavam, possivelmente, a partir da escuta e da relação estabelecida com o entrevistado. Na transcrição das entrevistas os nomes e apelidos dos sujeitos foram modificados para garantir seu anonimato e respeitar as questões éticas que a pesquisa empírica implica.

O número de entrevistas com cada adolescente não foi delimitado anteriormente, pois dependeu de como eles se dispunham a falar sobre suas histórias e seus atos infracionais, bem como da rotina institucional que eles tinham que cumprir no dia marcado para a entrevista. Na época de realização da pesquisa estavam internados no CENSE trinta jovens, porém só foram

convidados para participar sete dos quinze adolescentes que eram atendidos por mim na instituição, por serem mais comunicativos e expressarem-se mais nos atendimentos. Isso não significa que os jovens mais calados não pudessem participar da pesquisa, entretanto, o critério de comunicação foi escolhido para facilitar a realização das entrevistas. Dos sete convidados, dois não aceitaram participar: um deles iniciou a entrevista e acabou desistindo no decorrer desta, por achar que “não conseguia se explicar direito”. Ainda, das cinco entrevistas realizadas, somente quatro foram analisadas, pois o áudio de uma delas estava com péssima qualidade, o que prejudicou sua escuta e transcrição e levou a opção por excluí-la da análise.

É importante apontar que antes do início das entrevistas foi necessária a aprovação e autorização do projeto de pesquisa pela Coordenação de Medidas Socioeducativas da Secretaria da Criança e da Juventude do Estado do Paraná, bem como pelo Comitê de Ética de Pesquisa com Seres Humanos da UFSC. Para iniciar as entrevistas os adolescentes foram convidados individualmente para conversar com a entrevistadora sobre a pesquisa. Os que aceitaram participar desse primeiro encontro foram informados sobre os objetivos do trabalho, os procedimentos da entrevista e questionados sobre o interesse em participar. Nesse momento foi também apresentado o Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE), o qual foi devidamente explicado aos adolescentes e assinado por aqueles que aceitaram participar. É importante esclarecer que legalmente os adolescentes internados no CENSE não se encontram aptos a assinar o TCLE por serem menores de 18 anos, sendo necessários o consentimento e a assinatura de seus responsáveis legais para participarem da pesquisa. Entretanto, considerou-se o adolescente como um sujeito implicado nos seus atos, capaz de responsabilizar-se por suas escolhas, devendo ser respeitado como tal. Além disso, consideramos que seu desejo de participação era fundamental para a relação transferencial estabelecida entre o pesquisador e o pesquisado. Assim, primeiramente foi questionado se ele queria ou não participar da pesquisa e, depois, foi entregue o TCLE para ele assinar. Somente após este consentimento foi procurado seu responsável legal para assinatura do TCLE autorizando sua participação. No plano legal, como os jovens estavam internados no CENSE, privados de liberdade, o Estado, de acordo com o Art. 125 do ECA, é responsável por zelar por seu bem-estar físico e mental. Dessa forma, o diretor do CENSE representa o Estado e é responsável legal pelos adolescentes, tendo a responsabilidade de comunicar periodicamente, ou quando necessário, ao Poder Judiciário o estado deles dentro do CENSE. De acordo com o Art. 191 do ECA, o diretor do CENSE pode ser responsabilizado por lesões ou danos que

possam ocorrer aos adolescentes. Assim, foram confeccionados dois TCLE (apêndice B), um para a assinatura do adolescente e outro para assinatura do seu responsável legal.

A relação transferencial estabelecida com os sujeitos da pesquisa foi continuamente pensada durante o processo de entrevistas e análise das mesmas. Segundo Novinsky et al. (2005), a transferência começa a ganhar visibilidade quando, nos primeiros trabalhos com as históricas, Freud nota que na relação estabelecida surgiam elementos que iam além do que de fato acontecia na situação de atendimento, sugerindo um deslocamento de questões vinculadas a outras situações e tempos. A princípio a transferência é formulada por Freud como um fenômeno que ocorria na clínica entre o analista e o analisando, mas depois é elaborada e ampliada para todas as relações estabelecidas pelo sujeito (FREUD 1912/1973). A transferência é definida, então, como o deslocamento de vivências, no qual o sujeito repete e atualiza na relação com o outro as vivências de seu passado inscritas em sua subjetividade, e que por não poderem ser recordadas são atuadas, constituindo uma realidade psíquica que se conjuga com a realidade concreta, indiferenciando-as. Com a transferência são vivenciados e atualizados sentimentos e formas de enlace social do sujeito que pertencem ao seu passado, mas que se fazem presentes pela atuação⁹.

Repensando esse conceito na realização da pesquisa, algumas vezes fomos prevenidas quanto a possíveis dificuldades de entrevistar adolescentes com os quais já se trabalhava, devido ao vínculo e às concepções pré-estabelecidas, o que poderia dificultar a análise das narrativas dos sujeitos. Porém, considerando o conceito de transferência elaborado por Freud como essencial para o método psicanalítico e a partir do qual se conjugam as realidades subjetiva e objetiva, buscar uma pretensa imparcialidade em relação aos sujeitos pesquisados não condizia com as concepções epistemológicas utilizadas nesta pesquisa. Alguns episódios na realização das entrevistas permitiram refletir sobre como a relação transferencial foi se constituindo e sendo abordada e a sua importância na produção de conhecimento.

Quando se iniciaram as entrevistas houve uma tentativa de operar uma distinção nas funções desempenhadas como psicóloga e pesquisadora, a fim de alcançar a pretensa neutralidade no trabalho da pesquisa. Porém, conforme percorria a teoria psicanalítica – o que ela propõe a respeito do método – e no decorrer das entrevistas, esta diferenciação foi sendo problematizada e sua necessidade para a realização de uma pesquisa foi sendo questionada. O que Freud propõe não é a neutralidade perante o sujeito, o que seria a supressão da

⁹ Importante apontar que Freud problematiza em outros trabalhos a questão da transferência, modulando seus sentidos, porém, nesta pesquisa iremos utilizar a concepção de transferência como apontada no texto aqui apresentado.

transferência e do movimento inconsciente, mas que, na experiência de investigação, procure-se observar os movimentos que ocorrem tanto no pesquisador como no pesquisado e afastar-se de sentidos pré-concebidos, concentrando-se na escuta do outro, pois o saber se produz nessa relação transferencial (MEZAN, 1998; POLI, 2005).

Os adolescentes que foram convidados para participar da entrevista apresentaram, primeiramente, diversas queixas referentes ao funcionamento institucional, com demandas de atendimento, queixas sobre conflitos com os outros jovens internados ou mesmo com seus familiares. Solicitar que anulassem estas questões e focassem a entrevista, seria acreditar que tanto eu como eles poderíamos deixar de lado as relações transferenciais e os movimentos inconscientes produzidos até então. O que seria impossível, já que, como vimos, a transferência sempre está atuante no sujeito. Assim, decidi considerar minha dupla condição, de psicóloga na instituição e de pesquisadora, e problematizá-la ao longo das entrevistas e da produção de conhecimento, a fim de analisar como ela estava sendo constituída. A forma como esta relação transferencial se produziu foi um aspecto importante no momento da análise das entrevistas.

Para Novinsky et al. (2005), a relação transferencial está presente em todos os discursos e manifestações do sujeito tornando-as sempre singular. Se restringimos o surgimento da transferência e da utilização do método de pesquisa psicanalítico ao campo clínico, estamos restringindo o surgimento da transferência e outras manifestações do inconsciente no sujeito somente ao campo do tratamento. A esse respeito Rosa (2004, p. 344) escreve que “o sujeito do inconsciente está presente em todo enunciado, recortando qualquer discurso pela enunciação que o transcende”. Trata-se, então, de o pesquisador estar atento às manifestações inconscientes, aos esquecimentos, às ênfases e manifestações deste sujeito que se dispõe a produzir narrativas sobre si, a partir de uma demanda do outro. Na posição de pesquisador procura-se então rever as questões e concepções teóricas elaboradas à medida que essas narrativas vão se produzindo. Na tentativa de estar atenta a essas manifestações é que as entrevistas foram escutadas e lidas diversas vezes, dispositivo que permitiu a escuta não só do enunciado, mas também das falhas, repetições, esquecimentos, risos e modos de contar a história e de se incluir ou não nela. À medida que esses elementos iam sendo analisados e interpretados, eram produzidas novas questões. Essas problematizavam concepções teóricas já delimitadas sobre o fenômeno pesquisado e possibilitavam um movimento de construção e desconstrução teórica – esse movimento era realizado respeitando-se os fundamentos epistemológicos psicanalíticos – que se expressava na escrita e reescrita da análise do material. O fundamental na pesquisa psicanalítica passa a ser, então, não a forma como este

material é colhido – não dizemos com isso que as condições de coleta de dados são irrelevantes – mas a escuta desta narrativa, e como as concepções teóricas e a experiência serão entrelaçadas possibilitando a produção de um saber. Na construção teórica de Freud percebemos como é a partir daquilo que é estranho em seus pacientes, que não consegue ser devidamente explicado pelas concepções teóricas já elaboradas que ele opera a transformação e o crescimento de sua teoria, incrementando-a conceitualmente (MEZAN, 1998).

Rosa (2004) trabalha o conceito de escuta da seguinte forma:

A escuta psicanalítica ocorre na transferência, que envolve tanto o sujeito como o psicanalista. A sua condição é construir um lugar situado como campo transferencial. A *escuta psicanalítica* implica que o analista suporte a transferência, ou seja, ocupe o lugar de suposto-saber sobre o sujeito - uma estratégia para que o sujeito, supondo que fala para quem sabe sobre ele, fale e possa escutar-se e apropriar-se de seu discurso. Esse campo permite uma relação que estrutura a produção do saber do sujeito, desde que o psicanalista renuncie ao domínio da situação e, pontuando e interpretando, possibilite a produção de efeitos de significação no sujeito: sujeito do desejo, engendrado pela cultura, mas que, em sua condição de dividido, pode transcender o lugar em que é colocado e apontar na direção de seu desejo. A escuta psicanalítica é, desde Freud, transgressora em relação aos fundamentos da organização social; para se efetivar, implica um rompimento do laço que evita o confronto entre o conhecimento da situação social e o saber do outro como um sujeito desejante. Dessa escuta – principalmente quando o sujeito se revela como tal, como um dizer – não se sai isento: uma tomada de posição ética e política torna-se necessária (ROSA, 2004, p. 337, grifo do autor).

Para Birman (1994), existe uma diferenciação da interpretação freudiana de outras propostas do senso comum, já que a leitura freudiana “estabelece uma relação fundante, dialética, entre sujeito e sentido” (p. 77). Por conta da sua história singular e do fato de se encontrar envolvido na rede pulsional o sujeito se vincula aos sentidos da mesma forma que estes remetem ao sujeito. Entende-se que se tratam de sentidos associados às representações que podem ser mobilizados a partir da condição do sujeito em produzir outra narrativa e novas significações singulares sobre sua história.

É interessante apontar mais uma vez que a seleção dos sujeitos de pesquisa foi feita a partir do fato de serem comunicativos, serem atendidos por mim na instituição e aceitarem participar. Isso porque, como se tratava de investigar a constituição subjetiva associada à inscrição da Lei, selecioná-los a partir do uso de drogas e da rede familiar, por exemplo, implicaria a classificação destes jovens em relação ao uso ou não de substâncias psicoativas e acerca da configuração familiar ou ao tipo de delito cometido, estabelecendo de certa forma um sentido *a priori* e apontando uma modalidade de inscrição da Lei. O objetivo proposto era exatamente o contrário: questionar esta inscrição da Lei e permitir que o sujeito nos diga dela. A entrada do sujeito na cultura e o partilhamento de ideais de uma rede social são possibilitados por esta inscrição da Lei na subjetividade, assim, ela ocorre de forma singular,

bem como os atos infracionais constituem-se e podem operar de formas diversas nas subjetividades. Procura-se, então, preservar uma singularidade que é própria da psicanálise quando se trata da leitura acerca do psiquismo, bem como sobre o método entendido como estratégia de produção do conhecimento.

É nesse sentido que Silva Junior (2007) critica a escuta analítica apoiada na interpretação metafísica hermenêutica clássica, que exige o sentido definido *a priori* pelo fato de utilizar a concepção da essência do sujeito estabelecendo um conhecimento definido anteriormente sobre a constituição subjetiva. Nessa abordagem o analista é entendido como aquele que decifra um segredo para chegar à verdade, ação que não concorda com o fundamento da escuta e experiência analítica, pois não trabalha com a possibilidade de abertura do discurso a partir da concepção da linguagem articulada ao pulsional. O autor propõe a atividade da interpretação baseada na hermenêutica, tal como abordada por Fédida (2001), que centraliza o pulsional, o inconsciente e a construção do conhecimento a partir do *pathos* e da escuta do outro. A interpretação trabalha então com o conhecimento produzido na relação transferencial entendendo-o com um discurso orientado pelo que se produz nessa relação.

Inicialmente, abandonar as concepções já constituídas sobre os adolescentes entrevistados, questionar os sentidos por mim produzidos e estar aberta a novas produções de conhecimento mostrou-se uma tarefa não tão simples. Nas primeiras entrevistas havia um desejo de recuperar narrativas e sentidos que já haviam sido produzidos durante os atendimentos desses sujeitos. Havia a tentativa de reafirmar um conhecimento e um sentido já produzidos, repetindo-os e confirmando as concepções teóricas existentes. Diante das narrativas inéditas dos jovens ou discordantes das concepções pré-formadas, foi se produzindo uma falta e concomitantemente o entendimento de que a teoria possibilitava a construção de saberes sobre as subjetividades pesquisadas, mas que ela não se apresenta necessariamente como uma verdade *a priori*, podendo e devendo ser questionada pela experiência. Assim, a cada questão ou narrativa produzida eu era exposta à “falta de sentido”, pois as narrativas produziam novas manifestações de suas subjetividades e novos sentidos a estas. O método neste caso não é utilizado para comprovar algum conhecimento já produzido, mas para possibilitar a escuta e produção de novos conhecimentos.

Conforme Silva Junior (2007), para que o efeito de subjetivação aconteça e novos sentidos se abram, o pesquisador precisa abrir-se para o vazio que se anuncia diante do impossível posto pela dificuldade em acessar de forma total o ser e o saber sobre este ser, o que viabiliza produzir um conhecimento novo, transitório e provisório com o outro. A

impossibilidade do conhecimento e da configuração do ser como essência encontra-se no princípio da escuta analítica, o que significa ficar exposto ao desconhecimento sobre si e sobre o outro. O autor fala sobre o trabalho de leitura do discurso associado à psicanálise: “Trata-se assim de conceber os limites do campo do sentido impostos pela energética pulsional como elemento indissociável da experiência do sentido” (SILVA JUNIOR, 2007, p. 27). O autor afirma que não somente o sujeito pesquisado deve ser pensado como um outro que fala nele, como também o próprio pesquisador deve permitir-se escutar este outro que fala em si, permitindo inclusive que a escuta se produza a partir deste outro.

Como afirma Poli (2005), existe (ou deveria existir) por parte do pesquisador em psicanálise,

[...] um duplo compromisso: de considerar as condições simbólicas e contextuais – internas e externas ao campo psicanalítico – a partir das quais engaja seu desejo na produção e desvelamento de um enigma. E, também, de assumir o risco calculado do impacto do caminho escolhido (método) no desenvolvimento e na conclusão de seu trabalho sobre aqueles que, direta ou indiretamente, estão implicados no campo de experiência constituído pela pesquisa. Assim, mesmo que as produções discursivas sobre as quais, e com as quais, a psicanálise opera tragam sempre a marca do singular e do contingente, mantém-se o compromisso – ético e epistêmico – de elas serem portadoras da verdade. Verdade do sujeito, isto é, interna à experiência que a produz, mas que pode ser transmitida e, portanto, compartilhada por uma comunidade, sociedade ou cultura. (POLI, 2005, p. 43)

Portanto, nesta pesquisa, procurou-se desenvolver um trabalho de leitura dos textos produzidos na e pela entrevista mediante a relação estabelecida entre pesquisador e pesquisado, na qual a incerteza do intérprete-analista se faz presente e se abre para o “não-sentido como condição de sentido”. Nessa perspectiva, entendemos que a produção do conhecimento a partir do referencial psicanalítico não se assenta em verdades ou métodos configurados conforme o pressuposto moderno calcado na verdade e na universalidade. Esta referência implica não adotar para a proposta psicanalítica o pressuposto da verdade e da universalidade do método, transformando um procedimento de produção de conhecimento que “carrega a peste” em um procedimento marcado pelos pressupostos modernos. A verdade aqui assume o aspecto do singular e se refere ao sujeito, o que implica sempre a apropriação que cada um realiza acerca dos procedimentos calcados no referencial psicanalítico. Porém, a possibilidade de saída desse singular e de compartilhar o conhecimento produzido utiliza alguns pressupostos como o sujeito do inconsciente, a livre associação e a transferência. A psicanálise considera a complexidade e a singularidade do humano e, portanto, percebe a universalização como um problema ético, pois suprime a singularidade na criação de um ideal universal, que acarreta a “impossibilidade de relação com o mundo e com o outro de modo espontâneo, direto” (NOVINSKY et. al., 2005).

Procurando preservar essa singularidade na construção desta pesquisa as entrevistas foram analisadas e apresentadas individualmente, explorando em cada uma os temas de maior relevância na história do adolescente. A proposta é analisar alguns aspectos de sua subjetividade a partir de suas narrativas, e que podem revelar a inscrição de uma Lei e a identificação a alguns ideais presentes na rede social, em relação à masculinidade, ao individualismo e ao capitalismo. Inicialmente pretendia-se analisar as entrevistas em blocos, recortando trechos nos quais produziram-se sentidos sobre os objetivos a serem investigados. Porém, com a análise das entrevistas as singularidades e diferenças que se apresentavam entre eles tomaram relevância e seriam perdidas caso fossem tratadas de forma geral. Assim, optou-se por fazer uma leitura e análise de cada entrevista, o que não impossibilita o compartilhamento do conhecimento produzido em relação às subjetividades, já que as análises e interpretações embasam-se nos mesmos pressupostos, podendo o conhecimento produzido sobre o funcionamento subjetivo e os fenômenos sociais ser pensado em relação a outros sujeitos.

Segundo Rosa (2004, p. 337):

[...] inúmeros são os modos como se pode desenvolver, dentro dos fundamentos éticos e teóricos da psicanálise, uma investigação do fenômenos sociais, contribuindo para a elucidação de sua eficácia no processo de alienação do sujeito e apontando os laços que possibilitem a sua inclusão como sujeitos do desejo.

É neste sentido que a pesquisa psicanalítica pode contribuir como crítica da organização social, apontando a constituição subjetiva como efeito do enredamento dos fenômenos, discursos e práticas sociais ao campo pulsional singular do sujeito.

3. CARLOS - OS PARADOXOS DOS IDEAIS DA MODERNIDADE: ADOLESCÊNCIA, MASCULINIDADE E JUSTIÇA

Carlos estava internado pela segunda vez no CENSE devido à prática de assaltos, os quais realizava para comprar drogas, já que era usuário de crack. Na primeira vez em que esteve internado ele se recusou a ser encaminhado para um tratamento para drogadição e, quando desinternado, voltou a usar drogas, cometer delitos e foi novamente preso e sentenciado à internação. Dessa vez ele aceitou ser encaminhado para um tratamento, o qual era realizado fora do CENSE, o que era permitido já que a equipe confiava em Carlos e o acompanhava nas suas saídas. A mãe de Carlos vinha visitá-lo aos domingos, a cada quinze dias, pois era o dia autorizado pela instituição para que as visitas ocorressem. Um de seus irmãos estava internado em uma comunidade terapêutica e, portanto, ela revezava as visitas entre Carlos e seu irmão. Durante o ano que permaneceu no CENSE ele recebeu apenas duas medidas disciplinares graves oriundas de “mau-comportamento”¹⁰, sendo que nos atendimentos falava constantemente dos educadores, questionando suas atitudes.

Seus pais se separaram quando ele ainda era pequeno, a mãe fugiu do pai de Carlos devido às agressões que tanto ela quanto os filhos sofriam dele. A mãe ainda teme pela segurança deles, e, por isso, evita que o ex-marido descubra onde ela mora e não mantém contato com ele. Embora o pai não esteja presente no contexto familiar, ele é uma figura relevante, já que tanto Carlos como sua mãe referem-se constantemente a ele e ao passado vivido, principalmente à violência sofrida. Carlos tem interesse em reencontrar e restabelecer laços com o pai, porém não fala sobre isso com sua mãe, pois acredita que ela reprovaria esta aproximação devido ao medo dele fazer algum mal a família. Quando em liberdade ele usava drogas, principalmente o crack, e acredita que por esse motivo se envolveu nos atos infracionais. Para ele, o uso de drogas e o envolvimento com atos infracionais fazem parte de sua escolha por uma “vida loca”, na qual ele corre riscos mas também pode ter muita “curtição”.

Entrevistadora: e o seu pai Carlos? **Carlos:** (pausa) meu pai é...faz, faz um bom tempo que eu não vejo ele já, ele é separado, da minha mãe.

¹⁰ As medidas disciplinares graves consistem no isolamento do adolescente. Elas são aplicadas como resposta a um “mau-comportamento” grave como: agressão a um membro da equipe profissional do CENSE ou a outro jovem, rebelião ou depredação do patrimônio. Ou ainda ela é aplicada ao jovem quando ele acumula três medidas disciplinares leves no mesmo mês (advertências), as quais são aplicadas quando se considera que o adolescente foi desrespeitoso, desobediente, ou descumpriu alguma regra de funcionamento do CENSE, mas sem com isso oferecer risco àqueles que estão no CENSE. No caso de Carlos, ele recebeu medidas por discutir com educadores, trocar objetos com outros jovens e estar com folhas de papel dentro do alojamento.

Entrevistadora: Mas por que ela teve que mudar por causa do seu pai? **Carlos:** ah, porque não dava pra conviver junto com ele. Ele batia direto nela. Quem que aguenta ficar apanhando direto? **Entrevistadora:** e você via ele bater nela? **Carlos:** Via! **Entrevistadora:** e como era para você ver seu pai batendo...? **Carlos:** ah era bem ruim, não podia fazer nada. **Entrevistadora:** Você lembra o que sentia? **Carlos:** ah sentia raiva dele. **Entrevistadora:** alguma vez você tentou fazer alguma coisa? **Carlos:** ah nenhuma vez tentei, porque nem tem como né? Eu era pequeno.

Entrevistadora: e por que ela teve que fugir? **Carlos:** ele perseguiu um pouco ela. **Entrevistadora:** Como eram estas perseguições, você lembra de alguma situação? **Carlos:** não, não lembro. **Entrevistadora:** ele ligava, ele ia atrás? **Carlos:** não, ele, assim, tipo, uma vez nós saiu assim passear assim, ele, não deixava a gente chegar em casa, não deixava entrar. Até a gente tinha medo de ir porque ele ficava armado lá. **Entrevistadora:** como foi essa situação? **Carlos:** ah, ele, a gente tava saindo de casa ele apontou a arma e falou assim pra minha mãe: ‘se você sair daí eu mato você e teus filho agora. Daí minha mãe não saiu porque ficou com medo’.

Entrevistadora: e você quer ter notícias do seu pai? **Carlos:** ah eu quero é, eu quero conversar com ele né. Ele po...apesar de tudo ele é meu pai, ele pode fazer o que for né? **Entrevistadora:** o que você queria falar pra ele? **Carlos:** ah sei lá, eu queria dá um oi pra ele, ver como é que ele tá, porque o-o-o meu tio, o irmão dele diz que ele só tá só, só tá bebendo só. E nunca se trata, ele acha que, não vai longe, né? Cachaça é um vício bem ruim **também**.

Entrevistadora: o que a sua mãe acha de você procurar o seu pai? **Carlos:** ah ela fica braba, ela n-não gosta.

Nos trechos acima procuramos destacar o conflito de sentimentos de Carlos em relação ao pai, o qual, ao mesmo tempo, que é percebido como violento, autoritário e possessivo – de quem ele sofreu diversas agressões – é também objeto de amor, com quem ele procura uma reaproximação. A elaboração desta ambivalência na relação com o pai torna-se ainda mais difícil pelas relações com a mãe, a qual fugiu do marido devido às agressões e não quer que os filhos mantenham contato com ele. Nesse ponto se estabelece um conflito entre respeitar e proteger a mãe ou aproximar-se do pai, o qual ele procura resolver escondendo dela que busca notícias e contato com ele. Para Freud (1923/1973), a ambivalência faz parte da vida psíquica e das relações com o objeto, o qual é alvo ao mesmo tempo de amor e de hostilidade. Essa ambivalência em relação ao objeto é essencial para o processo identificatório, o qual ocorre quando o objeto é perdido ou abandonado, e no qual o eu assume aspectos dele e passa a ser alvo destes afetos. Portanto, a identificação pode se concretizar tanto em uma relação e uma manifestação carinhosa quanto em um desejo de destruição. O que nos leva a pensar que, ao distanciar-se do pai, Carlos pode operar uma identificação com ele como forma de manter esta relação.

A identificação é uma operação psíquica abordada por Freud (1914, 1917, 1921, 1923/1973) em toda a sua obra e entendida como um dos processos fundamentais na constituição subjetiva, já que se trata de uma operação na qual os traços das relações objetais

vão sendo assumidos pelo sujeito. O principal aspecto da identificação é a aspiração “a conformar o próprio eu análogamente ao outro tomado como modelo” (FREUD, 1921/1973, p. 2585, tradução nossa). Assim, as relações que eram vivenciadas pelo sujeito no seu contexto social são introjetadas e passam a fazer parte de sua realidade psíquica. Neste processo, a libido desligada do objeto pode ser sublimada e dirigida ao eu enquanto os sentimentos hostis e agressivos que antes eram direcionados ao objeto podem: ser deslocados em direção ao eu, podem direcionar-se para outros objetos externos ou então podem ficar soltos no psíquico. É importante destacar que com a identificação Freud ressalta a importância do outro na constituição subjetiva:

o outro está presente na constituição do sujeito, seja como um modelo, um objeto, um auxiliar ou um oponente de maneira que, desde o começo, a psicologia individual, neste sentido ampliado porém inteiramente justificado das palavras, é, ao mesmo tempo e desde o princípio, também psicologia social. (FREUD, 1921/1973, p.2563, tradução nossa)

Dos processos identificatórios que constituem a subjetividade, Freud (1914, 1921, 1923/1973) destaca um que justamente é responsável pela formação do eu, que por sua vez é a instância psíquica responsável pelo sentimento de identidade, traduzido no sentimento de unidade e permanência psíquica existente no sujeito. O eu é constituído com o primeiro processo de identificação, o qual ocorre de forma similar à constituição do objeto e, portanto, precede a relação com este. Em outras palavras é esta primeira identificação que possibilita o surgimento concomitante do sujeito e do objeto, e conseqüentemente de uma percepção da separação entre os dois. Esta separação decorre das sensações de prazer/desprazer que são ocasionadas por processos internos e pelo movimento de presença/ausência do outro na relação com a criança. Freud (1923/1973) ainda aponta que esta primeira identificação está relacionada com a imagem e as sensações do corpo. Assim, o eu se constitui como uma metáfora corporal, ou seja, como uma “substituição” de uma imagem organizada e totalizante do corpo a qual é apreendida na relação do sujeito com o outro.

Lacan (1949/1998) atribui a formação do eu à assunção pelo sujeito de uma imagem dada pelo outro, experiência que ele descreve como sendo o estágio do espelho. É neste momento que a criança identifica-se com a sua imagem refletida pelo outro ou com a imagem de um semelhante, a qual age sobre o psiquismo no sentido de constituí-lo e, portanto, no sentido de operar uma transformação. Isso ocorre porque, esta imagem (imago) é uma forma unificada, totalizante do corpo, e, portanto, precipitada em relação às vivências corporais da criança. Ela atua no sentido de depará-la com a sua realidade de dispersão corporal e se tornar um ideal de completude, com o qual a criança se identifica, possibilitando a ela a constituição

de um eu supostamente unificado, mas que se apresenta assim somente como uma ilusão. Segundo Lacan (1949/1998), seria mais adequado chamar esta forma de eu ideal, devido a sua totalidade imaginária, a qual posteriormente servirá de base para as identificações secundárias que terão a função de normalização sexual. É somente ao ser capturada por essa imagem ideal que a criança se depara com a sua realidade corporal despedaçada a qual será amarrada e organizada a partir da fixação desta imagem ideal, permanecendo, entretanto, uma discordância entre a imagem e a realidade. Da descrição do estágio do espelho concluímos, então, que a subjetividade se inicia a partir da alteridade, e em desacordo com a realidade corporal da criança, pois o eu se organiza com a identificação a uma imagem que encontra seus pressupostos no campo do outro. Lacan (1949/1998) escreve:

é esse momento que decisivamente faz todo o saber humano bascular para a mediação pelo desejo do outro, constituir seus objetos numa equivalência abstrata pela concorrência de outrem, e que faz do eu [je] esse aparelho para o qual qualquer impulso dos instintos será um perigo, ainda que corresponda a uma maturação natural – passando desde então a própria normalização dessa maturação a depender, no homem, de uma intermediação cultural (LACAN, 1949/1998, p.101).

Assim, embora o eu possibilite um sentimento de identidade que, como já dito, significa a possibilidade de o sujeito perceber sua existência como uma constância e uma totalidade, o eu tem uma substancialidade múltipla, pois é formado por diversas identiticações com os objetos. Esse sentimento de existência coesa é herança dos primórdios do eu, constituído com base no eu ideal, o qual continua atuante no psíquico como uma representação inconsciente. A dificuldade que a psicanálise apresenta em aceitar o conceito de identidade é em muito pela conceituação do eu como constituído a partir de uma pluralidade de identificações com o outro, não permitindo a totalidade ou a unicidade contida no conceito de identidade. O próprio processo identificatório e seu dinamismo explicitam a ilusão psíquica associada à coesão e à mesmidade oferecida pela identidade.

Entretanto, embora o sentimento de totalidade e unicidade provenientes do eu sejam ilusórios, neste primeiro momento da constituição subjetiva eles são fundamentais porque possibilitam um investimento narcísico. Ou, em outras palavras, possibilitam ao sujeito investir suas energias libidinais em si mesmo, experiência que é fundamental para a sua constituição subjetiva e para sua sobrevivência. A organização psíquica só é possível graças a esse investimento libidinal no eu, iniciado com os investimentos libidinais das figuras parentais sobre a criança, e pela significação que ela possui no desejo do outro.

Essas considerações sobre o processo de identificação, sobre a formação do eu e o investimento narcísico como fundamentais para a constituição psíquica, nos possibilitam pensar como este processo opera na vida de Carlos a partir das suas experiências com seus

pais. Percebe-se, que apesar das agressões sofridas pelo pai, a proteção e as relações afetivas mantidas com a mãe e, ainda, algumas atitudes compensatórias do pai entendidas como demonstrações de arrependimento e afeto, possibilitaram que Carlos operasse um investimento narcísico, viabilizando uma organização psíquica.

Entrevistadora: e filho pode ficar sem pai mas não pode ficar sem mãe? **Carlos:** ah o pai não é tanto, porque se for ver as criança hoje em dia tudo eles gosta mais de ficar com a mãe do que com o pai. Eu acho assim né. **Entrevistadora:** você gosta de ficar mais com a sua mãe do que com o seu pai? **Carlos:** eu gosto de ficar mais com a minha mãe. **Entrevistadora:** por quê? **Carlos:** ah sim, porque sei lá, minha mãe é, sei lá eu gosto mais dela. **Entrevistadora:** você sabe dizer por que você gosta mais dela? **Carlos:** ah eu gosto mais dela porque ela nunca me b...ah ela briga bastante, mas é pro bem não é pro mal né. Agora meu pai não, meu pai já era mais, com homem é mais, é mais diferente né. (rindo) **Entrevistadora:** e por que você acha que um pai é menos importante do que uma mãe? **Carlos:** não, não sei explica, mas e-eu, eu a...se f...eu acho se dentro da pessoa assim, eu acho que, se for ver tudo as criança prefere mais ficar com a mãe do que com o pai. **Entrevistadora:** você acha que os filhos tem uma relação diferente com as mães? **Carlos:** hum, eu acho que sim. Porque depende a maioria dos pai tudo bebe, e não dá, como é que é? Não, não dá carinho pra filho. Agora mãe não, mãe tá sempre ali, dando conselho, dando carinho.

Entrevistadora: e você e a sua mãe como estão? **Carlos:** ah não adianta né, eu fico pensando não adianta a gente ter raiva. O que que adianta ter raiva, a gente, a gente pode ter raiva dela, mas eu sei que ela não tem raiva da gente. **Entrevistadora:** como assim? **Carlos:** ah não tem raiva né, porque da outra mão, da outra vez que eu tava na internação ela pegava, a minha tia falava que ela ficava toda a noite chorando por causa de mim lá. Porque eu tava preso.

Entrevistadora: e o que você pensava do seu pai? **Carlos:** ah não achava assim. (pausa) Ah sei lá, eu ficava brabo só dele bater na minha mãe assim. **Entrevistadora:** das outras coisas você gostava nele? **Carlos:** ah as coisas assim, ele, ele era gente boa. Ele comprava, sempre quando tava al...é tipo assim, a...ele era assim, ele bate...ele batia em nós e nos meus irmão, e no outro dia ele sempre comprava alguma coisa pra agradar ou arrumava uma bicicleta sabe, ele gostava de agradar os outros assim.

As relações estabelecidas com seus pais, e entre eles, foram fundamentais também para a realização de outros processos identificatórios. Para Freud (1921/1973), são possíveis três tipos de identificação: uma referente à formação primária do eu; outra à formação do supereu, do ideal de eu e as modificações no eu; e ainda uma terceira referente aos laços sociais. Importante notar que as três são interdependentes entre si, influenciando-se mutuamente. De acordo com Freud:

1º A identificação é a forma primitiva de enlace afetivo a um objeto; 2º Segundo uma direção regressiva, se converte em substituição de um enlace libidinoso a um objeto, como por introjeção de objeto no eu; e 3º Pode surgir sempre que o sujeito descobre em si uma característica comum com outra pessoa que não é objeto de seus instintos sexuais. Quanto mais importante seja tal comunidade, mais perfeita e completa poderá chegar a ser a identificação parcial e constituir assim o princípio de um novo enlace (FREUD, 1921/1973, p.2586, tradução nossa).

Os processos identificatórios possibilitam então o entendimento do enlace do sujeito, não só com seus objetos libidinais, mas com a rede social na qual está inserido, sendo a identificação o processo que articula o social e o psíquico. Freud (1921/1973) entende que a família é o primeiro e mais importante grupo social ao qual o sujeito pertence, sendo ela a responsável por inserir o sujeito na cultura, possibilitando o intercâmbio entre os dois. Nesse sentido, a família, como primeiro referencial social do sujeito, é responsável por transmitir-lhe aquilo que é compartilhado na rede social, como ideologias, valores, ideais, formas de laço social, enfim, todo um conjunto simbólico. Cabe ressaltar que esta transmissão está sujeita a nuances, pois depende de como as figuras parentais interpretam estes valores, ideologias e como a criança os interpretará nesta transmissão. Salienta-se que esta interpretação não é racional e consciente, mas é antes determinada pelas fantasias e pelos desejos inconscientes de todos os envolvidos nesta relação. É então desta relação que a criança apreende também as representações e os valores a partir dos quais formará sua representação identitária.

Analizando a constituição do sujeito a partir dos processos identificatórios, Freire Costa (2003) descreve que essa representação identitária funciona como uma ficção, uma vez que ela carrega o engodo da unicidade, da totalidade que é constitutiva do eu, mas que tem efeitos psíquicos e origina ações.

[...]queremos dizer que só no nível consciente e em situações pragmáticas o sujeito percebe-se ou sente-se como indiviso, constante, contínuo ou livre de conflitos. Estas situações são aquelas em que a ação utilitária impõe juízos sintéticos e escolhas definidas, em função de razões e interesses socialmente típicos (FREIRE COSTA, 2003, p. 111).

Ceccarelli (1997) também nos mostra como esta representação identitária configura uma ficção, já que ela envolve a realidade psíquica. Entretanto, ele considera que essa representação possibilita que as pessoas se reconheçam e atuem no mundo. Ele afirma que

para a psicanálise a noção de identidade é um tanto marginal pois ela só pode ser pensada de forma dinâmica por ser dependente dos processos identificatórios: por falta de identidade, o ser humano é ‘condenado’ à identificação. A identidade é o ‘resultado consciente’ dos processos inconscientes de identificação e se traduz pelo fantasma de uma síntese pontual que o sujeito é obrigado a fazer quando ele diz ‘eu’ (CECCARELLI, 1997, p. 39).

A assunção de uma representação identitária de gênero, que permite ao sujeito posicionar-se na partilha dos sexos, é portanto consequência também de um processo identificatório descrito por Freud (1921, 1923/1973) e que ocorre ao final do complexo de Édipo dando origem ao supereu e ao ideal de eu. Este processo nos permite perceber como as representações valorizadas na rede social articulam-se a constituição de um ideal no sujeito.

Lacan (1957-58/1999) afirma que o Édipo tem uma função normativa, não somente em sua estrutura moral associada ao supereu e nem somente nas suas relações com a realidade, mas também com a assunção de uma posição sexual. A assunção desta depende de como as representações identitárias de gênero são valorizadas na língua materna do sujeito. Ele afirma que é “no nível da assunção do sexo é que o Édipo está ligado à função do ideal de eu” (LACAN, 1957-58/1999, p.171). Portanto, neste momento, o ideal de eu carrega as insígnias fálicas, do ideal sexual e de escolha do objeto sexual. E é a partir deste ideal que o sujeito procurará satisfazer suas pulsões, servindo-se dele como referência para novas escolhas objetais e identificações.

Ramírez (2007) entende que as representações identitárias são construções sociais, mas que, ao serem naturalizadas pelas práticas e pelos discursos sociais e científicos, são impostas como ideais ao sujeitos. Nessa construção e imposição está implícito todo um jogo de forças no qual determinadas epistemes e ideologias se impõem como dominantes diante de outras formas de ser e de pensar. O autor ainda demonstra que, embora na contemporaneidade haja uma pluralidade nas formas de se representar, o que supostamente possibilitaria uma multiplicidade de identificações, deve-se tomá-la com cautela. Isso porque ela pode trazer o engodo da liberdade e autonomia para escolher, sendo que, mesmo quando se trata desta multiplicidade, deve-se levar em conta a existência de um jogo de forças e de uma imposição persuasiva que delimita esta escolha. Portanto, a despeito do aparente leque de escolhas que o sujeito tem neste processo identificatório, a pressão exercida pela ideologia e pelos discursos dominantes interfere em sua escolha naturalizando algumas opções e excluindo outras possibilidades singulares e criativas de representação identitária. Tais opções se impõem cada vez mais de acordo com as lógicas de consumo, por meios persuasivos dissimulados, o que, segundo Ramírez (2007), tem muito mais efeito na subjetividade.

Assim, as diferentes representações identitárias que são compartilhadas e transmitidas pela rede social atuam sobre os modos de ser, modos de satisfação e formas de enlace do sujeito. Este reconhece determinadas representações como ideais e assume-as para formar laços com aqueles que também partilham desta rede. Nesse processo o sujeito busca adquirir os predicados determinados como necessários para sua valorização. Embora as operações identificatórias envolvam fantasias inconscientes, não podemos negar que o jogo de forças presente na rede social, a imposição de representações identitárias naturalizadas e valores da rede simbólica e social, tem efeitos nesta constituição. Acompanhando as narrativas de Carlos é possível percebermos que atuam na sua constituição subjetiva diversas identificações, de diferentes matizes que apresentam ligações entre si e demandam uma elaboração em virtude

das representações predominantes na sociedade e da ambiguidade e ambivalência dos ideais e valores propostos por esta.

Entrevistadora: e como era seu pai? **Carlos:** ah meu pai já era mais saídero assim. Que nem meu tio falou que eles, vai num mon, to-todos os domingo e sábado ele vai nos baile. **Entrevistadora:** e o seu jeito de ser, suas atitudes, você se acha parecido com alguém? **Carlos:** ah eu sei, eu se pareço um pouco com o meu pai assim. **Entrevistadora:** no que você se parece com ele? **Carlos:** ah por causa de roubo, ele já caiu por roubo assim. Quando eu era pequeno ele roubava. Na época que eu morava com ele, 10 anos assim, ele roubava assim.

Entrevistadora: o que você esperava da sua mãe então? **Carlos:** ah sei lá que ela fosse mais (pausa), ah diferente. **Entrevistadora:** diferente como? **Carlos:** ah deixasse sair, não reclamasse das coisa. **Entrevistadora:** mas pelo que você falou ela só não deixa você sair porque você vai aprontar? **Carlos:** é, não, não deixa eu levar menina lá em casa. **Entrevistadora:** e alguma vez você tentou conversar com ela sobre isso? **Carlos:** já, ela falava: ‘fica trazendo estas puta em casa’. **Entrevistadora:** e o teu pai? você acha que ele falaria o que se ele estivesse em casa? **Carlos:** não, capaz. Meu pai ia de embalo, catava a mulher dele e ia lá mesmo.

Entrevistadora: você já gostou de alguma mulher? **Carlos:** ah gosta, não. Ah já gostei mas...muda, sei lá né. Hoje você gosta, amanhã você não gosta. O máximo que eu fiquei já com uma menina foi três mês só. **Entrevistadora:** sem trair ela? **Carlos:** não, traindo né. Traí, mas eu gostava dela. Daí eu terminei com ela. **Entrevistadora:** e se ela te traísse? **Carlos:** hã? **Entrevistadora:** e se ela te traísse? **Carlos:** ah sei lá né. Ah não podia falar nada né, mas, do jeito que eu sou acho que eu batia nela.

Entrevistadora: e ele era fiel a ela, como era essa relação? **Carlos:** não era, ele traía ela direto também. (se referindo a relação dos pais).

Entrevistadora: e o que você acha de homens que batem em mulheres? **Carlos:** ah eu acho muito ruim né. Porque (pausa) o cara é covarde né. Quem bate em mulher pra mim é covarde. **Entrevistadora:** Por que que é covarde? **Carlos:** ah, porque ele tá batendo numa pessoa que não tem defesa.

Entrevistadora: o que é ser homem? **Carlos:** ah sei lá, que seja homem, que ele cheg...não que trabalhe, mas que se respeite assim. Que não seja aqueles que bebe e vai bater, vai querer bater em todo mundo. Ser machão assim sabe. **Entrevistadora:** e pra você o que é ser homem? **Carlos:** ah pra mim ser um homem é trabalha, faz as coisas certas.

Entrevistadora: como foi essa mudança de você pequeno que apanhava de todo mundo para você grande? **Carlos:** ah eu nem reparava assim, eu tipo assim, que nem depois que eu separei dele [pai] assim eu parei de ver as coisas que ele batia na minha mãe, minha mãe já ficou mais sossegada. Minha mãe já teve namorado sabe? Já foi feliz de novo já. **Entrevistadora:** e o que você acha da sua mãe ter outros namorados? **Carlos:** eu acho legal. Eu quero um cara que faça ela feliz, porque agora eu já sou homem né. Se um cara me b...tomara que ela não arrume um cara que vai querer bater nela né, que daí o assunto é diferente.

Carlos: hoje é bem mais sossegado, minhas idéia não são as mesma. Porque eu quero sair, eu quero mudar, agora, eu vou ver se eu quero, ou eu mudo de vez ou eu me afundo de vez num poço. Se eu não mudar agora, dessa vez, daí nunca mais eu mudo. **Entrevistadora:** o que você acha que precisa mudar? **Carlos:** ah, preciso sair das má companhia, voltar pros estudo, corre atrás de serviço pra ajudar minha mãe, porque minha mãe é sozinha. Só ela que trabalha lá em casa. Ela que sustenta tudo eu e meus três irmão. Faze não coisa ruim né, não roubar, não matar, não...parar com isso, porque isso aí não é vida.

Nos trechos da entrevista descritos acima percebemos como os diversos e ambíguos valores sociais referentes à masculinidade se inscrevem e são elaborados por Carlos na relação com seus pais. Embora ele repreenda os comportamentos agressivos do pai, e a agressividade dos homens contra mulheres, ele também se apresenta assim em algumas situações, o que pode expressar a inscrição de traços identificatórios com o pai, relacionados a uma representação identitária masculina. Porém a assunção destes aspectos conflitam-se com outras representações que expressam um ideal de masculinidade relacionado à mãe. As marcas identificatórias que mantém com a figura paterna estão associadas a uma figura masculina agressiva, dominadora, poligâmica, livre para curtir a vida, “curtição” que ele alcança por meio das “baladas”, mulheres e consumo de drogas. Por outro lado, a assunção desta representação masculina e os modos de satisfação associados a ela são opostos a outra masculinidade que se apresenta como um ideal de homem trabalhador, responsável, fiel, e associado à figura materna.

Nos estudos sobre masculinidade Cecchetto (2004) procura abordar a masculinidade como uma construção histórica e social em relação a um conjunto simbólico, abrindo-se para uma diversidade no campo das representações masculinas. Nesta abordagem, os significados atribuídos pelos sujeitos de uma rede social as suas ações e as diferentes representações de masculinidade, bem como as ambiguidades e tensões sociais, produzem efeitos na constituição subjetiva.

Cecchetto (2004, p. 70) escreve:

A incorporação das dimensões raça, etnia, orientação sexual, classe social e geração, entre outras, é vista como uma evolução no debate [do gênero], possibilitando uma compreensão mais ampla da temática e da diversidade das masculinidades. Para cada contexto sociocultural, elegemos modelos de homem aceitáveis e valorizados, assim como desprezados.

Assim, o valor atribuído a uma representação masculina ocorre de acordo com a forma como ela se aproxima ou não daquilo que é proposto como ideal para um gênero. Este ideal se forma a partir dos valores que são compartilhados socialmente e das representações que se tornam dominantes. Cecchetto (2004) demonstra a formação de diversas representações de masculinidade, sendo que algumas são valorizadas e outras desprezadas e desvalorizadas em uma mesma rede simbólica. Mediante uma análise política do gênero, é possível analisar as relações internas e de poder entre as masculinidades permitindo analisar a formação de uma estrutura hierárquica na qual elas se posicionam e se relacionam umas as outras.

Ainda sob esse aspecto, examinar as relações entre as masculinidades fornece um esquema de referência através do qual é possível analisar masculinidades específicas, sem cair em tipos fixos, como ‘masculinidade negra’ ou ‘masculinidade

das classes populares', mas entendê-las como configurações específicas de práticas constituídas em situações particulares e mutáveis (CECCHETTO, 2004, p. 65).

A autora entende, então, que os modelos de masculinidade assumem diferentes significados e posições hierárquicas de acordo com os valores que são partilhados pela rede social, e com o ideal proposto por esta para cada gênero. Os modelos de masculinidade são posicionados hierarquicamente de acordo com uma lógica que envolve a polarização entre atividade e passividade. Segundo a autora, quanto mais uma representação masculina associa-se à ideia de atividade e dominação mais valorizada ela se torna na rede social. Embora o modelo de masculinidade hegemônico em uma rede social não seja o único, ele é um modelo de masculinidade ideal, que tem ascendência sobre os outros modelos alternativos, e impõe relações de várias ordens com estes. Portanto, cabe ao sujeito realizar uma elaboração frente ao jogo de forças entre os diversos valores. Em outras palavras, a elaboração de um conflito entre representações identitárias diversas e opostas é um movimento ao qual todos os sujeitos da sociedade moderna estão destinados, devido à própria ambivalência nos valores compartilhados e impostos por essa rede social.

A lógica atividade/passividade a partir da qual são articuladas as diversas representações identitárias masculinas possibilita reportar a um paradoxo inscrito na civilização moderna. Ele ocorre pela coexistência do ideal de dominação associado à figura masculina, que impõe sua vontade e obtém suas realizações a partir dessa vontade e, do ideal de subordinação expresso na necessidade de subordinar-se a outros sujeitos e a rede social que produz a subjetividade sujeitada. Assim, todo sujeito se vê diante desta ambiguidade, sendo necessária uma elaboração para constituir-se e inscrever-se na rede social. Importante destacar que a lógica atividade/passividade está presente e se inscreve de forma singular em cada sujeito.

No caso de Carlos a imposição de diversos valores e diversas representações masculinas se traduz em um conflito entre uma representação masculina ativa, agressiva, livre, dominadora e decorrente de uma identificação com o pai; e uma representação masculina passiva, subordinada a ordem social e ao outro, correlata do contexto materno, pois ele deseja para sua mãe um homem diferente do pai, acredita que deve ser diferente do pai na relação com a mãe, não sendo agressivo. Nessa relação ocorreria uma valorização da representação masculina subordinada, trabalhadora e responsável, que acata as demandas de obediência da mãe e respeita suas regras. Percebe-se que na oposição entre estas duas representações encontramos atuante a lógica que dissocia atividade/passividade posicionando-

as hierarquicamente e modificando o valor a elas atribuído conforme as significações que ele formula sobre suas ações e as ações dos outros.

Assim, vemos atuando em Carlos representações masculinas associadas tanto a atividade como a passividade, e ele transita entre elas de acordo com os valores compartilhados no contexto no qual se encontra. Esse movimento revela a ambiguidade dos valores sociais, pois, se por um lado a agressividade, a dominação e autonomia são atributos valorizados e associados a masculinidade, por outro, é valorizado o homem responsável, fiel às tradições e obediente à ordem social. Ao mesmo tempo que a representação masculina agressiva provém de uma relação afetiva com o pai e é valorizada por seus pares, ela é repudiada quando conflita com as relações afetivas estabelecidas com a mãe. Quando se refere à ela e às pessoas que fazem parte do contexto no qual ela está inserida, a assunção da representação de masculinidade associada à agressividade é entendida como errada, provocando a insatisfação de sua mãe, diante da qual mostra-se arrependido, chateado e disposto a assumir a representação de masculinidade sujeitada associada à figura do trabalhador. Mesmo assim, a partir das narrativas de Carlos percebe-se que prevalece a representação masculina dominadora traduzida pela ideia de agressividade. Poderíamos lançar aqui a hipótese de que a figura paterna, embora violenta e odiada, ocupe um lugar ideal no desejo materno – pois de certa forma a hostilidade também é uma expressão de valorização e ligação com o objeto – e que este desejo seja interpretado por Carlos que procura corresponder a este ideal assumindo traços da figura paterna na assunção de uma representação de masculinidade e na relação com os objetos.

O que temos, então, é que Carlos assume uma representação identitária masculina associada à agressividade e constituída a partir de uma interpretação dos ideais e valores sociais e de como estes ideais atuam nas relações estabelecidas com seus pais e entre eles. Mas, para além das representações masculinas, o seu reconhecimento como um homem agressivo, livre para curtir a vida e tendo uma “vida loca”, vida associada ao uso de drogas e busca por prazer, nos remete também a uma representação identitária da adolescência. Entendemos ser importante ressaltar neste momento o fato de que tanto os valores sociais referentes ao masculino quanto aqueles referentes à adolescência apresentam aspectos de ambivalência e ambiguidade, o que exige por parte dos sujeitos considerável investimento no processo de constituição psíquica quando da elaboração desses aspectos. Os atributos e traços com os quais Carlos se apresenta e com os quais se identifica concordam com os ideais propostos pela rede social para a adolescência, os quais reforçam ainda mais a identificação

com os traços paternos e a valorização da liberdade, busca por prazer imediato, rebeldia e individualidade.

Entrevistadora: e por que você não concordava? **Carlos:** porque não, porqueeee eu sou muito novo, tenho que curtir, sai pra rua. (falando da mãe não deixá-lo sair)

Entrevistadora: o que é curtir pra você? **Carlos:** ah, sair, ir nos som, cata as mulher, usa droga.

Entrevistadora: e o que fazia você escutar seus amigos e não sua mãe? **Carlos:** ai, ah eu tipo assim, eu sou assim, eu, pra mim viver minha vida assim, eu tenho, eu sempre tenho que ir pruma balada. Eu não, não consigo ficar em casa parado, o meu, o me-me-meu jeito não é esse certo? Fica em casa parado assim, eu não faço, que nem um monte de gente fala, pra Deus, e não sei o que, gostar da gente, a gente, eu não vou ficar assim que nem esses crentinho ai que vão todo dia pra igreja. Minha vida não é essa.

Comumente a adolescência é entendida como uma fase inerente ao desenvolvimento humano, durante a qual o sujeito passa por diversas transformações, torna-se rebelde, e experimenta diversos conflitos. Este entendimento provém da abordagem desenvolvimentista, a qual foi reforçada e naturalizada pelas práticas sociais e pelo discurso científico, tornando-se dominante. Nessa abordagem a adolescência é uma etapa da vida, que, como tal, possui características biológicas e psicológicas específicas, as quais constituem a sua essência. Em virtude das mudanças biológicas e hormonais decorrentes da adolescência, o sujeito é descrito como inseguro, rebelde, impulsivo e agressivo, atributos que passam a ser sinônimos de ser adolescente e que o fixam num período de transição entre a infância e o mundo adulto. Ainda na leitura desenvolvimentista, a razão é o principal mecanismo de apreensão e vivência do mundo. Pois pelo amadurecimento e predomínio da razão o sujeito conseguiria aprender cada vez mais coisas sobre si e o mundo que o cerca, processo que ocorreria até a maturidade, quando o humano já teria se formado, com todas as suas capacidades em funcionamento.

Dentro dessa visão cartesiana racionalista-desenvolvimentista, além da crença em uma identidade adolescente, também se acredita que é nesse período que se constrói a identidade do sujeito. Por isso, tal etapa seria o momento inaugural da personalidade que definiria o sujeito para o resto de sua vida. A identidade do sujeito estaria, então, inevitavelmente atrelada à chegada a um determinado alvo: o nível de racionalidade madura. É a própria primazia da razão que produz a noção/necessidade dessa identidade do sujeito individual e, conseqüentemente, do seu desenvolvimento (COIMBRA, BOCCO & NASCIMENTO, 2005, p. 5).

Nesse processo de maturação e constituição de identidade o adolescente assumiria uma posição de confronto e oposição aos valores, tradições e leis da sociedade como forma de consolidar sua autonomia frente aos adultos. A partir dessa leitura, Erikson (1976, p.14) afirmou ser a adolescência “um momento crucial, quando o desenvolvimento tem de optar por uma ou outra direção, escolher ou este ou aquele rumo, mobilizando recursos de crescimento, recuperação e nova diferenciação.”

Entretanto, concordamos com Áries (1986), Calligaris (2000), Matheus (2008), Coimbra, Bocco e Nascimento (2005), Coutinho (2005), quando descrevem a adolescência não como uma fase natural do desenvolvimento humano, mas sim, uma formação cultural constituída na modernidade a partir dos princípios do individualismo. E mais ainda, que o entendimento da adolescência como um período de formação de identidade só foi possível pelo entendimento de uma interiorização dos seres humanos, de um enfoque na subjetividade, articulada à ideia de que o sujeito se constitui de forma autônoma e livre. Alguns autores como Calligaris (2000), Endo (2007), Matheus (2008) e Ramírez (2007), também criticam a ideia de formação de identidade na adolescência, por entenderem que o processo de constituição do sujeito ocorre por meio de identificações, entendendo-as como operações dinâmicas, imprevisíveis e contínuas, que outorgam ao sujeito a plasticidade associada ao devir.

Com estudos sobre a infância e a família francesas, Áries (1986) nos mostra que até o século XVIII, a juventude não era diferenciada da infância, existia somente a palavra *enfant*, sendo que este termo podia se aplicar tanto a um rapaz como a uma criança. A ideia da infância estava ligada ao sentido de dependência e, portanto, termos ligados à infância eram utilizados até mesmo para representar pessoas de condição financeira baixa, que tinham que se submeter e servir aos outros. O autor demonstra que por mais que já se falasse em criança e juventude em outras épocas, estes dois termos não se diferenciavam entre si, e não implicavam características descritas como inerentes a sua natureza, tal como temos atualmente. Em relação à divisão da vida em etapas, o autor descreve que este assunto atraía um grande interesse da pseudociência da Idade Média, na qual já eram utilizados termos para especificar cada etapa da vida de acordo com uma terminologia. Mas, além de elas não terem os mesmos sentidos com os quais atualmente designamos as fases da vida, elas só tinham importância no meio erudito, científico e não faziam parte dos costumes e práticas da população em geral. Ele reforça que essas etapas não tinham o mesmo sentido e nem recebiam a mesma significação que encontramos hoje.

Calligaris (2000) concorda com Áries sobre uma transformação nos sentimentos e nas significações sobre a infância, e que ela foi possibilitada por uma mudança na vivência da morte, juntamente com a mudança da sociedade tradicional para a sociedade individualista. A infância passa a ser um momento idealizado de felicidade, no qual a criança está protegida pelos adultos das disputas sociais. Ela surge também como uma forma de os adultos perpetuarem sua existência e realizarem os desejos que, devido a sua finitude, não puderam realizar. Para o autor, com a necessidade de preparar as crianças para realizarem esses

desejos, sem estragar o ideal de felicidade e inocência da infância, força-se a invenção da adolescência, colocada como um período em que o sujeito já compartilha dos desejos dos adultos, quer ser reconhecido a partir dos atributos valorizados socialmente, mas ao qual é imposto um período de espera, de preparação antes de ingressar no mundo dos adultos.

Porém, a leitura desenvolvimentista descontextualiza a adolescência e seu surgimento, transformando-a em um fenômeno universal e atemporal que é imposto como modelo e parâmetro de normatização e classificação dos sujeitos de nossa cultura. Assim constituída, ela é imposta pela rede social aos sujeitos como um modelo de representação identitária baseado em um cronograma, e que passa a ser referência também para as práticas e os discursos sociais, atuando na formação de laços sociais. A vivência da adolescência, suas formas de manifestação e até mesmo seu início e seu fim são sustentados e impostos aos sujeitos por este modelo de representação identitária presente na rede social.

Indo na direção oposta da abordagem desenvolvimentista, autores como Calligaris (2000), Endo (2007) e Matheus (2008) demonstram que a caracterização da adolescência marcada por atributos como rebeldia, conflito e transformação não deriva de mudanças biológicas, mas antes, tem como pressupostos os princípios individualistas. O ideal de sujeito proposto pelo individualismo é o indivíduo autônomo e livre, a partir do qual o sujeito passa a ser considerado como capaz de se autodeterminar, como responsável pelas suas escolhas, ações, realizações e autossuperação. Isso significa que o sujeito supostamente não tem mais seu destino atrelado as tradições e posições políticas e sociais, passando a predominar o princípio de liberdade e igualdade entre todos os seres humanos. Ele está pretensamente livre para se inventar, romper com tradições e é demandado a superar-se para realizar-se. Essa é a ideia do indivíduo livre e igual a todos, supostamente capaz de construir sua realidade independentemente de seu contexto social, único depositário de todas as conquistas e derrotas que alcance.

Surge, então, um novo ideal a ser alcançado pelos sujeitos: a autonomia, a qual se traduz de maneira singular nos sujeitos, mas expressa principalmente um ideal coletivo de que o sujeito é constituído exclusivamente pela liberdade, pela razão e pela vontade, e que faz prevalecer os seus desejos e suas satisfações diante do outro e das regras sociais. Nesse contexto a adolescência emerge como um momento para o sujeito preparar-se para ser reconhecido na rede social e partilhá-la, pela constituição de uma identidade definida que operaria como marca de conclusão do processo de maturação. Autores como Matheus (2008), Marin (2003) e Calligaris (2000) demonstram, porém, que a adolescência emerge como uma etapa da vida fixada entre a dependência e a autonomia, durante a qual o sujeito busca

alcançar o ideal de autonomia, mas é mantido como dependente, levado a subordinar-se aos adultos. Por ser entendido como um sujeito ainda em formação, o adolescente é descrito como um ser em busca de sua autonomia e, dessa forma, se encontraria mais propenso a transgredir e a se opor às tradições e às normas culturais, constituindo-se em uma potencial ameaça à ordem civilizatória. A forma adulta por sua vez seria o momento no qual o sujeito já alcançou sua autonomia, etapa na qual ele alcançou o domínio racional de seus afetos, de suas pulsões e conseguiu controlá-las, submetendo-se às leis da civilização. Já o adolescente encontrar-se-ia nos meandros dos conflitos entre as pulsões e a civilização, tentando encontrar uma articulação possível entre as duas.

Freud (1930/1973) amplia a extensão desse conflito demonstrando que ele não é inerente somente ao sujeito adolescente, mas que se trata de um paradoxo fundamental da civilização moderna que se coloca diante de todos os sujeitos. Para o autor, apenas seria possível as pessoas alcançarem a satisfação pulsional a partir da sua inserção na civilização, mas ao mesmo tempo, este processo civilizatório impõe restrições a satisfação de suas pulsões, sendo necessários os mecanismos de sublimação, identificação e recalque para auxiliá-las neste processo. Sobre este paradoxo proposto pela ordem civilizatória, Marin (2003) entende que a subjetivação é um jogo de transgredir e aceitar limites, no qual o sujeito precisa se inserir e compartilhar de uma rede social e, de forma concomitante, manter sua autonomia. Em outras palavras, ao mesmo tempo em que o sujeito necessita subordinar-se à rede social para satisfazer suas pulsões, ele também precisa conservar sua singularidade e autonomia, como uma forma de satisfazer-se narcisicamente.

Nessa perspectiva, é possível entender o surgimento da adolescência como este tempo de transição, transgressão e rebeldia que funcionaria, portanto, como um ideal identificatório por meio do qual os adultos poderiam almejar a felicidade mediante a hipotética suspensão das normas que regem a vida de todos no momento em que se submetem às leis civilizatórias. Calligaris (2000) reforça a ideia da constituição da adolescência como este período no qual seria supostamente possível a satisfação dos desejos deixando de lado os deveres e as obrigações que constroem aos adultos. Dessa forma, a rebeldia e a transgressão como atributos destinados ao sujeito adolescente permitem ao mesmo tempo a manutenção do desejo de liberdade dos adultos e da manutenção da coesão necessária à civilização moderna.

[...] um mito, inventado no começo do século XX, que vingou sobretudo depois da Segunda Guerra Mundial. A adolescência é o prisma pelo qual os adultos olham os adolescentes e pelo qual os próprios adolescentes se contemplam. Ela é uma das formações culturais mais poderosas de nossa época. Objeto de inveja e de medo, ela dá forma aos sonhos de liberdade ou de evasão dos adultos e, ao mesmo tempo, a seus pesadelos de violência e desordem (CALLIGARIS, 2000, p.9).

Portanto, a adolescência como uma construção cultural é destinatária do paradoxo colocado ao sujeito moderno, o qual deve obter a autonomia pelo exercício de sua liberdade e satisfação pessoal, supostamente independente do outro; mas ao mesmo tempo deve se submeter às leis sociais e restringir suas satisfações pulsionais para partilhar da rede social. Nesse sentido, para atingir a finalidade da adolescência, a qual é descrita por Calligaris (2000), como a “chegada na fase adulta”, o reconhecimento pela rede social como um adulto, é necessário transgredir. O adolescente transgride a demanda de subordinação para satisfazer e atender aquilo que ele considera como sendo o desejo inconsciente e o ideal partilhado socialmente: a liberdade. Assim, a pretensa rebeldia que marca a adolescência se configura como a realização de um ideal de autonomia e de liberdade inscritos na modernidade. Nesse sentido, concordamos com Calligaris (2000) quando aponta que o sujeito é colocado diante de um impasse, pois, ao mesmo tempo que entende o ideal de liberdade como aquele de maior valor, a rede social demanda que ele continue em uma posição de dependência e subordinação. Este é o impasse diante do qual o sujeito considerado adolescente se encontra, e diante do qual tem que fazer uma elaboração psíquica.

Podemos pensar que pela busca por “curtição” Carlos busca consolidar os ideais de liberdade e autonomia, e identificar-se com o que é proposto para a fase da adolescência, descrita como um momento de satisfação mas sem responsabilidades. Além disso, o uso de drogas também está associado a esta forma de satisfação da adolescência, com as ideias de curtição, da transgressão e da obtenção de prazer sem limites. Estas atitudes são reforçadas pela identificação de Carlos com o pai e se constituem em contraponto com a figura de um sujeito subordinado às regras que lhe são apresentadas, e que busca o reconhecimento dos adultos pela obediência, associada ao contexto materno.

O paradoxo autonomia/subordinação diante da qual o sujeito moderno se encontra acentua-se na experiência de Carlos devido as suas relações com as figuras parentais, pois, ao mesmo tempo que a identificação com o pai possibilita a constituição de uma representação masculina na qual a autonomia e a dominação são atributos valorizados, as agressões sofridas do pai e o afeto recebido da mãe lhe fazem valorizar uma representação masculina na qual a subordinação às leis sociais, o trabalho e o respeito ao outro se configuram como ideais. Carlos transita constantemente por essas representações que tratam da masculinidade e da formação de um homem adulto, mas que essencialmente tratam da ambiguidade dos valores de liberdade e subordinação. Entendemos ser importante ressaltar novamente o fato de que os valores sociais referentes ao masculino e à adolescência apresentam aspectos de ambivalência

e ambiguidade, o que exige por parte das pessoas considerável investimento no processo de constituição psíquica quando da elaboração desses aspectos.

Entrevistadora: Carlos, você me disse que na vizinhança as pessoas não gostavam de você. Achavam que tudo que você fazia era errado. O que você acha dessa opinião que eles tinham de você? **Carlos:** eu não ligo pra eles. Eu faço a minha caminhada deixe eles que se fodam.

Entrevistadora: mas você falou que quer ajudar as pessoas? **Carlos:** não mas eu, mas...eu...eu não se importo não de...ajudar as pessoas. Tipo você tá falando de eu ajudar as pessoas? **Entrevistadora:** é. **Carlos:** Não eu que...eu quero ser médico, então, pra mim ajudar as p..., não pra mim, ah sei lá, porque (pausa), ah eu não, não sei. Ah sei lá porque a...l-lá-lá na minha vila lá ninguém gosta de mim, só a minha mãe e a minha família um pouco. **Entrevistadora:** e você acha que as pessoas deveriam gostar de você? **Carlos:** não! Só a minha família, eu não me importo com o que os outros digam, gostam de mim ou não.

Entrevista: tem alguém que você admira, que você queria ser do mesmo jeito? **Carlos:** não, eu não penso assim, não quero ser igual a ninguém, quero ser eu só. Não quero ser igual a ninguém, a pessoa pode ser certinha, eu não, eu quero ser do meu jeito, cada um tem um jeito de ser, né? **Entrevistadora:** e como é o seu jeito? **Carlos:** ah o meu jeito é curtir. (pausa) E a minha vida é curtidão.

O conflito entre liberdade e subordinação singulariza-se em sua subjetividade como um conflito entre identificar-se com o pai e buscar a curtidão ou submeter-se à demanda da mãe. Nesse sentido, Calligaris (2000) ainda acrescenta que se por um lado os adultos se mostram insatisfeitos e reprovam a rebeldia dos adolescentes, por outro lado esta insatisfação e repressão só ocorrem porque com as atitudes rebeldes os adultos são colocados diante de seu desejo de liberdade, o qual é considerado perigoso para a ordem social. Assim, independente da escolha que faça, o sujeito cumprirá um ideal dos adultos, seja pela subordinação, seja pela independência. Embora assuma uma representação identitária baseada na curtidão e à qual estão associadas a masculinidade e a violência, Carlos não escapa do conflito com as demais valores da rede social. Diante desse conflito ele procura tornar-se ainda mais autônomo e livre, na tentativa de reforçar a ideia de que a presença do outro não é necessária. Porém, por suas narrativas percebemos como a presença do outro é fundamental na sua subjetividade, proporcionando-lhe tanto experiências insatisfatórias como satisfatórias.

Entrevistadora: como foi a primeira vez que você fumou? **Carlos:** na primeira vez, é que eu não fumava certo, é que você tem que fumar e segurar assim daí eu nem dava pira assim. Eu ficava, eu não sabia fumar maconha assim, eu achava que fumava igual cigarro. Só que não é, daí você tem que prensar, segurar assim a fumaça, daí depois solta. Daí não me dava nada assim, só fumava pra...daí depois de uns tempo comecei a ficar bem louco assim, daí foi. **Entrevistadora:** e se não te dava nada por que você fumava? **Carlos:** ah, fumava pra acompanhar os amigos.

Entrevistadora: e estas meninas também gostavam de você? **Carlos:** gostava, elas iam todo dia lá em casa. (rindo) **Entrevistadora:** as pessoas procuram bastante por você? **Carlos:** que tipo de pessoa? **Entrevistadora:** ah seus amigos, namorada, mulheres. **Carlos:** ixi...os amigos é mais do que namorada. Se duvida os caras...era nove hora da manhã eles tavam batendo no portão de casa. **Entrevistadora:** por que

eles te procuram tanto? **Carlos:** ah sei lá porque eles ia lá em casa. Ia lá só pra vê as coisa boa lá, ia ficar mexendo em computador.

Entrevistadora: e o que é a curtidão? **Carlos:** ah, ir pras balada, ficar com a mulherada. **Entrevistadora:** é o que você quer pra sua vida? **Carlos:** ah, eu não quero pra minha vida. Eu quero terminar meus estudos, fazer vestibular pra medicina. É um sonho que eu tenho desde pequenininho já. **Entrevistadora:** de onde esse sonho de ser médico? **Carlos:** ah (pausa) por ajudar as pessoas, sei lá. Eu acho bom assim salvar as pessoa.

Entrevistadora: que tipo de ajuda? **Carlos:** ah tipo assim, que nem ch...tipo assim, um cara, sempre tinha um véio bêbado assim que passava lá em casa. Ele vivia passando pedindo comida na casa dos outro. Ele passava lá em casa e pedia e eu sempre arrumava um negócio pra ele. Daí ele passava direto lá e eu sempre dava comida pra ele assim. Uma vez ele tava doentão assim lá na rua assim, deitado assim, eu peguei e levei ele lá no médico. Aí as mulher queriam me dar até um dinheiro, aí eu falei: 'ah eu não quero dinheiro'. **Entrevistadora:** você não aceitou? **Carlos:** não. **Entrevistadora:** por que? **Carlos:** ah porque não né, queria me dar dinheiro....dinheiro eu tenho. **Entrevistadora:** mas você não roubava pra ter dinheiro...? **Carlos:** não, mas não é, eu-eu-eu fiz aquilo lá não é pra ganhar dinheiro, pra mim ajudar ele. Então se tiver uma, mes...mesma coisa assim, uma pessoa que não anda assim, numa cadeira de rodas assim pedir uma ajuda, e eu fala bem assim, quanto você vai cobrar pra me ajudar a atravessar a rua ali? Você vai cobrar da pessoa? É a mesma coisa.

Ao mesmo tempo que percebemos um movimento em busca de autonomia, percebemos que o outro atua efetivamente em sua subjetividade, seja lhe apontando a distância entre suas realizações e um ideal, seja proporcionando-lhe experiências de satisfação por meio de vivências afetivas e reconhecimento em sua rede social. Ele inclusive demonstra pautar suas ações por aquilo que o faz obter reconhecimento das pessoas que compartilham de sua rede social. Demonstra também uma preocupação com o outro no sentido de mostrar-se disposto a ajudar aqueles com os quais se identifica e produz empatia.

Ainda discorrendo sobre o paradoxo autonomia/subordinação e como ele é elaborado de forma singular pelos sujeitos, é importante acompanhar como os atos infracionais praticados por Carlos, e antes disso, o envolvimento com o mundo do crime, expressam a possibilidade de ele realizar um ideal de autonomia e dominação pela da assunção de uma representação identitária masculina viril e agressiva. Como já pudemos demonstrar no decorrer do texto, tanto a autonomia constitui-se como um ideal social quanto a representação masculina associada à dominação e à agressividade – sendo esta uma das formas de expressão da atividade – ocupa uma posição hierárquica superior e valorizada em relação a outras formas de masculinidade, sendo que a agressividade ainda é entendida como um atributo natural do homem, a despeito dos estudos que questionam esta essencialização.

Neste ponto é importante salientar que autores como Cecchetto (2004), Ceccarelli (1998) e Machado (2004) apontam a associação entre violência e masculinidade na rede social ocidental e contemporânea, bem como a produção de ideais sociais vinculados a esse modelo.

Assim, é importante apontar que essa associação, conforme expressa por Carlos, não se realiza de forma única e singular na vida desse adolescente em decorrência da sua condição de interno do CENSE e da sua configuração familiar. A relação estabelecida entre masculinidade, força e violência encontra-se presente na rede social produzindo ideais sociais e modelos identificatórios que operam na constituição subjetiva das pessoas, sem relação direta com sua condição classista e sua organização familiar. Entretanto, a soma de modelos identificatórios coletivos e de condições familiares que apresentam o masculino como forte, agressivo e violento, pode corroborar a organização de uma constituição subjetiva pautada nesses modelos e seus valores.

Carlos: ah eu tava armado, daí os cara vinham, vinham me tirar, sempre achavam que porque eu era pequenininho achavam: ‘ah um piazinho de bosta, ah não guenta nada’. Eu com uma arma na mão era só eu puxar e dar um tiro na cara do cara.

Entrevistadora: e o que você fazia? **Carlos:** ah eu ficava na minha.

Entrevistadora: você aguentava a tiração? **Carlos:** guentava, ficava de boa...não não é que eu aguentava a tiração, eu ficava na minha, se o cara eu...tipo assim, o cara só falava, eu falava pro o cara, falava: ‘ò cara (pausa) não fale mais que quem fala demais amanhece com a boca cheia de formiga’. Daí o cara ficava quieto, não ficava me tirando, porque o cara sabia que eu tava armado.

Carlos: ah eu era bem baixinho assim. Sempre tive essa ideia assim de crescer assim. **Entrevistadora:** como assim? **Carlos:** queria crescer, ser grandão assim.

Entrevistadora: como era ser pequeno? **Carlos:** ah era ruim, todo mundo se folga com a gente. Os próprios amigos. **Entrevistadora:** o que eles faziam? **Carlos:** ah às vezes chegava, dava uns tapa, dava uns soco assim, daí tinha que ficar quieto, porque eu era pequenininho, não aguentava na pancada com o cara.

O relacionamento de Carlos com sujeitos também envolvidos no crime e com a prática de atos infracionais possibilita a organização de uma masculinidade que carrega atributos como a agressividade, potência e a capacidade de defesa da honra. Ademais, a transgressão que o ato infracional comporta permite-lhe o exercício da autonomia e a ilusão de satisfazer livremente sua vontade, fazendo-a prevalecer sobre o outro e sobre a ordem social. Analisando os efeitos das atividades do tráfico de droga e das armas na concepção de masculinidade de jovens nela de alguma forma envolvidos, Zaluar (2004) aponta que nesse mercado, onde os grupos lutam por espaço e poder territorial, desenvolve-se nos jovens o que ela denomina de “etos guerreiro”. Entendido como a capacidade de o sujeito agir com violência e antes, a disponibilidade para agir com violência contra aquele que é entendido como inimigo. Para Cecchetto (2004), este etos relaciona-se com uma representação viril e agressiva da masculinidade, que se estende para além das atividades do tráfico, inserindo-se no cotidiando destes jovens e em suas atividades de lazer, instalando uma rivalidade violenta entre sujeitos de diferentes grupos. Assim, o “etos guerreiro” passa a ser uma referência para as ações dos sujeitos, suas formas de enlace social, tornando-se um valor a ser alcançado. O

jovem que age de acordo com esse etos passa a ter prestígio e a ser “considerado” pelos demais.

Assim, ao assumir esse modelo viril e agressivo de masculinidade, Carlos ganha prestígio e consideração, bem como o reconhecimento pela rede social como “homem”, tanto em relação a sua sexualidade quanto a crescer e ingressar no mundo adulto. Opera-se uma mudança subjetiva que vai do reconhecimento do adolescente como pequeno e vulnerável às agressões paternas – vulnerabilidade que se estende a outras figuras masculinas – para o seu reconhecimento como grande, também capaz de exercer sua agressividade por meio da violência contra o outro. Em outras palavras poderíamos dizer que ele passa a se reconhecer e sente-se reconhecido como possuidor de habilidades e de recursos de valor fálico. E que, ainda, a sua representação como um homem agressivo, viril e poderoso dentro do crime concorda com os traços identificatórios oriundos da relação com o pai. No caso de Carlos, ainda percebemos como a assunção e o seu reconhecimento na rede social a partir de uma representação identitária masculina viril e potente estavam subordinadas à posse de uma arma. Nesse sentido a arma funciona como representante do objeto fálico dotando seu portador de atributos como potência, virilidade e do qual ele necessita para se reconhecer e atuar a partir da representação masculina reconhecida como ideal.

Entrevistadora: você já foi roubado? **Carlos:** Eu já. Não, não fui roubado, já uma vez um cara tentou me roubar, daí eu tava com um 32, tava sem bala, só que daí a hora que o cara, a hora que ele pegou uma toca que tava na minha cabeça eu peguei e apontei pra ele o 32, tirei da cintura, apontei pra ele. Tava eu e ele dentro do ônibus só. Ele pegou e me devolveu, se não eu ta...se ele viesse pra cima de mim eu tava ferrado, ia me espancar de porrada.

Entrevistadora: e se for uma briga de um homem grande contra um homem pequeno? **Carlos:** ah, mas isso aí não importa né, porque muito caras podem ser grandes, fortes assim, mas se tiver uns bem pequenininho eles podem acabar apanhando do cara. Porque hoje em dia é, se for ver por que que existe arma? Nem muitas brigas não acontece, já é difícil você vê briga aí. **Entrevistadora:** por quê? **Carlos:** porque tem bastante morte. Tem arma. Quando tem arma não precisa ter briga.

Entrevistadora: na entrevista anterior você me falou que tinha uma arma, como você se sentia tendo uma arma? **Carlos:** ah se sentia forte, poderoso. Não tinha medo de ninguém, podia vir qualquer um ali que tinha bala, era só apertar o gatilho. **Entrevistadora:** você acha que a arma realmente te deixa mais poderoso, mais forte? **Carlos:** não...não se...não, não. Eu tô falando mais forte, por exemplo, não de uma forma diferente, só na hora assim, o cara vem eu puxo e dou um tiro e, que às vezes, uma segurança minha.

As narrativas descritos procuram demonstrar como a arma produz efeitos subjetivos em Carlos possibilitando a sua identificação com uma representação masculina agressiva e potente, e sem a qual sente-se desamparado, ameaçado pelo outro. Zaluar (1999) demonstra como o porte de armas possibilita um fortalecimento da representação identitária masculina,

pelo próprio ato violento estar ligado à representação de masculinidade. O masculino é aquele que defende seu espaço por meio da violência ou da ameaça, o que faz com que o sujeito se sinta ainda mais viril e masculino. Sem a arma, Carlos volta a se sentir vulnerável e ameaçado perante o outro, o que faz com que perceba a ilusão envolvida no sentimento de potência e força que surgem a partir da posse de arma, não tendo o poder de realmente transformá-lo ou realmente torná-lo mais forte. Mas, por outro lado, a arma possibilita um sentimento real de segurança diante do outro, constituído por suas experiências nas quais passa a se sentir respeitado e temido.

Assim a arma se constitui como um símbolo capaz de desencadear medo naqueles com os quais Carlos se relaciona e consequentemente evitar que ele se envolva em brigas, as quais acredita perder por se considerar pequeno. Percebemos que, embora busque identificar-se com uma representação identitária masculina viril e potente, coexiste em sua subjetividade uma representação na qual se reconhece vulnerável ao outro, desamparado. Devido às agressões sofridas do pai, Carlos parece estar fixado a uma imagem vulnerável de si mesmo, sentindo-se ameaçado e impotente diante de outras figuras masculinas. Parece que a representação masculina agressiva e potente funciona como um ideal para ele, o qual só é realizado com a aquisição de um objeto de valor fálico, no caso a arma, concomitantemente com a realização de atos transgressivos e violentos, o que lhe possibilita deixar de ser pequeno para tornar-se homem, escapando de uma situação de desamparo diante do outro.

Além da posse de armas e a consequente assunção de uma representação masculina viril permitirem uma elaboração do sentimento de desamparo, elas são uma via encontrada pelo adolescente para lidar com a própria agressividade, e satisfazer-se pulsionalmente. Para Freud (1932/1973), atuam em todos os sujeitos duas qualidades de pulsão: as pulsões de morte, que não necessariamente são violentas, e as pulsões de ligação, de amor. Os trechos descritos a seguir procuram ilustrar que caminhos Carlos encontrava para lidar com essa ambivalência pulsional.

Entrevistadora: e o que acontecia que você queria brigar? **Carlos:** às vezes a gente, eu tava com raiva de uma pessoa ia lá e descontava tudo na outra. **Entrevistadora:** lembra de alguma situação que isso aconteceu? **Carlos:** ah, já lembro já. **Entrevistadora:** então me conta. **Carlos:** já eu lembro uma vez que eu tava com raiva da minha mãe. E aí eu fui no bar tinha um véio lá bêbado lá, eu peguei e bati no véio. **Entrevistadora:** e por que você tava com raiva dela? **Carlos:** ah porque minha mãe quer sempre que eu faça as coisa certinha e eu não tava nem aí, só queria ferver e curtir. Daí eu fiquei com raiva, daí fui lá no bar, o véio começou a me tirar, eu bati no véio. **Entrevistadora:** mas o que te deixava com raiva na sua mãe querer que você fizesse uma coisa... **Carlos:** que eu, tipo o que me deixava com raiva dela, tudo, tudo, tudo que eu queria fazer era errado. E tudo que eu ia fazer na verdade era errado, mas eu não pensava assim, né. Pensava não, era certo. Vou, vou fumar maconha, vou beber.

Entrevistadora: já teve alguma vez que você ficou com muita raiva? **Carlos:** já teve, já fiquei com raiva da minha mãe. **Entrevistadora:** o que aconteceu? **Carlos:** ah, não quer que saia de casa, não quer que faça nada. **Entrevistadora:** como era isso? **Carlos:** ah é, ela não gostava de nada, não podia nem levar mulher em casa lá.

Diante da impossibilidade de manifestar suas pulsões agressivas na relação com a mãe, uma vez que precisa conservá-la como objeto de amor, ele procura encontrar outros objetos nos quais possa satisfazer estas pulsões. Embora esta seja a forma encontrada por Carlos para lidar com esta ambivalência, Freud (1921, 1932/1973) nos fala da possibilidade de satisfazer as pulsões agressivas de outras formas que não o uso da violência. Como alternativa para a violência, ele propõe a formação de laços afetivos pelos sujeitos. Com a formação desses laços e posterior identificação entre os sujeitos, as pulsões agressivas referentes ao objeto se desligam deste e podem ser sublimadas e(ou) atuarem no próprio aparelho psíquico. Porém, a sublimação não é o único destino dado às pulsões agressivas, que podem se satisfazer por meio da violência em pessoas com as quais o sujeito não possua identificação. Com a assunção da representação identitária de uma masculinidade que se exerce pela autonomia e pela agressividade, a satisfação dos impulsos agressivos sob a forma direta do exercício da violência é facilitada, pois ela coincide com a realização de um ideal de masculinidade. Assim, entendemos que este modo de satisfação atua em Carlos devido às identificações que mantém com os traços paternos e com a representação de masculinidade que atuam em sua subjetividade, que, ao contrário de possibilitarem uma repreensão deste modo de satisfação, o reforçam.

Na rede social, as instâncias responsáveis por regular as ações do sujeito no sentido de restringir suas satisfações e intermediar sua relação com o outro, são a religião, o Direito e as leis por ele instituídas, sendo que nesta análise trataremos especificamente das duas últimas. Antes da instituição do direito os conflitos de interesses entre os homens eram resolvidos pela força, e o objetivo das lutas travadas a partir desses conflitos era fazer uma das partes ser obrigada a abandonar suas pretensões ou oposições em relação à outra. Este objetivo era alcançado totalmente com a destruição de uma das partes, já que assim se eliminava qualquer possibilidade de oposição futura contra a parte vencedora e constituía-se um exemplo para outros que tivessem a intenção de se opor a ela (Freud, 1932/1973).

Segundo Freud (1932/1973) e Freire Costa (2003), embora o Direito tenha sido uma forma encontrada para a resolução pacífica dos conflitos – por ser uma instância reguladora que surgiu a partir da percepção de que a força da união podia sobrepor-se à força individual – ainda mantém o uso da violência como uma possibilidade de ação sobre aquele que se opõe aos interesses da organização social. Isso porque o Direito se exerce pela punição, muitas

vezes violenta, daquele que transgrediu as leis sociais, se opôs aos fundamentos desta e agiu em prol de sua própria satisfação. A punição do sujeito, além de procurar castigá-lo e fazê-lo abandonar a atitude condenada, também visa servir de exemplo para que outros não escolham seguir o mesmo caminho, e continuem restringindo seus interesses individuais e privilegiando os interesses comuns. Assim, o Direito se configura como uma força da comunidade contra o sujeito isolado.

A união entre os sujeitos e a consequente vida em sociedade exige de cada membro o represamento de suas pulsões e a descoberta de outras formas de satisfação que não perturbem a ordem social. Como já vimos, a organização social coloca o sujeito diante de um paradoxo, pois tanto a sociedade impõe limites para sua satisfação quanto ele não tem como se constituir fora dela. O outro aparece, portanto, como o agente de frustração e ao mesmo tempo como aquele sem o qual a satisfação não é possível. Uma possível elaboração deste paradoxo ocorre quando o sujeito aceita restringir suas satisfações para pertencer à rede social na qual poderá obter satisfação, ser reconhecido, protegido e amado, submetendo-se, então, às leis impostas pela ordem social representada pelo Estado (FREUD, 1930/1973).

O Direito aparece como um dispositivo que regula esta troca necessária entre o sujeito e o outro, processo no qual ele aceita perder por um lado para ganhar por outro, pelo menos no plano ideal. Para que o Direito e as leis sejam instituídas, é necessária a formação de laços afetivos entre os membros de uma rede social e a manutenção de uma união permanente, duradora. Esses laços são de dois tipos: os laços de amor e as identificações. Quando os sujeitos constituem interesses e ideais em comum ele produzem uma identificação e um laço é formado entre eles, surgindo dessa ligação o poder da comunidade.

Para Bobbio (1997), a formação de um Estado jurídico consolida a passagem de um estado natural, onde existiam vários Direitos que eram sustentados pela força de cada um, para um estado onde os bens e as forças são atribuídas a um soberano comum, fonte do Direito e que se manifesta por meio da lei. O autor descreve a lei como uma norma que é geral, independente do indivíduo sobre o qual ela recai, aplicando-se a partir do princípio de igualdade, não sendo aceitas, portanto, particularidades. Ela é imposta pelo poder dominante, que estabelece normas e critérios que permitam às pessoas entenderem aquilo que é permitido ou não dentro da sociedade. As leis permitem àqueles que convivem em um grupo social julgarem as suas ações e as ações das pessoas com as quais convivem. Estas são as chamadas leis civis (BOBBIO, 1997).

Porém, existem as regras que são determinadas pelo Estado, criadas por aqueles que detêm o poder, e aquelas que surgem da convivência entre as pessoas de um grupo e

funcionam também como prescrições de comportamento para assegurar um lugar e um reconhecimento dentro deste mesmo grupo (SOUZA, 1999). No plano jurídico, a lei é entendida como uma regra dotada de necessidade e difere das regras e normas exatamente por ser necessária, “pela coisa não poder se dar de outro jeito”, ou então por “uma força que garanta a realização da regra” (ABBAGNANO, 2007, p.694). As normas, regras e leis estão presentes no grupo social como forma de regular as relações dentro do grupo, permitir a convivência neste e assegurar sua sobrevivência e evolução (BOBBIO, 1997).

Freud (1932/1973) aponta a dificuldade do exercício prático da igualdade que a lei promulga na teoria. Isto porque a comunidade apresenta relações de poder desiguais, e as leis são instituídas para e por aqueles que exercem um domínio dentro dela. Quando nos aproximamos da realidade brasileira, verificamos que a lei jurídica e seus pressupostos não se aplicam tal como aparecem na teoria, e o seu exercício deixa margens para aqueles que detêm um poder político (no sentido de maior representação dentro da rede social) ou financeiro agirem a revelia da lei. Ou seja, a lei se exerce a partir de aspectos classistas, de acordo com o poder e a representação que o sujeito possui dentro da rede social: alguns têm seus direitos preservados e suas transgressões às leis passam impunes, outros tem seus direitos desrespeitados e são severamente punidos por suas ações e tornam-se responsáveis pelo “mal” que perturba a ordem social.

São constantemente noticiadas pela mídia as situações em que aqueles que ocupam posições de poder transgridem a lei, se opõem aos interesses da rede social em benefício próprio e saem impunes. Por outro lado, grande parte da população que não detém poder político ou financeiro é punida por meio de agressões físicas, morais ou psicológicas sem ter transgredido nenhuma lei, mas pelo fato de pertencerem a uma população marginalizada pela posição destinada à ela na rede social. Moraes (2004) demonstra como aqueles pertencentes aos estratos pobres e marginalizados da população passam a ser vistos como potencialmente criminosos e também acabam por perder seus direitos ante à lei jurídica. Além disso, a população das prisões e dos centros de socieducação brasileiros é, em sua esmagadora maioria, pertencente à classe baixa e excluída da condição de cidadania.

Neste momento, suscita questionar que efeitos essa desigualdade no exercício da lei jurídica pode produzir nos sujeitos que têm uma experiência de marginalidade na rede social, como é o caso dos jovens que foram entrevistados nesta pesquisa. Não se trata de responsabilizar de forma exclusiva as condições econômicas e a desigualdade social pelos atos infracionais cometidos por estes jovens, mas de mostrar que efeitos esta realidade pode produzir na constituição subjetiva daqueles que a vivenciam. Se a lei jurídica é vivenciada

pelo sujeito como algo que somente lhe traz prejuízos, ou seja, restrições, esta lei corre o risco de não ser legitimada pelo sujeito, dele não se subordinar a ela. As falas de Carlos nos permitem ilustrar que efeitos a desigualdade na aplicação da lei pode provocar na subjetividade.

Entrevistadora: o que você acha das leis que existem na sociedade? **Carlos:** o que eu acho das leis? Eu acho uma grande tiração. **Entrevistadora:** por quê? **Carlos:** porque sim. Porque menor não pode trabalhar. Menor não pode trabalhar, então menor pode roubar. **Entrevistadora:** como assim pode roubar? **Carlos:** não, não pode, mas eles têm, então eles têm que autorizar menor pra roubar. Porque vai ver muitas pessoas que é menor roubam porque precisa. Tem dificuldade, precisa de para sobreviver. Já vi situação assim já.

Entrevistadora: você tem alguma ideia para diminuir o envolvimento de jovens com atos infracionais? **Carlos:** eles dá serviço pros de menor. Que nem eles queria aprovar, tava aí uma lei, tava pra aprovar uma lei de 16 anos ser de maior já. Eles...e-e-eu acho que eles não aprovaram porque eles viram, eles queriam aprovar pra de menor pagar como maior, só que eles ia...eles tinham que vê que muita coisa ia mudar também. Que nem o menor não pode dirigir que pega multa. Daí de menor com, 16 anos já ia ser maior, daí ia aproveitar e ir pro som, ah sei lá, trabalhar em empresa, ia mudar bastante coisa daí. Só que daí se caísse preso também tava empenhado.

Entrevistadora: o que você acha destas regras do CENSE? **Carlos:** ah eu acho c...hum, é muita regra pra pouca, pra pouca coisa, eu acho que é muita regra. Que nem assim, tem mais regra que eu esqueci de falar que agora que eu lembrei. Se você n...eles passam almoço meio-dia daí a hora que eles vêm recolher as marmitas já tem que estar todo mundo escovado os dente. Se não escovar pega medida. Vamos ver o que mais. Agora nós temos dobradura, pega folha sulfite faz uma dobradura, uns patinho assim, uns artesanato. Daí se você passar uma folha pro, pro, pro piá do outro alojamento voc...é capaz de pegar até uma contenção.

Entrevistadora: como você acha que deveria ser o lugar para atendimento dos jovens que cometem atos infracionais? **Carlos:** como assim? como que eles fossem atendidos? Muitos, muitos destes educador desr...eles desrespeitam os adolescente. Aí os adolescente não pode falar nada, se falar alguma coisa aí o adolescente pega medida. Tudo eles tão certo, os adolescente sempre tá errado.

Com objetivo de trabalhar a história e a cultura brasileiras nas suas relações com a constituição subjetiva da lei, Pellegrino (1987a) analisa o contrato social no Brasil em relação à Lei da Cultura. Na sua análise ele utiliza a psicanálise para entender a entrada da criança na sociedade humana marcada pela Lei do Pai simbólico do falo, estando a constituição do sujeito vinculada às suas vivências com a lei (jurídica, formal) e à interdição presente na cultura que desautoriza o incesto. Para o autor, é importante analisar o pacto social e o pacto edípico, já que a sociedade brasileira apresenta o contrato social organizado pela lei da cidadania, da igualdade, da justiça para todos, porém, no cotidiano oferece tratamento desigual e não cumpre suas próprias leis contratuais.

Segundo Pellegrino (1987a), para a criança aceitar a Lei da interdição cultural ela tem que fazer uma renúncia que pode acontecer mais facilmente se suas vivências com a rede

parental foram de respeito e de amor. Isso acontece porque a Lei conforme presente no desejo é uma Lei erotizada que interdita uma escolha e abre outras escolhas além da entrada da criança na sociedade. A experiência do Édipo se relaciona com a experiência da criança em aceitar ou não as leis do incesto e da cultura, ou seja, é como se tivéssemos um caminho de mão-dupla no qual cada participante aceitasse renunciar aqui para ganhar ali. No decorrer da vida da criança o pacto edípico sexual se vincula com o pacto social a partir de caminhos que levam tanto o primeiro a ancorar o segundo quanto levam o segundo a confirmar ou infirmar o primeiro.

É claro que nos referimos à Lei primordial, que marca a passagem - o salto - da natureza para a cultura. O modelo, contudo, tem validade geral, e pode ser aplicado aos vários níveis institucionais em que transcorre a aventura humana. Não há dúvida de que a Lei, para ser respeitada, precisa ser temida. Nesse sentido, para a resolução do Édipo, é necessário o temor à castração, segundo a concepção freudiana. Uma lei que não seja temida - que não tenha potência de interdição e de punição - é uma lei fajuta, de fancaria, impotente. No entanto, o temor à lei, sendo *necessário*, é *absolutamente insuficiente* para fundar a relação do ser humano com a lei. Uma lei que se imponha apenas pelo temor é uma lei perversa, espúria - lei do cão. Só o amor e a liberdade, subordinando e transfigurando o temor, vão permitir uma verdadeira, positiva - e produtiva - relação com a lei (PELLEGRINO, 1987a, p.198, grifo do autor).

Prosseguindo com suas análises, o autor afirma que alguns atos infracionais podem revelar a não inscrição da Lei da cultura por parte de quem os comete, porém outros atos infracionais podem revelar situações nas quais o contrato social é quebrado, o que pode gerar retroações no pacto edípico revelando as relações entre as desigualdades sociais e a subjetividade. Nas sociedades capitalistas, o pacto social é quebrado de forma constante, e situações como desemprego, injustiça e desrespeito levam as pessoas a vivenciarem experiências de humilhação e sofrimento. Para Pellegrino, essas situações podem possibilitar o rompimento do pacto social e a retroação do pacto edípico.

O rompimento do pacto social pode seguir vários caminhos e, para o autor, pode implicar uma série de ações que geralmente são entendidas a partir da ordem dominante como tendo o mesmo sentido e sendo denominadas como infração. Tanto pode existir a modalidade da ação política transformadora, realizada por aquele que não rompeu com o pacto edípico, quanto pode existir a ação realizada por aquele que rompeu no plano psíquico com o pacto edípico. Perante os olhos do capitalismo essas ações são entendidas como infratoras, porém elas não assumem o mesmo sentido para quem as realiza e nem envolvem a mesma organização psíquica.

No estudo sobre a rede social brasileira e a produção da experiência subjetiva da Lei, Souza (1999) afirma que ampla parcela da população que muitas vezes é deixada ao arbítrio do outro e desprotegida pelo Estado pode produzir uma inscrição psíquica da Lei que não

acompanha os caminhos seguidos por aqueles que têm seu contrato social respeitado. Para a autora, aquele que tem o contrato social respeitado e se reconhece na lei jurídica formal pode exteriorizar sua inscrição simbólica da Lei pelo respeito às normas e prescrições legais e formais. Entretanto, aquele que tem o contrato social desrespeitado e não se reconhece na lei formal pode questionar sua legitimidade, bem como exteriorizar sua inscrição simbólica da Lei de outras formas que não a obediência à lei formal.

Para exemplificar essa situação, a autora menciona o fato de que além das leis estabelecidas pelo Estado existem aquelas estabelecidas em grupos desfavorecidos e excluídos, nos quais a população busca regular e organizar sua vida social a partir de outros códigos que não aqueles prescritos pela legislação oficial. Nesse contexto, não se trata das mesmas leis que a sociedade e suas instâncias jurídicas formais exigem que sejam cumpridas. Porém, são códigos que adquirem o estatuto de leis e operam a regulação social em decorrência do arbítrio e do descaso da lei formal diante dessa população marginalizada e excluída. Concomitante à organização de códigos informais transcorrem processos de constituição subjetiva dessa população a partir dessa rede simbólica que lhe é oferecida pela cultura e pela linguagem. A autora cita como exemplo várias situações presentes no cenário brasileiro, e para ilustrar menciona a população de uma cidade do Ceará que durante anos não obtinha respostas do sistema jurídico local as suas demandas, o que levou seus habitantes a organizarem seu próprio sistema de construir e aplicar normas. Nessa situação, a ineficácia do Judiciário e demais instituições que deveriam encaminhar as demandas legais leva as pessoas a construir suas próprias leis e a aplicá-las, o que pode ser entendido como não reconhecimento da lei formal e até como a não inscrição subjetiva. Entretanto, existe o reconhecimento da lei jurídica pela população, bem como também existe a inscrição psíquica da Lei no sentido psicanalítico do termo.

Assim Souza (1999) demonstra em seu estudo que ocorre a diversidade da experiência com a lei e a constituição de subjetividades nas quais a inscrição psíquica da Lei, o reconhecimento do outro e a falta estão presentes, porém, essa inscrição se explicita no respeito às normas estabelecidas pela rede social a qual os sujeitos se associam. Ainda, a autora discute a questão de que ocorre a descrença na eficácia da lei jurídica em decorrência do abandono pelas instituições responsáveis pela sua aplicação do princípio da generalidade, ou seja, em inúmeras situações a lei jurídica no Brasil é aplicada apenas àqueles que ocupam posições sociais desprivilegiadas. Em contrapartida, a Lei conforme a definição psicanalítica freudiana diz respeito a condição subjetiva constituída pelo sujeito na sua travessia do Édipo que envolve desde a forma como ele lidou com as perdas e com as identificações até a

assunção de uma posição sexual. Assim, não existe necessária sobreposição entre a descrença na eficácia da lei jurídica e mesmo a adoção de práticas transgressivas e a constituição subjetiva marcada pela Lei do incesto e do reconhecimento do outro. Essas análises apontam para a questão de que atos infracionais cometidos por partes da população brasileira não se ligam necessariamente a dificuldades de aceitação da Lei e a não inscrição psíquica da Lei, da falta e do outro, mas que tratam de uma não legitimação da lei.

Na entrevista realizada com Carlos pode-se perceber que há um reconhecimento das leis, porém, esta lei não é legitimada devido à desigualdade com a qual ela se aplica, o que leva à descrença e desvalorização desta lei. E mais, ele demonstra que outros atributos, como o poder financeiro, prevalecem sobre o cumprimento das leis, enquanto mais valorizados pela rede social. É possível perceber que embora haja o reconhecimento daquilo que é legalmente considerado como “certo” e “errado”, um reconhecimento inclusive das suas transgressões como “erradas”, as leis jurídicas e sociais não são legitimadas por ele como instâncias as quais ele deve se subordinar.

Entrevistadora: o que você achou destas punições que você recebeu pelas coisas que você fez? **Carlos:** ah, eu não achei nada porque eu fiz agora eu tenho que pagar né, to aí 1 ano e quatro já.

Entrevistadora: mas você acha que deveria ter o castigo? **Carlos:** ah eu acho que deveria né, porque um monte de gente faz coisa errada né? **Entrevistadora:** e estas pessoas tem que ser castigadas? **Carlos:** ah daí da minha parte eu não sei né? Daí vai, ah sei lá, vai da cabeça dos educador empenha os cara. **Entrevistadora:** uma pessoa que faz algo errado tem que ser castigada? **Carlos:** igual eu fui? (rindo) **Entrevistadora:** é. **Carlos:** ah sei lá né, todo mundo tem que pagar pelo que faz de errado né?

Entrevistadora: mas então os policiais já te conheciam? **Carlos:** já me conheciam já, ihh eu sou um, ih lá na minha vila lá ixi. Tem um monte de gente que não vai com a minha cara lá, tudo que acontece lá eles falam: ah é o Carlos, é o Carlos, é o Carlos. **Entrevistadora:** E por que estas pessoas não vão com a sua cara? **Carlos:** ah por motivo de eu ser ladrão né. **Entrevistadora:** você é ladrão? **Carlos:** ah é ladrão né, eu cai porque eu tava roubando né, caí preso porque eu tava roubando né.

Carlos: eu não sei, porque quando eu era mais pequeno não via a hora de fica, crescer, ter 16, 18 anos. E agora eu to com 17 já e eu queria voltar lá...queria ser pequenininho de novo. Se eu pudesse voltar eu voltaria. **Entrevistadora:** o que tinha na época que você era pequeno que você sente falta? **Carlos:** ah sei lá, quando era pequeno ninguém, ninguém fala mal da gente, a gente não tem pecado. Porque na verdade todo mundo comete pecado né? Não tem gente que nunca cometeu pecado. **Entrevistadora:** e você acha que quando era pequeno você era mais feliz? **Carlos:** ah não, ah sei lá, acho que não, não lembro né. **Entrevistadora:** o que você acha de ser grande? **Carlos:** Ah ser grande é ruim, ainda mais aprontando, roubando, todo mundo enxerga a gente de outro jeito. Ah de ser ladrão, de tá tirando as coisas dos outros.

Entretanto, sua vivência com a lei demonstra a sua inscrição em um outro código de leis, o do mundo do crime. O seu subordinação a estas leis revelam a legitimação delas

como referenciais para regular suas ações. Percebe-se que se por um lado estas leis são cumpridas para escapar das severas punições, por outro lado, a subordinação a estas leis possibilita a sua valorização dentro da rede social, bem como a sua inserção e o compartilhamento da lógica do consumo. A subordinação às leis do crime ocorrem a partir de um movimento de troca, no qual ele regula suas ações para obter respeito e ser valorizado enquanto homem viril, autônomo e honrado, capaz de adquirir seus objetos de satisfação. Este código de leis, apesar de severo, regula as relações do sujeito com o outro e com a rede social, porém, difere das leis jurídicas.

Acontece que diante da quebra do contrato social, ele se deparou com um grupo no qual encontra a perspectiva de pertencimento, de ser reconhecido e de ser respeitado enquanto um “ladrão”. Ele internaliza um código de leis, e este funcionará como uma referência que ele possui para fazer suas escolhas; nos mostra que é a partir deste lugar de “ladrão” e de seu código de leis que ele sente-se pertencendo a um grupo. Ainda, ele reconhece as leis construídas sustentadas por aqueles que fazem parte do “mundo do crime” como necessárias na relação com o outro, e aceita subordinar-se a elas. Embora elas sejam seguidas devido ao medo da morte, existe também um respeito a estas leis e uma valorização daquele que as cumpre.

Entrevistadora: você alguma vez vendeu droga para comprar droga? **Carlos:** não, uma vez só, que eu peguei só umas bucha assim. **Entrevistadora:** e por que você não vendia ao invés de roubar? **Carlos:** porque eu não...eu já fumava, daí tinha medo de pegar a droga das pessoa e fumar e não pagar, daí os cara ia acaba me matando. **Entrevistadora:** eles matam se você ficar devendo? **Carlos:** matam, porque a-a droga você paga com a vida ou vo...por isso que sempre quando você for pega droga você tem que sempre pagar certinho, nunca ficar devendo. **Entrevistadora:** você já ficou devendo alguma vez? **Carlos:** não, nunca fiquei devendo.

Carlos: ah, eu acho que ele tá fazendo certo porque, é-é-é assim ô, que nem. Eu sou traficante, eu pego de outro traficante, ele lá pega de outro, e de outro, e de outro. E assim vai, daí eu tenho que pagar pra ele, ele tem que pagar pro outro, pro outro. Se eu lança pra ele e ele não me pagar, como que eu vou pagar o cara. Vou ficar devendo, o cara vai querer vir cobrar de mim, o outro vai quere cobrar dele, o outro vai querer...sabe? Vai ficar assim daí.

Entrevistadora: como você se sentia quando você respeitava as regras do grupo que você convivia na rua? **Carlos:** eu sentia normal, porque eu sempre respeitava, eu nunca fiz nada de...que, desacatasse as regras dos ladrão. **Entrevistadora:** e o que você acha das pessoas que desacatam essas regras? **Carlos:** tem que morrer né. **Entrevistadora:** o que você acha delas? **Carlos:** ah eu acho que elas não serve pro, pro mundo do crime. Tem que virar um crente, sei lá, tem que parar de roubar.

Carlos: é uma lei né, porque, na verdade duque e cagueta tem que puxar em ala separada. **Entrevistadora:** e porque eles têm que ir para uma ala separada? **Carlos:** porque sim. Porque olhe (pausa) sei lá não tem nem comparação, morte e roubo com o estupro.

Entrevistadora: e além da proibição de caguetar tem mais alguma? **Carlos:** ah, estuprar também é embaçado né. **Entrevistadora:** qual a diferença entre roubar alguém, matar alguém e estuprar alguém? **Carlos:** ah ixi, é, ixi, é sei lá, eu não sei explica, mas é, pra mim é muito embaçado. Pense um cara de 50, 40 anos indo estuprar uma criança de...recém nascido. **Entrevistadora:** e alguém matar um recém nascido? **Carlos:** ixi, é foda, é embaçado mesmo. **Entrevistadora:** têm pessoas que podem ser mortas e pessoas que não? **Carlos:** ah matar alguns é certo né? Estuprador, cagueta, quem mata criança, quem mata mulher, tudo pode morrer.

As regras construídas por aqueles que compõem o “mundo do crime” são compartilhadas por todos e têm a conotação de não permitir injustiça, de igualar as relações, já que a vida assume o mesmo valor e a possibilidade da morte é eminente para todos.

Carlos: ah daí dividia né, daí via quantos que dava a quantia pra cada um né. Dividia igualmente, ninguém tem direito a mais, todo mundo tá lá junto, todo mundo tava dis...causa, disposto a morrer um ia morrer todos.

Carlos: lá fora às vezes não, às vezes posso matar e conseguir fugir, nunca mais ninguém me pegar, ficar de boa. **Entrevistadora:** você já fez várias coisas e não foi pego? **Carlos:** já, tive altas coisa. **Entrevistadora:** você acha que isso ajudou você a continuar roubando? **Carlos:** ah ajudava porque daí às vezes tava com sorte, não caía preso, mas às vezes que cai também.

A desigualdade na prática da lei jurídica se exerce não somente no contexto penal, punindo aquele que transgredir as leis, ela é vivenciada como uma lei que se exerce em todos os sentidos de forma desigual. Embora a igualdade seja uma das promessas do contrato social moderno e do Direito, é perceptível que ela desaparece quando da aplicação da lei a diferentes estratos sociais e quando analisamos a realidade e as oportunidades de trabalho destinadas a estes adolescentes pela rede social. A desigualdade entre os sujeitos é vivenciada cotidianamente nas experiências sociais. Para Violante (1985), embora a exclusão e a marginalização dos sujeitos se baseiem em aspectos psicológicos, são na realidade fruto de uma ideologia dominante e do sistema econômico capitalista, que necessita de uma população excluída para ocupar os subempregos. Porém, por meio dos ideais de liberdade e igualdade criados pelo sistema liberal, a responsabilidade pela falta de oportunidades e pelo tratamento desigual passa a ser do sujeito, que supostamente não teria habilidades suficientes para conseguir se realizar dentro da rede social. Este movimento, segundo a autora, desresponsabiliza todo um sistema que promove as desigualdades de oportunidade, apesar de promover um discurso igualitário.

Nas formações sociais capitalistas as necessidades de concentração, acumulação e exploração são vitais à existência e desenvolvimento do sistema. A fim de que tais necessidades sejam atendidas, o sistema, necessariamente, produz uma população trabalhadora supérflua, reservando a ponderáveis segmentos dessa população um tipo de inserção marginal no mercado de trabalho, caracterizado pelo subemprego, desemprego, emprego intermitente (VIOLANTE, 1985, p.15).

Quando nos detemos nas narrativas de Carlos é possível perceber que a sua inserção no mercado de trabalho ocorre a partir de experiências de subemprego, as quais não são valorizadas pelo adolescente, que mantém um ideal profissional de ser médico, essa sim uma profissão valorizada socialmente. Entretanto, ao se deparar com sua realidade, que lhe dificulta o acesso a profissões valorizadas financeiramente e socialmente que lhe permitiriam ter uma condição de vida melhor, e oferece oportunidades de trabalho considerados subempregos, Carlos responsabiliza-se pelo fracasso profissional, aceitando o discurso dominante no qual a igualdade é promulgada. A igualdade de oportunidades e direitos promulgada pela rede social inscreve-se em Carlos; a princípio ele crê na possibilidade de tornar-se um médico, mas ao perceber que não seria “fácil” aceita outras possibilidades de emprego que lhe permitam abandonar o crime e ajudar sua mãe. Em um primeiro momento ele reconhecia o discurso que promulga a igualdade de oportunidades para todos, mas, ao perceber a realidade na qual estava inserido, ele acaba desacreditando das suas possibilidades de realização dentro da rede social e se responsabiliza por este descrédito, acreditando que foi sua falta de esforço que impossibilitou a realização de seus objetivos.

Entrevistadora: você fazia planos para o seu futuro? **Carlos:** só ser médico só. **Entrevistadora:** mas você pensava em como você ia conquistar esse... **Carlos:** ah sei lá, pra mim era facinho né, daí eu fui crescendo daí, agora eu vi que não é fácil né. **Entrevistadora:** e quando você viu que não era fácil, o que você pensou? **Carlos:** ah eu, agora eu tô começando a estudar mais, e (pausa) prestando atenção na aula.

Carlos: ah às vezes ajuda, de pedreiro, fazendo massa. **Entrevistadora:** era uma coisa que você gostava de fazer? **Carlos:** não! Deus o livre, capaz mesmo. Eu fumava maconha antes de ir trabalhar, eu chegava lá, morrendo, não fazia nada, fazia tudo mal feito. Eu gostava só, de ser, gostava de ser pedreiro só, só pra colocar o, sabe quando você coloca assim, passa a massa? Só isso que eu gostava de fazer.

Percebe-se que no primeiro momento a escolha de Carlos quanto a ser médico se direciona no sentido de buscar uma representação profissional valorizada socialmente e ao mesmo tempo de poder ajudar os outros. Nesse sentido ele percebe que existe também uma diferença de valor atribuída aos diferentes tipos de profissionais, reforçando a ilusão do princípio de igualdade que lhe foi prometida ideologicamente. Bobbio (1997) aponta como Marx ao analisar as relações capitalistas demonstrou o mecanismo de acúmulo de capital por meio da mais-valia e da consequente desvalorização do trabalhador. Carlos percebe que ser trabalhador não é algo valorizado socialmente, as dificuldades enfrentadas por aqueles que trabalham, e o prejuízo que causa a eles devido aos seus delitos. Ele considera mais fácil a forma que ele consegue dinheiro, desvalorizando as oportunidades de emprego que são destinadas àqueles que são marginalizados.

Entrevistadora: e por que você decidiu roubar para conseguir drogas? **Carlos:** ah via os outros, às vezes os cara, que nem os p...os meu amigo ia roubar, e, tipo levava vantagem, ia roubar e voltava com dinheiro. Nossa eu falava, tipo eu pensava que era fácil também assim né. Daí eu comecei a roubar, roubar, roubar, daí eu caí, até que eu caí preso.

Entrevistadora: por que você acha que as pessoas que roubam são presas? **Carlos:** ah porque tão tirando coisas de pessoas inocentes, pessoa trabalhador, pessoa que trabalha. E pra nós assim, pra gen...ah pra nós que eu falo aqui de...pra nós chega que nem uma pessoa ali chegou vai lá receber, recebe 2000. A gente vai lá e pra nós tira o dinheiro deles é fácil, mas pra eles que tá lá o mês inteiro trabalhando lá, não é fácil né.

Nas entrevistas percebemos que a oposição do trabalhador seria a figura do “ladrão”. Porém, essa representação de “ladrão” não é assumida por Carlos somente pela desigualdade de oportunidades vivenciada em sua realidade social, mas também por ser uma representação associada à ideia de autonomia, masculinidade viril, a capacidade de ganhar dinheiro, e a honra, valorizadas na sociedade que ele se inscreve. Mediante a assunção desta representação ele obtém gratificação não só pela possibilidade de possuir seu objeto de satisfação, mas também pela inserção em um grupo no qual ele se sente valorizado e reconhecido, pela realização de um ideal masculino. Carlos expressa a validação do ter e do consumo como ideais os quais o seu envolvimento no mundo do crime lhe permitia compartilhar.

Carlos: eu roubava pra usar droga. O meu di...o dinheiro que eu pegava em dro...em roubo, eu não mexia em nada, eu não comprava roupa, não comprava, não comprava alimento em casa, nada, nada, só droga.

Carlos: roubava ônibus, roubava carro, roubava casa. Entrava dentro da casa roubava televisão, dvd, roubava as pessoas que tava dentro do ônibus, roubava cobrador, roubava som de carro, já roubei carro inteiro já, roubava bastante pedestre nas rua. **Entrevistadora:** como voce fazia? **Carlos:** ah arrumava arma chegava e falava que era um assalto e pegava o dinheiro e ia lá fumar pedra lá.

Em suas falas ele demonstra como o principal em suas ações é a possibilidade de acesso ao seu objeto de satisfação (droga), acesso que ele percebe mais facilitado pelos atos infracionais do que pelas suas oportunidades de trabalho. Nesse sentido, a lógica de consumo proposta pelo capitalismo – na qual são produzidas constantemente mercadorias que ilusoriamente possibilitem a satisfação total do desejo e o tamponamento da falta, e que instigam a demanda insaciável dos sujeitos – bem como suas leis de mercado, são legitimadas pelo adolescente, enquanto as leis jurídicas não (QUINET, 2009; ROSA; VICENTIN; CATROLI, 2009). Com a consolidação do sistema capitalista o valor das pessoas passa a ser reconhecido pelo seu poder de consumo e não pelo cumprimento de leis jurídicas, e decorre que o próprio movimento ao consumo passa a ser uma lei, uma obrigação.

Entrevistadora: mas e as pessoas que você conhece e que roubam, elas roubam porque? **Carlos:** ah não sei, eu acho que sempre rouba pra ter, sempre quer, tipo, ser melhor que alguém, ter mais que o outro, eu penso assim.

Entrevistadora: como você pretende criar seus filhos? **Carlos:** ah tipo dá sempre de tudo assim, ah não deixa eles se envolve no crime.

Carlos: ah as coisas assim, ele, ele era gente boa, ele comprava, sempre quando tava al...é tipo assim, a...ele era assim, ele bate...ele batia em nós e nos meus irmão, e no outro dia ele sempre comprava alguma coisa pra agradar ou arrumava uma bicicleta sabe, ele gostava de agradar os outros assim.

Embora suas vivências na relação com o pai tenham sido de violência, o pai e a mãe também foram fonte de satisfação e amor, permitindo sua organização psíquica e até a inscrição da Lei simbólica. Entretanto, parece ser a vivência das desigualdades sociais e penais que ocasionam a desvalorização das leis, pois o cumprimento destas não lhe deixa possibilidades de escolha que o satisfaça. Assim, se não se estabelece um pacto entre o sujeito e a rede social, as leis impostas pela organização social são reconhecidas mas não são legitimadas e o seu exercício não é respeitado. Ele não percebe benefícios em ser trabalhador e cumprir as prescrições legais, porque não acredita na capacidade de consumir, ser valorizado socialmente e realizar seus desejos pelo cumprimento das leis jurídicas e medidas socioeducativas que apostam na educação como possibilidade de transformação do seu lugar social.

4. DANILO - AS LEIS DE MERCADO E AS LEIS JURÍDICAS

Ainda bebê, o adolescente foi tirado da mãe por aquele que considera como seu padrasto, o qual decidiu criá-lo, por achar que Danilo estava sendo maltratado. Ele era frequentador do bar da mãe de Danilo, e conta a ele que decidiu adotá-lo quando o viu dentro de uma caixa, sendo cuspidos pelos bêbados do bar. Embora o padrasto tenha sua guarda, o processo de adoção não foi completado. Assim, o adolescente mantém registrado o nome dos pais biológicos, mas a família, professores e alguns amigos se referiam a ele pelo nome de Lucas, que lhe fora dado pelo padrasto. Ele afirma que considera o padrasto como seu pai, sendo que em alguns momentos refere-se a ele como pai e em outros como padrasto¹¹. Antes de ser internado no CENSE o adolescente era morador de rua e integrante do tráfico, pois tinha fugido de casa por causa das agressões paternas. A mãe biológica morreu de HIV e ele não chegou a conhecer o pai biológico. Por conhecer a mãe e os irmãos biológicos, pelas mudanças de namoradas do pai e a convivência com a avó, ele constitui uma multiplicidade de referenciais parentais, os quais atuaram em sua constituição subjetiva. Nos trechos apresentados a seguir procuramos destacar relações entre essa multiplicidade e sua subjetividade.

Entrevistadora: e antes de morar na rua, você morava com quem? **Danilo:** eu morava com os meus padrastos. **Entrevistadora:** como era o nome deles? **Danilo:** Robson e o nome, da minha madrasta era Vânia. **Entrevistadora:** e você tem irmãos? **Danilo:** biológicos sssiiim e não biológicos também. **Entrevistadora:** então você tem pais biológicos que você conhece? **Danilo:** aham...não, que eu não conheço. **Entrevistadora:** e por que você foi morar com seus padrastos? **Danilo:** que eu era pequeno assim, disse meu padrasto que eu tava, eu tava assim num bar, numa caixa assim, jogado, ele foi no bar assim, daí ele viu eu, e viu lá que os bêbados assim judiavam de mim assim, cuspiam em mim, pegou eu e levou pra casa. **Entrevistadora:** você tava no bar sozinho? **Danilo:** é, não, a minha mãe era...minha mãe...diz ele que a minha mãe era dona do bar.

Entrevistadora: então quando o seu padrasto te adotou ele estava com quem? **Danilo:** Clarinha. **Entrevistadora:** e daí, o que aconteceu? **Danilo:** daí depois eu acho que eles desentenderam lá e, brigaram daí separaram. Daí ela levou assim, ela levou os dois [irmãos] e eu fiquei morando com a minha avó, quando eu era pequenininho. **Entrevistadora:** com a tua avó? **Danilo:** mãe dele. Aí eu fiquei morando com ela assim. **Entrevistadora:** e a sua avó, quanto tempo você passou lá morando com a sua avó? **Danilo:** nossa não lembro, mas acho que eu passei um monte de tempo assim. Acho que foi uns quatro anos.

¹¹ Pelo fato de Danilo referir-se ao seu padrasto – o homem que lhe adotou – ora como pai, ora como padrasto, optamos por utilizar o termo pai para nos referirmos a ele durante a análise aqui apresentada, principalmente por Danilo afirmar considerá-lo como pai. Já o termo mãe é utilizado para designar a mãe biológica do adolescente, pela relevância que foi dada a ela em sua entrevista e importância que esta adquiriu em sua história.

Entrevistadora: e o que você achou de sair da casa da sua avó pra ir morar com ele (padrasto)? **Danilo:** ah assim, normal assim. Eu era criança assim. Achei normal. **Entrevistadora:** você queria ir junto com ele? **Danilo:** aham. **Entrevistadora:** você considerava ele como pai? **Danilo:** considerava. **Entrevistadora:** e mãe? Quem você considerava como sua mãe? **Danilo:** ah a Clarinha mesmo.

Entrevistadora: você faz aniversário que dia? **Danilo:** dia 29 de março, três dias depois do meu pai. **Entrevistadora:** e quando vocês estavam na rua como vocês comemoravam os aniversários? **Danilo:** comemorava juntos. **Entrevistadora:** e como era? **Danilo:** ah, tinha um bolo assim, só que ele não gostava muito assim. Daí eu se alimentava tudo sozinho assim. Eu, meus irmão, minha mãe. **Entrevistadora:** a Clarinha? **Danilo:** não, a Vânia.

Entrevistadora: como as pessoas te chamavam? **Danilo:** me chamavam normal. **Entrevistadora:** de Danilo. **Danilo:** não, de Lucas. **Entrevistadora:** de Lucas? **Danilo:** aham, quando eu era pequeno sim. **Entrevistadora:** não entendi. **Danilo:** não, ó, quando que comecei eles me chamavam de Danilo. Quando eu saí de casa eles começaram a me chamar de Danilo, daí depois de um tempo... **Entrevistadora:** na rua? **Danilo:** aham. **Entrevistadora:** e em casa como eles te chamavam? **Danilo:** de Lucas. **Entrevistadora:** em casa eles não te chamavam de Danilo Luis? **Danilo:** não. **Entrevistadora:** quem te chamava assim? **Danilo:** meu pai, minha avó. Daí os amigos do colégio assim, eles viam minha irmã chama ô Lucas. Daí eles começaram a me chamar de Lucas assim, porque eu estudava no mesmo colégio que eles assim. **Entrevistadora:** mas no colégio, como te chamavam? **Danilo:** de Lucas. Só a professora mesmo que me chamava de Danilo por causa da chamada. **Entrevistadora:** e quem te colocou esse nome de Lucas? **Danilo:** meu padrasto, ele não gostava de Danilo. **Entrevistadora:** mas e quando ele decidiu te chamar de Lucas? **Danilo:** quando eu era pequenininho, eles já começaram a me chamar de Lucas, só que daí no registro, na certidão tá Danilo Luis. Só que pra eles não era Danilo, era Lucas. Só que daí quando eu fazia alguma coisa assim, eles colocava Danilo. Tipo eu tinha que ir no médico eles colocava Danilo. **Entrevistadora:** o teu sobrenome tem o nome de quem? **Danilo:** tem o nome do meu pai. **Entrevistadora:** do Robson? **Danilo:** não, do meu pai biológico. **Entrevistadora:** quando você descobriu que seu nome não era Lucas e sim Danilo? **Danilo:** desde pequenininho eu sabia, o tempo todo. **Entrevistadora:** e como era isso pra você? **Danilo:** ah era normal, porque a maioria me chamava de Lucas, daí eu me acostumei com o Lucas assim. Só que daí, depois de um tempo assim que eu cresci assim, daí eles só me cha...daí teve uma época assim que todo mundo me chamava de Danilo. **Entrevistadora:** na rua? **Danilo:** aham, na rua assim. Daí depois quando eu voltei assim, quando eu (pausa) quando eu voltei...é daí os familiares assim, quando eu ia visitar minha avó, ela me chamava de Lucas só, não me chamavam de Danilo, daí eu fui me acostumando assim. Mas agora eu prefiro Danilo. Ela me chama, ela me chama de Lucas até hoje quando eu faço ligação pra ela.

Entrevistadora: você queria ficar na casa da sua avó? **Danilo:** não, não por causa dos meus tios. Ele falavam pra minha avó assim: 'já que o filho não é seu a senhora não tem obrigação de cuidar, ele que é pai, ele que cuida.' Falava bem assim.

Entrevistadora: e como era a vida na rua? **Danilo:** ah, era boa assim. O relacionament...eu tenho...eu acho que eu tenho um relacionamento assim...eu sei me adaptar em vários lugares, qualquer lugar.

Já discurremos como para Freud (1914, 1917, 1921, 1923/1973) o outro é essencial na constituição subjetiva, uma vez que são os processos identificatórios que a sustentam. Nesse processo os pais se configuram como os primeiros representantes da alteridade para o sujeito. Eles são responsáveis por investir libidinalmente a criança e transmitir a ela um conjunto simbólico que permite a organização psíquica e sua inscrição na ordem cultural, orientando

seu desejo. É importante esclarecer que quando Freud (1923/1973) refere-se aos pais, ele se refere a lugares simbólicos, por isso, em alguns momentos de sua obra utiliza o termo pais e em outros utiliza instâncias parentais. Lacan (1957-58/1999) também se refere à função materna ou função paterna sem que a estas funções correspondam, respectivamente, à mãe e ao pai da realidade concreta. Ou seja, as funções materna e paterna correspondem a lugares simbólicos, os quais podem ser encarnados por diferentes pessoas que façam parte do meio no qual a criança está inserida e com as quais ela estabeleça uma relação libidinal. Os trechos da entrevista de Danilo demonstram como sua constituição subjetiva é marcada por uma multiplicidade de referenciais, já que percebemos diferentes pessoas assumindo a responsabilidade por cuidá-lo. Além disso, apresenta-se uma rede de relações que o precede, mas que tem efeitos em sua subjetividade, como a relação do pai com suas mulheres, com a mãe e com a avó de Danilo.

Para Lacan (1957-58/1999), a mãe é aquela que exerce a função de possibilitar no sujeito o surgimento de uma organização psíquica, que ocorre a partir do direcionamento do desejo materno para a criança, possibilitando um investimento narcísico. A criança identifica-se como objeto de satisfação do desejo materno constituindo nesta relação um estado de completude narcísica, o que contradiz com o seu estado de “despedaçamento” corporal. Ao mesmo tempo, com o movimento de ausência/presença desta mãe é possível a criança reconhecer uma diferença entre ela e o outro e, a partir desse movimento de idas e vindas, constituir um eu separado da alteridade. O eu permite ao sujeito sentir-se como uma totalidade, mas somente como uma ficção, pois sua constituição é múltipla e diversificada, ocorrendo na medida em que o sujeito vai estabelecendo laços libidinais com os objetos e identificando-se com eles. Ou seja, o sujeito vai moldando seu eu a partir de traços do objeto e da relação. Já o pai é entendido como a instância simbólica responsável por retirar a criança do estado de completude estabelecido com a mãe e sustentar a inscrição da Lei, possibilitando uma significação do desejo, uma orientação dos processos identificatórios e inserindo o sujeito na cultura.

De todas as relações estabelecidas por Danilo as mais significativas parecem ser as que foram estabelecidas com o pai e com a avó. Ele manifesta um conflito de afetos em relação ao pai, pois, ao mesmo tempo em que sente raiva pela violência sofrida, também preserva sentimentos amorosos pelo carinho e proteção recebidos. Este carinho faz com que em alguns momentos sintam-se em dívida com o pai, sentindo-se responsável pelas agressões sofridas, que segundo ele, ocorriam devido ao seu “mau-comportamento”.

Entrevistadora: e você chegou a falar pra alguém que seu pai te batia? **Danilo:** não. **Entrevistadora:** por quê? **Danilo:** ah não sei, às vezes eu tinha medo. Às vezes falava que não compensava. **Entrevistadora:** você tinha medo do quê? **Danilo:** ah sei lá assim, eu tinha medo dele assim, de que ele descobrisse assim e me bate...batesse mais assim. Daí tinha hora que eu pensava, falava assim: ‘não, mas se eu fizer isso, ele pode acabar indo preso, ele tem mais dois filhos pra criar, e com quem que eu vou ficar assim.’ Eu não pensava em fugir assim. Daí depois assim eu ficava pensando assim.

Entrevistadora: você não pensa mais nele? **Danilo:** não, tava pensando esses dias atrás. Porque agora dia 25 de março é aniversário dele, daí eles têm o telefone dele aqui, daí eu tava pensando em ligar pra ele. **Entrevistadora:** e daí? **Danilo:** ah daí, eu não sei, eu não sei se vou ligar. Porque vai que eu ligo e ele me (pausa) me atende com um monte de pedra na mão.

Entrevistadora: e como você pensa em ganhar dinheiro? **Danilo:** ah, por enquanto não sei. Eu queria me formar em refrigeração daí eu mudei de idéia um tempo atrás. **Entrevistadora:** o que aconteceu que você mudou de idéia? **Danilo:** ah não sei, eu conversei com a enfermeira daqui, daí eu tava conversando com ela. Daí ela falou que ganha bem, queria me...estudar hein...em ser...fazer o negócio de auxiliar de enfermagem.

Entrevistadora: e de refrigeração? **Danilo:** ah eu pensava porque o meu pai, eu aprendi um monte de coisa com ele assim, meu pai não né, meu padrasto. Eu aprendi um monte de coisa com ele.

Embora procure se afastar do pai – devido às inúmeras agressões sofridas - e desistiu-o como figura paterna e objeto de amor procurando chamá-lo de padrasto, ou evitando pensar e falar sobre ele, o pai ainda está presente e atuante em sua subjetividade. Assim, mesmo distante dele, a relação entre os dois é mantida psiquicamente pelas identificações, as quais preservam os laços com os objetos (Freud, 1917/1973). A avó também é preservada como objeto de amor, e como figura materna protetora¹².

Se o carinho e proteção recebidos do pai fizeram surgir um sentimento de dívida em relação a ele, as inúmeras ofensas e agressões sofridas e o tratamento diferenciado dado aos irmãos fizeram coexistir um sentimento de injustiça. As agressões do pai inscreveram em Danilo um conflito, pois a mesma pessoa que o agredia seria responsável por protegê-lo. No início da relação com o pai ele entendia as agressões sofridas como instrumentos de educação, como benéficas para ele, já que elas eram interpretadas como ações protetoras que tinham o intuito de fazer com que Danilo tivesse bons comportamentos. Ele percebia as agressões como um castigo pelas suas ações “erradas” e entendia que o intuito do pai era corrigi-lo. Ainda, pelo pai ter lhe retirado de uma situação de abandono, constituiu-se um sentimento de dívida nesta relação. Entretanto, com a aleatoriedade com a qual as agressões ocorriam, a percepção de um tratamento desigual entre ele e os irmãos, e os laços afetivos e protetivos

¹² Durante os atendimentos, Danilo falava constantemente do seu projeto de comprar um casa na qual pudesse morar com a avó.

estabelecidos com a avó, ele opera uma mudança no sentido dado a estas ações, que passam a ser representadas como violência, na medida em que Danilo não encontra motivos e nem explicações para elas.

Entrevistadora: e ele era assim com seus outros irmãos também? **Danilo:** ele era assim só comigo assim. Que meus irmão era certinho. Daí eu era o mais bagunceiro. **Entrevistadora:** você não era certinho? **Danilo:** não. **Entrevistadora:** como você era? **Danilo:** ah eu bagunçava um monte. **Entrevistadora:** você acha que você estava errado? **Danilo:** não, eu acho que sim. **Entrevistadora:** e o que ele fazia com você era certo? **Danilo:** talvez um pouco pra me educar né, mas eu também não gostava assim.

Entrevistadora: ele te tratava diferente dos outros irmãos? **Danilo:** algumas partes sim. **Entrevistadora:** como o que? **Danilo:** ah tipo...como que fala...no carinho assim. **Entrevistadora:** o que era diferente? **Danilo:** ah eu acho que...eu acho...eu achava, agora eu não acho mais...agora eu nem penso nisso. Só achava que ele tratava com mais carinho meus ir...meus dois irmãos. Às vezes ele falava bem assim. Não tem pra um, não tem pra todos, não tem pra nenhum. só que daí ele ia lá, comprava um negócio pra minha irmã e deixava eu e o meu irmão sem. Ele comprava negócio tipo, mas...já aconteceu o contrário, comprasse pra mim, deixasse eles dois sem, mas eu achava assim, não, mas ele me trata com menos carinho do que ele trata os outros. **Entrevistadora:** e por que você achava isso? **Danilo:** ah não sei, porque às vezes eu aprontava também, daí ele não...ele me batia né, os outros aprontavam ele só falava: 'não, não faz mais isso, não sei o que.'

Entrevistadora: e como era a tua relação com a tua avó? **Danilo:** até hoje é boa. **Entrevistadora:** e quando você tava com ela, você aprontava também? **Danilo:** aprontava um pouco assim, mas...agora eu penso assim que ela...tipo assim, meu pai sempre falava que era, que não era pra ela passar a mão na minha cabeça assim. Daí eu...quando eu era pequenininho eu não ligava assim, mas agora eu acho que, eu acho que de tanto ser mimado assim eu acho que eu fiquei um pouco sem vergonha também. **Entrevistadora:** como ela (avó) passava a mão na sua cabeça? **Danilo:** ah eu aprontava, daí, tipo assim, eu aprontava na escola, daí ele tava certo assim né de me corrigir, daí ela chegava, falava: 'não, não bate nele que não sei o que, ele é criança, essas coisas.'

Entrevistadora: Como era o Robson? **Danilo:** ah tipo assim, quando eu era pequenininho assim eu achava 'não, eu devo, eu devo, eu acho que eu devo alguma coisa pra ele, porque se não fosse ele eu não taria aqui agora, eu penso assim, que eu não taria aqui agora.' Só que daí depois que eu fui crescendo assim eu fui desanimando falei 'não, peraí, será que eu devo alguma coisa pra ele?'. Daí depois assim eu fui...comecei a brigar com ele assim, depois que eu fui crescendo. Ele falava alguma coisa pra mim, eu já respondia, já ficava irritado.

Entrevistadora: e por que você foi morar na rua? **Danilo:** por causa disso, depois que eu cresci um pouco eu tava com 13 anos eu não aguentei mais tanto ele me bate assim. Eu sabia às vezes que eu tava errado, que eu tava apanhando porque eu tava errado e às vezes quando eu tava certo ele me batia mesmo assim...que ele bebe, ele é alcoólatra.

Entrevistadora: como era sua vida na sua casa? **Danilo:** ah vamos su...ah no começo ia indo né assim, mas depois eu a...sei lá, eu tomei mais consciência, daí eu falei: 'não, se ele não gosta de mim eu...por que que eu tenho que ficar aqui?' Daí eu fui e fugi. Daí eu to até hoje sem ver ele.

Entrevistadora: você chegou a conhecer a sua mãe? **Danilo:** eu vi ela duas vezes. **Entrevistadora:** e como você viu ela? **Danilo:** ela foi, ela foi lá, ela foi lá na casa do meu padrasto duas vezes. **Entrevistadora:** pra te ver? **Danilo:** aham. **Entrevistadora:** e como foi esse encontro? **Danilo:** ah eu era pequenininho ainda,

eu era novinho. **Entrevistadora:** você lembra disso? **Danilo:** eu lembro. **Entrevistadora:** do que você lembra? **Danilo:** eu só lembro que ela me deu um abraço assim, daí depois eu não lembro mais nada assim.

Analisando o conceito de violência, Freire Costa (2003) procura diferenciá-la de outros conceitos como agressão, força, trauma, poder e coerção. Ele demonstra que uma ação só é violenta quando se percebe no agressor um desejo de destruição. Assim, nem sempre que a força é usada como meio de coerção estamos diante de uma situação de violência. Freire Costa (2003, p. 39) escreve: “é porque o sujeito violentado (ou o observador externo a situação) percebe no sujeito violentador o desejo de destruição (desejo de morte, desejo de fazer sofrer) que a ação agressiva ganha o significado de ação violenta.”

E mais adiante o autor define a violência:

[...] não só como coerção mas simultaneamente como desrespeito à lei ou ao contrato. Pressupõe-se, então, a existência de um uso arbitrário e gratuito da força por parte do mais poderoso contra o mais fraco....A representação indutora da violência é uma representação abusiva que porta em si a patente do arbítrio e da gratuidade. (FREIRE COSTA, 2003, p.124)

Assim, nem sempre as ações agressivas e coercitivas são equivalentes à violência, pois nem sempre apresentam um sentimento ou pensamento de gratuidade e arbitrariedade. O sujeito então subordina-se a estas ações agressivas por entendê-las como necessárias. Nesta perspectiva, enquanto as ações do pai eram significadas por Danilo como necessárias a sua educação, e ele percebia no pai o intuito de protegê-lo, ele se subordinava à autoridade paterna. Com as inúmeras agressões aleatoriamente sofridas do pai, o sentimento de proteção e de dívida por este se perde e Danilo passa a desrespeitá-lo. Com a violência sofrida ele também reforça o sentimento de rejeição constituído primeiramente em relação à mãe - que permitiu que ele fosse maltratado pelos clientes do bar e que fosse adotado - e posteriormente em relação ao pai. É possível que a relação estabelecida com a avó e a proteção que dava a Danilo, evitando que ele fosse agredido, também permitiram a ele ressignificar as agressões como abusivas, desnecessárias e, portanto, violentas¹³.

A avó constitui-se, então, como uma figura fundamental na constituição subjetiva de Danilo, porque possibilitou uma preservação narcísica diante dos desejos maternos e paternos interpretados como destrutivos. Outro elemento que pode ter contribuído para que a

¹³ Conhecemos a tradição analítica que diferencia agressividade de violência e estabelecem limites entre essas operações, bem como procura diferenciá-las no funcionamento psíquico. Dessa forma, apresentamos o trabalho de Freire Costa (2003) por considerá-lo fundamental nesse debate e utilizamos suas análises. Entretanto, salientamos que no decorrer da dissertação não adotamos a proposta de utilizar essa diferenciação como referencial analítico, pois este procedimento implicaria procedimentos inviáveis, tais como: pontuar e analisar em todas as entrevistas essa diferenciação, bem como localizar e analisar em todas as referências teóricas adotadas essa diferença.

organização psíquica de Danilo pudesse ser preservada foram as lembranças que tinha da mãe, nas quais ela lhe procurava e era carinhosa com ele. Este investimento narcísico possibilitou que não aceitasse subordinar-se às agressões paternas, mas, sem conseguir lidar com esta agressão, a fuga tornou-se uma forma de se preservar psiquicamente e preservar o pai como objeto de amor. Veremos nas narrativas a seguir como, apesar do distanciamento do pai, o discurso deste continua atuante na subjetividade de Danilo.

Danilo: Mas acho que desde pequenininho assim eu tinha vontade de alguma coisa, eu ia lá assim, me dava tipo, ele me dava 2 real pra comprar a margarina, eu comprava 1,50 e o resto de bala pra mim. Às vezes eu não tinha dinheiro, eu ia lá, comprava, colocava o outro negócio assim na sacola e saía. Daí eu ia comendo no caminho assim. Daí depois assim, o cara via pela câmera e ia reclamar em casa. Só que eu era pequ...daí depois assim que eu cresci assim eu comecei a roubar.

Entrevistadora: e você brigava por quê? **Danilo:** ah por causa de motivo assim, motivo besta assim. **Entrevistadora:** tipo o que? **Danilo:** tipo assim ô...uma vez eu tratei lá com, com um, com um piá lá do colégio assim, que uma brincadeira assim, que se ele tá escrevendo assim, eu vou, bato na mão dele, daí o lápis cai no chão é meu, daí eu ficava brincando assim com ele entendeu assim. Daí eles vinha fazer isso comigo eu ficava irritado, ia lá e batia nele, brigava com ele, não gostava que ele fazia isso comigo, mas que queria fazer com eles.

Entrevistadora: o que ele falava? **Danilo:** ele falava, não, isso aí não pode fazer, e me batia. Ele falava que não era meu, eu não podia pegar, que podia ser uma agulha, só que é dos outros, é dos outros. Daí eu...eu não pensava assim, eu falava: 'não, se eu quero uma coisa eu tenho que ir atrás né, e não tem como eu vou pegar'. Eu ia e pegava.

É quando passa a interpretar as ações do pai como arbitrárias e violentas que Danilo deixa de se subordinar à autoridade paterna. Entretanto, ele já cometia ações transgressivas desde pequeno, indo contra as orientações do pai, pois achava que quando queria uma coisa tinha que conseguí-la sozinho. Essas ações podem ser entendidas conforme Winnicott (2005) como uma reivindicação pela proteção e bem-estar experimentados com as instâncias parentais, mas que se perderam devido à violência sofrida. Na sua leitura, o autor propõe que a criança busca restaurar aquilo que já teve e que foi dela retirado pela mudança da instância materna nesta relação. Na tentativa desesperada de restaurar e de reivindicar o que já teve e se perdeu, a criança exerceria a agressividade e a violência, na esperança de reencontrar algo que se perdeu desta relação. Assim, possivelmente Danilo começa a cometer pequenos furtos como uma tentativa de reparar a falta de proteção e carinho do pai.

Discorrendo sobre o complexo de Édipo, Pellegrino (1987b) nos mostra que o sujeito passa por diferentes processos de separação, que implicam perdas objetais, até culminar na castração, a qual implica na inscrição no sujeito de uma perda nas suas relações objetais, devido à inscrição da Lei simbólica. O que o autor demonstra é que a inscrição da Lei ocorre juntamente com a inscrição do princípio de realidade, o qual inscreve no psiquismo as

exigências do meio externo. Com isso a criança assume sua separação dos objetos, aceitando que eles se presentificam e se ausentam independente de sua vontade. Aceitar esta falta de controle sobre os objetos já implica aceitar a castração, no sentido de operar um corte narcísico expresso no reconhecimento de uma falta¹⁴, a qual marca o caminho do sujeito desejante. O autor afirma que: “A castração simbólica marca a possibilidade de simbolizar o mundo interno e externo” (PELLEGRINO, 1987b, p. 321). O símbolo representa, portanto, a perda e ao mesmo tempo o resgate do objeto perdido. O autor destaca que as relações afetivas de qualidade estabelecidas com as instâncias parentais são fundamentais para este processo de simbolização.

À medida que esta falta inscreve-se em Danilo e que ele tem dificuldades de simbolizá-la na relação com o pai devido às ofensas e violências sofridas, é que procura por meio do roubo simbolizar aquilo que considera ter perdido. Mas, além de uma tentativa de simbolização, as ações transgressivas parecem manifestar uma significação sobre si e sobre a relação estabelecida com o mundo constituída a partir do discurso paterno. Voltamos a ressaltar como a figura paterna é fundamental nesse processo de simbolização realizado por Danilo e nos laços formados por ele com a rede social. Pois é por meio das identificações e das significações constituídas principalmente do contato com o pai que os instrumentos necessários para realizar um intercâmbio com a rede social foram transmitidos. Para Pellegrino (1987b), por não ter uma significação sobre sua existência e sobre o mundo dada *a priori*, ou seja, por não existir uma significação da existência embasada pelos instintos, o sujeito vai constituindo esta significação nas relações com o outro, e no compartilhamento de uma rede simbólica social. Sendo que as bases de formação dos laços sociais e da significação são os processos e desejos inconscientes.

Entrevistadora: e quando você voltava a aprontar, como ele reagia? **Danilo:** ah daí ele me batia de novo. Daí às vezes ele, daí acho que ele tinha pegado tanta raiva de tanto eu aprontar, às vezes eu não tinha feito nada ele me batia também.
Entrevistadora: e nas épocas que vocês estava sossegado ele também te batia?
Danilo: não, batia não, mas brigava, xingava um monte, mas...mas assim bater não.
Entrevistadora: ele te xingava do que? **Danilo:** ah me xingava de preto, de macaco, xingava minha mãe assim.

Entrevistadora: e de onde você acha que vinha esse seu ser bagunceiro? **Danilo:** não sei, ele falava que era por causa dos meus irmãos, aquela época os meus irmãos

¹⁴ Essa falta é característica do sujeito descrito pela psicanálise, e se dá pela presença da linguagem em todo fenômeno humano, o que não permite a certeza inquestionável a respeito de sua existência e da sua relação com o mundo, já que as unidades de composição da linguagem não têm relação unívoca com os objetos da realidade. Essa falta, produzida na relação do sujeito com o mundo, articula-se com um desejo, que se movimenta em busca de objetos e na criação de significações que possibilitem tamponá-la. Porém, pela presença da linguagem, o sujeito está destinado à produção permanente de significações e a impossibilidade de produzir uma verdade compartilhada. O saber que será construído origina-se, então, da posição singular do sujeito em relação à essa falta (PELLEGRINO, 1987b; RODRIGUES et al., 2005).

era tudo trombadinha assim. **Entrevistadora:** como assim? **Danilo:** ele falava assim, que os meus irmão...que eu sempre ia ser o que eu sou hoje, ia ser um ladrão. **Entrevistadora:** ele falava isso pra você? **Danilo:** aham. **Entrevistadora:** quando você tinha que idade? **Danilo:** quando eu ainda era pequenininho, quando ele ia me bater. Quando eu pegava as coisas dos mercado assim. **Entrevistadora:** fala um pouco mais sobre isso Danilo, de como era de ele falar que você era igual aos teus irmãos. **Danilo:** ah ele falava assim, que quando eu ia crescer eu só tinha três caminhos, era a cadeia, o caixão, ou a morte né. Daí ele falava, falava assim. Daí eu fala...ficava pensando, mas por que será? Daí ele falava que meus irmãos era tudo trombadinha assim, que roubava, que fazia um monte de coisa assim. **Entrevistadora:** e você pensava o que? **Danilo:** eu não pensava nada. Eu falei: 'será?'. Eu pensava 'será? Será que é verdade que ele fala? Será...que os meus irmão é.' Ficava pensando. **Entrevistadora:** e você acha que ficou como seus irmãos? **Danilo:** acho que sim. Agora não, agora eu mudei bastante, mas antes eu fiquei bem, igual ao meu irmão. Do jeito que ele falava, falava que eu ia roubar, falava que eu ia pra cadeia, só faltou eu morrer agora.

Entrevistadora: como é a relação do seu pai com os irmãos dele? **Danilo:** agora, agora tá melhor. **Entrevistadora:** mas não era boa? **Danilo:** não. **Entrevistadora:** como era? **Danilo:** ah eles brigavam assim, meu pai já foi preso assim, por causa de brigas com os irmãos assim, discussão besta assim, mas eles brigavam feio assim. Daí de...ele ficou seis, sete anos sem conversar com meu outro ir...com meu outro tio. **Entrevistadora:** e eles brigavam pelo o quê? **Danilo:** brigavam por causa da minha avó? **Entrevistadora:** como assim? **Danilo:** não sei, porque a minha avó ela...ela tinha o costume assim, toda vez que ela ia na casa do meu pai, ela tinha dinheiro, ele podia ter um monte de dinheiro que ela queria deixar mais. E meu pai era...ele se aproveitava. Não, quanto mais dinheiro melhor, ele pensava assim.

Entrevistadora: mas o que você esperava ter com a vida que você levava? **Danilo:** ah, eu esperava ter um monte de coisa. Dinheiro principalmente, mulher, liberdade que eu não tenho mais. **Entrevistadora:** o que você pensava? **Danilo:** eu pensava em quanto mais dinheiro vim, mais eu quero.

Percebe-se que as ações transgressivas de Danilo, de certa forma, se articulam e corroboram o caminho apontado pelo discurso paterno. O saber que Danilo constrói sobre si, sobre suas origens e sobre seus laços consanguíneos provém desse discurso e produzem efeitos em sua subjetividade. Embora tenha dúvidas em relação as suas origens, principalmente em relação a sua família e sobre a sua adoção pelo pai, ele parece constituir suas fantasias, seu desejo e o seu laço com a rede social por meio de um saber que lhe é transmitido pelo pai, e que o coloca na posição de “ladrão”. Nesse sentido, percebemos como sua identificação com essa representação, e a prática de atos transgressivos associam-se ao discurso paterno e ao desejo que este expressa, revelando como ele apresenta-se alienado a este saber. Ele julga suas ações baseadas em um código moral estabelecido pelo pai e compartilhado socialmente. Mas, no qual, se por um lado suas atitudes são julgadas como “erradas”, por outro lado estas ações transgressivas possivelmente realizam um desejo inconsciente por concordarem com o discurso paterno sobre Danilo. Ainda nesta relação estabelecida com o pai, o ter parece adquirir muito valor em sua economia psíquica. Suas ações transgressivas expressam como a capacidade de adquirir objetos e o fato de tê-los

inscrevem-se tanto como uma forma de satisfação do seu desejo quanto uma forma de inclusão social.

Neste ponto, é necessário retomarmos as concepções freudianas sobre o complexo de Édipo e o complexo de castração, durante os quais ocorrem identificações fundamentais para a constituição subjetiva, no que diz respeito à normatização do desejo e das experiências de satisfação. Segundo Freud (1905, 1923, 1924/1973), durante o Édipo os pais são novamente investidos como objetos sexuais, experiência que ocorre devido a um incremento pulsional e na qual o falo passa a ser o objeto em torno do qual as pulsões se organizam. Durante o Édipo, o menino deseja a mãe e quer matar o pai, pois este aparece como um rival, como um obstáculo para a realização do desejo. Com a reorganização das pulsões em torno do objeto fálico, como objeto de satisfação, a criança cria a teoria de que só existiria um sexo, o masculino, sendo que o pênis equivaleria imaginariamente ao falo. Nessa perspectiva imaginária a diferença sexual e alteridade são negadas, bem como a existência do sexo feminino.

Com o decorrer de suas experiências a criança descobre a diferença sexual e cria outra teoria, baseada na primeira: a de que as meninas e mulheres possuíam pênis mas foram castradas, operação que ocorre como um castigo decorrente de uma falta de amor do outro. Essa descoberta da diferença sexual é fundamental para o complexo de castração descrito por Freud, pois, a partir desta descoberta, o menino passa a temer a perda do seu pênis, e a menina, percebendo-se castrada, passa a desejar um filho como substituto do objeto fálico. O medo do menino de ser castrado deriva de sua própria hostilidade em relação ao pai. Como este é percebido como um rival, o menino direciona para ele suas pulsões agressivas, com a intenção de destruí-lo e a partir daí passa a temer uma vingança do pai pela castração. Assim, devido ao medo de perder seu objeto fálico, tão estimado, o menino abandona suas relações libidinais com a mãe para preservá-lo, e identifica-se com o pai, processo que origina a formação do supereu. Com o surgimento desta instância psíquica o sujeito internaliza uma Lei, a qual associa-se às prescrições e interdições culturais e tem a função de orientar o seu desejo. Pellegrino (1987b) demonstra como esta Lei internalizada no Édipo não tem a função de destruir o desejo, pelo contrário, tem a função de discipliná-lo para preservar a vida. A Lei é produto de Eros, das pulsões de ligação, e possibilita ao sujeito orientar-se em relação ao seu desejo, na articulação deste com a rede social. Assim, a Lei internalizada com o Édipo difere da lei jurídica e formal, por estar articulada a processos e desejos inconscientes.

O complexo de Édipo tal como descrito por Freud foi metaforizado por Lacan (1957-58/1999). Este trata do incesto não como um desejo de ter a mãe ou o pai como objetos

sexuais, mas sim de retornar a um tempo mítico, voltar a um estado de completude e homeostase que o sujeito vivencia como tendo sido perturbado pela intrusão de um outro. Pela conceituação do falo imaginário como um objeto que possibilitaria o retorno a um estado de completude narcísica e satisfação do desejo, Lacan (1957-58/1999) aponta que inicialmente a criança representaria este objeto no desejo materno, criando-se uma relação fusional entre a criança e a mãe, e um estado ilusório de completude mútua. Esta completude sofre um corte que é operado pelo pai simbólico, suporte de uma Lei que interdita a relação incestuosa. O pai aparece como suporte desta Lei por ser aquele que supostamente rivaliza com a criança no desejo da mãe. Porém, a função de corte depende de uma instância simbólica, que pode ser encarnada por qualquer elemento que possibilite a inscrição da falta na subjetividade e a significação do desejo materno. Ou seja, a função desta Lei sustentada pela figura paterna é tanto produzir um corte na relação narcísica e fusional entre a mãe e a criança, impondo restrições nas satisfações objetais de ambas, quanto produzir uma significação fálica para o desejo. É a operação que inscreve no sujeito o movimento de troca inerente ao desejo, o qual desliza por diversas significações e objetos.

Assim, a Lei que barra o incesto é a que insere o sujeito na cultura e é pelo fato de o ser humano ser desprovido de um saber instintivo que o ligue ao mundo que este corte se opera, produzindo uma falta constituinte. Portanto, embora o sujeito esteja sempre se movimentando no sentido de tamponar essa falta e cessar o desejo, retornar a esse estado de completude é impossível. Primeiro, porque ele só existiu como um tempo mítico, imaginário; segundo porque a falta é o princípio de sua constituição subjetiva, pois obriga-o a constituir significações para o seu desejo e para sua relação com o mundo no qual está inserido. A operação da castração e da inscrição da Lei tratam então de uma impossibilidade da relação incestuosa, devido à dimensão simbólica presente em todos os fenômenos humanos. Ela determina uma restrição nas satisfações do sujeito, mas, ao mesmo tempo, abre a possibilidade de outras formas de satisfação e escolhas objetais. Esta inscrição simbólica leva o sujeito a não possuir um objeto de satisfação definido *a priori* para seu desejo, destinando-o a uma falta e consequentemente a uma eterna busca por esse objeto.

Calligaris (1991) aponta que dada a liberdade de significações que podem ser produzidas no intercâmbio entre o sujeito e o mundo, o sujeito constitui sempre um saber singular, baseado em suas fantasias, desejos e processos identificatórios inconscientes. Ante a impossibilidade de encontrar uma certeza inquestionável sobre seu desejo, o sujeito recorre à instância paterna, dando consistência a um lugar que a princípio é simbólico. Sobre isso Khell escreve:

É por isso que a psicanálise é tributária do declínio do patriarca e da evolução – porque eu acho que é uma evolução – representada pelo deslocamento do poder patriarcal para a função paterna. A palavra *função* já nomeia uma intervenção simbólica que independe, inclusive, da presença física do pai biológico. Só em uma sociedade não-patriarcal é possível pensar que o pai pode ser representado por uma *reles função*. Nesse ponto, também, os psicanalistas estão sempre tropeçando, sempre lamentando a falta do lugar tradicional do pai, como se este deslocamento significasse que a função paterna não opera mais. Mas ocorre o contrário: é porque não há um pai em posição de poder que a função nos estrutura. Onde há um patriarca que dispõe sobre o destino dos filhos, os casamentos das filhas, a reclusão da esposa, não se pode falar em função paterna: os filhos são efeito do arbítrio do pai, é outra subjetividade que se estrutura, teríamos que entender isso de maneira diferente (KHEL, 2004, p. 97, grifos da autora).

Assim, o sujeito recorre a instância paterna para por meio dela, e dos elementos simbólicos que ela comporta, constituir um saber sobre seu desejo. Com isso, o desejo passa da ordem do impossível para a ordem do interdito. Ou seja, diante da impossibilidade de saber sobre o desejo o sujeito sustenta a ilusão de que há alguém que sabe sobre ele, ou em outras palavras, alguém que possui o objeto fálico e, portanto, não é castrado. Nesse sentido, a ideia de interdição e a constituição do saber paterno já são formas criadas pelo sujeito de lidar com a falta.

O sujeito aceita a restrição em relação aos objetos em troca de poder exercer a sua sexualidade de acordo com sua organização psíquica e com o seu desejo constituídos a partir do saber paterno. A partir dessa perspectiva podemos perceber que com a prevalência do ter como forma de satisfação, como saber sobre o desejo, e com a assunção de uma representação de “ladrão” Danilo acabou por seguir o caminho traçado pelo discurso do pai por meio dos atos infracionais. Percebe-se que, embora a relação com o pai se exerça de forma violenta, ela não é necessariamente patogênica, pois é possível uma articulação dos elementos que ela comporta com referenciais simbólicos compartilhados socialmente. Em outras palavras, ela permite a manutenção de intercâmbio entre o sujeito e o mundo, pois é possível encontrar elementos comuns a ambos (FREIRE COSTA, 2003). Embora fuja e distancie-se do pai, a sua identificação como “errado”, “bagunceiro” e “ladrão” demonstra que se mantém alienado e agindo conforme este saber constituído na relação com o pai.

Entrevistadora: mas vocês tinham momentos bons? **Danilo:** aham, só época de festa só. **Entrevistadora:** como assim? **Danilo:** tipo assim, sempre meu irmão, eu não sei o que que acontecia comigo assim. Tinha uma época que eu fazia tudo certo, não sei o que que acontecia comigo, fazia tudo certo. Eu ia pra escola, me comportava, e era só ele me elogia, ele [pai] não podia me elogiar que eu...virava de novo, começava a fazer bagunça não sei por quê. **Entrevistadora:** o que ele falava pra você? **Danilo:** é daí porque que...eu melhorava, daí eu não sei o que acontecia meu irmão piorava. Meu irmão piorava. Daí ele falava: ‘não, agora não sei o que aconteceu virou, agora o Rodrigo faz bagunça e você vai pra escola normal’. Ele era...ele me elogiava, falava que eu tava de parabéns, que era pra eu continuar daquele jeito, eu entortava de novo. **Entrevistadora:** e nessas épocas ele parava de

te bater? **Danilo:** aham. **Entrevistadora:** e o que passava na tua cabeça...? **Danilo:** eu não sei. **Entrevistadora:** como você sentia quando recebia um elogio dele? **Danilo:** ah não sei, eu me sentia bem assim. Eu falava nossa, então, agora, se eu continuar assim, eu não vou mais apanhar. Só que de repente assim, eu ia pra escola assim, uns amigo meu chegavam: ‘vamos assistir um filme Danilo? Vamo! Daí eu ia na casa deles. **Entrevistadora:** e você não tem idéia do que acotencia para voltar a fazer as coisas que fazia? **Danilo:** tipo, acho que um pouco é...mania né, você faz tanta coisa errada, depois você se acostuma a fazer coisa errada. Daí eu acho que eu tinha essa mania, daí depois eu ficava um pouco bom, depois eu ficava...fazia bagunça assim.

O que é interessante observar na relação entre Danilo e seu pai, e que Freud (1923/1973) já demonstrava, é que os processos identificatórios operam de forma inconsciente e não apenas se constituem a partir de traços do pai como um modelo, mas também a partir do supereu e dos ideais que se articulam ao desejo da instância parental. Nesse sentido, chama atenção que Danilo perceba e critique em seu pai a ambição, o desejo de ter cada vez mais, e aja da mesma forma. Embora este desejo não seja manifesto, percebemos que Danilo constitui um traço identificatório com o que podemos chamar deste ideal do pai, pois nas atitudes transgressivas dele se torna evidente o desejo de querer ter cada vez mais, e a importância que o dinheiro tem em sua subjetividade.

Já discorremos como a constituição do ideal de eu e do supereu ocorre como consequência da operação de inscrição da Lei, e eles são responsáveis, respectivamente, por orientar posteriores identificações e escolhas objetais e por vigiar as ações do eu, comparando-as com o ideal estabelecido (LACAN, 1957-58/1999; FREUD 1923/1973). O ideal de eu se forma, segundo Freud (1914, 1923, 1924/1973), por uma identificação com as instâncias parentais, operação realizada pela via da sublimação dos afetos dirigidos a eles. Já os afetos hostis que eram dirigidos a eles se desprendem no processo de identificação e são utilizados para formar o supereu, que dirige estes afetos para o eu, numa ação de vigília e de crítica às suas ações. Freud (1923/1973) aponta que como essas instâncias psíquicas se constituem na identificação do sujeito com o conteúdo do supereu e ideal dos pais, o sujeito se torna representante dos juízos de valor que são compartilhados pelas gerações. Assim, é também com um ideal constituído nos pais – que se refere à constituição de um saber sobre o desejo destes, inclusive em relação ao filho – que a criança se identifica e a partir daí constrói também um saber sobre seu desejo.

Para Freud (1923/1973), o ideal de eu é uma articulação das heranças arcaicas do sujeito, da articulação de suas exigências pulsionais e seu desejo, com o que ele considera o mais elevado da alma humana, ou seja, as formações culturais. É, pois, a articulação entre as tendências pulsionais e a rede simbólica e social (FREUD, 1921, 1923/1973). Já o supereu será descrito como o julgador crítico do eu, responsável por imposições severas – no sentido

de inflexibilidade nas ordens a serem cumpridas – a este. O autor chega inclusive a se referir à manifestação do supereu como um imperativo categórico.

O termo imperativo categórico foi inserido na filosofia por Kant, e conforme Abbagnano (2007, p. 628) “ele é um outro nome para a palavra dever”. O imperativo categórico refere-se à coação da vontade por um mando da razão a qual ordena sempre uma ação considerada boa na perspectiva da moral. Assim, a qualificação de uma ação como boa ou má implica a sua relação com uma moral, a qual estabelece leis fundadas na razão sobre o que é bom e o que é mau. Quando pesquisamos o conceito de moral em Abbagnano (2007), encontramos que se trata de condutas e atitudes morais dirigidas por normas, no caso, condutas e atitudes entendidas como guiadas por padrões positivamente valoráveis e bons. Considerando essa perspectiva, é possível percebermos como o conceito de supereu se associa a um ideal fálico. Juntamente com a inscrição da Lei e formação do supereu, o sujeito produz uma significação fálica para seu desejo, lhe possibilitando articulá-lo com aquilo que é valorizado, na economia psíquica das instâncias parentais e na rede social.

O uso do imperativo categórico por Freud (1923/1973) para caracterizar o funcionamento do supereu demonstra que as exigências desta instância ao eu estão articuladas ao princípio de realidade, a uma valoração moral social e são interpretadas como um dever. Entretanto, o julgamento moral não implica que o supereu julgue as ações do eu a partir do que é certo ou errado, mas sim a partir daquilo que é valorizado tanto no psíquico como na rede social, ou seja, se elas estão de acordo com um ideal fálico. Freud (1930/1973) aponta como a partir da internalização de uma Lei o sujeito passa a referenciar suas atitudes e sentimentos como bons ou maus. Ele ressalta que esta classificação não está associada necessariamente às leis sociais que ditam o que é certo e errado, mas sim àquilo que faz o sujeito perder ou ganhar amor.

Com a significação do desejo a partir do intercâmbio do sujeito com a cultura na qual está inserido passam a atuar em sua subjetividade as ideologias e os ideais compartilhados culturalmente. Freud (1921/1973) demonstra como as ideias e os ideais de um grupo provocam tanto mais fascínio no sujeito quanto mais forem compartilhados socialmente, impondo modelos de ser e de se satisfazer, reforçando a homogeneidade e anulando a singularidade própria do sujeito. Porém, este não é somente um movimento do grupo social em direção ao sujeito, já que este por sua vez se satisfaz em compartilhar estes ideais. Tal movimento envolve o fato de que na medida em que mais pessoas compartilham de uma mesma ideologia, mais ela alcança o estatuto de verdade, afastando o sujeito da falta constitutiva e da singularidade.

Escreve Freud:

Para que os membros acidentalmente reunidos de um grupo humano cheguem a formar algo semelhante a uma massa, no sentido psicológico da palavra, é condição necessária que entre os indivíduos exista algo comum, que um mesmo interesse os enlace a um mesmo objeto, que experimentem os mesmos sentimentos na presença de uma situação dada e (por conseguinte diria eu) que possuam, em certa medida, a possibilidade de influir uns sobre os outros. Quanto mais enérgica é essa homogeneidade mental, mais facilmente formaram os indivíduos uma massa psicológica e mais evidentes serão as manifestações de uma alma coletiva (FREUD, 1921/1973, p. 2572, tradução nossa).

E mais adiante:

Experimentamos assim a impressão de estarmos diante de uma situação na qual o sentimento individual e o ato intelectual pessoal são muito frágeis para afirmarem-se por si mesmos, sem o apoio de manifestações afetivas e intelectuais análogas as dos demais indivíduos. Isto nos recorda quão numerosos são os fenômenos de dependência na sociedade humana normal, quão escassa originalidade e quão pouco valor pessoal achamos nela e até que ponto se encontra dominado o indivíduo pelas influências de uma alma coletiva, tais como as características raciais, os preconceitos de classe, a opinião pública, etc (FREUD, 1921/1973, p. 2593, tradução nossa).

Ele demonstra, então, como a rede social e as representações dominantes impostas por ela têm efeitos subjetivos principalmente no que diz respeito à formação do ideal de eu, nas escolhas do sujeito e nos laços sociais. A leitura de que com a constituição de um supereu o sujeito não só aceita uma interdição, mas também orienta seus desejos e suas ações no sentido daquilo que é valorizado socialmente, implica considerar o fato de que os ideais compartilhados na rede social brasileira capitalista atuam na subjetividade daqueles que se constituem sob estes ideais, como é o caso do ter em Danilo.

Entrevistadora: o que fazia você continuar assaltando, roubando? **Danilo:** às vezes na precisão e outras na diversão. **Entrevistadora:** o que tinha de diversão? **Danilo:** ah não sei, porque quando eu tinha dinheiro eu tinha um monte de mulher que aparecia, e quando não tinha...não tinha nenhuma.

Entrevistadora: e como foi pra você esse assalto? **Danilo:** ah eu achei normal. Não me apavorei assim nada assim. Daí eu fui, eu fui assim, daí eu falei: ‘não, eu não tenho dinheiro, n-não trabalho, tenho que roubar’. Eu comecei roubando, daí eu conheci uns caras assim. **Entrevistadora:** o que te levou a continuar roubando? **Danilo:** falta de dinheiro. **Entrevistadora:** você não via outra possibilidade? **Danilo:** a não ser roubar ou traficar, vende droga. Daí passou um tempo assim, eu comeci a vender droga assim. Daí eu via que era bem melhor do que roubar. **Entrevistadora:** por quê? **Danilo:** porque eu não, não corria muito risco assim de mostrar minha cara assim, de ficar assaltando os outros, do que pegar ali e ficar vendendo. Minha cara estava ali, estampada também, só que era bem mais fácil.

Entrevistadora: e como era ter dinheiro? **Danilo:** ah era legal. **Entrevistadora:** como você se sentia? **Danilo:** sentia bem confortável né. Porque tudo que eu precisasse eu tinha dinheiro, eu ia e comprava. **Entrevistadora:** o que o dinheiro trouxe pra você? **Danilo:** agora? **Entrevistadora:** na época. **Danilo:** ah ele, deixa eu ver, ele trouxe roupa, trouxe comida. Trouxe mulher também. Deixa eu ver (pausa) diversão e mais outras coisas.

Entrevistadora: hoje em dia que importância você acha que tem o dinheiro? **Danilo:** ah só pra coisas materiais só. Pra saúde também né. Ah sei lá né, pra

alimentação. Deixa eu ver. Talvez plano médico também. **Entrevistadora:** como assim? **Danilo:** ah, agora tem aquele negócio de saúde, de saúde lá. Acho que isso daí é bom também. **Entrevistadora:** você se preocupa com a sua saúde? **Danilo:** não, eu não. **Entrevistadora:** mais alguma coisa pra qual o dinheiro pode ser bom? **Danilo:** ah, tem um monte de coisa. Pode ser bom até pra relacionamentos.

Com a dominação da ideologia capitalista, o poder de consumo de um sujeito passa a influir na sua valorização dentro da rede social, bem como o ideal fálico a ser buscado aproxima-se da ideia de ter. O capitalismo é abordado nesta pesquisa segundo Bobbio (1997), como designando um tipo de relação social, um conjunto de comportamentos individuais e coletivos, atinentes à produção e distribuição de bens de consumo. Ele retoma a perspectiva de Marx sobre o capitalismo, o qual se baseia na relação entre o trabalhador assalariado e o capital, mais exatamente no valor dado ao capital por meio da mais-valia extorquida do trabalhador. O trabalho é entendido também como um mercadoria, e o trabalhador livre é obrigado a vender seu trabalho para aquele que detém os meios de produção e o capital. À medida que o acúmulo de capital é valorizado, o trabalho passa a ser desvalorizado, pois é a partir desta desvalorização que se produzirá a mais-valia.

Lacan (1969-70/1992) equivale o conceito de mais-valia proposto por Marx ao conceito de mais-de-gozar. Para ele, o conceito de mais-valia revela uma espoliação da satisfação, já que o trabalhador não pode usufruir de sua produção e recebe por ela um valor menor do que deveria. Mas mesmo o dono de capital não usufrui desta mais-valia, pois o seu reinvestimento no sistema é necessário para manter a produção e obter mais capital, o qual será reinvestido no sistema, em um movimento contínuo. Lacan coloca a mais-valia no lugar do objeto que movimenta o desejo em busca da suposta completude, fazendo-nos pensar que o capital produzido e reinvestido no sistema capitalista é o que movimenta o desejo dos sujeitos constituídos sob esta lógica, no qual a demanda por consumo é insaciável e as mercadorias se tornam substitutos e representantes do capital como objeto do desejo.

Lacan (1969-70/1992, p. 169) escreve:

Temos que começar vendo porque o discurso do mestre está tão solidamente estabelecido, a ponto de poucos de vocês, ao que parece, avaliarem até que ponto ele é estável. Isto se deve ao que Marx demonstrou – sem mostrar, devo dizê-lo sua relevância – no que se refere à produção, e que ele chama mais-valia, e não mais-de-gozar. Alguma coisa mudou no discurso do mestre a partir de certo momento da história. Não vamos começar a esquentar a cabeça para saber se foi por causa do Lutero, ou de Calvino, ou de não sei que tráfico de navios em torno de Gênova, ou no mar Mediterrâneo, ou alhures, pois o importante é que, a partir de certo dia, o mais-de-gozar se conta, se contabiliza, se totaliza. Aí começa o que se chama de acumulação de capital....A mais-valia se junta ao capital – sem problemas, é homogêneo, estamos aí nos valores. Alias, todos nós nadamos nisso no abençoado tempo em que vivemos.

Lacan (1969-1970/1992) trabalha o discurso capitalista a partir do esquema por ele estruturado dos quatro discursos. Ele retoma a dialética do senhor e do escravo proposta por Hegel para apontar que o discurso capitalista, no qual a posição do senhor é ocupada pelo capital produz sujeitos que equivaleriam aos escravos, sustentando este discurso porque estão alienados ao saber sobre o desejo que ele propõe, e no qual a busca pelo capital movimenta o desejo. Segundo Quinet:

O Discurso Capitalista não é um laço social que regulariza como o é o Discurso do Mestre. Sua política é a liberal, do neo-liberalismo, do cada um por si e um contra todos, já que o sol não brilha para todos. O Discurso do Capitalista não é regulador, ele é segregador. A única via de tratar as diferenças em nossa sociedade científica capitalista é a segregação determinada pelo mercado: os que tem ou não acesso aos produtos da ciência. Trata-se, portanto, de um Discurso que não forma propriamente laço social mas segrega: daí a proliferação dos *sem*: terra, teto, emprego, comida, etc. Os que estão *with* o discurso capitalista são *out*: os *without*. Quem é com está sem, sua lógica obriga. Em contraposição, a psicanálise propõe a ética da diferença e não a ética da segregação (QUINET, 2009, p. 8).

Isso não quer dizer que os laços sociais desapareçam, mas que eles se tornam enfraquecidos, na medida em que o sujeito não estabelece mais relação com o outro, mas sim com uma mercadoria, com um objeto de consumo, estimulando a ilusão de completude não mais a partir da relação com o outro, mas sim, com um objeto. Para Quinet (2009), a mais-valia colocada no lugar de causa do desejo promove uma nova economia libidinal, na qual cada um relaciona-se com o outro tentando obter deste um lucro, tentando tirar vantagem. Ele escreve: “O Discurso do Capitalista fabrica um sujeito animado pelo desejo capitalista - desejo que o leva a produzir, ou seja, materializar o significante-mestre desse discurso: o dinheiro que em seu caráter virtual se chama capital.”(QUINET, 2009, p.7). Esse modo de laço social faz o sujeito crer que é possível encontrar o seu objeto de satisfação total que cessaria o movimento do desejo.

Para Rosa, Vicentin e Catroli (2009, p. 53), no capitalismo há um “atravessamento da lei de mercado na lei do desejo” instituindo o capital e as mercadorias possíveis de se adquirir com ele como verdades sobre o desejo. A demanda do sujeito por novas mercadorias e sua insatisfação com as que já tem significa que o discurso capitalista tem êxito em transformar a insatisfação constitutiva do desejo humano em uma insatisfação comandada pelo mercado. Nesse sentido a lógica do capital é apresentada como a única possível, provada pelo sucesso. Essa fantasia intensifica a alienação do sujeito, fazendo desacreditar no próprio desejo e na própria singularidade da sua verdade. Sobre a perda da singularidade Calligaris (1991) aponta que quanto mais o ter é compartilhado como um ideal fálico, como uma forma de valorização do sujeito, mais ele se produz como uma verdade sobre o desejo.

Assim, percebe-se como o ter ganha valor na economia psíquica de Danilo quando interpretado como um ideal paterno que é compartilhado como ideal também pela rede social. O seu desejo encontra-se articulado ao dinheiro como um dos representantes do objeto fálico, pois ter dinheiro significa ter a possibilidade de acesso a uma multiplicidade de objetos e supostamente conseguir atender à demanda insaciável do consumo na tentativa de tamponar a falta. Vimos como a associação estabelecida entre o dinheiro, a satisfação do desejo e o tamponamento da falta acontece na sociedade capitalista contemporânea, pois o capital passa a operar na rede simbólica contemporânea como principal significante na medida em que permite o acesso a praticamente todo objeto travestido como mercadoria. Percebe-se que o envolvimento de Danilo com atos infracionais ocorre tanto por ser a forma encontrada por ele de ter acesso a este ideal fálico quanto pelo cumprimento de uma significação sobre si constituída a partir do discurso paterno. Assim, o envolvimento com atos infracionais parece estar associado à assunção de uma representação identitária dada pelo pai, e um meio de partilhar dos ideais da rede social, que valoriza e oferece benefícios a partir daquilo que os sujeitos têm.

Entrevistadora: e o que fez você mudar de opinião? **Danilo:** ah, depois que eu vim pra cá. **Entrevistadora:** como foi que você mudou essa sua visão? **Danilo:** ah não sei, eu acho que não compensava eu ficar roubando. Porque agora eu ah, eu não vejo mais por esse lado. Assim, que roubar é melhor, porqueeee era bom roubar, eu falo: era bom, mas tem seus lados, prejuízo, agora tô aqui um monte já. **Entrevistadora:** o que tinha de bom em roubar? **Danilo:** ah, tinha dinheiro. **Entrevistadora:** você ganhava bastante dinheiro? **Danilo:** aham. **Entrevistadora:** quanto você ganhava? **Danilo:** um pouco. **Entrevistadora:** um pouco? O que é um pouco? **Danilo:** não sei. Fala um pouco é um pouco. **Entrevistadora:** e com o tráfico? **Danilo:** o tráfico dava mais. **Entrevistadora:** quanto dava o tráfico? **Danilo:** não, assim. Não que eu não sei assim, que eu não gosto de ficar falando.

Entrevistadora: então você ganhava bem né? **Danilo:** um pouco (rindo). **Entrevistadora:** e era algo que realizava? **Danilo:** como assim? **Entrevistadora:** te deixava feliz? **Danilo:** ter dinheiro? **Entrevistadora:** é. **Danilo:** bastante. **Entrevistadora:** você acha que as pessoas que têm dinheiro são tratadas de maneira diferente? **Danilo:** ah, porque tipo assim, se eu quero comprar um negócio, e eu tenho dinheiro, todo mundo vai vir pra mim comprar né. Tipo, vou no mercado, daí eu quero comprar um negócio e tenho dinheiro, daí já chega um: 'não, posso atender, não sei o que.' Agora você chega lá com aquela...todo...roupa tudo sujo assim, os cara nem pergunta.

Entrevistadora: quando você fazia seus assaltos, traficava, você sabia que estava indo contra as leis? **Danilo:** aham, sabia. **Entrevistadora:** o que você pensava disso? **Danilo:** que eu to precisando de dinheiro, a lei que...

Mais uma vez aponta-se como o descumprimento das leis jurídicas não necessariamente implica a falta de inscrição da Lei simbólica, já que esta encontra-se articulada atualmente com as leis de mercado, que orientam o desejo em busca de mercadorias que o satisfaçam, e que permitiram a valorização e o compartilhamento de ideais de uma rede

social. Calligaris (1991) demonstra como esse compartilhamento de ideais na constituição de uma verdade pode atuar no sujeito. Para ele, diante da impossibilidade de constituir um saber para o desejo que seria da ordem do instinto, que o faria cessar, o neurótico encontra uma saída: a possibilidade de renunciar à singularidade do seu saber e construir um saber sabido e compartilhado. Assim, renunciando a sua singularidade, o sujeito se aliena a um saber construído e compartilhado socialmente, tornando-se instrumento deste saber e ganhando em troca a possibilidade de praticar uma fantasia comum e de experimentar a certeza em suas vivências. Para o autor, esta saída é uma tentação irresistível, mas se por um lado ela cessaria a dúvida sobre o desejo, e o sujeito pode supostamente não se haver mais com a falta, por outro ela anula as diferenças e as singularidades próprias da subjetividade.

Como descrito por Freud (1921/1973), o movimento de compartilhamento de um saber é o que se faz na medida em que se estabelecem laços sociais. O sujeito constrói e partilha deste saber como forma de compartilhar e de pertencer e uma rede social e simbólica, porém, Calligaris (1991) demonstra que a ação política do sujeito deve ser no sentido de tentar escapar da ação totalitária deste saber, partilhá-lo, mas sabendo do seu *status* de semblante, aceitando a falta de uma verdade sobre o funcionamento do desejo e preservando sua singularidade diante deste. Para aqueles que se fazem instrumento e se alienam a esse saber compartilhado, não importam o seu conteúdo e as práticas e regras que são necessárias cumprir, o que importa é sustentar este saber como uma verdade, a partir de regras que determinam suas ações. Nessa perspectiva o autor critica o discurso tradicional estruturalista que define a estrutura perversa como transgressora e aponta que pessoas que não apresentam nenhum aspecto da denominada estrutura perversa são capazes de cometer ações violentas, em nome de um saber e de uma fantasia em comum.

Para Calligaris (1991), com a invenção do capitalismo e a consequente valoração social e pessoal por meio do ter, torna-se mais fácil a constituição de um saber paterno totalizante. Isto porque quando o ideal compartilhado aproxima-se do ser implica questionamentos e movimentos constantes, uma vez que as qualidades valoradas na rede social sofrem modificações constantes. Porém, quando o ter passa a definir o sujeito possibilita o compartilhamento e um saber sobre o desejo, tornando mais fácil a tarefa de provar que este saber não é apenas um semblante. O ter abre a possibilidade de uma verdade sobre o desejo, de compartilhá-lo e de inscrever-se no desejo do outro. Ele é um semblante que se sustenta mais facilmente como verdade, porque é mais totalizante. O autor afirma:

A passagem do ser para o ter é um fenômeno decisivo da nossa modernidade pela sua implicação: quanto mais o que estamos perseguindo (o nosso ideal fálico) se

situa do lado do ter, tanto mais o saber paterno vai poder se apresentar (semblante) como um saber sabido e compartilhado. (CALLIGARIS, 1991, p.117)

Portanto, o saber sobre o desejo não se situa mais de forma privilegiada na ordem do singular e da criatividade, operando de forma totalizante sem ser ditatorial e, enquanto tal se impõe como uma verdade, impondo aos sujeitos um saber sobre o desejo e a possibilidade de realização deste por meio do ter. A alienação a este saber é facilitada, diante da impossibilidade cada vez maior de lidar com a falta e com a singularidade, devido à ação totalitária desse saber. Percebemos em Danilo como ele busca compartilhar desse saber, e embora reconheça sua capacidade de se escolarizar e profissionalizar-se, ele escolhe a prática de atos infracionais pela possibilidade lucrativa que ela lhe proporciona.

Os atos infracionais e o ter lhe possibilitam ainda a realização de outros dois ideais sociais: a autonomia e a liberdade. Adquirindo dinheiro o adolescente reconhece-se com liberdade de escolha, sente-se reconhecido pelo outro e sente-se seguro, segurança que as instâncias parental e jurídica falharam em lhe oferecer. Na análise de Carlos, vimos como a partir do individualismo o sujeito autônomo passa a ser um ideal a ser alcançado pelos sujeitos, os quais têm que enfrentar os conflitos, romper as tradições e se inventarem na busca de autonomia, expressa na escolha de seu destino e na responsabilidade por suas ações. Além disso, visa a uma suposta independência do outro na busca de satisfação, o qual passa a ser em muitos casos um obstáculo para sua obtenção ou então peça dispensável para obtê-la (DUMONT, 1985; CALLIGARIS, 2000; MATHEUS 2008).

Em suas narrativas Danilo demonstra-se capaz de reconhecer suas atitudes como “erradas” ou “certas” dentro do contexto jurídico, mas parece que ele não crê na possibilidade de compartilhar de um ideal fálico associado ao ter através do cumprimento das leis. O submetimento a elas não proporcionaria nenhum benefício, pelo contrário, marcaria sua exclusão perante o saber embasado no ter.

Entrevistadora: as pessoas que descumprem as regras dos ladrões, o que acontece?

Danilo: tem que apanhar né. **Entrevistadora:** por quê? **Danilo:** pra aprender né.

Entrevistadora: estas pessoas são excluídas de alguma maneira? **Danilo:** são.

Entrevistadora: e o que você achou do cara ter te denunciado? **Danilo:** eu achei que ele tava certo né! Porque eu roubei ele. Só que eu não gostei. Eu fiquei pensando, não quando eu sair daqui, será que faço alguma coisa, será que eu não faço.

Ainda, no seu caso, o não cumprimento das leis jurídicas não implica uma incapacidade de se submeter às leis e aceitar as restrições que ela impõe, pois, apesar de seus atos transgressivos, percebemos que Danilo compartilha de um código de leis existente dentro

do mundo crime, as quais procura seguir não somente pela severa punição para quem as descumpre como também por respeitá-las e obter respeito. Neste caso, o respeito e o medo estão articulados. Nos trechos a seguir Danilo demonstra como ele se posiciona nesse código de leis.

Entrevistadora: e tinha regras que você tinha que seguir? **Danilo:** não, tinha. Tinha, lógico. Se eu pegasse droga assim pra vender, e não pagasse, eu ia ter que pagar ou era minha vida que tava correndo risco. Daí você tinha que...ou se você ia lá, você ia roubar...você ia roubava um ladrão, você não sabe, que o cara é ladrão, você ia lá e rouba, daí o cara fala: 'não, também sou ladrão', daí você vai e rouba do mesmo jeito, daí depois o cara vem e mata você. **Entrevistadora:** que regras existiam no seu convívio, além dessa? **Danilo:** ah, acho que eu não lembro mais de nenhuma....Ah, e não pode também cata a mulher de um ladrão né. **Entrevistadora:** por quê? **Danilo:** ah, acho que é desrespeito né, eles vai e cobra. **Entrevistadora:** você respeitava estas regras? **Danilo:** aham. **Entrevistadora:** e quando alguém quebrava uma regra, o que acontecia? **Danilo:** ah, às vezes morria, às vezes era espancado. **Entrevistadora:** por que você cumpria estas regras e não as leis jurídicas? **Danilo:** ah, acho que agora, agora eu não sei assim. Porque antes eu pensava, não, não vou fazer isso por causa da minha vida. Só que daí também tem um monte de gente que faz isso também e não morre. **Entrevistadora:** como assim? **Danilo:** tem um monte de gente que rouba ladrão, daí vai e os cara nem cobram. **Entrevistadora:** mas você não fazia? **Danilo:** eu não fazia. **Entrevistadora:** você não fazia pelo medo? **Danilo:** não, também pelo respeito né.

Entrevistadora: e o que você acha destas regras que existem entre vocês? **Danilo:** ah, acho que é tudo certo. Não pode xingar um ladrão de pilantra. **Entrevistadora:** por quê? **Danilo:** porque não! Porque pilantra é só quem fala dos outros, quem estupra, esses negócios. **Entrevistadora:** quem estupra não é ladrão? **Danilo:** não. **Entrevistadora:** o que tem de diferente entre os dois? **Danilo:** ah não sei né. Porque rouba...o cara...um ladrão...eu acho que um ladrão de verdade não est...não tem assim...não estupra assim uma pessoa assim. **Entrevistadora:** porque? **Danilo:** ah não sei, o cara...o cara é ladrão, rouba e vai numa zona, e paga, e faz o negócio ali. Agora o cara ali...se o cara se fosse ladrão fazia isso. Agora o cara fala que é ladrão ali, vai e estupra uma pessoa. **Entrevistadora:** e qual a diferença entre roubar alguém e estuprar alguém? **Danilo:** ah eu acho que roubar você tá tirando algo material dela assim né. Acho que estuprar uma pessoa você tá tirando a dignidade dela. **Entrevistadora:** e quando você mata alguém? **Danilo:** você tá tirando a vida. **Entrevistadora:** e isso é pior do que estuprar? **Danilo:** acho que não, porque pra você matar a pessoa tem que ter um motivo. Pra você estuprar eu não achei o motivo até hoje pra fazer isso. **Entrevistadora:** quem institui estas regras? **Danilo:** eu não sei, desde, ixi, faz tempo hein, mil e anos atrás.

Entrevistadora: você já brigou aqui? **Danilo:** eu já. **Entrevistadora:** como foi? **Danilo:** ah, quando eu cheguei, no começo que eu cheguei aqui. **Entrevistadora:** o que aconteceu? **Danilo:** ah, eu não fui com a cara de um, de um piá, daí ele xingou eu assim, daí eu fui e bati nele. **Entrevistadora:** porque você não foi com a cara dele? **Danilo:** ah, não sei, ele era meio, ele gostava meio de...ele não gostava de mulher. **Entrevistadora:** e como você percebeu isso? **Danilo:** ah, todo mundo falava, ele tinha jeito, ele dava em cima dos adolescentes. Ele famava...falava que amava o outro piá que tava aqui. **Entrevistadora:** teve alguma situação com você? **Danilo:** não, porque ele me xingou também. Ele me xingou, eu tava no meu alojamento. **Entrevistadora:** então você não bateu nele na mesma hora que ele te xingou? **Danilo:** não, bati uns dois, três dias depois, que eu encontrei com ele. Ele tava de contenção, que ele bagunçava demais, daí ele saiu da visita e tava no convívio, daí ele foi pegar as pecinhas eu fui lá bati nele. **Entrevistadora:** quando tava na visita? **Danilo:** não, quando terminou a visita dele. A visita...eu esperei a visita dele ir embora né, porque eu respeitei, a mãe dele não precisa ficar vendo ele apanhando. **Entrevistadora:** vocês procuram respeitar as visitas? **Danilo:** pelo

menos eu respeito. **Entrevistadora:** como é? **Danilo:** Se a visita não é minha eu não vou ficar olhando para a visita dos outros. Às vezes eu passo do lado assim, mas eu passo sempre de cabeça baixa. **Entrevistadora:** é uma falta de respeito olhar? **Danilo:** eu acho. **Entrevistadora:** como assim? **Danilo:** ah que não olha né. Se o cara não tem visita não fica olhando pra dos outro.

Embora transgrida as leis jurídicas Danilo procura manter suas ações de acordo com um código de leis estabelecido para aqueles que assumem a representação de “ladrão”. Ele concorda que a família é uma instituição a ser preservada e respeitada, e que os crimes sexuais se diferenciam daqueles que um “ladrão” comete, por serem mais graves e não terem justificativas. No caso do tráfico e do crime, Danilo entende que esse código deve ser seguido por todos, no intuito de orientar as ações daqueles que fazem parte deste grupo e intermediar as relações entre eles. Esse código de leis estabelecido para aquele que assume a representação de “ladrão” é tão respeitado que aquele que não o segue é considerado “pilantra”, representação considerada vergonhosa e desonrosa para Danilo. Nesse sentido, as leis do crime e do tráfico são leis mais severas e temidas, mas ainda assim as punições associadas à quebra destas leis são entendidas como necessárias para a manutenção da ordem e do respeito entre eles e concebidas como educativas e exemplares.

Nas falas de Danilo fica claro o seu entendimento de que o código de leis que impõem restrições nas relações entre os sujeitos é importante e é legitimado por ele, desde que permitam o seu reconhecimento, a sua valorização social e preservem a possibilidade de satisfazer-se de acordo com os ideais propostos pela rede social. Ainda, aceita subordinar-se as essas leis por entender que elas são necessárias para manter uma coesão grupal, o que faz com que aquele que cumpre as leis seja considerado. Sabe-se que por trás da valorização daqueles que cumprem as leis do crime existe o interesse de mercado do tráfico, no qual o sigilo é necessário para o comércio ilegal (ZALUAR, 2004). Entretanto, na submissão a essas leis há também uma tentativa de preservar o outro como o qual se identifica.

Assim, a relação que estabelece com os outros dentro do mundo do crime é paradoxal, pois, ao mesmo tempo em que o outro pode ser visto com desconfiança, também pode ser respeitado. O outro é visto como inimigo devido à acirrada disputa existente no tráfico, pelo poder territorial e econômico, mas também é visto como alguém a se respeitar, desde que faça parte do grupo de confiança. É o que vemos no caso de Danilo em relação ao grupo de amigos com os quais se relacionava, e os quais respeitava. Este respeito deriva da sua identificação com aqueles que faziam parte desse grupo, pois todos vivenciavam as mesmas situações, e se uniam em prol de um objetivo. Freud (1921/1973) já demonstrava como a empatia pode ser uma forma de identificação, a qual ocorre entre os sujeitos que se constituem sob uma

mesma ideologia, se identitificando ao mesmo ideal. Com uma mesma ideia ocupando o lugar de ideal de eu é possível aos sujeitos se identificarem entre si.

Danilo: não, nem tinha. Nunca briguei com eles. Acho que a gente nunca discutiu assim acho. Acho que pra haver uma briga, sei lá, tem que ter motivo ou uma discussão né. A gente nem nunca teve tempo pra brigar também. **Entrevistadora:** como assim? **Danilo:** a gente nunca teve tempo pra brigar assim, se a gente fosse brigar a gente já vinha, a gente pensava outra coisa e a gente nem brigava. **Entrevistadora:** explica melhor. **Danilo:** ah, tipo...tipo se um tava irritado, daí o outro ia lá provocava assim daí o outro ficava brabo, daí o outro encaminhava um desculpe tal, daí o cara nem brigava, ficava de boa.

Danilo: ah a gente ficava...às vezes quando não tinha nada pra fazer nós ia, ia pra umas festa junto, nós tudo assim. Quando nós...faltava dinheiro, daí um falava: ‘não, vou pro corre.’ Daí todo mundo ia junto.

Percebemos nas falas de Danilo os efeitos dos paradoxos dos ideais da sociedade capitalista. A associação que se faz entre igualdade, liberdade e capitalismo se demonstra falsa, pois nem todos podem ter acesso ao capital. Ainda considerando sua posição subjetiva percebe-se que embora ele não cumpra as leis jurídicas estabelecidas pela rede social, ele percebe o valor atribuído ao dinheiro na rede social e procura realizar os ideais propostos pelo capitalismo. Ele se vê entre duas demandas sociais: ter para realizar um ideal fálico ou sujeitar-se às leis jurídicas. Porém, ele não vê a possibilidade de realizar as duas satisfatoriamente devido a sua exclusão social, e percebe que o ter possibilita-lhe uma valorização maior dentro da rede social em relação ao cumprimento das leis. Nesse sentido, o fato de não obedecer aos mandatos da lei jurídica não necessariamente implicam a recusa a Lei simbólica, mas antes uma recusa ao seu lugar de exclusão, e uma tentativa de partilhar de um saber sobre o desejo que é proposto pelo capitalismo. O que se percebe em Danilo não é uma recusa da Lei, ou da alteridade, mas antes um desejo de incluir-se, ser reconhecido na rede social e partilhar das formas de satisfação propostas por esta, mesmo que sob a condição de “ladrão”.

5. JUNIOR - A CONSTRUÇÃO DE UMA MASCULINIDADE E OS ATOS INFRACIONAIS

Junior é o filho mais novo de uma família de quatro filhos, a sua irmã mais velha foi quem o acompanhou durante sua internação. Ela providenciou um advogado para defendê-lo e vinha visitá-lo semanalmente aos domingos. Os pais de Junior estão aposentados, a mãe tem problemas de saúde e de locomoção e por isso vinha visitá-lo quinzenalmente. Ele morava com os pais antes de ser internado, o que ocorreu dois anos após o homicídio que cometeu para vingar a morte do irmão. Ele era muito próximo desse irmão que foi assassinado. Afirma que sofreu muito com sua perda, pois era um ídolo para Junior, que desde então prometeu se vingar. Os pais ficaram sabendo do homicídio e a irmã o acompanhou na época que ele se apresentou para a justiça confessando o crime. Ele foi liberado após prestar depoimento, mas dois anos mais tarde, ao se envolver em outro processo, foi sentenciado por esse homicídio cometido. Antes disso Junior já tinha praticado outros atos infracionais, pois tanto ele como o irmão estavam envolvidos com o uso e o tráfico de drogas. Durante sua internação no CENSE ele recebeu duas medidas disciplinares graves por ter agredido outros adolescentes que, segundo, ele ofenderam a sua família, o que ele considerava uma agressão.

Entrevistadora: e como foi pra você a morte dele (irmão)? **Junior:** ah foi triste. Porque ele era bem amigo meu. Quando eu perdi ele, eu senti que eu perdi um ídolo meu. **Entrevistadora:** como era a vida de vocês dois? **Junior:** ah era assim, era boa. Daí quando nós começemo a usar droga nós começemo a usar droga junto, daí nisso foi criando mais um, não sei se pode dizer laço afetivo, mas que nós usava direto junto.

Entrevistadora: você disse que seu irmão era teu ídolo, como era isso? **Junior:** ah eu tipo me espelhei nele assim tipo, o jeito que ele era, eu achava ele bonito. Ele ficava com bastante menina, daí eu achava ele um ídolo pra mim assim. ele me defendia se os outros viessem me bater, muitas vezes ele bateu nos outros por causa de mim. Daí nisso eu achava ele um super-herói pra mim assim.

Entrevistadora: e como é quando você fuma? **Junior:** ah, não sei, eu fico com medo. **Entrevistadora:** como assim? **Junior:** tipo medo de sair na rua assim, de alguém fazer mal pra mim, porque dá uma sensação de medo o crack. **Entrevistadora:** e as primeiras vezes que você fumou? Você também ficou com medo? **Junior:** fiquei, daí eu usava mais pra fica tipo ligeiro com os inimigo atrás de mim. **Entrevistadora:** explica um pouco melhor isso. **Junior:** ah, porque daí eu não ficava, não dava as costas pra ninguém. Se chegava nas minhas costas eu virava, falava sai daí, sai de trás de mim. Ficava tipo...até amigo era inimigo meu. **Entrevistadora:** você tinha muito inimigos? **Junior:** não. **Entrevistadora:** e o que te fazia então...? **Junior:** ah, mas é psicológico! É, eu coloquei, a primeira vez que eu usei eu coloquei isso, que eu tinha que fuma pra mim fica vigiando os outros. Daí nas outras vez que eu usava eu ficava com o mesmo psicológico. É o psicológico! **Entrevistadora:** quando você começou a fumar o seu irmão ainda era vivo? **Junior:** era, fumava com ele. **Entrevistadora:** e como era quando fumavam juntos? **Junior:**

ah, isso daí, eu peguei mais do meu irmão isso daí, essas pira aí. Porque ele, ele tinha cometido crime já de homicídio.

Em suas falas Junior deixa claro como exalta as qualidades do irmão, não percebe defeitos nele e procura ser como ele, idealizando-o e adquirindo seus mesmos atributos. Freud (1921/1973) nos fala de como um objeto de amor idealizado pode exercer fascínio sobre o eu do sujeito, fazendo-o sujeitar-se a este. No processo de idealização o objeto é tomado como o próprio eu do sujeito, sendo que a libido narcísica é deslocada para o objeto, esvaziando o eu. Este passa a basear suas ações neste ideal, procurando moldar-se tal e qual o objeto idealizado, experimentando satisfação quando a equivalência entre os dois é alcançada. Junior idealiza o irmão pelas conquistas que ele alcança, pela proteção que lhe dá e pelo prestígio que o irmão tem na vila onde moram. Ele fundamenta suas atitudes naquilo que percebia do irmão, que passa a constituir-se como um modelo de masculinidade valorizado e imitado e ao qual se associam atributos como força, beleza, potência e coragem. Pode-se dizer também que se articulam a esse modelo atributos associados à masculinidade pela rede social, na qual a potência e a virilidade são exaltados.

Entrevistadora: e você parou de ser agressivo? **Junior:** não, daí eu parei, ah só quando mexiam com a minha namorada assim. **Entrevistadora:** daí você...? **Junior:** ah, daí tem que ficar um pouco agressivo também né. **Entrevistadora:** por quê? **Junior:** ah porque sim, é tua namorada né, os cara tem que respeitar a tua namorada, e eles não respeita, daí tem que levar umas pancada né. **Entrevistadora:** você acha que a violência é uma forma de alcançar respeito? **Junior:** ah, algumas vezes é.

Entrevistadora: e você bebia? **Junior:** ixi, bebia. Meus crime que eu fiz foi tudo alcoolizado. **Entrevistadora:** e tem alguma relação entres teus crimes e o...? **Junior:** ah não sei, o álcool...se alcoolizado daí eu se sentia mais homem daí. Daí eu não ficava, não tinha medo de nada.

Entrevistadora: entre os outros quem? **Junior:** ah, os amigos assim, eles respeita mais você, eles já troca ideia mais. Tipo ideia mais consciente assim não...que nem antes eu chegava eles ficava me tirando, ficava tirando murrinha assim me xingando, daí agora não. **Entrevistadora:** eles te tratavam como? **Junior:** como um pivete. **Entrevistadora:** e hoje? **Junior:** ah hoje eles me tratam como um homem. Mas eu sei de uma coisa, que eles me tratam como homem pelo que eu fiz, pelo que eu cometi, os crime que eu cometi, não pela pessoa que eu sou. **Entrevistadora:** e você, o que você acha que é? **Junior:** ah, eu acho que eu sou uma pessoa boa assim. **Entrevistadora:** você acha que é pivete...? **Junior:** ah não eu acho que eu sou homem né. **Entrevistadora:** e o que você acha que fez de você um homem? **Junior:** ah, me fez, ah eu não sei, a vida do crime. **Entrevistadora:** qual a relação entre a vida do crime e tornar-se homem? **Junior:** ah não sei. Ah porque ninguém sen...antes ninguém sentia medo de mim, depois da vida do crime agora sentem medo de mim. **Entrevistadora:** e como é as pessoas terem medo de você? **Junior:** ah é massa, massa né. Ninguém mais vem te tirar, te xingar, te dar tapa na cara. Que nem antes quando não tinha feito nada eles me davam tapa na cara, sendo que a minha mãe nunca bateu, eles vinham bater.

Os trechos apresentados mostram como o envolvimento de Junior com o crime e com a prática de atos infracionais possibilitaram o respeito e o medo daqueles com os quais convivia, permitindo que se reconhecesse e se identificasse a uma representação identitária masculina agressiva, potente e temida. Percebe-se como os laços sociais formados pelo adolescente irão orientar-se a partir desta representação. É com a sua imposição ao outro e a manifestação da agressividade, da coragem e da violência que Junior passa a ser valorizado no contexto social no qual se inscreve e a se considerar como homem.

Ceccarelli (1997) nos mostra que para formar uma representação identitária o sujeito baseia-se nas identificações oriundas das suas relações objetais parentais¹⁵ e nos ideais compartilhados socialmente. Por mais que a anatomia tenha um papel no complexo de castração – devido à percepção da diferença sexual –, ela não é o que determina a identificação e posterior assunção da masculinidade e feminilidade. O posicionamento do sujeito diante da partilha dos sexos depende dos processos identificatórios, das fantasias inconscientes dos envolvidos na relação, e do lugar ocupado pela criança no desejo dos pais. A partir deste entrelace de elementos, o sujeito faz um caminho referente a sua “escolha” sexual perante as possibilidades que encontra na rede simbólica e social. Importante lembrar que a denominada “escolha” sexual implica a elaboração de uma representação identitária referente ao masculino e ao feminino, e que estas também impõem ao sujeito um rol de características determinadas como naturais. Em outras palavras, é no momento em que o sujeito tem que configurar seu caminho em relação a uma posição que entra em jogo a imposição dos discursos dominantes e naturalizados sobre a subjetividade humana.

Discutindo sobre o fenômeno da violência e masculinidades, Cecchetto (2004) retoma os estudos feministas, os quais possibilitaram o questionamento de como o gênero masculino era politicamente representado, problematizando a idéia de uma essência masculina. A autora aponta, que apesar dos estudos que tratam dos gêneros como construções sociais, ainda prevalece o pressuposto que naturaliza a associação entre agressividade e masculinidade. Durante muito tempo o masculino e o feminino foram descritos como representações identitárias que sustentavam suas definições e diferenças em características oriundas do corpo biológico. Entretanto, Laqueur (2001) aponta que a representação que o sujeito constrói sobre si como homem ou mulher não é constituída pela anatomia, mas recebe uma influência

¹⁵ Cabe ressaltar aqui que quando nos referimos a instâncias parentais estamos nos referindo a lugares simbólicos, os quais, como já descrevemos na análise de Danilo, podem ser ocupados por diferentes pessoas com as quais o sujeito estabelece relações. No caso de Junior podemos pensar que o irmão em alguns momentos tenha encarnado estes lugares simbólicos, produzindo efeitos no processos de constituição de sua representação identitária masculina.

cultural. Pela análise das relações entre o sexo e o gênero desde a época renascentista até a modernidade, o autor demonstra como a rede simbólica e o jogo de poder na rede social influenciam na constituição das subjetividades. A princípio prevalecia a teoria do sexo único, o masculino, e a mulher era considerada uma má-formação deste sexo, sendo, portanto, menos “evoluída”. Embora não houvesse distinção de sexos referentes à anatomia, havia uma distinção fortemente marcada entre gêneros. Em seu texto percebe-se como a questão de gênero era um importante aspecto de classificação e divisão entre indivíduos, servindo de base para a definição de direitos, deveres e status social. Pelo sexo masculino ser considerado mais “evoluído”, ele tinha um status social mais elevado, possuindo mais direitos dentro da sociedade. Além disso, a atividade sempre foi associada à masculinidade e a passividade à feminilidade.

Apesar de ser criticado por em alguns momentos de sua obra manter a associação atividade/masculinidade e passividade/feminilidade, o próprio Freud (1905/1973) já demonstrava que a bissexualidade é constitutiva de todo ser humano, e que a constituição da masculinidade/feminilidade não necessariamente concordava com um destino anatômico. Em seu texto *Três ensaios para uma teoria da sexualidade* (1905/1973), Freud passa a problematizar a relação do sexo anatômico com a constituição de uma representação identitária sexual e com a escolha de objeto, afirmando que o ser humano não tem seu destino sexual traçado pela anatomia, mas antes pelo desejo. O biológico serve como suporte de uma sexualidade, mas não necessariamente a representação identitária e a escolha de objeto sexual sobrepõem-se ao sexo anatômico. Isso porque a sexualidade é organizada pelo desejo inconsciente o qual se orienta pelas relações estabelecidas entre o sujeito, o outro e a rede social. Lacan (1957-58/1999) também dissocia a anatomia da escolha sexual, delimitando a constituição subjetiva a partir do falo. Este é o significante de uma falta e como tal possibilita a produção de uma significação ao desejo, podendo constituir-se tanto como um objeto imaginário quanto simbólico. O falo simbólico é o que significa o desejo, mas que ao mesmo tempo denuncia a falta constitutiva do sujeito por inscrever a possibilidade contínua de significação. Já o falo imaginário é aquilo que viria a preencher esta falta, fazendo-a desaparecer e possibilitando ao sujeito retornar ao estado de completude narcísica, de satisfação plena.

Outros autores, entre eles Ceccarelli (1998), Calligaris (2004) e Kehl (2004), também apontam que, embora o corpo biológico seja importante na constituição subjetiva, ele não é determinante na constituição da representação identitária como masculina ou feminina. É certo que existe uma diferença biológica entre homens e mulheres e que na anatomia eles não

se assemelham, porém esta diferença não diz dos atributos subjetivos destinados a cada um, pois não há uma diferença psicológica natural entre estas categorias. Assim acredita-se que o feminino e o masculino sejam categorias construídas culturalmente e associadas ao biológico. Calligaris (2004) ressalta que, independente de conseguirmos localizar marcas biológicas que determinem a representação identitária ou a escolha de objeto sexual, as categorias e os grupos constituídos a partir destas marcas sempre serão culturais. O autor retoma os trabalhos de Stoller os quais contribuíram com a distinção entre identidade de gênero (masculino e feminino) e sexo biológico, ressaltando a questão cultural presente nessas construções. Entretanto, é importante destacar que essa questão é mais complicada, pois identidade de gênero e sexo ainda se diferenciam de desejo sexual.

Há alguns anos, graças aos trabalhos de Robert Stoller, existe a distinção entre sexo biológico e identidade de gênero, sendo entendido que sexo e identidade podem não corresponder. A identidade de gênero (masculino, feminino) não depende (só) do sexo biológico, mas é o resultado de uma série de fatores: desde o desejo dos pais em suas manifestações mais concretas (o jeito de tocar e de falar do corpo do nenê) até – naturalmente – determinações biológicas mais sutis do que os órgãos externos e reprodutores. Que sexo e identidade de gênero possam não corresponder significa que é possível se viver como mulher em um corpo de homem e vice-versa. Mas, cuidado: existir como homem ou como mulher não implica nada no que concerne ao desejo sexual. Paradoxo: se tenho um corpo de mulher, mas vivo como homem, isso não quer dizer que eu prefira desejar mulheres (CALLIGARIS, 2004, p. 11).

Desta forma, o fato de possuir o pênis não garante aos homens a sua masculinidade, sendo necessária então uma inscrição cultural deste homem enquanto tal. É preciso constituir-se masculino pela via da visibilidade social e do desenvolvimento de habilidades e recursos de valor fálico (entendido aqui como um valor que é atribuído aos objetos e que faz imaginariamente o portador deste obter mais felicidade e satisfação).

Para os homens, o falo tradicionalmente se desloca do pênis para vários outros recursos e habilidades: a inteligência, a força, a capacidade de ganhar dinheiro, o poder, o prestígio, enfim, desloca-se para o campo da cultura, para aquilo que é compartilhado e reconhecido no espaço público, para o campo das sublimações. Nas mulheres, tradicionalmente, a metáfora fálica desliza para as extensões do corpo: a beleza, a capacidade de seduzir, a maternidade, o seio, a capacidade de amamentar (KEHL, 2004, p.95).

A masculinidade se associa ao falo por uma equivalência constituída imaginariamente entre o pênis e objeto fálico, e ainda Khehl (2004) nos mostra que os atributos, ou objetos são investidos de valor fálico por meio do que é compartilhado culturalmente. Em seus estudos Freud (1924/1973) demonstra que a criança toma o pênis como objeto fálico, imaginando que ele é “fonte” de satisfação. Esta equivalência é somente imaginária, pois mesmo aqueles que possuem pênis não escapam da castração. Contudo, ainda prevalece na rede social uma

identificação do masculino como tendo o falo e a potência, e o feminino é o que se inscreve fortemente na idéia da castração, simbolizada pela falta do pênis. Para Lacan (1957-58/1999), somente na sua dimensão imaginária o objeto fálico corresponde ao tamponamento da falta, como aquele que possibilitaria uma satisfação maior em virtude do seu portador escapar da castração.

Segundo Kehl (2004), a diferença entre homens e mulheres seria imaginária e devido a isso se instauraria como uma diferença de valor entre os gêneros. Esta diferença de valor é constituída pelas teorias criadas na infância para explicar a diferença entre os sexos, nas quais a mulher não teria se comportado adequadamente e por isso teria sido castrada, punida através da perda de amor do outro, expressa na perda do falo. Essa teoria também pressupõe um pai imaginário, o qual teria o poder de decidir quem terá ou não o falo, e de dá-lo e retirá-lo. Em seus estudos Cecchetto (2004) demonstra que as diferenças de valor não existem somente nas relações entre os gêneros, mas que ocorrem também nas relações intragênero. Ela entende que na rede social os modelos de masculinidade que se aproximam da ideia de atividade são mais valorizados e considerados superiores em comparação aos modelos que expressam a ideia de passividade. E que nesta polarização ainda estariam presentes as ideias de domínio e agressividade associadas à atividade e às ideias de sujeição e subordinação associadas à passividade.

Diversos autores (MACHADO, 2004; CECCARELLI, 1998; CECCHETTO, 2004) demonstram como a masculinidade não tem por essência atributos como virilidade, agressividade, potência, e que esta associação foi sendo realizada ao longo da história, mediante as relações de poder e jogo de forças presente na rede social. A ideia de potência, força e virilidade associada à masculinidade fálica ocorre porque são atributos que simbolizam um ideal masculino dentro da rede social. Simbolizariam um homem capaz de impor sua vontade ao outro capaz de satisfazer-se plenamente por ser possuidor do falo.

Na pesquisa na qual escutou autores de estupro, de violência contra as mulheres e jovens infratores, Machado (2004) buscou mostrar como os valores inscritos nestes atos violentos são valores compartilhados socialmente e que fundamentam a construção da masculinidade. Pelas narrativas dos entrevistados, a autora revela que existe na rede simbólica a associação da imagem do malandro – aquele que assalta, mata e bebe – com a representação valorizada do masculino, por ser corajoso, dono de sua vontade e capaz de impô-la em seu campo social. A honra é outra categoria que aparece como fundamental na construção do gênero masculino e está relacionada à sua posição de marido, pai e provedor da família, pois o

homem honrado é aquele que tem uma mulher respeitada e “assume sua responsabilidade de pai e marido que não pode deixar faltar nada” (MACHADO, 2004, p.52).

Para Cecchetto (2004), a construção das representações identitárias de gênero não se referem somente a uma diferenciação entre homens e mulheres, mas antes, a representação identitária de gênero “cruza-se com uma rede de elementos vinculados às estruturas de classe, poder e etnicidade, que estruturam as relações sociais” (CECCHETTO, 2004, p. 57). Assim, é possível entender as representações masculinas transformando-se histórica e socialmente, e assumindo diferentes significados e posições hierárquicas de acordo com os valores da rede simbólica e social. Para a autora, o conflito na assunção de uma representação identitária de gênero ideal ocorre na medida em que há uma contradição entre o ideal imposto e as reais condições de vida dos homens, bem como as possibilidades subjetivas e sociais de atingir esse ideal.

A masculinidade hegemônica é definida como um modelo central, o que implica considerar outros estilos como inadequados ou inferiores. Isso abre caminho para uma abordagem mais dinâmica da masculinidade: a divisão crucial entre uma masculinidade hegemônica e várias subordinadas que lhe servem de contraponto e antiparadigma (CECCHETTO, 2004, p. 63).

A autora revela, então, como as relações de poder e os valores sociais estão envolvidos na constituição das representações identitárias de gênero. As representações de masculinidade estabelecem relações entre si embasadas nas significações e nos valores compartilhados por determinada rede social, cabendo ao sujeito elaborá-los na constituição de sua representação identitária masculina. No caso de Junior percebe-se que a constituição de uma representação masculina fundamenta-se em atributos como agressividade, violência, coragem e exercício do domínio sobre o outro. Já analisamos como esses atributos são valorizados por ele no irmão, com o qual ele se identifica e busca se igualar. Mas além disso, podemos constatar em suas falas que tais atributos são também valorizados nos seus laços sociais e associados a uma representação masculina ideal. Nesse sentido, podemos dizer que ele procura desenvolver atributos que possibilitam a sua identificação com uma representação masculina agressiva correlata à ideia de atividade e de domínio. Essa representação é constituída na sua relação com o irmão, que além de modelo também era percebido como uma figura protetora e temida à qual Junior se submetia e procurava obedecer. Ele se sujeitava às imposições do irmão tanto pelo medo que tinha dele como pelo fato de se sentir protegido e em dívida por essa proteção.

Entrevistadora: alguma vez você já desobedeceu ele [o irmão]? **Junior:** não. **Entrevistadora:** nunca? **Junior:** não. **Entrevistadora:** e o seu pai e a sua mãe? **Junior:** ah o meu pai ele falava pra mim fica em casa, eu não escutava, saía pra rua. Mas meu irmão assim eu escutava mais, porque eu tinha medo dele também. **Entrevistadora:** do que você tinha medo? **Junior:** ah porque se eu fizesse, tipo ele

falava assim: ‘é piá, para de fuma cigarro (que ele não fumava cigarro), para de fuma maconha’, antes de eu começa assim a usa, e ele já usava. Daí ele, daí um dia ele viu eu fumando cigarro lá ele fez eu come um cigarro. Daí nisso daí eu fui ficando assim, daí eu escutava mais ele assim do que o meu pai e minha mãe. **Entrevistadora:** por que você acha que você escutava mais ele do que o seu pai e sua mãe? **Junior:** ah não sei, porque eu acho que ele não queria ver eu na vida do crime acho. Porque ele já tava envolvido na vida do crime, ele não queria ver eu envolvido. Daí tipo ele sabia que que ia acontecer comigo se eu ficasse na vida do crime. **Entrevistadora:** o que ia acontecer? **Junior:** ah, porque ele tipo, depois que ele fez isso daí ele não podia ir lá em casa mais, daí um dia até ele me bateu, falou: ‘é piá, por causa de você eu não vou mais lá em casa lá, não posso nem ver a mãe’. Daí ele não ia mais lá em casa, ficou meio estranho comigo daí, um tempo. Daí depois ele começou a ir lá em casa de novo. **Entrevistadora:** e ele disse que a culpa era sua por não poder mais ir na sua casa? **Junior:** era minha, porque ele matou o cara por causa de mim. **Entrevistadora:** como assim? **Junior:** de um jeito ou de outro foi culpa minha né, porque tavam falando que eu que tinha roubado a arma, e daí nisso ele pensou que era culpa minha.

Entrevistadora: e quando ele bebia [o pai]? **Junior:** lembro de várias brigas com a minha mãe, que ele batia na minha mãe. **Entrevistadora:** você lembra por que eles brigavam? **Junior:** ah era briga porque minha mãe, tinha muitas vezes minha mãe tava bêbada também, daí os dois começavam a discutir, discutir, daí rolava porrada. Daí eu saía correndo pra rua quando eu era pequenininho.

Entrevistadora: e o seu irmão também via a briga dos seus pais? **Junior:** o meu irmão uma vez acompanhou uma briga também. **Entrevistadora:** e ele ficava junto? **Junior:** não, daí meu irmão brigou com o meu pai, pra defender minha mãe. Esse que morreu. **Entrevistadora:** o que ele fez? **Junior:** ah eles brigaram, meu pai e ele, saíram na porrada. Daí meu irmão deu uma cabada de enxada no meu pai nas costas e saiu correndo. Pegou a minha mãe e saiu correndo. **Entrevistadora:** e daí? **Junior:** ah daí meu pai ficou lá sozinho em casa. Daí depois de uns dois dias nós aparecimo lá. Deu dó dele também. Dele fica lá sozinho. **Entrevistadora:** passava alguma coisa pela sua cabeça vendo as brigas dos dois? **Junior:** ah me sentia mal, não queria ver meu pai e minha mãe brigando. Vinha revolta, de querer pegar meu pai e arrebentar ele na porrada.

Ainda, as relações estabelecidas entre Junior, seu irmão, seu pai e sua mãe parecem contribuir para a desvalorização do pai e a idealização do irmão como figura masculina. Diante das agressões do pai à mãe, o irmão intervém e a defende, agredindo o pai e de alguma forma realizando um desejo de Junior, que afirma ter sentido muita raiva diante das agressões paternas, mas que se via incapaz de reagir. Nessa situação o irmão reforça-se como um ideal e como um modelo de masculinidade forte e viril a ser seguido, pois coloca o pai em uma posição de subordinação. Enquanto uma figura masculina ideal, copiada, admirada e temida, as regras colocadas pelo irmão parecem ser mais respeitadas e legitimadas do que aquelas colocadas por seus pais. O que pode indicar que, em alguns momentos, em algumas experiências vividas com o irmão este desempenhava uma função paterna.

Entretanto, assim como as regras impostas pelos pais, as regras impostas pelo irmão nem sempre eram respeitadas. Embora o irmão procurasse afastar Junior do uso de drogas e do crime, a prática de atos infracionais e o uso de drogas possibilitavam a assunção dos atributos considerados ideais, bem como uma identificação com a figura idealizada do irmão.

A imposição das regras pelo irmão inscrevia nele uma ambiguidade, pois se ele aceitasse se subordinar a elas, suas ações se distanciariam do modelo masculino idealizado, dominador e agressivo, mas ao mesmo tempo, desrespeitar essas regras trazia consequências negativas, manifestadas no distanciamento do irmão e em castigos impostos por este. Pode-se dizer que sua organização psíquica tende a seguir o modelo do irmão, principalmente após a sua morte, pois em suas falas percebemos como Junior se identifica com uma representação de masculinidade associada à agressividade, ao domínio e à capacidade de ganhar dinheiro.

Entrevistadora: o seu pai é respeitado? **Junior:** meu pai é, mas não por causa do crime. **Entrevistadora:** como ele conseguiu este respeito? **Junior:** ah ele é trabalhador, ele é mais velho. Tipo antes lá na minha vila não era assim. Porque agora que começou esse negócio de crime mais começou agora. Uns 10 anos. **Entrevistadora:** como você vê o seu pai enquanto homem? **Junior:** ah eu acho ele maravilhoso assim, eu acho que ele adquiriu o respeito que ele tem pelo trabalho que ele fez, pelo que ele é. **Entrevistadora:** alguma vez você pensou em seguir esse mesmo caminho? **Junior:** não. **Entrevistadora:** por quê? **Junior:** ah porque meu pai trabalhou só de abrir valeta só, e eu não queria isso pra mim não. Ficar abrindo valeta. **Entrevistadora:** o que você acha disso? **Junior:** ah não sei né, serviço forçado, serviço forte e eu queria ganhar dinheiro fácil. **Entrevistadora:** e tinha essa possibilidade? **Junior:** tinha, no tráfico de drogas. **Entrevistadora:** e o dinheiro você usava pra que? **Junior:** ah, eu usava pra comprar roupa, pra sair nos, nos baile, pra ficar com as menina. **Entrevistadora:** e fazia diferença ter dinheiro? **Junior:** ah fazia né! **Entrevistadora:** que diferença? **Junior:** ah você quando tá com dinheiro, você tá com mulher do lado. **Entrevistadora:** quem eram essas mulheres? **Junior:** ah era quem...como dizem as perigete né. Quando você não tá com dinheiro elas não tão perto de você, mas quando você tá com dinheiro, com moto, elas tão tudo junto.

Nos trechos de sua entrevista Junior demonstra como o irmão era uma figura mais admirada, respeitada e temida que o pai. Isso nos permite pensar que a representação masculina apresentada pelo irmão era de alguma forma mais valorizada que a associada ao pai. Isso se reforça quando ele afirma respeitar e admirar seu pai pelo seu trabalho, mas que não gostaria de seguir o mesmo caminho que ele. Neste ponto percebemos como os princípios capitalistas podem relacionar-se com a valorização que determinadas representações masculinas podem obter na rede social. Já discutiremos na análise de Danilo como a partir do capitalismo o acúmulo de capital passa a ser valorizado e o trabalho transforma-se em mercadoria, devendo ser vendido àqueles que detêm os meios de produção por um valor muito abaixo daquilo que efetivamente vale, a fim de sustentar a mais-valia (BOBBIO, 1997). Assim, pode-se pensar que no capitalismo a figura do trabalhador possa ser interpretada como um modelo de masculinidade subordinada que tem suas satisfações restringidas, constituída em oposição à representação masculina dominadora capaz de obter mais satisfação, a qual pode ser associada a figura do dono do capital para quem o trabalhador deve vender sua mão de obra.

Para Cecchetto (2004), a dicotomia atividade/passividade, a partir da qual as representações de masculinidade se constituem e se posicionam hierarquicamente, pode tomar diferentes formas, dependendo de uma diversidade de elementos e significações que são dadas às ações nos diferentes contextos culturais no qual elas se produzam. Junior desvaloriza a figura do trabalhador como alguém que tem que fazer força para ganhar pouco dinheiro, e valoriza a representação de masculinidade que se manifesta pela força, potência e capacidade de ganhar muito dinheiro facilmente. Essa figura masculina potente e que expressa a ideia de dominação pelo acúmulo de capital é constituída tendo o irmão como modelo e alcançada através do seu envolvimento com o tráfico. Podemos ver nas suas entrevistas mais uma vez como o ter associa-se à ideia de força e de potência, sendo associado por Junior a uma representação valorizada de masculinidade. Na análise de Danilo já trabalhamos como a hegemonia dos princípios capitalistas produzem efeitos nos laços sociais formados e transformam o capital no objeto causa do desejo, o qual possibilitaria o acesso ao consumo de mercadorias constituídas como capazes de tamponar a falta e satisfazer plenamente o sujeito.

Entrevistadora: Você fazia o que na boca de fumo? **Junior:** eu era avião. **Entrevistadora:** o que é um avião? **Junior:** é que o patrão o qual que dá as droga pra nós vende. O mais forte. **Entrevistadora:** você falou em mais forte? Como assim? **Junior:** ah é o qual que tem mais dinheiro, que tem mais droga, que é o qual que dá a droga pra nós vende. O qual que fornece nós. Ele é o dono.

Entrevistadora: e como foi que você se envolveu com estas pessoas que te roubavam, te tiravam? **Junior:** ah, eu ia num parque que tinha lá. Daí eu ia jogar futebol, daí uma vez eu experimentei maconha, daí eu comecei a usar, a usar junto com eles assim. Daí nisso daí eu fui criando assim uma amizade, meio amizade, porque na vida do crime você não tem amizade com ninguém. Ninguém é ninguém não. Você não tem amigo na vida do crime. **Entrevistadora:** por quê? **Junior:** ah porque você não pode confiar em ninguém, quando você menos espera vem um pela tuas costas te apunhala. **Entrevistadora:** mas e por que não se pode confiar nas pessoas que estão na vida do crime? **Junior:** ah porque tem muito zóio grande. Ah inveja, tipo você tá ali traficando, tá ganhando dinheiro ali, daí ele cresce os olho: ‘ah tá ganhando dinheiro, não sei o que, eu vou tomar a boca de fumo dele’, vai querer me matar.

Junior nos mostra como o tráfico é entendido como uma atividade lucrativa, na qual aqueles que são mais fortes são também os que possuem mais dinheiro, constituindo-se em uma representação masculina valorizada. Além disso, no decorrer de sua entrevista ele demonstra como o ter possibilita uma valorização de sua masculinidade pela atração que ele passa a exercer sobre as mulheres quando tem dinheiro. Esta valorização ocorre pela aproximação entre o ideal fálico e o ter que se produz na sociedade capitalista. O capital é valorizado por supostamente e imaginariamente ser aquilo que possibilitaria uma satisfação a mais, para além do que a castração permitiria (CALLIGARIS, 1991; ROSA; VINCENTIN; CATROLI, 2009; QUINET, 2009). Nessa perspectiva o capital possibilitaria o acesso a

mercadorias capazes de satisfazer a demanda insaciável por consumo que se inscreve no sujeito e, portanto, possibilitaria alcançar a verdade sobre o desejo. Porém, Pelegrino (1987b) aponta que a equivalência entre qualquer atributo ou objeto com o falo só é possível em sua dimensão imaginária, pois imagina-se que a posse deste objeto é capaz de fazer retornar ao estado de plenitude narcísica aquele que o possui, sendo que tal retorno é impossível.

Escreve Pelegrino:

A inveja fálica de homens e mulheres, pode deslocar-se para qualquer coisa que tenha significado fálico, isto é: qualquer coisa que implique plena expansão narcísica e pleno sentimento de completude. Esta coisa pode ser a inteligência, a beleza física, a força do corpo, a voz, a produção artística, o canto, a fama, a glória, o dinheiro – o que quer que seja. Dado que o falo é um objeto mítico, imaginário, impossível, uma vez que não existe nada que possa conferir a quem quer que seja a completude – a não ser a morte – a inveja fálica, que é o desejo de possuí-lo, será sempre presente, numa tentativa de retorno a uma atitude narcísica também impossível (PELEGRINO, 1987b, p.315).

Colocando-se como equivalente do objeto fálico e dotando aquele que o possui de uma ilusão de completude, o dinheiro pode despertar inveja do outro. O crime, o tráfico de drogas e o seu consumo, inscrevem-se adequadamente na lógica capitalista. Primeiro por se mostrar um mercado lucrativamente promissor, e depois por viabilizar objetos de consumo que tem como característica a capacidade de sempre deixar em suspenso a promessa de satisfação plena, como é o caso das mercadorias e especificamente da droga. Além disso, já discutiremos como os laços sociais formados no capitalismo aparecem enfraquecidos, pois o sujeito não estabelecerá mais uma relação com a alteridade, mas sim com mercadorias (ROSA; VINCENTIN; CATROLI, 2009; QUINET, 2009). Este enfraquecimento também aparece no tráfico de drogas no qual o outro pode ser entendido como um obstáculo ao acúmulo de capital.

Retomando seus estudos sobre a violência e o cometimento de delitos Zaluar (2004) aborda as práticas transgressivas associadas ao mercado do tráfico de drogas e de armas, que conforme a autora corresponde aos princípios liberais. A autora aponta que no mercado do tráfico, pela competitividade que se instala entre os grupos, os sujeitos estão mais expostos à delação e à traição. Assim, para participar do tráfico é necessário ser considerado por aqueles que dominam o mercado, o que significa ser reconhecido como uma pessoa confiável, tanto em termos de sigilo quanto em termos de negócio, e como alguém com disposição para matar. Como já colocado nas análises de Carlos desenvolve-se um “etos guerreiro”, que passa a ser referência para obtenção de prestígio. Cecchetto (2004) mostra como este “etos guerreiro” associado à masculinidade agressiva estende-se do mercado do tráfico para o cotidiano dos sujeitos, instalando-se como uma referência para seus enlances sociais e tornando-se um valor

a partir do qual as ações do sujeito são julgadas¹⁶. Zaluar (2004, p.27) escreve: “A ‘disposição’ para brigar e até matar um jovem da galera rival torna-se fonte de prestígio e consideração e, de certo modo, estampa um dos aspectos mais marcantes da convivialidade tensa entre os grupos: o jogo e a rixa violenta.”

Referindo-se a jovens infratores Machado (2004) mostra que a sua participação em gangues e no mundo da bandidagem é anterior ao ato transgressor em si, e que a inserção em gangues ocorre pela busca de uma posição singular e digna de reconhecimento. A demonstração de poder e o seu reconhecimento são também buscados na construção de uma posição a partir da qual o sujeito consiga inscrever-se socialmente como masculino. A seguir destacamos falas de Junior que procuram demonstrar os efeitos subjetivos de sua participação no tráfico.

Entrevistadora: e como foi que você entrou no mundo das drogas? **Junior:** comecei a usar, daí, tipo usar, só usava só, não pensava em traficar nem nada. Daí depois que morreu meu irmão, daí eu entrei mais pra vender droga, pra ganhar dinheiro, pra comprar arma, pra vingar meu irmão. **Entrevistadora:** mas foi planejado? **Junior:** ah acho que foi né. ah porque eu via que quem vendia droga tinha dinheiro, tinha respeito na, na favela. Daí eu queria vender droga também. Porque os outros vinha e batia na minha cara, quando eu não era nada, daí eles... **Entrevistadora:** quem já te bateu? **Junior:** ah os piá lá da vila lá, os mais velho da vila que usava, vinha bater na cara, roubar droga minha. Daí depois que eu comecei a traficar e que eu fiz o homicídio eles não vieram mais não, daí eles ficaram com medo. Daí disso daí que eu pensei, vou vender droga mesmo. Pelo menos eles me respeita agora.

Entrevistadora: como você se sentiu quando você matou aqueles dois caras que estavam invadindo a sua boca de fumo? **Junior:** ah, foi normal. Ah senti mais, parece que eu fiquei mais forte. **Entrevistadora:** fala um pouco sobre isso. **Junior:** ah porque daí eu passava na rua todo mundo me cumprimentava, falava comigo, não vinha mais querer me roubar. Porque daí eles tinham medo né. **Entrevistadora:** matar pessoas fez com que você ocupasse um lugar diferente do que você ocupava? **Junior:** é. **Entrevistadora:** e que lugar era esse? **Junior:** ah eu er...eu subi mais. Antes eu era lá embaixo, depois que eu matei eu fi...parece que eu subi. Que ninguém mais batia na minha cara.

Percebemos como a sua identificação com uma representação masculina violenta, disposta a matar, faz com que obtenha respeito e consideração daqueles com os quais convive, fazendo sentir-se mais valorizado, o que demonstra a valorização daquele que age com violência na sua rede social. A forma encontrada por Junior para exercer essa masculinidade foi seu envolvimento com atos infracionais e com o tráfico de drogas, os quais reforçaram a ilusão de domínio sobre o outro. As pessoas que estavam envolvidas nesse meio já eram

¹⁶ Quando trata do “etos guerreiro” entre jovens envolvidos com o tráfico, a autora faz referência a Norbert Elias, que, segundo ela, foi quem utilizou este conceito pela primeira vez para designar o uso da “violência e da força física entre os homens da alta burguesia européia, como forma de manter um código social de desigualdade, em que os mais fortes são considerados melhores” (CECCHETTO, 2004, p. 44). Ela ainda aponta que Zaluar utiliza este conceito em suas pesquisas para designar aqueles que têm uma posição de comando na luta entre grupos rivais do tráfico.

admiradas e idealizadas por ele, principalmente seu irmão. Percebe-se que seus laços sociais já se pautavam no “etos guerreiro” descrito anteriormente, e suas relações se exerciam pautadas pela agressividade. A partir do momento em que adquire atributos de uma representação masculina violenta e capaz de matar ele também passa a ser “considerado”. Porém, Zaluar (2004) aponta para o fato de que ser considerado no tráfico não significa qualidade ou estabilidade nas relações, pois, em virtude da dinâmica do negócio e do jogo de poder e capital que ele envolve, os conflitos são constantemente desencadeados.

Nesse contexto de rivalidade imposto pelo tráfico – no qual o ato de aniquilar o outro é associado à valorização de uma representação masculina prestigiada pelo grupo e no qual as relações são instáveis – o laço social com o outro também pode ser problematizado. O olhar do outro é necessário à subjetividade como fonte de reconhecimento e valor, mas ao mesmo tempo este outro é percebido como estranho, como potencial inimigo a quem o sujeito deve eliminar para obter o prestígio.

Entrevistadora: o que você queria? **Junior:** ah eu queria fama mesmo. Ah eu queria que todo mundo me respeitasse. E isso de um jeito ou de outro eu ganhei.

Entrevistadora: como você se sentia antes dessa fama? **Junior:** ah, eu me sentia pequeno perto dos outros, ninguém me respeitava nada. Depois começaram a me respeitar.

Entrevistadora: e você? Provocava? **Junior:** não, agora por último, porque eu acho que eu me sentia mais do que os outros assim, por causa da fama assim que você tem na vila depois que você comete crime, daí os cara vinha me tirar eu não aceitava, não... **Entrevistadora:** me fala um pouco dessa fama, como é isso? **Junior:** ah é porque você comete crime, você vende droga, daí você cria fama, não sei se é fama, se é medo que os outros têm de você. Daí eles te respeitam, você pode andar de cabeça erguida, só os vizinho fofoqueiro mesmo que fica falando dos outros. Mas entre os outros não.

Entrevistadora: O que você esperava com a vida do crime? **Junior:** ah não sei, a minha vida inteira assim. queria que me olhassem de outro jeito assim, porque antes eu não, não era nada pra eles assim, depois que eu entrei na vida do crime parece que, não é respeito, é medo mesmo que eles ficaram de mim. **Entrevistadora:** eles quem? **Junior:** ah, as pessoa da vila, os meu vizinho. **Entrevistadora:** e pra sua família? **Junior:** ah pra minha família eu sempre fui eu mesmo assim, não precisava da vida do crime pra ser...minha família eu sempre fui amado.

Embora o dinheiro fosse um objeto a ser alcançado, por dotar aquele que o possui de potência e por possibilitar a inserção no desejo do outro, já que a lei do mercado atravessa a lei do desejo, percebe-se em Junior que a demanda pelo reconhecimento do outro, expresso na busca por consideração e valorização na rede social, é ainda mais marcante em sua subjetividade. Lacan (1949/1998) já demonstrava como o investimento do desejo do outro no sujeito é essencial para uma constituição psíquica e para um investimento narcísico. Diversos autores, entre eles Carreteiro (2003), Castro e Guareschi (2007) apontam a importância que o

reconhecimento social tem no processo de subjetivação, e demonstram como os sujeitos que sofrem alguma forma de exclusão social, devido principalmente à falta de direitos, podem buscar esse reconhecimento por meio de outras formas que não necessariamente concordem com a ordem estabelecida, os atos infracionais, por exemplo, mas que possibilitam a sua inclusão na dinâmica social pela realização dos ideais compartilhados na rede social.

Freud (1914/1973) também aponta a importância de um investimento do outro e da realização do ideal de eu para um investimento narcísico e para o que ele denomina de autoestima. Ele se refere a um narcisismo primário, relacionado ao eu ideal, no qual o sujeito alcança uma satisfação narcísica direta por se encontrar identificado ao objeto de desejo dos pais, e a uma imagem perfeita de completude. E ao narcisismo secundário no qual a satisfação é obtida na realização do ideal de eu, o qual, como já dito no decorrer deste trabalho, constitui-se das identificações com as instâncias parentais articuladas ao que é valorizado na cultura. A constituição do ideal de eu ocorre numa tentativa de recuperar uma perda narcísica que acontece no abandono do eu ideal, perda que ocorre com a inscrição do princípio de realidade e desconstrução da fantasia de completude presente no sujeito. Com a constituição do ideal de eu, o mesmo tempo que se afasta do eu ideal, este se mantém reprimido, como um ideal perdido a ser alcançado. Assim, o eu que sofre perdas narcísicas, recupera-se pela satisfação com objetos e da realização deste ideal de eu. Segundo Freud: “[...] uma parte da autoestima é primária: o resíduo do narcisismo infantil; outra procede da onipotência confirmada pela experiência (do cumprimento do ideal); e uma terceira, da satisfação da libido objetal” (FREUD, 1914/1973, p.2032, tradução nossa).

Os laços sociais se formam a partir desse processo no qual o sujeito abandona seu narcisismo primário e investe parte de sua libido narcísica na formação de relações objetais. Esta libido é restituída quando o objeto investido volta-se para o sujeito como um objeto de amor, ou melhor, quando o outro retorna a libido que foi investida, mediante a formação de laços afetivos. As relações afetivas baseiam-se neste mecanismo de troca. Freud (1923/1973) aponta que o eu cumpre as exigências impostas pelo supereu na esperança de se equivar ao ideal de eu e conseqüentemente tornar-se um objeto merecedor de investimento libidinal. Este ideal traz vestígios do que a sociedade, a família tomam como ideal sexual. O não cumprimento dele provoca no sujeito uma insatisfação, causando-lhe culpa, que seria a tradução do medo de perder o amor dos pais. Nesta perspectiva tanto o reconhecimento do outro quanto a realização de um ideal compartilhado na rede social, e inscrito no sujeito como um ideal de eu, são fundamentais para uma satisfação narcísica, ou ainda, para uma restituição narcísica. Se o sujeito investe sua libido nos objetos, na formação de laços sociais, por meio

de identificações e laços afetivos, mas este investimento não lhe retorna, ele pode experimentar sentimentos de inferioridade.

Nesse sentido é possível que Junior busque constantemente esse reconhecimento do outro como forma de se reforçar narcisicamente e a maneira encontrada para obtê-lo é a prática de atos infracionais. Ou seja, a manifestação da violência permite a assunção de representação masculina valorizada, por meio da qual ele obtém esse reconhecimento. Pode-se pensar também que o reforço narcísico de Junior se dá pela ilusão de domínio sobre o outro que as práticas do mundo do crime possibilitam. Além disso, veremos como a sua subordinação a um código de regras proposto pelo mundo do crime também é necessária para o seu reconhecimento e para sustentar a sua representação identitária masculina valorizada.

Entrevistadora: e nesse grupo de amigos que você tinha, vocês tinham regras de convivência? Como era? **Junior:** ah só tinha regra de não sumir a droga, tá sempre com o dinheiro certo. Só isso só. Tipo se viesse inimigo assim, daí nós tinha que trocar tiro. **Entrevistadora:** e se não cumprisse essas regras? O que acontecia? **Junior:** ah não sei né, daí você não ia ser considerado na boca de fumo. E tipo a regra da polícia né, se caiu preso não tem que caguetar ninguém. **Entrevistadora:** o que acontece se cagueta? **Junior:** ah, daí você sabe né, que você vai sair na rua, você vai morrer na rua.

Entrevistadora: e entre vocês, o que acontece se você não cumpre uma regra? **Junior:** ah daí você tomba a tua, tomba a sua caminhada na cadeia né, você não vai ser bem visto na cadeia mais, você vai ficar como pilantra na cadeia. **Entrevistadora:** como que você acha que foram feitas estas regras? **Junior:** ah pra ter o respeito né, e pra não rolar briga também né.

Entrevistadora: me diz uma coisa que eles falam de você que te incomoda muito. **Junior:** ah, que eu sou pilantra, pilantra eu não sou. **Entrevistadora:** o que é um pilantra? **Junior:** ah pilantra pra mim é cagueta, estruprador, isso daí, e isso eu não sou...ah é tipo não obedece as coisa que são escrito assim tipo da...do crime assim. E isso eu jamais...eu sou ladrão memo e isso eu sempre respeitei os outros. **Entrevistadora:** o que é ser ladrão? **Junior:**ah é ser, ser respeitado, você dá o respeito pros outros, você ser considerado, você nunca ter caguetado ninguém. Ter, é caguetado assim, ter dizido: 'é foi esse que fez, não foi', isso daí.

Entrevistadora: e por que você não considera eles? **Junior:** ah porque eles são de outra cidade e eles ficam falando que nós curitibano somo, somo pilantra, somo não sei o que, e isso nós não somo e eles...e aí são muito cheio de querer. **Entrevistadora:** o que passa na sua cabeça nessas situações? **Junior:** ah dá vontade de catar eles, se eles tão falando que nós não somo nada, dá vontade de nós mostrar o que que nós somo pra eles.

Entrevistadora: você acha que é considerado aqui? **Junior:** ah eu acho que sou. **Entrevistadora:** como você conquistou essa...? **Junior:** ah respeito né. Respeitei os adolescentes que tão aqui, como eles me respeita agora. **Entrevistadora:** na rua isso acontece assim também? **Junior:** ah acontece né, você tem que dar o respeito pra ser respeitado. **Entrevistadora:** e como você respeita das pessoas? **Junior:** ah tipo não xingando assim, tipo, não querendo ser mais do que o outro é. Assim você cria respeito, é, tratando com educação.

Percebe-se que o cumprimento das regras que são impostas pelo crime também possibilitam o ganho de prestígio e consideração dentro do grupo. A assunção e valorização

da representação de “ladrão” são possibilitadas pelo cumprimento destas regras, pois passa a ser reconhecido como um homem honrado e “considerado”. Nesse sentido, a figura do “ladrão” é valorizada, pois, correlata de uma masculinidade associada a honra, a coragem, e a violência, mas principalmente ao cumprimento de um código de leis estabelecido. Esta representação de “ladrão” se forma em oposição à figura do “pilantra”, ou seja, aquele que não se subordina a essas regras e, portanto, não é considerado dentro do crime. A possibilidade de ser identificado como um “pilantra” é algo extremamente ofensivo para Junior, pois é associada à ideia do homem que não é honrado e, portanto, não será nem respeitado, nem admirado dentro do grupo. Assim, na representação de “ladrão” encontramos um modelo de masculinidade valorizado associado a agressividade e a honra, e que expressa um conjunto de atitudes de acordo com as significações e expectativas do grupo. Salientamos que se por um lado a assunção de uma representação masculina agressiva associada à criminalidade é mal vista socialmente, pela transgressão de leis, por outro, ela permite a aquisição de predicados e elementos que são valorizados socialmente. Cecchetto (2004, p.45) escreve: “Para os homens jovens, em termos pessoais, a participação nestas redes permitirá exercer e demonstrar atributos masculinos, bem como partilhar da dinâmica do consumo e da exibição do etos guerreiro.”

Ainda, as regras existentes tanto no mundo do crime como no CENSE são entendidas por Junior como necessárias para orientar seus laços sociais e suas ações, possibilitando uma adequação de suas atitudes aos valores do contexto no qual se insere. A sua aceitação e a subordinação a essas regras ocorrem possivelmente porque o tornam bem visto pelos demais e viabilizam suas conquistas. O temor à punição pela transgressão da lei existe, mas além dele, está presente uma valorização daquele que se submete às restrições e normas impostas pelo código no qual se inscreve.

Entrevistadora: e as regras que existem aqui [CENSE]? Como são? **Junior:** ah as regras são boas, é pra nós ter um grau assim, nós sabe que não pode passa por aquele, por aquela coisa, chutar porta assim, daí você vai pegar castigo. **Entrevistadora:** o que acontece se você não cumpre as regras? **Junior:** ah você vai pegar castigo, você vai perde o que você conquistou aqui dentro já. **Entrevistadora:** o que você já conquistou? **Junior:** intramuros.

Por outro lado, a aplicação das leis jurídicas é percebida como marcada pela desigualdade entre aqueles que detêm poder financeiro ou político e aqueles que não detêm, e possivelmente desvalorizada pelo adolescente. Na análise de Carlos, já abordamos que efeitos esta desigualdade e a exclusão de grande parte da população podem ter na subjetividade daqueles a quem são destinados os rigores da lei, mas que muitas vezes encontram-se em posição de desamparo por terem seus direitos como cidadãos violados.

Entrevistadora: e o que você achou de ter vindo preso? **Junior:** ah achei que foi um erro da justiça. **Entrevistadora:** por quê? **Junior:** porque eles deviam ter me prendido na época que eu se apresentei então. **Entrevistadora:** você chegou a se apresentar depois que cometeu o homicídio? **Junior:** cheguei. Fui e me apresentei, não me prenderam, me liberaram no mesmo dia, na mesma hora. **Entrevistadora:** mas o que aconteceu? **Junior:** eu matei o cara, esperei quatro dias, daí compareci no Fórum, junto com a minha irmã. Daí ele pegaram, eu dei o depoimento pro escrivão, daí me levaram pra juíza, eu dei depoimento pro promotor, daí nisso eles me liberaram. Falaram que eu tava liberado. Fui embora, nunca me chamaram pra mim comparecer no Fórum por causa desse processo, nenhuma audiência, nada. Daí agora que eles foram me prender.

Entrevistadora: você já viu alguém fazer alguma coisa e não ser preso? **Junior:** ah eu já. Na, na televisão é o que mais vejo, esses político, roubando, roubam lá um monte de dinheiro e não vão preso. **Entrevistadora:** e o que você acha disso? **Junior:** ah eu acho errado né, só porque eles têm dinheiro, porque nós que somos pobre, nós vai preso, nós fica mofando na cadeia. Quem tem dinheiro vai preso e não...fica até lá, tem quartinho particular, televisãozinha. **Entrevistadora:** fora os políticos, você já viu pessoas não serem presas porque tem dinheiro? **Junior:** ah eu já né. Tem um primo meu, só porque ele tinha dinheiro ele pagou 1000 real lá pros carcereiro pra deixar ele lá num quartinho separado dos outros preso. Que tipo é isso daí, já que tá no crime então, vai pra cumprir memo a cadeia mesmo, não pra ficar lá preso em quartinho separado. **Entrevistadora:** e o que você achou disso? **Junior:** ah isso aí eu achei não foi certo isso aí, nem da parte dele, nem da parte da sociedade. Porque se um é tratado de um jeito, todos tem que ser tratados da mesma forma. **Entrevistadora:** e o que você acha desta diferenças? **Junior:** ah porque se eu tivesse dinheiro, eu não ia tá nem preso aqui, isso eu tenho certeza. Se eu fosse um filhinho de papai eu não ia tá preso aqui, porque o dinheiro compra muitas coisas.

Assim como na entrevista de Carlos, podemos perceber como a lei jurídica não é legitimada devido a sua aplicação desigual. Além disso, na entrevista de Danilo, discorreremos sobre como a aproximação entre o ter e o ideal fálico, e consequentemente o atravessamento da lei de mercado na lei do desejo, produzem efeitos também na aplicação da lei. As leis jurídicas são desvalorizadas ante as leis de mercado, pois de certa forma também se orientam conforme a posse de capital para serem aplicadas. Nesse sentido, podemos supor que o cumprimento das leis de mercado e, portanto, o acúmulo de capital, é mais valorizado do que o cumprimento das leis jurídicas. E que, ainda, a subordinação das leis jurídicas ao capital possibilita a sustentação de uma fantasia de domínio sobre o outro (CALLIGARIS, 1991; ROSA; VINCENTIN; CATROLI, 2009; QUINET, 2009).

Nas narrativas de Junior ainda se percebe como a assunção da representação identitária de “ladrão” lhe possibilita uma valorização no seu grupo e o respeito entre os demais. Os atos de violência, o envolvimento com o crime e o ganho de dinheiro reforçam a ideia do masculino como fálico, no sentido daquele que tem poder, é temido e capaz de impor sua vontade sobre o outro. Portanto, com esses atributos associados à masculinidade, principalmente as manifestações de violência e capacidade de ganhar dinheiro, ele obtém um reconhecimento social e consequentemente uma satisfação narcísica. O dinheiro obtido com o

envolvimento no tráfico, e mesmo a ilusão de posse do outro que o tráfico e os laços sociais estabelecidos no capitalismo fortalecem, possibilitam em Junior a aquisição de uma representação de masculinidade, fazem dele um homem. Porém, destaca-se que não são os atos transgressivos que são valorizados, eles são somente uma das formas encontradas por Junior dentro da rede social para exercer a representação masculina ideal. Mas, a ação para obter a masculinidade valorizada pode não acontecer no terreno da denominada transgressão conforme ela é vista no terreno da lei jurídica. O processo de associação entre violência, dominação, poder e masculinidade está presente na rede social, porém as possibilidades de aceder a masculinidade via esses atributos acontece a partir da inserção classista e cultural de cada sujeito configurando assim sua ação a partir da transgressão da lei jurídica ou da gestão empresarial, por exemplo.

Além da satisfação por obter reconhecimento social, o modelo de masculinidade violento, que se impõe ao outro, possibilita a Junior a satisfação de um impulso agressivo. Freud (1932/1973) nos fala da existência de pulsões agressivas nos sujeitos, e que estas sempre encontram-se presentes nos atos de violência, porém ele não fala de uma pulsão de violência. Ele descreve as duas qualidades de pulsão: de vida, eróticos ou de ligação (Eros) e de morte, e observa que as duas são imprescindíveis uma a outra. Abordando o percurso do conceito de agressividade na obra de Freud, Birman (2006) aponta que este sofreu várias modificações juntamente com os outros conceitos abordados na teoria psicanalítica. No início da obra de Freud, embora não falasse de pulsão de morte, a agressividade já estava presente ao lado da pulsão do eu, expressa no sadismo que estaria a serviço do eu para exercer domínio sobre o objeto, no intuito de conservar o eu e afirmar-se narcisicamente. Com a formulação do conceito de pulsão de morte o conceito de agressividade é recolocado, sendo que uma parcela dessa pulsão seria colocada a serviço da pulsão de vida direcionando-se para o exterior em forma de sadismo e agressividade. Posteriormente Freud postula o conceito de uma pulsão de agressividade, mas ainda inscrita na polaridade pulsional.

Freud (1923/1973) demonstra que a pulsão de agressividade pode colocar-se a serviço de Eros para alcançar a descarga, e que ela é necessária, por exemplo, nos processos de identificação, nos quais o objeto é destruído exteriormente e incorporado, ou então quando a agressividade se volta para o exterior para preservar o eu. Assim, as duas pulsões sempre estão presentes nos processos psíquicos, o que ocorre é que uma delas prevalece por possuir uma carga libidinal maior. Esta carga de energia é transferível e desloca-se entre as diversas representações. Com este movimento, o que Freud coloca é que não haveria a princípio uma carga com qualidades de criação ou destruição, que esta carga é indiferente, ela adquire

significações a partir do outro e da constituição de representantes pulsionais. O representante pulsional que apresenta maior carga é aquele que é percebido como tendo mais possibilidade de satisfação, sem entrar em conflito com as exigências do supereu.

Assim, embora a agressividade seja inerente ao ser humano isso não significa que a violência o seja. O que pode acontecer é o sujeito manifestar e satisfazer suas pulsões agressivas em atos de violência, embora esta não seja a única forma possível de satisfazê-las. Para Birman (2006), a agressividade se expressa de diferentes formas e em diferentes intensidades. Ele escreve: “a agressividade circula no campo do sujeito de diferentes maneiras: masoquismo e autodestrutividade, sadismo e destrutividade, e ainda nas relações agressivas estabelecidas entre as diferentes instâncias psíquicas” (BIRMAN, 2006, p. 365). O autor ainda coloca que, quando a pulsão de morte está desassociada da pulsão de vida, ou mal associada a esta, é que temos os fenômenos de violência e destruição. Assim, quando essa agressividade é direcionada para fora, para os objetos no intuito de destruí-los, é que nos aproximamos do conceito de violência. A agressividade se diferencia do conceito de violência por não estar necessariamente associada a uma representação de destruição, e não se restringir somente a relação do sujeito com o outro, mas estar presente também nas relações intrapsíquicas. Ainda, a violência é somente uma das formas pelas quais a pulsão pode se satisfazer, mas não necessariamente a única e nem a mais benéfica para a preservação dos laços sociais.

Dessa forma, Freud (1932/1973) chama atenção para o fato de que embora a pulsão agressiva esteja presente em todos os seres humanos, e que se oriente para objetos exteriores produzindo satisfação, ela não deve ser encarada como desculpa para os atos de violência dos indivíduos e das comunidades. Pois não devemos reconhecê-los como mais inerentes a nossa natureza do que a própria resistência a eles, já que os dois são significados a partir da cultura, ou seja, tanto a violência como a resistência são uma produção humana. Ele afirma que não se trata de tentar eliminar as pulsões agressivas dos sujeitos, mas encontrar outras formas de satisfazê-las que não a violência, isso é, sublimá-las. Porém, quando a manifestação da pulsão agressiva por meio da violência encontra-se associada a representações ideais, a satisfação é facilitada, pois sob esta manifestação não incidirá repressão.

Entrevistadora: que mudanças ocorreram com a morte do seu irmão? **Junior:** ah foi uma perda né pra mim. Ah porque daí eu me revoltei com a vida, eu comecei a usar droga, mais droga. Comecei a vender droga, pra se arma pra fazer vingança. Isso aí foi mudando minha vida. **Entrevistadora:** e essa revolta, me fala um pouco dela. **Junior:** ah, porque eu amava o meu irmão, e como eu falei que ele fez o crime por causa de mim mesmo, daí eu coloquei na minha cabeça que eu tinha alguma coisa pra pagar pra ele. Depois que el...quando ele tava no caixão, eu jurei pra ele que eu ia fazer vingança, que eu não ia deixar nem um vivo que matou ele.

Assim, entende-se que a manifestação e a satisfação das pulsões agressivas por meio da violência e da destrutividade do outro, ou mesmo o exercício de dominação do outro em defesa do eu podem ser uma manifestação reforçada pela representação masculina viril, ainda dominante na rede social. Como valores associados a uma representação de masculinidade ideal, o uso da violência e o domínio sobre o outro são incentivados como forma de ascender na estrutura hierárquica na qual as diferentes formas de masculinidade são posicionadas, obtendo reconhecimento social. Por outro lado, pode-se pensar que a necessidade de reafirmação da representação identitária masculina pela violência e pelo domínio sobre o outro tem um fundamento imaginário, no qual o homem é entendido como aquele que detém o falo, sendo este o representante de sua masculinidade. Por temer perdê-lo, e consequentemente perder sua masculinidade é que tem que defendê-la, o que faz pela via da agressão e do domínio sobre o outro, movimento que contribuem para a preservação e o fortalecimento do eu, restabelecendo uma sensação de segurança em relação ao sentimento de masculinidade.

No caso de Junior, a manifestação violenta desse impulso agressivo era facilitada não só pela representação masculina viril atuante em sua subjetividade, mas também pela vingança devida e prometida pelo assassinato do irmão. Com a morte do irmão ele se reconhece ainda mais agressivo, devido à perda e ao sentimento de injustiça que surgiu nele. Com a perda do objeto amado, as pulsões que antes eram investidas e satisfeitas, têm que se desvincular do objeto e podem ou ser direcionadas ao eu mediante o processo de identificação, ou então podem ser transformadas em seu afeto e dirigirem-se para o exterior (Freud, 1917/1973). Assim, com a perda do irmão, os afetos de amor se transformam em afetos hostis direcionados para o exterior, como forma de realizar a vingança e identificar-se a uma representação masculina. Esta vingança fundamenta-se na dívida que Junior estabelece com o irmão, devido à proteção que este lhe dava.

Percebemos como o irmão é uma figura fundamental nos processos subjetivos de Junior, e que a relação estabelecida entre os dois envolve diversos elementos e se processa de forma muito singular. O luto pela perda do irmão, as relações estabelecidas entre ele, seu irmão e seus pais, e a dívida que se inscreve em Junior na relação com o irmão mostram-se atuantes em sua subjetividade e no seu envolvimento com o mundo do crime. Porém, devido à singularidade e à complexidade dessas relações seria necessário uma escuta maior para entendermos como estes processos operam em sua subjetividade e entendermos sobre seu funcionamento psíquico. O que podemos apontar é que estes processos, principalmente as

relações estabelecidas com o irmão, são determinantes para suas ações e para sua constituição psíquica, e estas nos colocam diante de um problema sob a inscrição da Lei neste adolescente. O prevalecimento das leis de mercado sobre as leis jurídicas, o seu envolvimento com o tráfico de drogas, os laços sociais formados na sociedade capitalista e a obtenção de reconhecimento através da assunção de uma masculinidade dominadora certamente possibilitam o fortalecimento de uma ilusão de domínio sobre o outro e um problema na inscrição do outro, o qual passa a ser entendido como obstáculo, ou algo supérfluo. Neste sentido o homicídio cometido é correlato das formas de obtenção de reconhecimento e de satisfação presentes na rede social na qual Junior se inscreve e que assim não necessariamente implicariam uma recusa da inscrição da Lei. Mas ao mesmo tempo, questionamos qual a inscrição subjetiva dos atos cometidos por ele, até que ponto no caso do homicídio não estamos diante também de uma dificuldade na elaboração da Lei simbólica, uma vez que os crimes de homicídio envolvem o extermínio do outro e, portanto, uma negação da alteridade, como uma forma de sustentar uma fantasia de domínio sobre o outro.

6. VAGNER – FANTASIA DE COMPLETUDE NARCÍSICA: MATURIDADE E ILUSÃO DE DOMÍNIO DO OUTRO

Vagner era do interior do Paraná e estava internado no CENSE há dez meses, devido a um assalto que cometeu. Antes de ser internado ele morava na rua, pois ele e os irmãos fugiam repetidamente de casa por causa de conflitos com a mãe. Eles fugiam, passavam um tempo na rua e depois voltavam. Ele não conheceu seu pai, e não sabe ao certo quem ele é, pois a mãe e outros familiares já lhe deram diferentes informações. Vagner tem quatro irmãos, todos de relacionamentos diferentes da mãe: Gilson, seu irmão mais velho, foi assassinado; Fernanda fugiu de casa e nunca mais se soube dela; Samuel mora e trabalha em uma cidade diferente da mãe; e Álvaro, o irmão mais novo, morreu na época que morava na rua com Vagner. Os dois irmãos foram assassinados em consequência de brigas por mulheres. Vagner estava junto com o irmão mais novo quando este foi espancado e posteriormente morreu. A morte do irmão piorou ainda mais o relacionamento dele com a mãe, que o responsabiliza pelo que aconteceu. Durante o tempo que esteve internado nunca recebeu visitas, mantinha somente contatos telefônicos com a mãe, durante os quais era visível o conflito entre eles. Ele manifesta sentimentos opostos em relação à mãe, que vão desde a afetividade até a hostilidade, passando pela indiferença. Assim, às vezes deseja uma aproximação dela e em outros mostra-se indiferente à sua ausência, procura distanciar-se afirmando não querer voltar a morar com ela. Ele transita entre estes afetos conforme as interpretações que produz dos sentimentos e das ações maternas.

Entrevistadora: sua mãe também te escutava? **Vagner:** ah, minha mãe tinha vezes que ela me escutava assim. Ela dava ideia, daí tinha mão que ela começava a falar pra nós, daí ela pegava e se embolava assim, ela falava: ‘Vagner, vem cá, cuida dos seus irmão’, e saía andando e deixava eu dando ideia pros meus irmão. que ela não tinha paciência. **Entrevistadora:** e como era isso? **Vagner:** ah tipo minha mãe começava a falar com os meus irmão, meus irmão começava a dar risada na cara dela, e ela pegava e ficava vermelha assim né, bem na verdade preto não fica vermelho né, fica é roxo né (rindo), daí ela dava risada assim. Aí ela olhava braba assim, tinha mão assim, que a minha mãe ela tem uma hora que ela tá dando risada pra você, daqui a pouco você olha pra ela, ela tá braba. Aí ela pegava, olhava pra mim: ‘Vagner vem cá piá. Cuida dos seus irmão aí, tô indo pra cozinha’ (rindo) e subia e deixava eu lá daí. Eu e o meus irmão, meus irmão ali, eu falava: ‘ô todo mundo aí, cala a boca aí, escuta o que eu tô falando’. Aí meus irmão já ficava quieto já, ninguém falava nada. ‘Pô cara’, aí meu irmão esse Samuel aí ficava brabo comigo, porque ele falava: ‘ah, nem a mãe manda nós cala a boca, e você piá, você que tem’, naquele tempo eu tinha o que? 11 anos. ‘Você que tem 11 anos manda nós calar a boca todo mundo fica quieto’ (rindo). E eu: ‘é, porque tem que fica, tem que respeitar, respeito em primeiro lugar né, humildade em primeiro lugar’. **Entrevistadora:** e de onde vem isso, essa coisa da sua mãe recorrer a você pra falar com seus irmãos? **Vagner:** porque eu quando...como eu tava falando pra você, foi

eu que tive a ideia de trabalhar em casa. Minha mãe já falou: ‘ô, ele já é consciente já, algumas coisas’. Aí eu...minha...meu pai falando com o meu irmão, meu irmão xingou meu pai. Daí eu cheguei no meu irmão e falei: ‘ô Samuel fique quieto cara. O cara tá te dando uma ideia não é pro seu mal não, é pro seu bem piá, fique quieto, escute’. Daí minha mãe...aí minha mãe chamou meu pai, quando eu tava passando na frente do quarto eu escutei minha mãe: ‘ô, o Vagner pequenininho, daquele jeito Cristovão, ele fala com os meninos como se fosse um piá de uns 20, 30 anos já, que ele quer ajudar, ele não quer atrapalhar’. Daí meu pai falou: ‘ah, então deixa ele como cabeça da família’. Daí miha mãe começou a deixar eu. **Entrevistadora:** tinha uma organização na sua casa? **Vagner:** acho que tinha (rindo). Acho que tinha sim. Nossa agora pra explicar isso é embaçado.(pausa) Vamos ver (pausa) ah tinha assim organização que, que todo mundo, todo mundo sabia a hora de voltar pra casa, todo mundo, todo mundo tava sempre ali, tomasse banho, fazendo as lições da escola, tudo certo. Era uma organização assim que tipo, minha mãe chamava eu, tudo que ela falava, tinha que chamar eu: ‘ô Vagner, tá certo isso? Tem alguma coisa errada? Você fala pra mãe que a mãe já ajuda já, já vê alguma coisa’. e eu: ‘não, tá bom então, tá tudo certo’ daí ficava.

Entrevistadora: então a ideia de trabalhar foi sua? **Vagner:** aí o comerciante da família começou quem foi que fui eu né, que começou a levantar a família nas vendas fui eu. Daí minha mãe não vendia, minha mãe só ficava em casa, fazia por...pra entregar em padaria, em mercado e quem começou a vender na rua foi eu, daí sim foi. Aí dei umas idéia pra minha mãe, que minha mãe, tipo lá em Londrina assim...a única pessoa que faz o pão que, que, de cenoura é a minha mãe, tipo pão de amendoim é a minha mãe, o pão de inhame é a minha mãe, porque a ideia veio minha também. Veio eu assim que dei a ideia pra minha mãe. Então muitas pessoas fala assim em Londrina, que tipo, tipo se perguntar assim na vila lá que eu morava todo mundo fala: ‘ô, o piá que ajudou bastante a família dele foi o Vagner aqui, não deixou, não deixou a mãe dele passar necessidade, por...do tempo que ele tava lá na família ele nunca deixou a mãe dele recaí não. Mas depois que ele se envolveu daí que acabou memo com, a família acabou.’

Entrevistadora: que lembranças você tem da tua casa, de quando você era pequeno? **Vagner:** lembranças? Lembranças assim que, que minha mãe me acordava bem cedo e falava: ‘vai se arrumar porque daqui a pouco nós tem que trabalhar.’ Tipo nós, tipo não temo assim...não tivemos assim infância assim de brincar em praça, andar de bicicleta, essas coisa. Tipo no-nosso negócio desde pequeno foi só trabalhar, trabalhar. Então daí é uma coisa que eu falo bem não é uma lembrança né (rindo)? É um tormento assim a vida ainda que eu tenho guardada ainda (rindo), não tenho muitas lembranças boa de família.

Entrevistadora: como que ela te adulava? **Vagner:** ah, que tipo, ela ela chegava em mim: ‘ah, meu filhinho querido, já conversou com seus irmãos?’ ‘já mãe’, ‘ah então quer que eu fa...você vai fazer o que?’. Daí eu: ‘não, não vou fazer nada, vou ficar em casa aí’. Daí, daí eu falava: ‘oh mãe, posso ir lá na casa do Cristiano?’, ‘Não, eu não quero você envolvido com aqueles cara lá porque aquilo lá é um bando de vagabundo’. Aí ela não deixava...mas...minha mãe gostava de mim pra caramba, minha mãe não que gostava, ela gosta ainda de mim, mas só que...no vínculo que eu e ela temo assim parece que nós dois no passado assim não se demo bem assim, na outra encarnação, não se demo bem. Eu e ela assim nós fica né, briga, aí daqui a pouco nós tá dando risada de novo, aí depois ela briga comigo de novo, daí nós fica sem conversar, ixi, é assim.

Entrevistadora: você já pensou alguma coisa sobre esse sonho (sonho repetido com a mãe ensanguentada)? **Vagner:** ah, eu não penso não, porque tipo eu não, não que não queria voltar a conviver com a minha mãe né, mas, por mim assim eu queria me livrar um pouco de família, mas do jeito que tá minhas condições aqui né, então vou ter uma...então eu acho que eu tenho que voltar pra minha família e ajudar minha mãe que já ta velha já né?

Entrevistadora: e ela tenta se aproximar de você? **Vagner:** não, minha mãe ela não tenta, se não liga pra ela, ela não liga também. Tem vez assim, teve uma mão só que eu deixei de ligar pra ela tal, porque nós tava brigado daí ela ligou pra saber como é que eu tava, tal.

Entrevistadora: quando você veio pra cá ela te ligou? **Vagner:** me ligou bast..me ligou...umas 3 vezes, que daí ela perguntou pra técnica se eu tava bem, daí ela falou que tava, tudo sossegado, daí eu liguei pra ela pra conversar com ela.

Entrevistadora: e ela vem te visitar? **Vagner:** não. **Entrevistadora:** você recebe alguma visita? **Vagner:** não. Já são...vão pra, acho que 10 meses que ninguém. **Entrevistadora:** e como é ninguém vir te visitar? **Vagner:** normal, porque minha mãe avisou pra mim.

Entrevistadora: o que você achava da sua mãe correndo atrás de você, te procurando na rua? **Vagner:** é né, eu acho que, que a minha mãe, por mais que ela fala que não gosta dos filho dela né, naquele tempo ela gostava bastante de mim né, porque, uma mãe, uma mãe que gosta memo do filho, se,s-se, se dá pra ir buscar o filho né, porque por mais que aconteça né, amor de mãe é só um só né, e tipo se perde, embaçado. **Entrevistadora:** então por mais que você e ela briguem você acha que ela te ama? **Vagner:** é, por fora disso (rindo). **Entrevistadora:** como assim? **Vagner:** ah, tem vezes que ela fala que não gosta dos filho dela e tal, mas fazer o que né. **Entrevistadora:** mas o que você sente? **Vagner:** ah eu, nas antiga eu tinha muito ódio da minha mãe, eu sentia muito, muito ódio dela, mas agora eu soube perdoa ela. **Entrevistadora:** você sentia ódio pelo quê? **Vagner:** pela, por ela me culpa, por ela me bate nas antigas. Assim que, quando eu era mais novo. Daí eu sentia muito ódio dela, não suportava olhar pra cara da minha mãe. **Entrevistadora:** você perdoou ela do que? **Vagner:** perdoei ela, dela, pelo menos se ela não me perdoou né, se ela não me perdoou de...disso que ela fala que eu fiz, mas eu perdôo ela né. Porque a melhor coisa que tem é o perdão né. Porque a pessoa que tipo tá, tá com um peso na consciência, tipo eu, eu tinha um peso na consciência que era esse negócio do meu irmão e tal. Aí eu soube perdoar, e minha mãe não me perdoou, mas só que deus me perdando já tá, já tá de bom tamanho pra mim.

Entrevistadora: e por que você decidiu sair de casa? **Vagner:** ah porque tipo minha mãe ela era, ela era cheia de ficar falando um monte pra mim, eu não gostava de ficar, nunca gostei de ficar levando desaforo da minha mãe. Eu e ela sempre fomo de briga, sempre que ela falava alguma coisa pra mim eu tinha que ratear com ela também. Tipo...então aí eu falei: 'ah, eu não vou ficar aqui, com a minha mãe me tirando, falando um monte pra mim, meus irmão faz o que bem que e ela não fala nada pra eles, então eu vou embora'. Daí peguei e sai.

Nos trechos acima fica claro o conflito estabelecido entre Vagner e sua mãe. Quando era pequeno sentia-se amado por ela por auxiliá-la no trabalho, no cuidado com seus irmãos e na organização familiar. Ela lhe destinava um lugar de liderança na família, correlato de uma figura paterna, a partir do qual Vagner determinava regras e exercia poder sobre os irmãos. Entretanto, ele relata brigas e experiências de agressão e exploração, de sofrimento com a mãe; experiências essas que suscitam nele dúvidas sobre o sentimento materno. Embora ele se reconheça na posição de liderança, reconhecendo-se muitas vezes em uma figura paterna responsável pela família, em outro momentos ele parece rivalizar com os irmãos pela amor materno, o que mostra novamente a sua insegurança quanto a este amor. Esta insegurança nos leva a pensar que coexiste em seu psiquismo um sentimento de rejeição possivelmente

constituído em decorrência das mudanças de humor percebidas na mãe e pelo movimento de aproximação e afastamento dela, bem como reforçada pelas acusações maternas pela morte do seu irmão. Diante do sentimento de rejeição latente e a insegurança que esta complexidade de afetos e experiências inscrevem na suas relações com a mãe, percebe-se que Vagner apresenta-se supostamente indiferente à mãe, indiferença que se estenderá para seus laços sociais e que se expressa com a constituição de uma representação masculina que comporta a ideia de maturidade e de independência do outro, as quais nos remetem à formação de uma fantasia de completude narcísica.

Sobre as relações estabelecidas entre Vagner e sua mãe e os efeitos subjetivos destas, retomaremos as análises que Pelegrino (1987b) faz sobre a importância da relação que se estabelece entre mãe e filho anteriormente ao complexo de Édipo. Para o autor, o que se passa na relação fusional é fundamental no processo de inscrição da Lei, o qual opera um corte nessa. O período de fusão com a figura materna ocorre devido à grande imaturidade com a qual a criança chega ao mundo, precisando do outro para sobreviver e para significar a sua existência. A qualidade dessa relação estabelecida com a mãe neste momento é que determinará como a Lei será inscrita no sujeito. Quanto mais insegura a criança sentir-se em relação ao amor e à proteção do outro – representado neste momento inicial pela figura materna – mais se agarrará a ele e mais difíceis se tornarão a inscrição da Lei e a conquista da liberdade para o sujeito poder se constituir. Para ilustrar essa situação Pelegrino (1987b, p.310) dá o exemplo de um naufrago em um mar revolto, “que se agarrará a sua tábua de salvação na proporção direta do tamanho das ondas que o ameaçam”.

Ao longo deste trabalho já discurremos sobre a importância que tanto Freud como Lacan atribuem ao outro no processo de constituição subjetiva. Lacan (1949/1998, 1957-58/1999) mostra que no início da vida a criança faz a função de falo imaginário da mãe, representa o objeto que lhe falta e a completa. Nesta relação produz-se, então, um estado ilusório de completude narcísica, que é abandonado com a inscrição da Lei, a qual inscreve a criança em um sistema de troca com o exterior. Ou seja, a Lei articulada ao princípio de realidade leva a criança a sair desta relação exclusiva e excludente, e, ao mesmo tempo, denuncia a sua falta constitutiva na relação com a exterioridade, sobre a qual será necessário constituir uma significação.

Para Pelegrino (1987b) é pela falta de um saber instintivo e pela imaturidade biológica e psíquica que o ser humano não possui instrumentos para dar uma significação inicial as suas vivências e a esta exterioridade. O primeiro contato com este estranho exterior expõe a criança a uma série de estímulos, os quais desencadeiam uma multiplicidade de excitações,

produzindo nela uma angústia. Para defender-se dela, a criança procura negar a realidade externa pela fusão com a figura materna e pelo suposto estado de completude produzido nesta relação. Obviamente, tanto a completude como a negação da realidade são imaginárias, uma vez que esta continua incidindo sobre a criança por intermédio da própria figura materna. Trata-se de uma fantasia constituída pela criança na qual as experiências prazerosas oriundas da relação com mãe vão sendo inscritas em seu psiquismo. E é projetado para o exterior tudo que lhe causa desprazer. Prevalecendo, nesse momento, no funcionamento psíquico da criança o princípio de prazer. Pelegrino escreve:

A criança, por sua prematuração, não suporta estar separada dos objetos que atendem à sua necessidade e ao seu desejo. Ela os instala, alucinatoriamente, em seu mundo interno, e os investe segundo o ritmo dessas necessidades e desejos. É curioso notar-se aqui que a carência, seja em função da necessidade, seja em função do desejo, vai ser geradora do objeto capaz de preenchê-la e aplacá-la (PELEGRINO, 1987b, p.319).

A criança constitui uma fantasia na qual os objetos são produzidos e controlados pelos seus desejos e necessidades e a qual possibilita a negação da falta e uma afirmação narcísica. É uma elaboração inicial da falta/liberdade que se instaura na sua relação com a realidade externa. Porém, ao longo de suas experiências, a realidade vai insistindo e a criança vai percebendo que a existência dos objetos e seus movimentos transcendem seu desejo e sua possibilidade de criá-los, pois eles se apresentam e se ausentam sem que ela possa ter controle sobre eles. Assim inscreve no psiquismo, o princípio de realidade, “pelo qual a criança, perdendo a onipotência que lhe conferia o princípio do prazer, tem que sair de si e de sua abastança narcísica para buscar o mundo externo e os objetos externos” (PELEGRINO, 1987b, p. 320). Esta inscrição é concomitante a inscrição da Lei e inscreve no sujeito duas perdas: uma perda narcísica pelo abandono de sua fantasia de completude e domínio sobre os objetos, e uma perda pelos objetos com os quais obtinha satisfação. Como forma de elaborar essas perdas a criança estabelece relações com objetos externos, pois eles serão necessários para simbolizar suas construções imaginárias.

Nas experiências relatadas por Vagner sobre as suas relações com a mãe, percebemos que elas não foram satisfatórias, gerando uma insegurança sobre o sentimento materno. Percebemos em suas narrativas como a mãe é uma figura importante psiquicamente e como ele se mantém identificado em uma representação de domínio sobre os objetos. Diante da instabilidade da relação com a mãe e do sentimento de rejeição que se origina com ela, é possível que Vagner tenha encontrado dificuldades para operar a inscrição do princípio de realidade e elaborar uma perda narcísica, e ainda esta dificuldade pode ter produzido efeitos na inscrição da Lei. Assim, mesmo diante de uma realidade incontrollável, é possível que ele

continue sustentando uma fantasia de completude e domínio a qual é reforçada pelo discurso materno.

Entrevistadora: explica um pouco melhor esse sonho. **Vagner:** ah tipo, tipo que eu tava já, já um poquinho grande, eu sai, sai que eu tava namorando, sai, quando eu voltei minha mãe tava tudo ensanguentada assim no chão e gritando pra mim: ‘você acabou com a família, você acabou com a família.’ E o meu irmão tava morto assim, nos braços dela.

Entrevistadora: por que ela acha que você é o responsável pela morte dele? **Vagner:** Porque eu levei ele pro mau caminho, eu devia ter deixado ele com a minha mãe, não te...te deixado ele assim com a minha mãe e te cuidado da minha vida, não ter cuidado...não ter levado ele pro mau caminho, ter deixado ele desandar no mundo do crime. **Entrevistadora:** e o que você acha disso? **Vagner:** ah eu, só sei que...bem na verdade eu não sou culpado disso, tá ligado. Vou falar bem a verdade que eu não sou meio, muito culpado nisso, porque tipo eu nunca falei pra ele não vamo, vamo pro crime, vamo usar droga que é bom. Não, ele foi por livre e espontânea vontade dele né. Aí minha mãe me culpa de uma coisa que eu não, que eu não sou o culpado assim, porque eu tenho culpa de alguma coisa assim eu tenho culpa assim. **Entrevistadora:** do que é que você tem culpa? **Vagner:** que eu levei sim ele, eu não levei né. Eu peguei e falei pra ele: ‘você quer ir vamo’. Mas só que ele falava pra mim: ‘não, vamo, vamo, vamo cabelo’. Eu falava: ‘é Álvaro, o crime não é que nem você pensa Álvaro, só ganha, ganha, ganha, uma hora você vai perder cara’. ‘Ah não sei.’ Que nem no final do ano, antes dele morrer, nós tava tudo na frente de uma padaria que tem lá em Londrina lá conversando, ele tava fumando maconha com nós assim né, daí um dos, um colega nosso o Davidson pegou e falou pra ele bem assim: ‘ô Alvaro você é do crime?’ daí ele falou: ‘eu não sou do crime, eu nasci pro crime’. **Entrevistadora:** como assim? Qual a diferença? **Vagner:** porque o cara que nasceu pro crime já tem o familiar que é do crime né, que usa droga, que rouba, que sequestra, que faz essas coisa do crime. E o cara que já é do crime é um cara que entrou pouco tempo pro crime, tá há pouco tempo no crime, não tá há muito tempo. Então ele achava, falava: ‘eu nasci pro crime’, porque tipo, tinha eu que era do crime, tinha quem mais, o Samuel, tinha umas par de irmão nosso assim que era envolvido.

As narrativas de Vagner nos mostram que independente dos objetos se mostrarem fora de seu controle – o que ocorre com as aproximações e ausências maternas, com a morte do irmão, e frustrações oriundas das suas relações com o outro – ele tenta manter uma fantasia de completude narcísica mediante a assunção da responsabilidade pelo que se passa no outro. Esta fantasia é sustentada pela constituição de uma representação identitária masculina associada à ideia de potência, domínio e maturidade, a partir da qual se reconhece e se apresenta como responsável por impor regras e determinações àqueles que estão a sua volta. A maturidade, atributo que o adolescente reconhece em si, foi adquirida pela vivência e superação de inúmeras situações de sofrimento e da independência que adquiriu da mãe ao fugir de casa. Veremos como as ideias de maturidade e independência, tomadas na sua radicalidade, são elaboradas por ele no sentido de reforçarem esta fantasia de completude narcísica porque expressam uma ideia de totalidade, e de desligamento do outro. Ele é capaz

de exercer domínio e controle sobre o outro, mas este supostamente não é capaz de produzir efeitos em sua subjetividade.

Vagner sente que falhou em atender as expectativas maternas para que cuidasse dos irmãos e mantivesse a organização familiar, o que culmina na culpa que sente pela morte do irmão e na rejeição da mãe em relação a ele. O fato dela culpá-lo também reforça a sua identificação com uma capacidade de poder sobre o outro. Pois, mesmo que tenha falhado em manter a organização familiar e defender o irmão ele continua sendo o responsável pela família, ainda que pela “desgraça” desta. Nas análises anteriores discorremos sobre como a representação masculina associada a ideia de domínio ainda é valorizada e prevalece sobre outras formas de masculinidade, e ainda, que este domínio pode ser exercido de diversas formas, devido aos elementos raciais, classistas e culturais que incidem sobre a constituição de modelos de masculinidade. No caso de Vagner também veremos como a identificação com uma representação masculina relativa ao domínio e ao poder exercido sobre o outro é possibilitada pela prática de atos infracionais, e que o seu envolvimento com o crime reforça um movimento de afirmação narcísico e a sua fantasia de completude. É a partir dessa representação que Vagner constitui e sustenta esta fantasia, na qual ele apresenta-se onipotente e independente do outro. Ou seja, ele constitui uma representação masculina na qual prevalece seu narcisismo que lhe possibilita acreditar que o outro deve se subordinar a ele, pois depende dele, mas ele não depende de ninguém.

Embora ele tenha se afastado da mãe fugindo de casa e realizando alguma forma de independência do outro, permanece latente um sentimento de rejeição, o qual uma fantasia de onipotência procura recobrir. Veremos a seguir como esta fantasia manifestava-se em outros contextos de sua vida.

Entrevistadora: estas brigas aconteciam porque? **Vagner:** por causa que uma favela queria dominar a outra. **Entrevistadora:** mas tem gente na favela que não é envolvida com o crime? **Vagner:** tem. **Entrevistadora:** e como estas pessoas ficam quando tem esse tipo de disputa? **Vagner:** corre pra dentro, fecha as porta, fecha as janela (rindo) e se esconde embaixo da cama, com medo de uma bala perdida. **Entrevistadora:** e você pensava nestas pessoas no...? **Vagner:** pensava, pensava bastante. **Entrevistadora:** o que você pensava? **Vagner:** pensava em até gritar pros cara: ‘ô, tomar cuidado pra não acerta a casa dos outro aí e pega a bala em gente que não tem nada a ver aí cara’. Daí os cara falavam: ‘firmeza então’. **Aí. Entrevistadora:** e isso funcionava? **Vagner:** funcionava, tinha gente que era, que os cara que corria com nós era azul, era bem esperto, quando nós ia nós já até gritava pros cara já: ‘ô cara não entra pra dentro da favela, porque se entrar vai morrer’, daí os cara nem entravam, os cara ficavam do outro lado do campo e nós do outro lado do campo, e trocando. **Entrevistadora:** e como isso acabava? **Vagner:** ah, acabou por causa desse piázinho que morreu. Ele tinha 9 anos de idade, daí...aí ele pegou e morreu, daí a mãe dele c...começou a acusar um cara que não tinha nada a ver, aí foi o tempo que o Miranda, que é o patrão que...da favela da Barruca, pegou e falou pra nós reunir tudo os cara e ir no campão e chamar os cara da Cristal, que é outra favela inimiga nossa. Aí nós se aliamos, daí não tem mais treta.

Entrevistadora: o que mudou depois que você matou a primeira pessoa? **Vagner:** ah mudou muito. É...as pessoas começou a considerar, as pessoa falava quando, quando alguma coisa a pessoa falava: 'ô Vagner vê se é certo isso daí, se for certo você diz, se for errado nós vai lá e explode o cara', 'tá errado, então vai lá e explode o cara'. Os cara ia.

Entrevistadora: quem você já matou? **Vagner:** ah (pausa) o piá que matou meu irmão, que ess...um desses da briga do meu irmão lá, eu achei ele. Matei ele.

Entrevistadora: como foi? **Vagner:** ah tipo nós tava...eu tinha feito uma pipa pros piá, aí os piá deixou a pipa cair dentro dessa favela, que é o Planalto. Aí eu tava lá brincando com os...com os meu filho assim, com as criança que eu chamo de...que me chama de pai. Aí eu tava brincando com as criança assim, daí os piá: 'ô piá, os piá lá da Pindorama catou a pipa'. Aí eu falei: 'vai lá buscar'. 'Não, mas nós já foi, os cara bateram em nós e fizeram nós correr pra cima'. Falei: 'não, peraí que eu vou buscar já'. Daí eu falei pras criança ficarem no quintal e sai'. Aí eu cheguei lá e falei: 'ô, tem condições de me dar a pipa fazendo o favor'. Daí o cara pegou: 'não vou dar a pipa pra você não'. Falei: 'ô cara você quer que eu tire por bem ou por mal essa pipa de você'. E ele: 'não vou dar, não vou dá'. Daí um deles que tava, que tava em dois né, pegou e falou: 'ô nós já matamo seu irmão espancado na exposição, pra nós matar você espancado agora é, é dois palito'. Assim, no crime eles fala dois palito né. Falei: 'ah então antes de você me matar eu mato ocê cara'. Saquei o revólver e matei o cara. Daí corri atrás do outro não consegui catar o outro.

Entrevistadora: e os seus irmãos obedeciam você? **Vagner:** meus irmão sempre foi...o Samuel até hoje. O meu irmão Samuel até hoje, se ele tiver errado, eu fala pra ele, ele abaixa a cabeça e se ele...e memo que eu dou ideia pra ele, ele fala: 'ah, você sempre tá certo', eu sempre tô certo.

Entrevistadora: mas você não usava frequentemente? **Vagner:** não, eu, eu sabia controlar meu uso. Sempre soube controlar meu uso de drogas, mas meus irmãos não.

Novamente percebemos como a fantasia de onipotência e de domínio sobre o outro se estende para outros laços sociais além dos familiares. É marcante em suas narrativas a ilusão de que detém o controle sobre o outro, e até mesmo sobre si. Vagner identifica-se com uma representação masculina potente ao qual os outros se subordinam. Ao cometer atos de violência nos quais sua força e a agressividade se manifestam, ele assume a representação masculina de domínio a partir da qual os outros passam a reconhecê-lo e a respeitá-lo. Ela é correlata à figura paterna, a partir da qual ele sustenta um código de leis ao qual os outros se subordinam. Assim, apesar da representação masculina dominadora ser hegemônica e também ser encontrada nos outros adolescentes analisados servindo como referência para as suas ações, no caso de Vagner esta representação apresenta algumas nuances. Embora os adolescentes constituíssem uma ilusão de domínio do outro pela demonstração de força e de violência, existia um código de leis aos quais eles se subordinavam. No caso de Vagner ele não só constitui uma ilusão de domínio por meio da violência sobre o outro, como também por ilusoriamente se reconhecer na posição daquele que sustenta este código para o outro.

Igualmente chama atenção nas narrativas de Vagner que, embora constitua uma fantasia de domínio e de completude, ele se apresenta primeiramente em uma posição vitimizada, reforçando e de certa forma valorizando as situações de sofrimento impostas pelo outro. Em um segundo momento ele se mostra superando essas situações pela constituição de uma representação masculina potente, dominadora e madura, e a partir da qual torna-se independente do outro. É como se o processo de superação de sofrimento e de conflitos tivesse sido necessário para que ele alcançasse uma suposta completude e independência expressa na ideia de maturidade.

Durante as entrevistas realizadas e posterior análises delas, nos surgiu a dúvida se as situações por ele relatadas ocorreram na realidade ou se tratavam de fantasias. Essa suspeita surgiu pelas diversas incongruências em suas narrativas, nas quais a mesma história é contada com versões diferentes; pelas suas atitudes no CENSE, as quais não concordavam com as suas atitudes descritas nas narrativas; e pelo conhecimento de diversos fatos de sua história de vida, aos quais tive acesso em função do trabalho realizado como psicóloga, no qual contatos com os familiares eram necessários. Mas, mesmo que essas narrativas se constituam em fantasias, é importante notar como ele se inscreve nelas, pois elas não deixam de expressar uma forma de subjetivação e de enlace social singular deste adolescente.

Entrevistadora: em quem você já confiou? **Vagner:** em quem eu já confiei? Foi um dos meus melhores amigo que eu confiei. Foi o Silvio. **Entrevistadora:** e como era a relação de vocês? **Vagner:** ah, era um cara que, que era um camarada meu memo, um amigão memo, me ajudou muita coisa, quando eu tava me acabando, cheirando farinha, me acabando nas droga ele foi: ‘ô cabelo, vamo parar aí, pá’. Daí eu ajudei ele também a sair do crime, mas só que, ele, por isso que eu não confio em ninguém, porque ele desmaiou comigo, tipo, ele, catou minha namorada, eu fui e matei ele. Daí não tive nenhum amigo mais. **Entrevistadora:** e como foi que ele pegou sua namorada? **Vagner:** ah tipo, no dia do meu aniversário (rindo), nós tava tudo lá na casa do meu irmão (rindo), daí uma ex minha, a Mirela pegou chegou em mim e falou: ‘ô Vagner., não fique com essa menina que essa menina tá te traindo Vagner’. Daí eu bati na cara da menina e falei: ‘não, a menina nunca foi de me trair não’. Daí ela falou: ‘você vai ver ainda Vagner’, aí eu peguei, meu parceiro chegou em mim: ‘ô cabelo, não vou poder ir curtir seu aniversário cara que eu tenho que resolver uns negócio aí e tô indo embora aí cara’. Aí eu falei: ‘ô firmeza então cara, vai na fê então’. Aí eu peguei e as menina me chamou né: ‘o Vagner vamo curtir seu aniversário lá no bar lá’, aí eu falei: ‘vamo então, eu só vou pega a moto ali, uma jaqueta e um dinheiro, e já tô indo.’ Aí cheguei em casa (pausa) peguei a jaqueta, tava saindo, bati a mão no bolso e falei: ‘ah pega um dinheiro né.’ Aí eu falei: ‘ô Mirian, cata um dinheiro aí pra mim, daí ela pegou e falou... **Entrevistadora:** quem? **Vagner:** Mirian, uma ex aí também (rindo). Falei: ‘cata um dinheiro aí pra mim.’ Daí ela falou: ‘entra aqui e pega.’ A hora que eu entrei eu catei ela e o cara. Os dois, nus. **Entrevistadora:** mas não entendi, você pediu dinheiro pra ela e ela pediu para você entrar? E ela estava com o cara? **Vagner:** (balança a cabeça afirmando). **Entrevistadora:** mas então ela queria que você visse? **Vagner:** acho que queria. **Entrevistadora:** como era o namoro de vocês? **Vagner:** ah sempre foi bom, nunca, nunca assim que eu e ela brigamo. Todas as nossas vez, que nós somo junto, nunca que nós ficou em briguinha. **Entrevistadora:** e por que você acha que ela fez isso? **Vagner:** não sei. **Entrevistadora:** e o que você achou disso? **Vagner:** ah eu achei que, que por isso daí que eu parei de confiar nas pessoas, porque o ser

humano é muito falho nas paradas. Daí ela...eu bati nela, ela pegou e saiu correndo, aí eu bati no cara também dei umas coronhada no cara que eu tava com o revólver, ele saiu correndo também. Aí eu peguei e fiquei em casa, daí as menina chegou falou pra mim curtir e eu falei que não ia. Aí elas falando: 'vamo cabelo, vamo, daí você se acalma.' Daí eu: 'firmeza.' Daí eu fui. Aí nesse bar que nós tava entrando o segurança me conhecia da rua e me deixou entrar com o revólver, aí eu entrei e fiquei lá. Daí quem que entra no bar de mão dadas? Os dois. Mas só que eles não sabia que eu tava ali. Aí eu peguei e joguei uma garrafa ne...pra pegar na menina, pra pegar na pinha dela, na cabeça dela. Daí ela pegou e desviou, meu primo catou. Aí o piá gritou pra mim: 'ô cabelo, vamo conversar.' Aí eu falei: peraí, já desço aí pra conversar com você então.' Daí as menina: 'ô cabelo, você tá armado?' eu falei: 'não to armado.' 'cadê o revólver testa?' Daí mexeram a mão na minha cintura, porque eu andava com o revólver na cintura, aí não... 'ah ele não tá armado.' Aí depois cheguei, tinha uma mesa redonda, eu peguei, conversando com ele: 'ô testa, vamo deixa isso baixo aí cara.' Eu falei: 'ô baixo aí cara? Você entra na minha casa cara, te dei roupa cara, cuidei de você cara, como um irmão, você catando a minha mulher cara, pelas minhas costas, esperava eu sair de casa pra catar minha mulher cara.' Daí ele pegou e falou pra mim: 'não, cabelo, pá eu gosto da mina.' Daí eu perguntei pra ela: 'você gosta dele?' daí ela pegou e falou que gostava mais dele do que de mim. Daí eu peguei e saquei o revólver e dei um tiro na cara dele, ele morreu. Daí corri atrás dela, que ela levantou e saiu correndo, eu corri atrás dela e dei um tiro na espinha dela, que hoje ela anda de cadeira de rodas. **Entrevistadora:** e porque você resolveu matar ele? **Vagner:** porque, se traiu uma vez, é capaz de trair outra. Então eu não acho certo fica vivo. Porque eu não, eu só assim, eu não gosto da traição. Se eu não traio eu também não gosto que me traíam. Então, então pra mim deu, se tipo traiu uma vez vai ser capaz de com outro amigo meu trair ou com outra pessoa da minha família trair então, pra minha família não correr esse risco, ou um amigo meu não corre esse risco, eu já mato o cara pro cara não fazer mais. **Entrevistadora:** e como você se sentiu com essa traição? **Vagner:** nada. **Entrevistadora:** você não sentiu nada? **Vagner:** ah normal. Antes eu tava com raiva.

Nesse relato de Vagner percebemos como ele se coloca em uma posição de vítima, pela traição do outro, do qual ele se ocupava cuidando como um irmão. Diante da insubordinação do outro, expressa na traição, ele age com violência, eliminando-o e recuperando a sensação de potência, domínio e controle, restaurando uma fantasia de onipotência. A afirmação de que não sentiu nada com a traição do amigo e da namorada pode ser entendida como uma manifestação dos efeitos subjetivos da ilusão de completude e da blindagem que Vagner produz contra o outro para sustentar esta ilusão. Ele recusa o outro, eliminando-o, principalmente porque este denuncia a sua falta e rompe a sua fantasia. A forma como se descreve em sua narrativa o mostra assumindo a representação identitária de um homem fálico, potente, forte, com várias mulheres e que ilusoriamente se constitui como alguém que não precisa de ninguém, revestindo-se de uma completude narcísica. Na análise de Junior, já discorremos sobre como esta representação identitária de masculinidade se forma associada imaginariamente à posse do objeto fálico, articulada às atribuições culturais para os gêneros. Mas se torna interessante aqui perceber como os princípios do individualismo – os quais promovem uma afirmação do eu – juntamente com a teoria desenvolvimentista – que

promove a idéia de completude correlata de uma maturação da razão – podem contribuir para uma afirmação do narcisismo e a constituição de um ideal de homem no qual a maturidade é entendida como completude.

Retomando o mito do pai da horda apresentado em seu texto *Totem e Tabu*, Freud (1921/1973) afirma que diante das frustrações que são impostas à satisfação nas relações do sujeito com os objetos externos, ele pode imaginariamente se separar do outro, afastar-se da organização social e assumir a posição da figura paterna. O sujeito inventa para si um mito heróico, no qual o herói procura ocupar o lugar do pai, colocado no lugar de ideal fálico, por sua força, potência e satisfação sem restrições. No mito do herói, ele supera diversos desafios e obstáculos para enfim chegar à realização do ideal fálico, ou seja, no ideal de completude. Esse mito é considerado por Freud como a primeira forma de expressar a separação do sujeito da organização social.

Analisando esse mito percebe-se que ele pode expressar um processo de subjetivação sobre os princípios e os ideais do individualismo, no qual o Eu é afirmado. Sobre o individualismo e como ele possibilita a constituição de uma fantasia na qual o outro é excluído, Rosa (2002) escreve: “A sociedade atual, em que predomina a busca do triunfo do Eu, construído como se pudesse prescindir do investimento do outro, impossibilidade que o individualismo ofusca: impossibilidade de autoconstituir-se”.

O individualismo é entendido por Dumont (1985) como o valor fundador das sociedades ocidentais modernas. O individualismo se consolida quando o homem passa a ser entendido como o valor supremo, mudança que foi proporcionada pelo humanismo e pelas mudanças nas concepções religiosas. O homem passou então a ter uma relação direta com sua razão e com Deus, necessitando somente de sua fé para exercitar sua religiosidade. Para o autor, as bases do individualismo são os princípios de igualdade e liberdade, segundo os quais o homem é visto como possuidor de propriedades e qualidades inerentes e considerado como um ser autônomo e independente em relação ao vínculo social. Segundo o autor, o termo indivíduo significa tanto um objeto, que é o ser concreto, o modelo único do ser humano, quanto um valor, que é o ser moral independente e autônomo, representante da ideologia moderna.

Na leitura de Dumont (1985) com o individualismo todos os homens são considerados iguais e livres perante o Estado, e as posições sociais que determinavam funções a cada indivíduo são abolidas, supostamente “impedindo” a intervenção e o controle direto do Estado nas ações e na vida de cada um. O sujeito rompe com todo um sistema de crenças e tradições em busca da liberdade de consciência e passa a primar por sua satisfação pessoal, sendo que

neste percurso a existência do outro varia conforme sua necessidade ou não para a obtenção da satisfação pessoal. Nessa perspectiva, o ser humano prevalece sobre a sociedade e o Estado, não se submetendo a ninguém, sendo que sua existência é regida por suas regras pessoais. Matheus (2008) sugere que com a ideia de interiorização do sujeito que surgiu com o projeto iluminista o ser humano passa a se autodeterminar, sendo o responsável por suas escolhas, ações e realizações, tendo como ideal maior, a autossuperação. Isso significa que o destino humano não é mais definido pela sociedade, pois ele não tem mais um papel predeterminado a cumprir, mas tem que se inventar e superar-se para realizar-se. Essa é a ideia do sujeito livre e igual a todos, pretensamente capaz de construir sua realidade independente de seu contexto social, único depositário de todas as conquistas e derrotas que alcance.

Podemos reconhecer a figura mítica do herói sendo assumida por Vagner em suas narrativas. Dadas a insegurança sobre o sentimento materno e as frustrações sofridas com os objetos, já que não detém o domínio sobre eles a não ser de forma ilusória, ele constitui para si e sobre si um mito. Nele ele passa por situações adversas, experimenta sofrimentos, os quais vai superando até alcançar o lugar do pai. Ou seja, com a superação dos desafios e obstáculos que a vida lhe coloca ele constitui uma representação masculina fálica, correlata das ideias de domínio, completude e maturidade, e as quais sustentam um revestimento narcísico. Nesta representação constituída por Vagner ressaltamos como a maturidade é um atributo valorizado como símbolo da sua completude.

Nas análises de Carlos discorremos sobre como o saber sobre a constituição humana compartilhado pela rede social provém da leitura desenvolvimentista. Nesta, a constituição humana ocorre segundo etapas para as quais são descritas e associadas características específicas diferenciando-as. A razão desempenha uma função fundamental nesta constituição, pois seria por meio dela que o sujeito apreenderia e conheceria o mundo. O processo de “desenvolvimento” do ser humano ocorreria pelo amadurecimento e exercício da razão e ocorreria até a maturidade, quando se teria um ser formado, e o símbolo desta formação seria a constituição de uma identidade (COIMBRA; BOCCO; NASCIMENTO, 2005). Já demonstramos concordar com diversos autores, entre eles Calligaris, 2000; Coimbra, Bocco e Nascimento, 2005; Endo, 2007; Ramírez, 2007, que criticam a leitura desenvolvimentista, pois entendem que a constituição subjetiva ocorre por operações identificatórias o que imprime ao sujeito a característica do devir. Além disso, criticam a ideia de completude associada à maturidade e à idade adulta, por entender que a falta é constitutiva do sujeito e que a completude só existe como uma ilusão. Entretanto, por ser um discurso

ainda hegemônico, encontramos atuante na dinâmica da rede social, nos seus discursos e suas práticas, os princípios do pensamento desenvolvimentista. Ele produz efeitos na formação dos laços sociais, na constituição subjetiva e podemos perceber como em Vagner a maturidade se inscreve como um ideal de completude, reforçando a sua fantasia. Os trechos abaixo procuram ilustrar essa inscrição.

Entrevistadora: e quem mandava na casa, organizava a casa? **Vagner:** minha mãe. O segundo que mandava na casa era eu. **Entrevistadora:** mesmo com o Cristovão morando na sua casa quem mandava era você? **Vagner:** de homem era eu. **Entrevistadora:** como funcionava isso? **Vagner:** porque minha mãe falava: ‘você têm que es’...porque eu era o mais certo da família naquele tempo né, antes de eu virar o ovelha negra, tipo, o mais certo da família era eu, minha mãe falava: ‘ô, você escuta seu irmão, porque seu irmão tá sempre certo, seu irmão nunca tá errado’. Aí meu pai, até meu pai parava pra escutar eu quando (rindo)...ele falava: ‘ô piá, você é pequeno, mas você tem uma ideia, uma pinha de uma pessoa já bem...’ seu Ronaldo (educador) esse dias tava conversando comigo o seu Ronaldo falou: ‘ô cabelo, ô, eu admiro você cara’ falei: ‘por que seu Ronaldo?’ ‘ô, você já teve experiência de casamento cara, você já descasou, já sabe como é uma separação cara, já usou droga, se acabou no crime. Ô cara, eu tenho quase 40 e não tenho a ideia, não tenho a pinha que você tem cara. Você que tem, tá pra fazer 18, tem uma ideia de uma pessoa já de 40 anos cara. Você já viveu coisa de pessoa de 40 anos’. Falei: ‘é, fazer o que né seu Ronaldo’ e ele falou: ‘é, mas tem que ser né cara, tipo é um cara que eu admiro, é um dos cara que eu mais admiro aqui na unidade é você’, ele falou pra mim, ‘um dos caras que eu mais admiro, porque você sabe conversar, você sabe a hora certa de você se estressar. Mas agora tem muitos aqui que fala um negócio pra ele e o cara já se estressa aí’.

Entrevistadora: como você é com os educadores? **Vagner:** ah eu respeito, eu respeito um, não tenho nada contra nenhum dos educador. Pelo contrário né, os educador se precisa de mim eu ajudo memo não tô nem vendo. Porque muitos fala: ‘ô, o cabelo é cagueta’, por...porque falam assim porque eu, eu converso bastante com os educador, porque eu falo bem a verdade, porque as minhas ideia...tipo tem vez que eu tenho umas ideinha de criança, mas as minhas ideia também assim é, pra conversar com pessoa mais, quem, quem é mais velho assim, que tem mais ideia. Agora vou conversar com os piá: ‘ah você é meu piá’, só pirinha, não sabe conversar uma conversa de homem pra homem, fica só de conversinha errada. E eu falo memo, falo na cara de muitos aqui que falo: ‘ah se eu sou criança...’, fala que é criança os cara falam: ‘ah eu não sou criança, porque se eu fosse criança eu não tava no crime’, ‘um monte de criança que já morreu e tá no crime aí piá’. Os cara fala: ‘ah, você tá errado, você não tá certo de fica tirando nós’.

Em suas narrativas percebemos como a maturidade é um atributo valorizado e constituinte de sua representação identitária masculina fálica. A superação dos obstáculos e dos sofrimentos e o acúmulo de experiências é que possibilitaram o alcance desta maturidade, e, neste sentido, ele entende que quem é mais maduro tem mais “conteúdo”. Os atos infracionais também se inscrevem em sua subjetividade como experiências que contribuíram nesse processo. Podemos perceber que Vagner procura estabelecer relações que possibilitem um reforço narcísico pelo reconhecimento desta maturidade. Ele se identifica e forma laços com pessoas adultas também consideradas na leitura desenvolvimentista como maduras, e

estas relações formadas possibilitam um fortalecimento narcísico e a sustentação da ideia de completude.

Entrevistadora: como é tua relação com ele [educador Ronaldo]? **Vagner:** ah ele me dá bastante ideia. Fala pra mim que, que não precisa eu ficar nesse, nesse mundo do crime né. Que eu tenho consciência, eu sou um cara bem experiente já, já sofri muito na minha vida. Então eu acho bem legal porque ele é um cara que já também já...que pelo que ele falou pra mim já usou droga também, já viveu nessa vida, não do crime assim, mas só que ele já foi pra um lado assim, daí, daí eu boto uma “efe” nele porque ele tá me dando um exemplo de vida.

Entrevistadora: como você se vê em relação a estes meninos que são de Curitiba? **Vagner:** ah eu me vejo, jamais, q...que eu não to mais no crime né, por mim eu não sou mais do crime, eu já saí disso. Mas se eu tivesse ainda o que eu vejo é que eu sou um exemplo pra esses piá. Porque tipo, os piá fala: ‘ah, já usei droga, já matei’ mas tem muitos que falam: ‘ah já matei’, mas nunca matou. Se pergunta uma coisa pro cara o cara fica quieto, o cara se cala, não fala nada. Então, eu falo eu já, já us...usei droga pesada, não vou mentir, já matei, já, já fiz muitas coisas ruins, já machuquei muita família já. Mas não pretendo isso pra minha vida não, que eu tô falando que os cara do crime não, não tá certo. O PCC, o PCC se você entra pro PCC, na regra dos cara. Se você entra pro PCC – porque eu já tive já um envolvimento com os cara porque eu tenho um irmão assim de fora, esse meu irmão é do PCC. Se você entra pro PCC, aí você vai lá e perde um revólver do PCC, eu vou ter que ir lá e matar você, ou se você não, se eu não matar você, os cara entram e matam a minha família e mata eu. Coisa mais errada, matar a família.

Os atos infracionais praticados e o envolvimento com o crime são ações que possibilitam a sustentação desta fantasia de completude não só porque são compreendidos como experiências que o fizeram amadurecer, mas também porque possibilitam a Vagner a ilusão de exercer o domínio sobre o outro. Por meio dos crimes cometidos, da violência e da demonstração de força, ele se impõe ao outro e identifica-se com uma representação masculina valorizada em seu contexto social. Novamente aqui percebemos como o “etos guerreiro” (ZALUAR, 2004; CECCHETTO, 2004) passa a ser um valor a partir do qual os sujeitos referenciam suas ações. E que a representação masculina correlata da violência e do domínio prevalece como hierarquicamente superior. Ela é expressa quando Vagner afirma que é “experiente no crime”, e por isso constituiu-se em um exemplo para outros jovens, assumindo uma posição de superioridade diante dos outros. Neste caso é possível verificarmos novamente como a prática de atos infracionais pelos jovens é uma ação valorizada, pois por meio dela o sujeito identifica-se com uma representação masculina dominante e valorizada. Quanto mais atos pratica mais potente se torna, principalmente ao olhar do outro. Alguns trechos das falas de Vagner demonstram como as figuras envolvidas com a criminalidade já eram admiradas antes de seu envolvimento.

Entrevistadora: mas antes de roubar você já conhecia pessoas que roubavam? **Vagner:** conhecia bastante. **Entrevistadora:** e o que você achava? **Vagner:** ah achava que, que eles, ia ter fama um dia né. **Entrevistadora:** ia ter? **Vagner:** uma fama assim na que...no lugar ali onde nós morava, que ia ser rico. Mas, ao contrário,

todos morreram. **Entrevistadora:** você tinha a visão de que eles iam ser famosos. E eles eram famosos? **Vagner:** ah tinha alguns que era bem conhecido.

Entrevistadora: como você foi entrando nesse mundo do crime? **Vagner:** ah ixi, quando...como...assim quando eu comecei a roubar, quando eu matei o primeiro, que tipo todo mundo falava: 'ah, esse cabelo aí é um piá, é um inútil, não serve pra nada no crime, nunca matou, só porque usa droga todo mundo fala que é o cara'. Aí eu comecei, o primeiro que eu matei, eles não desacreditou mais de mim, daí eu comecei a ficar considerado. Os cara falava: 'ah esse daí é do crime memo, esse aí nasceu pro crime memo'.

Entrevistadora: e você sentia medo de viver na rua? **Vagner:** ah eu via muita coisa, ficava com medo sim. Via gente morrendo por causa de droga e morrendo a toa. Daí eu falei: 'ah não, então eu vou começar a roubar memo e meter as cara no crime e quero ver quem bate de frente. Aí ninguém...aí quando eu matei meu primeiro, ninguém, todo mundo falava: 'ô o cabelo matou um'. Aí dava depois de um mês, dois mês 'ah o cabelo matou outro', aí os cara não desacreditavam de mim daí, comecei a ganhar fama dentro da vila ali em Londrina.

Com os homicídios, atos nos quais o outro é completamente anulado, ele reforça a fantasia de onipotência e de completude e ainda passa a ser 'considerado'. A fama, a admiração e o reconhecimento do outro são buscados por ele, como forma de reforçar a sua identificação a uma representação identitária masculina fálica. Assim como em Junior, também em Vagner percebemos como o reconhecimento do outro é fundamental para seu funcionamento psíquico, como forma de reforçá-lo narcisicamente. Na entrevista de Junior, já apontamos como o reconhecimento do outro, o investimento que este realiza no sujeito, possibilita um investimento narcísico, uma compensação pela libido que foi desinvestida no eu para ser investida nos objetos. Além disso, no caso de Vagner, os atos infracionais também estão associados à tentativa de uma identificação com a figura paterna constituída pelo discurso materno, e possivelmente interpretada como desejada pela mãe, que reforça esta identificação.

Entrevistadora: e o que a sua mãe dizia? **Vagner:** ah ela nunca foi de deixa, mas sempre que eu fui eu fui fugido né. Falava que ia, falava: 'ah mãe eu vou lá na casa...vou lá na casa, vou lá na casa da Mirela, já volto.' Daí minha falava: 'então vai então, mas 21h00 tem que estar aqui.' 'Ah ta bom.' Que 21h00, eu voltava era 1 hora, 2 horas da manhã (rindo). Bêbado, tava lá na favela curtindo com os piá lá. Daí minha mãe tinha mão que ela, teve uma mão que ela descobriu ela falou: 'ô Vagner você quer ficar no crime, eu...eu não tenho nada contra de você ficar no crime, mas você tem que pensar primeiro, porque o crime não é que nem você pensa não.', que a minha já, já ficou com esse cara que, bem dizer, ela fala que é meu pai. Ela já foi do crime já, já roubou um monte, já usou bastante droga também. Então daí ela pegou e falou pra mim: 'ô, seu verdadeiro pai ele era assim que nem você ô, não tem nada que mudar, seu pai era um vagabundo que nem você assim.' (rindo). Ela falou pra mim. Aí eu falei: 'ah, vou parar um pouco.' Daí eu fiquei, foi quando eu comecei trabalhar pra minha mãe, ficar de boa, daí depois me enturmei de novo.

Entrevistadora: e você acha que isso te influencia de alguma maneira? **Vagner:** ah tipo, como diz o ditado né, filho de peixe, peixinho é né? Então... Tipo a minha mãe fala que eu puxei muito o meu pai né, em...al...tinha bastante coisa assim, essas coisas que meu pai fazia, roubava, usava droga e tal. A minha mãe falou que eu puxei bastante ele né, que, depois que eu me virei assim, que eu virei a cabeça não,

não deixava, não deixava ninguém da família em paz assim. Minha mãe tinha que viver correndo atrás de mim.

Se por um lado o reconhecimento daqueles com os quais convive possibilita uma satisfação narcísica como um outro que representa a mesmidade e exalta o eu do sujeito, por outro lado, este outro é destituído e recusado quando se mostra como alteridade. Apesar de se apresentar identificado com uma representação masculina fálica, percebemos que esta se constitui sempre em um processo de rivalização com o outro. Podemos supor que isso ocorre porque, como já demonstrado por Cecchetto (2004), as representações masculinas se constituem em oposição a outros modelos de masculinidade, conformando uma estrutura hierárquica. Mas também porque como no caso de Vagner esta representação sustenta uma fantasia de completude, ela deve ser constantemente defendida do outro. Por ser uma ilusão de completude, o outro como alteridade constitui-se então como uma ameaça já que pode denunciar a falta. Em alguns trechos da entrevista ele nos mostra como a alteridade inscreve-se em sua subjetividade.

Entrevistadora: e como é a tua relação com os outros meninos aqui do CENSE?

Vagner: muito ruim. **Entrevistadora:** por quê? **Vagner:** porque os piá daqui já tão acostumado com gíria de Curitiba, com coisa que, com coisa errada que eu falo bem a verdade que, que os cara fala que os cara de Curitiba são ladrão e pá. Não, não! Esse não é certo que os cara fala que os cara é ladrão. O que se os cara fosse uma do crime memo os cara não iam entrar de peito aberto em favela que tem inimigo.

Entrevistadora: como assim? **Vagner:** ah tipo, eu sou...to com uma treta com você, daí você mora lá no Capanema, aí por nada eu vou no Capanema desarmado e você tá armado, eu entro lá no Capanema de peito aberto, você vê eu desarmado você não vai querer me matar. Por um lado, assim. **Entrevistadora:** você nunca fez isso?

Vagner: eu nunca que vou andar de peito aberto pra inimigo meu e nem vou virar as costas pra inimigo meu. **Entrevistadora:** isso é ser ladrão? **Vagner:** é, por um lado é. **Entrevistadora:** e o que mais que eles fazem que faz com que a sua relação fique ruim...? **Vagner:** a gíria deles é muito, muito ruim. Tipo, que nem a gíria da minha cidade, quem tem dom, quem tem o dom é o cara que sabe fazer as coisa né, e quem manja é puta né, que nem nós fala. Aí os cara, os cara aqui falam ‘ô me dá o isqueiro’, credo, ô loco, lá nas gíria lá nós não fala isso daí, isqueiro. Isqueiro pra acender cigarro.

Entrevistadora: mas você conviveu com outros padrastos? **Vagner:** convivi. Mas não gostava. **Entrevistadora:** por quê? **Vagner:** ah não, muito chato os caras. Muito folgado, queria mandar nós, daí teve um que eu tive que bater nele né. Falei: ‘ô cara, nem meu pai que eu chamo de pai, que nem é meu pai verdadeiro me comandava, você que tá chegando agora na família não vai me comandar não’.

Entrevistadora: mas então o que você quis dizer com ‘seria bom mesmo se não tivesse regra’? **Vagner:** pra muitos daqui eles falam: ‘ah, se não tivesse regra nós podia, nós podia, ô, nós podia, qualquer hora que nós brigasse, nós nã...em qualquer lugar aqui nós se quebrava’. Não, não acho certo. Se tem a regra é pra cumprir a regra porque tipo os educador não tá aqui pra ficar de otário com um bando de moleque né. Bem dizer que na verdade aqui não tem nenhum homem aqui, di...desses piá, porque são tudo moleque ainda, tão tudo aprendendo ainda, então, assim é isso aí.

Pela rivalidade estabelecida com o outro, percebe-se que este se constitui como uma ameaça à sua fantasia de completude, pois a presença da alteridade denuncia a sua incompletude e a ilusão da sua posição fálica. Freud (1921/1973) refere-se ao narcisismo das pequenas diferenças para abordar como aquilo que é diferente pode ser rejeitado por um grupo por ameaçar sua coesão, mas que este processo também pode ser encontrado como parte do psiquismo. Ele demonstra como o sentimento de completude pode ser ameaçado pela presença daquilo que é diferente, o qual deve ser excluído. Esta exclusão pode ocorrer por meio da violência, agindo com o intuito de destruir aquilo que pode desestabilizar a verdade construída. Esta verdade não se trata da realidade concreta, mas de fantasias de coesão construídas, a qual é a expressão de uma ilusão sustentada por um desejo insatisfeito por não ser completo. Mas esta fantasia não é uma mentira, ela tem o mesmo efeito no sujeito que a realidade, é uma ficção no sentido psicanalítico, como aquilo que faz parte da subjetividade e tem força psíquica. No caso de Vagner ele baseia suas ações e processos psíquicos nesta fantasia, constituindo laços sociais e discursos que permitam reforçá-la. É como se a diferença percebida no outro implicasse uma crítica as suas particularidades e a necessidade de uma mudança em seu ser.

Freud (1921/1973) ainda aponta que o fenômeno de exclusão da alteridade revela uma expansão narcísica em detrimento das relações objetais. Assim, o investimento narcísico direto é reforçado, o que pode prejudicar as operações identificatórias e a formação de laços sociais. Isso porque, a identificação implica o abandono da completude e em um processo de investimento objetal, para com as relações objetais constituir-se e obter satisfação narcísica. Assim, o processo de constituição e de satisfação implica o outro, porém, se o sujeito mantém-se preso à fantasia de completude, de poder constituir-se sem o outro, este passa a ser percebido como uma ameaça e não é possível operar uma troca. Pode-se dizer que a satisfação narcísica continua a ser buscada pelo investimento narcísico do eu e não através de um investimento do outro em si (FREUD, 1914/1973). Percebemos, então, como Vagner procura permanecer fixado a esta fantasia, a qual é correlata do eu ideal, e por meio da qual realiza-se um investimento narcísico em uma imagem de completude e perfeição. Assim, podemos supor que a fantasia de completude constituída por ele é uma proteção ao sentimento de rejeição da mãe, o qual dificultaria o abandono desta ilusão pelo fato de o sujeito não vislumbrar a possibilidade de ter a libido narcísica restituída pelo investimento do outro. Neste caso, a alteridade procura ser negada, procura manter-se a ilusão de controle e completude, pois o diferente pode expressar e reforçar um sentimento de desamparo.

As formas encontradas por Vagner para manter essa ilusão e defender-se psiquicamente são diversas: desqualificar este outro, destituí-lo de valor tornando-se indiferente, impor-se a ele pela violência chegando quem sabe ao ponto de eliminá-lo. No caso de Vagner ele se reconhece exercendo domínio sobre o outro não somente pela força e pela violência, mas também por se posicionar como aquele que sustenta um código de leis. Ele se identifica como responsável por determinar este código ao outro, como já fazia nas suas relações familiares. Porém, na maioria das situações as suas determinações não eram aceitas pelos outros adolescentes do CENSE, que não reconheciam nele esta capacidade de liderança e não o autorizavam como alguém apto a determinar as regras. Assim, a tentativa de se impor aos outros adolescentes gerava conflitos entre eles e Vagner por não aceitarem sua postura impositiva. Ele procura basear suas ações neste código de lei instituído.

Entrevistadora: mas e as pessoas que você matou, você matou por quê? **Vagner:** umas porque, um porque agrediu minha mãe, outro por causa de traição, outro por causa de dinheiro. E aí tem os outros que foi por, por locura mesmo.

Entrevistadora: e você achava isso certo ou errado? **Vagner:** achava certo de um parte, e um dos que matou meu irmão. **Entrevistadora:** então quais são as coisas que você acha certo e que você acha errado? **Vagner:** pra eu te explicar assim é foda agora (rindo), porque assim né. O que eu acho certo no crime que, se for da minha opinião assim, porque tem muitos que não acha is...essa minha opinião né. Tipo o que eu acho certo é que se o cara for roubar não bate em vítima, é cata, leva e já era. É não acho também certo mata vítima também, não acho certo. É (rindo) ixi agora pra explicar o resto. Agora o errado é que os cara mata criança, os cara mata pai de família, os cara mete fogo em ônibus que tem um monte de gente que é mãe de família, pai de família que tá ali, criança, então eu acho isso muito errado no crime.

Entrevistadora: você responde às pessoas sempre? **Vagner:** respondo. Quando, se eu tiver memo que eu tô certo memo, eu respondo, mas se eu ve que eu tô errado eu abaixo a cabeça e fico quieto. **Entrevistadora:** como você sabe quando você está certo e quando está errado? **Vagner:** porque tipo, tipo, (rindo) ah eu n...é uma coisa assim que eu tenho que...tipo eu, pra mim me diz que eu tô certo. Quando eu tô errado é, fazer o que né, baixar a cabeça e ficar quieto.

Durante as análises de sua entrevista pode-se perceber que este código passa a ser válido não somente para julgar suas ações, mas também a dos outros com os quais convive, é o que percebemos quando desqualifica as ações dos demais jovens do CENSE e a linguagem utilizada por eles, por ser diferente da sua. Ele passa a ser o representante de um código de valores ao qual as pessoas deveriam se submeter, tanto em seu convívio familiar como social.

Entrevistadora: como são as regras aqui no CENSE? Como funciona? **Vagner:** ah eu, tem regras que tá certo e tem regras que tão errada, mas só que pra não, nós como...como disse a dona Dulce (educadora), que foi embora né. Que nem ela falou: 'é eles só tem o direito só de assinar, não precisa, não é pra vocês fala nada'. Aí...

Entrevistadora: como assim? **Vagner:** ah tipo, de um termo lá. Ela deu um termo pra nós e nós tinha que assinar que nós tinha que fazer aquilo que estava escrito ali. Mas só que nós não tinha o direito de questionar nada. E eu achei errado né. Daí eu falei mesmo, peguei e questionei, falei um monte. **Entrevistadora:** o que você achou errado e quis questionar? **Vagner:** ah porque ela, eles falaram pra nós que...que não, não é pra fica gritando educador, sendo que o educador, nós grita

educador três, quatro vezes e o educador não vem. É...o que mais? Que o convívio ia ser normal pra nós, algumas coisa assim tal, ia mudar algumas coisa, não mudou nada. Nós fica mais dentro do X do que sai pra fora. E...os educador tão tudo, tem sempre educador que você fala um negócio pra ele o educador: 'é já vou te empenhar já'.

Entrevistadora: você cumpre as regras para não tomar medida disciplinar? **Vagner:** eu cumpro as regras porque eu corro risco de tomar medida e meu relatório também sobe ruim. Então eu tenho que fazer o que né, vou cumprir as medidas pra não, o meu relatório não chegar na mão do juiz. Porque o juiz ele não é boonzinho, juiz nenhum é bom. Aí chega o relatório ruim lá o que que ele vai fazer? Ou me transferi ou vai me deixar empenhado aqui mais um pouco. Então pra não correr esse risco então vou ficar de boa.

Percebe-se que a subordinação a um código de regras que é imposto pelo outro só ocorre devido aos benefícios ou às punições que receberá. Ele critica as regras que são impostas, cujo cumprimento sem contestação implica um submetimento sem escolha se colocando explicitamente contra aquilo que não concorda. Até porque esta submissão o coloca em uma posição oposta à representação masculina de domínio. Mas dentro do CENSE ele se sujeita às regras e aos educadores devido a necessidade de um bom comportamento para alcançar a liberdade.

Ainda, nas narrativas de Vagner percebemos mais uma vez como os atos infracionais permitem aos adolescentes partilhar de um saber constituído sobre o desejo. Na análise de Danilo discorremos sobre como no discurso capitalista o movimento do desejo é pautado pelas leis de mercado, e o ter se constitui como uma resposta para este desejo. E que o fato do saber sobre o desejo aproximar-se do ter possibilita um enfraquecimento dos laços sociais, já estes podem não ocorrer mais com a alteridade e sim com o outro revestido pelo valor de mercadoria (CALLIGARIS, 1991; ROSA; VINCENTIN; CATROLI, 2009; QUINET, 2009).

Entrevistadora: e porque você começou a roubar? **Vagner:** ah porque tipo eu comecei, minha mãe começou a falar pra mim que roupa pra mim não ia vir mais, que não ia me dar mais dinheiro pra mim comprar minhas roupas. Daí eu falei: ah pra que que eu vou ficar trabalhando para a minha mãe né, sendo que ela não vai me ajudar. Então vou começar a trabalhar pra mim, então eu comecei a roubar, achei que o roubo ia ajudar eu bastante.

Entrevistadora: o que te fez não escutar estas pessoas? **Vagner:** ah porque eu pensava só em mim né, era muito ambicioso. **Entrevistadora:** qual era a sua ambição? **Vagner:** ah muito dinheiro e, fica...nunca fica nas custa dos outro.

Entrevistadora: mas você também me falou que não precisava roubar, que sua mãe te dava as coisas. **Vagner:** aham. **Entrevistadora:** e o que te fez entrar nisso? **Vagner:** ah porque eu não gostava de depender muito dos outros não. **Entrevistadora:** o que te incomodava nisso? **Vagner:** ah tipo que uma hora você tá tão dependendo dos outros que uma hora a pessoa vai jogar na tua cara isso tudo. Se a pessoa comprou um, uma roupa pra você, comprou um carro pra você, uma moto pra você. Daqui a pouco ela já tá jogando tudo na tua cara. Vai falar: 'ah eu te comprei isso, te comprei aquilo e você, você nem pra me ajudar você não me ajuda, você só fica gastando o meu dinheiro'. Então eu não acho isso certo. Eu só dependo,

sempre fui agora, depende dos outros né, agora eu vou fazer minha cara de depender de mim mesmo.

Entrevistadora: o que você achava legal na vida do crime? **Vagner:** ah, que tinha de legal que tava sempre armado, que tava sempre com mulher, tava andando de carro, de moto, dinheiro, era uma das parte mais legal.

Entrevistadora: você já se orgulhou da vida que tinha no crime? **Vagner:** já, quando eu tava com a...com dinheiro, mulher, tudo, droga, essas coisa daí eu me orgulhava. Aí eu falava: ‘eu sou o cara, eu tenho tudo, e já era’.

Entrevistadora: e o que estas coisas traziam pra você, que efeito tinham sobre você? **Vagner:** ah, trazia felicidade pra mim, uma coisa que a minha família não me dava eu tinha no crime. **Entrevistadora:** como assim? **Vagner:** ah minha mãe não deixava, não deixava eu ser livre bem dizer né. Pra mim, pra minha mãe sempre parecia que eu era um escravo pra ela. E tipo eu nunca...eu comecei a sair pro crime eu comecei a ser mais livre, eu andava armado, eu fazia o que eu queria, ninguém...não tinha ninguém pra ficar me falando pára, se você não parar vai acontecer isso tal, não tinha, daí eu me resolvia memo. Era só eu e...e como dizem, eu e meu calibre (rindo).

Em suas narrativas Vagner nos mostra que a capacidade de ganhar dinheiro, além de ser um atributo valorizado pela rede social, permite a sua inscrição na lógica do consumo, a qual é compartilhada como uma verdade sobre o desejo, mas principalmente no caso dele o dinheiro contribui para sustentar o seu desejo de constituir-se independente do outro. É um elemento que se inscreve na sua representação de masculinidade, articulado ao seu desejo e também possibilitando um revestimento narcísico.

A fantasia narcísica de completude constituída por Vagner, as relações estabelecidas por ele, bem como os homicídios praticados, nos fazem questionar como ele elabora a questão da alteridade e como se inscreve a Lei em seus processos psíquicos. Por se apresentar supostamente indiferente ao outro, numa fantasia de domínio do outro, ou na tentativa de destituir esta alteridade, é possível que seus processos psíquicos operem uma tentativa de negação dessa. As relações que Vagner estabelece parecem ser aquelas que possibilitam um reforço narcísico, na medida que reforçam sua fantasia de completude e a sua identificação com uma representação masculina correlata ao poder, ao domínio e a maturidade. Os seus atos infracionais também operam nesse sentido. Questionamos, então, como a Lei, aquela que institui uma perda narcísica, foi elaborada por Vagner. Parece-nos que a representação masculina fálica e fantasia constituída revelam dificuldades na elaboração da inscrição da Lei. Porém, para afirmarmos isso necessitaríamos de uma escuta maior dos processos psíquicos de Vagner, das relações estabelecidas com as instâncias parentais e de sua história. Porém, podemos analisar que a questão da inscrição da Lei não pode ser reduzida nem sobreposta ao cumprimento ou não das leis formais. Anteriormente foi apontado como a inscrição da Lei envolve processos complexos e que incluem os discursos sociais, os quais podem possibilitar

a ideia de que o sujeito não inscreve uma Lei, isso porque dificultam que se explicita a inscrição da Lei naqueles que não seguem as prescrições da lei formal e jurídica. Os discursos sociais e as condições concretas da realidade determinam quais ações explicitam o cumprimento das leis e, dessa forma, dificultam a compreensão de que ações como as realizadas por Vagner não demandam necessariamente a não inscrição da Lei.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a aproximação do final desta pesquisa surgiu o interesse em saber como estavam os jovens que com ela colaboraram. Durante o decorrer da pesquisa houve um afastamento das atividades de psicóloga no CENSE, pois por motivos pessoais mudei de cidade. Mas, a partir do contato com as narrativas deles sobre suas vidas, suas histórias e seus planos para o futuro, decidi procurar minhas colegas no CENSE para saber como estavam Junior, Vagner, Danilo e Carlos e que caminhos haviam seguido. Eles já haviam sido desinternados: Carlos voltou a morar com a mãe, porém havia retomado o uso de drogas e estava cometendo delitos; Danilo tinha sido encaminhado para um regime de semiliberdade e já tinha cometido novos atos infracionais encontrando-se foragido; Junior voltou a morar com os pais e estava trabalhando com o irmão; e Vagner voltou a morar com a mãe, que o aceitou de volta somente sob determinação judicial.

Saber sobre os caminhos que esses jovens trilharam depois de sua desinternação, sendo que alguns voltaram a se envolver com atos infracionais, me fez voltar as interrogações iniciais sobre o sistema socioeducativo, sobre os sentidos atribuídos aos seus atos infracionais e sua subjetividade, e que me motivaram a realizar esta pesquisa. O incômodo que me mobilizava era o entendimento do jovem que comete atos infracionais ou como uma vítima do sistema social e jurídico ou então como seu vilão impune devido ao tratamento penal diferenciado que recebe. A meu ver havia uma discrepância entre o que esses jovens falavam sobre seu envolvimento com a criminalidade e os princípios nos quais se baseavam as ações socioeducativas. A realização desta pesquisa a partir de suas narrativas, a interlocução com diversos autores sobre a questão da prática do ato infracional, reafirmaram a complexidade que acompanha esta temática. Nela se apresentam articulados diferentes dispositivos da rede social que produzem diversas configurações subjetivas as quais demandam diferentes áreas de saber para sua compreensão.

O que fica marcado neste trabalho é como a relação com o outro e os fenômenos sociais que ela implica incidem sobre a constituição subjetiva, a ponto de não conseguirmos separar o subjetivo do social, como já apontava Freud (1921/1973). Ao lado disso, salientamos a singularidade que incide sobre as configurações subjetivas apresentadas neste trabalho, uma vez que há um sujeito que se inscreve na rede social e simbólica por meio de processos e desejos inconscientes, sobre os quais o social também incide. Não entendemos estes adolescentes como vítimas de um sistema – afinal seus atos expressam seus processos

psíquicos singulares – nem tão pouco como vilões deste, como se fossem os únicos responsáveis pelo fenômeno da transgressão e da violência. Mas, apontamos que este fenômeno se dá na conjunção de diversos processos sociais e subjetivos. Ou seja, que os atos infracionais cometidos apontam para a questão do desejo, mas também para os discursos e práticas que são compartilhados pela rede social brasileira, bem como seus paradoxos, os quais atuam sobre este desejo.

Embora em um primeiro momento possa parecer que aquele que comete atos infracionais e descumpre as leis jurídicas também recusa a inscrição da Lei, as narrativas dos adolescentes nos mostram que tanto a inscrição da Lei como os atos infracionais envolvem outros processos psíquicos e sociais, e portanto, não podem ser reduzidos ao cumprimento das leis jurídicas. A operação de inscrição da Lei envolve a inscrição de uma alteridade, a possibilidade de orientar o desejo e constituir uma representação identitária sexual, bem como orientar a escolha de objeto sexual, a partir da formação de ideais, os quais são constituídos no entrecruzamento das identificações com as instâncias parentais e dos valores sociais. Entretanto, a operação de troca, necessária para que o sujeito se submeta à Lei e à lei (Pelegrino, 1987a), nem sempre ocorre, como nos demonstram os adolescentes desta pesquisa.

Salienta-se que a extrema desigualdade social e a relação de força presentes na rede social capitalista produzem leis formais distantes da realidade da maioria das pessoas, o que as leva a não se reconhecerem no aparato jurídico. Assim, temos que grande parte da população não acredita na lei formal, e a prática transgressiva pode assumir outros sentidos para aqueles que cometem atos infracionais. Nas narrativas dos jovens, fica clara a desqualificação das leis jurídicas, devido à desigualdade com a qual elas se aplicam, e ao desamparo no qual se encontram perante as leis. No caso de alguns destes adolescentes, o cumprimento das leis jurídicas torna inviável o partilhamento das formas de satisfação dominantes na rede social brasileira os quais se apoiam nos princípios do capitalismo de consumir e de ter. Ainda, eles vivenciam a falta de reconhecimento dentro da rede social, já que nas suas relações com as leis manifesta-se uma condição de desamparo, traduzida na falta de direitos e na falta de oportunidades de assumir e realizar os ideais e os valores sociais impostos. Assim, podemos analisar que a troca necessária para a subordinação às leis nem sempre ocorre. Entretanto, os adolescentes demonstram a legitimação de um código de leis presente no mundo do crime e que o cumprimento deste possibilitava a obtenção do reconhecimento do grupo pela assunção da figura do “ladrão”.

Ela se apresenta como uma representação identitária masculina valorizada no grupo de alguns desses jovens que se encontravam cumprindo medida socioeducativa. Sendo que este grupo muitas vezes compartilha dos mesmos atributos que são valorizados e associados a um modelo masculino dominante e superior na rede social. A multiplicidade de representações masculinas institui um jogo de poder no qual os modelos de masculinidade considerados superiores são aqueles correlatos à ideia de agressividade e de domínio sobre o outro. A prática de atos infracionais e antes, o envolvimento com o mundo do crime, possibilitam a identificação com esta representação masculina valorizada pelas demonstrações de violência e força. Produzindo efeitos não só nas suas ações, mas também na formação de laços sociais, e na elaboração psíquica da alteridade. Isso porque a constituição de uma representação identitária masculina está vinculada aos processos identificatórios inconscientes que, no entanto, operam a partir de relações objetais e de modelos dominantes na rede social.

A valorização do acúmulo de capital também possibilita um enfraquecimento da inscrição da alteridade já que promove um discurso totalitário e alienante no qual o ideal fálico se aproxima do ter. Com o capitalismo a lei de mercado atravessa a lei do desejo, que passa a se movimentar de acordo com a lógica do consumo, na qual as mercadorias sustentam a promessa de satisfação plena. Ainda, a desigualdade com que as leis se aplicam no contexto brasileiro contribui para a desvalorização do seu cumprimento. Nesse sentido percebemos que as leis de mercado atravessam também as leis jurídicas. Este processo pode igualmente contribuir para uma ilusão do domínio sobre o outro, na qual aquele que detém o capital age a revelia da lei.

Portanto, os ideais de masculinidade e de reconhecimento subjetivo e social encontram-se revestidos pela leitura capitalista e individualista que sobrepõe masculino e reconhecimento tanto ao possuir mercadorias e mesmo o outro, quanto a agressividade, a violência e a dominação. Os adolescentes entrevistados demonstram obter satisfação mediante a realização de um ideal masculino remetido ao falo e de um ideal narcísico de domínio sobre o outro, bem como pela aquisição de objetos (mercadorias) constituídos socialmente como representantes do objeto fálico. É a discrepância entre o que a rede social propõe como forma de satisfação e reconhecimento – embasada principalmente em um discurso capitalista individualista e no velamento dos paradoxos nele existentes – e a realidade social que se apresenta a estes jovens, que abre caminho para o envolvimento de alguns deles com o crime, numa posição de alienação aos discursos sociais dominantes.

A prática de atos infracionais pode ser o movimento encontrado por adolescentes, como nossos entrevistados que cumpriram medidas socioeducativas no CENSE, para se haver

com a falta inerente à constituição subjetiva, da qual o sujeito procura continuamente escapar, tentando encontrar uma resposta ao desejo. É possível perceber que Danilo, Carlos, Júnior, e Vagner se alienam a um saber dominante constituído coletivamente, no caso os discursos capitalista e individualista. Esses discursos são articulados e partilhados em nossa rede social, impondo formações ideais ao desejo que passam pela questão do ter e pela questão da visibilidade social. E assim, a ideologia dominante consegue se impor como certeza ao desejo de forma muito mais eficiente. Os ideais a partir dos quais o sujeito se constitui reforçam o enfraquecimento dos laços sociais e da alteridade, valorizam o acúmulo de capital e o exercício de domínio sobre o outro em detrimento do cumprimento das leis. Neste saber produzido a partir do capitalismo e do individualismo ocorre a extrema restrição do espaço para a diferença e para a falta.

Para alguns desses jovens, pode ser que o cumprimento das leis jurídicas não permita partilhar da satisfação proposta pelo capitalismo e individualismo. A forma encontrada para se fazer instrumento deste saber sobre o desejo é pertencendo ao mundo do crime, pois é nesse meio que eles veem a possibilidade de ganhar dinheiro rapidamente, obter reconhecimento e ser valorizados. Fora dele sentem-se desvalorizados. Uma vez inserido no mundo do crime eles se mostram aptos e dispostos a partilharem das regras que são impostas. O que está em jogo não é necessariamente a transgressão das leis sociais, pois ela é percebida como um meio para realizar o consumo e ser também consumido como um objeto de desejo. Além disso, o seu envolvimento com o crime e a representação masculina agressiva e potente estão relacionados a uma satisfação da pulsão agressiva, sendo a violência a via pela qual estes adolescentes buscam satisfazê-la. Com a violência há uma satisfação direta da pulsão agressiva, prevalecendo a pulsão de morte dissociada da pulsão de vida. Assim, os ideais a partir dos quais o sujeito se constitui reforçam o enfraquecimento dos laços sociais e da alteridade, valorizam o acúmulo de capital, o exercício de domínio sobre o outro e a satisfação direta das pulsões agressivas em detrimento do cumprimento das leis.

Portanto, consideramos importante destacar como os atos infracionais cometidos expressam a possibilidade de obter reconhecimento, sair do lugar de invisibilidade social e obter satisfação pulsional. Calligaris (2009) discorrendo sobre fenômenos de violência coloca que dentro da lógica capitalista os sujeitos também procuram transformar-se em mercadorias, no intuito de serem consumidos pelo outro. Nesse sentido, o sujeito se aliena ao discurso capitalista e procura identificar-se com os modelos de ser e os modos de satisfação dominantes na rede social, na tentativa de se inscrever no desejo do outro. Os atos infracionais podem ser uma das formas que adolescentes pertencentes a uma classe

desfavorecida encontram de também inscrever-se nesse desejo como uma mercadoria a ser consumida, reforçando a sua posição alienada.

Alguns adolescentes que cometem atos infracionais demonstram que embora não cumpram as leis jurídicas e não se adequem a modelos sociais moralmente aceitos, isso não implica *a priori* uma recusa da Lei. Pode ocorrer uma desvalorização das próprias leis jurídicas com a sua subordinação às leis de mercado, juntamente com a valorização da figura masculina agressiva, fazendo com que os modos de satisfação e o discurso partilhado na rede social capitalista brasileira prevaleçam. No caso dos jovens entrevistados, a produção de valores que idealizam a masculinidade fálica e a posse de objetos (mercadorias e domínio do outro) ao lado do seu contexto socioeconômico possibilitam que eles busquem realizar esses ideais a partir da transgressão da lei jurídica. Podemos entender, então, que não necessariamente esta transgressão representa uma recusa da Lei, muito pelo contrário, é por terem inscrito a Lei e partilharem dos valores da rede simbólica e social na qual esta operação os inscreve, que eles procuram envolver-se com atos infracionais. Assim, concordamos com Freire Costa (2003) quando afirma que o fato de o sujeito desrespeitar as leis jurídicas não significa necessariamente uma falta de inscrição da Lei, sendo que o contrário também se sustenta, pois não podemos afirmar *a priori* que aquele que cumpre as leis jurídicas tenha uma inscrição simbólica da Lei.

No caso da prática de homicídios, embora estes possam ser uma forma de expressão dos valores sociais dominantes que atribuem à masculinidade dominadora e agressiva uma superioridade, seria precipitado afirmar que ocorre uma inscrição da Lei. Embora o ato de matar o outro esteja de acordo com o “etos guerreiro” valorizado no mundo do crime no qual estes adolescentes se inscrevem, e, portanto, também uma manifestação desta representação masculina hegemônica, a dominação do outro se exerce no concreto, deixando de ser somente uma ilusão. Ou seja, no ato de matar o outro, a ilusão de domínio sobre o outro se concretiza, pois o sujeito torna-se realmente capaz de controlar a sua existência.

Não poderia deixar de apontar aqui como as medidas socioeducativas e suas ações de transmissão consciente de limites e valores, baseada em uma concepção racionalista e exclusivamente pedagógica, acabam por desconsiderar a maioria dos aspectos subjetivos, afetivos e sociais envolvidos na prática de atos infracionais. A instituição socioeducacional de internação, com o seu sistema simplificado de trocas – no qual aquele que não se submete ao regime institucional é punido e aquele que se adequa ao regime é beneficiado progressivamente até a sua liberdade – aposta na mudança subjetiva pelo aprendizado de limites e de novas habilidades sociais e simplifica um fenômeno complexo, no qual se

encontram envolvidos uma multiplicidade de aspectos sociais, econômicos, jurídicos e subjetivos.

É necessário mencionar que o sistema socioeducacional mudou muito nos últimos anos, principalmente com a promulgação do ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente - o qual protege alguns direitos dos adolescentes que cometem atos infracionais. As violências físicas foram abolidas (embora as punições e os castigos continuem a existir), as instituições nas quais estes jovens são internados estão mais estruturadas e oferecem mais recursos e atividades pedagógicas, culturais e esportivas. Há também uma preocupação maior em formar redes com outros dispositivos sociais a fim de responsabilizar a rede social pelo atendimento destes jovens e uma tentativa de coibir a internação como medida de proteção, embora muitos juízes ainda sustentem esta prática. Mas entre todas essas conquistas, que nem sempre se efetivam na prática, o que chama a atenção é que mesmo com o ECA os princípios sobre os quais se assentam o sistema socioeducativo, continuam basicamente os mesmos. O entendimento que se tem deste jovem é que lhe faltaram limites, habilidades sociais e oportunidades adequadas ao seu desenvolvimento, e a socioeducação visa proporcionar ambos.

O livro *O dilema do decente malandro* (VIOLANTE, 1985), revela como os princípios socioeducativos continuam inalterados. A autora relata o dia-a-dia de jovens internados na FEBEM e de como suas subjetividades são afetadas por este contexto. O que chama a atenção é que embora relate o funcionamento de uma instituição socioeducativa da década de 1980, antes da instauração do ECA, ele apresenta uma realidade muito próxima do trabalho e dos jogos de poder presentes no CENSE, onde se originou o interesse desta pesquisa, excluindo-se os castigos físicos e as agressões que estes jovens sofriam. Deparar com esta similaridade foi o que possibilitou perceber que, embora tenham ocorrido mudanças nas medidas socioeducativas, seus princípios e suas ações continuam sendo as mesmas e, muitas vezes, não produzem o efeito subjetivo e a adesão moral esperada pela instituição, a não ser momentaneamente. Com suas demandas de escolarização, profissionalização e a transmissão de modelos subjetivos aceitos socialmente, o sistema socioeducacional acaba por impor a esses jovens a sua adaptação a uma ordem social vigente, mantendo a alienação a um saber e dificultando o questionamento do sujeito sobre seus atos infracionais e sobre a realidade. Saber do destino dos jovens que participaram desta pesquisa, bem como o de muitos que atendi durante o tempo em que trabalhei no CENSE, consolidou o questionamento do trabalho realizado pela socioeducação e do trabalho que pode ser realizado pelo psicanalista que nela se insere.

Algumas linhas de pensamento, principalmente dentro da psicologia e do direito, reforçam a idéia da prática de atos infracionais como provocado por uma configuração subjetiva especial, que recusa a Lei, culpabilizando o sujeito ou sua família pela sua condição, e encobrendo os discursos dominantes e alienantes que atuam nesta constituição subjetiva. Estas linhas de pensamento aceitam o modo dominante de explicar a marginalidade e a transgressão e produzem saberes que criam personagens antisociais, ao lado de intervenções para tratar e normatizar estes que são considerados anormais e (ou) transgressores. Esta produção de saberes – que encontra a causa das transgressões nas carências sociais, educacionais e psíquicas – acaba por justificar e legitimar as intervenções institucionais que visam à “reinserção” desta população.

Diante dessa realidade institucional, e principalmente da reincidência de adolescentes na prática de atos infracionais, realidade também vivenciada no CENSE, é necessário problematizarmos o trabalho que pode ser desenvolvido pelo psicanalista numa instituição socioeducativa, e quais são os limites deste trabalho. Cabe apontar que o fato de pertencer à instituição pode levar a inserção do psicanalista no jogo de poderes presentes nela. Uma vez fazendo parte deste jogo cabe a ele dar escuta aos laços que se formam dentro da instituição, percebendo como estes ocorrem e possibilitando um desvelamento e consequentemente um questionamento destes. Como um membro da equipe o psicanalista é demandado a cumprir funções e objetivos impostos pela instituição. Também aí é necessário tentar posicionar-se ética e politicamente a partir dos pressupostos da psicanálise, preservando a expressão de singularidades e questionando a homogenização que as especialidades apresentam sobre estes adolescentes. Ao lado disso, salientamos duas dificuldades que dizem respeito ao trabalho diretamente desenvolvido com os adolescentes dentro da instituição. A primeira consiste na falta de demanda de muitos deles para produzirem um saber sobre seus atos infracionais, de se implicarem nestes atos e, portanto, de se submeterem a um trabalho analítico. A ausência de demanda produz efeitos na relação transferencial estabelecida, o que não quer dizer necessariamente que ela não exista. Ela também é afetada pela dupla função que cabe ao psicanalista: o processo terapêutico e a elaboração de um relatório para o juiz. Diante deste contexto acreditamos na possibilidade de oferecer ao adolescente um espaço de escuta que permita o questionamento do sujeito implicado nos atos infracionais demarcando esta produção dentro do seu contexto disciplinar avaliativo. Pode-se tentar constituir uma avaliação conjunta, não só com a equipe profissional do CENSE mas com o próprio adolescente, possibilitando a sua implicação na construção de um saber sobre si e quem sabe levando a um questionamento do sujeito que aí se apresenta. Ainda, o trabalho do psicanalista

deve buscar a desalienação do sujeito dos discursos dominantes, questionar e possibilitar a elucidação dos processos inconscientes, valores, ideais e paradoxos compartilhados pela rede social e que atravessam o desejo do sujeito na tentativa de possibilitar uma mudança subjetiva.

O sistema socioeducativo acredita que a educação psicológica baseada na razão e a adaptação a modelos socialmente aceitos basta para transformar os jovens que cometeram atos infracionais e, dessa forma, ocasionar uma transformação em suas vidas. Pela via da educação psicológica busca-se o desenvolvimento de novas habilidades sociais e atributos que se acredita que os jovens não possuem e por isso teriam se envolvido com a criminalidade. Entretanto, nos remetemos novamente à Freire Costa (2003) quando aponta os limites da educação psicológica que se baseia na aquisição racional de conhecimentos a fim de promover uma mudança subjetiva e de atitude. Para o autor, os limites desta educação, e acrescente-se das ações socioeducativas, ocorrem na medida em que as configurações subjetivas e as ações que elas produzem operam na sua maioria associadas a processos e fantasias inconscientes e sob os quais a razão tem um efeito pequeno. A educação tal como é exercida pela socioeducação, não permite um questionamento dos limites da consciência e da razão, pois demanda a adequação aos modelos socialmente aceitos e que não perturbem a ordem social. Esta ação contribui para um ‘abafamento’ da singularidade do sujeito, impossibilita um questionamento sobre sua falta e os processos e ações que procuram tamponá-la, mantendo um sujeito alienado ao discurso dominante. Com essas ações, bem como pelo próprio enclausuramento a partir do qual a instituição de internação funciona, não é permitido ao jovem a constituição de um saber crítico e de uma ação política no sentido de se deparar com as falhas/faltas de sua realidade subjetiva e social.

É importante salientar aqui que não se trata de desconsiderar o processo educacional, e o trabalho da razão e da consciência, como um instrumento de mudança, muito pelo contrário, acredita-se que a educação pode possibilitar um questionamento desses jovens sobre sua realidade e sobre seus atos, e consequentemente realizar uma mudança subjetiva. A educação é capaz de possibilitar a formação de uma postura crítica da realidade, que permita a eles partilhar de um saber sem se alienar a ele, exercendo seus direitos e expressando suas singularidades. Entretanto, o problema é que a socioeducação trabalha de forma idealizada e exclusivamente com a ideia da educação como reduzida à razão, o que dificulta outras formas de exercício da educação. Acredita-se que essas outras formas educacionais, que consistam em auxiliar o sujeito a ressignificar sua história e sua realidade, podem possibilitar que ele

encontre formas para expressar suas vivências e sentimentos e principalmente possibilitar uma mudança no seu posicionamento subjetivo e talvez social.

REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de filosofia**. 5.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

ÁRIES, Philippe. **História social da família e da criança**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

BIRMAN, Joel. **Psicanálise, ciência e cultura**. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

BIRMAN, Joel. Arquivo da agressividade em psicanálise. **Natureza humana**, São Paulo, v. 8, n. 2, p. 357-379, dez. 2006. Disponível em: <http://pepsic.bvs-psi.org.br/pdf/nh/v8n2/v8n2a05.pdf>. Acesso em: 28 nov. 2009.

BOBBIO, Norberto. **Dicionário de Política**. 9.ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1997.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei Federal nº 8069 de 13 de julho de 1990, Brasília, DF, 1990.

BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do adolescente. **Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo**. Brasília: CONANDA, 2006.

CALLIGARIS, Contardo. A Sedução totalitária. In: ARAGÃO, Luis T. et al. **Clínica do Social - ensaios**. São Paulo: Escuta, 1991.

CALLIGARIS, Contardo. **A adolescência**. São Paulo: Publifolha, 2000.

CALLIGARIS, Contardo. Diferenças sexuais. **Correio da APPOA**, Porto Alegre, n.123, p.11-14, abr. 2004.

CALLIGARIS, Contardo. Clichês de vida e de morte. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 29 out. 2009. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq2910200926.htm>. Acesso em: 16 nov. 2009.

CARRETEIRO, Teresa Cristina. Sofrimentos sociais em debate. **Psicologia USP**, São Paulo, v. 14, n. 3, p. 57-72, 2003. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-65642003000300006&script=sci_arttext&tlng=pt. Acesso em: 15 jan. 2010.

CASTRO, Ana Luiza de Souza; GUARESCHI, Pedrinho Arcides. Adolescentes autores de atos infracionais: processos de exclusão e formas de subjetivação. **Revista de Psicologia Política**, v. 7, n. 13, 2007. Disponível em: <http://www.fafich.ufmg.br/rpp/seer/ojs/viewarticle.php?id=28&layout=html>. Acesso em: 25 jan. 2010.

CASTRO, Jorge Abrahão; AQUINO, Luseni Maria C.; ANDRADE, Claudia Coelho. (Org.) **Juventude e Políticas Sociais no Brasil**. Brasília: Ipea, 2009.

CECCARELLI, Paulo Roberto. Mal-estar na identificação. **Boletim de Novidades da Livraria Pulsional**, São Paulo, n. 93, p. 37-46, 1997.

CECCARELLI, Paulo Roberto. A construção da masculinidade. **Percurso**. São Paulo. v. 19, p. 49-56, 1998.

CECCHETTO, Fátima Regina. **Violência e estilos de masculinidade**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

COIMBRA, Cecília; BOCCO, Fernanda; NASCIMENTO, Maria Livia. Subvertendo o conceito de adolescência. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 57, n. 1, p. 2-11, jun. 2005.

COUTINHO, Luciana Gageiro. A adolescência na contemporaneidade: ideal cultural ou sintoma social. **Pulsional Revista de Psicanálise**, São Paulo, v. 17, n. 181, p. 13-19, mar. 2005. Disponível em: http://www.editoraescuta.com.br/pulsional/181_02.pdf. Acesso em: 13 set. 2009.

DUMONT, Louis. **O individualismo: uma perspectiva antropológica da sociedade moderna**. Rio de Janeiro: Rocco, 1985.

ENDO, Paulo. Criação e Destruição. **Mente e Cérebro. O olhar adolescente: Espelhos da Sociedade**, São Paulo – circulação nacional, n. 4, p. 62-69, mar. 2007.

ERIKSON, Erik. **Identidade, juventude e crise**. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

FÉDIDA, Pierre. De l'impression du rêve. In: MESOT, H. **Des interprétations du rêve: Psychanalyse, Herméneutique, Daseinsanalyse**. Paris: PUF, 2001. p. 5-251.

FREIRE COSTA, Jurandir. **Violência e psicanálise**. 3.ed. Rio de Janeiro: Graal, 2003.

FREUD, Sigmund. Tres ensayos para una teoria sexual [1905]. In: _____. **Obras Completas**. Madrid: Editorial Biblioteca Nueva, 1973. v. II, p. 1169-1237.

FREUD, Sigmund. La dinámica de la transferencia [1912]. In: _____. **Obras Completas**. Madrid: Editorial Biblioteca Nueva, 1973. v. II, p. 1648-1653.

FREUD, Sigmund. Totem y tabu [1912-13]. In: _____. **Obras Completas**. Madrid: Editorial Biblioteca Nueva, 1973. v. II, p. 1745-1850.

FREUD, Sigmund. Introducción al narcisismo [1914]. In: _____. **Obras Completas**. Madrid: Editorial Biblioteca Nueva, 1973, v. II, p. 2017-2034.

FREUD, Sigmund. Duelo y Melancolia [1917]. In: _____. **Obras Completas**. Madrid: Editorial Biblioteca Nueva, 1973, v. II, p. 2091-2100.

Freud, Sigmund. Psicología de las masas y analisis del “yo” [1921]. In: _____. **Obras Completas**. Madrid: Editorial Biblioteca Nueva, 1973, v. III, p. 2563-2610.

FREUD, Sigmund. Psicoanálisis y teoria de la libido [1922]. In: _____. **Obras Completas**. Madrid: Editorial Biblioteca Nueva, 1973. v. III, p. 2661-2676.

FREUD, Sigmund. El yo y el ello [1923]. In: _____. **Obras Completas**. Madrid: Editorial Biblioteca Nueva, 1973. v. III, p. 2701-2728.

FREUD, Sigmund. La disolución del complejo de Edipo [1924]. In: _____. **Obras Completas**. Madrid: Editorial Biblioteca Nueva, 1973, v. III, p. 2748-2751.

FREUD, Sigmund. El malestar en la cultura [1930]. In: _____. **Obras Completas**. Madrid: Editorial Biblioteca Nueva, 1973, v. III, p. 3017-3067.

FREUD, Sigmund. El porque de la guerra [1932]. In: _____. **Obras Completas**. Madrid: Editorial Biblioteca Nueva, 1973, v. III, p. 3207-3215.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles; FRANCO, Francisco Manoel de Mello. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

KEHL, Maria Rita. A impostura do macho. **Revista da associação psicanalítica de Porto Alegre**, Porto Alegre, n. 27, p. 90-102, 2004.

LACAN, Jacques. O estágio do espelho como formador da função do eu [1949]. In: **Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

LACAN, Jacques. **O seminário. Livro 5: As formações do inconsciente [1957-58]**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

LACAN, Jacques. **O seminário. Livro 17: O avesso da psicanálise [1969-70]**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992.

LAPLANCHE, Jean; PONTALIS, Jean-Bertrand. (Org.) **Vocabulário de Psicanálise**. 4.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

LAQUEUR, Thomas. **Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

MACHADO, Lia Zanotta. Masculinidades e violências: gênero e mal-estar na sociedade contemporânea. In: SCHPUN, Monica Raisa. (Org). **Masculinidades**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

MARIN, Isabel da Silva Kahn. **Violências**. São Paulo: Escuta, 2002.

MARIN, Isabel da Silva Kahn. Violência e transgressão: interrogando a adolescência. **Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental**, São Paulo, v. 6, n.3, p. 94-109, set. 2003.

MATHEUS, Tiago Corbisier. Quando a adolescência não depende da puberdade **Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental**, São Paulo, v. 11, n. 4, p. 616-625, dec. 2008.

MEZAN, Renato. **Escrever a clínica**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1998.

MEZAN, Renato. **Psicanálise e Pós-Graduação: Notas, Exemplos, Reflexões**. Manuscrito-não publicado, 1999.

MEZAN, Renato. **Interfaces da Psicanálise**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

MORAES, Pedro Rodolfo Bodê de. **Juventude, Medo e violência**. In: CICLO DE CONFERÊNCIAS DIREITO E PSICANÁLISE – NOVOS E INVISÍVEIS LAÇOS SOCIAIS. Centro de estudos em segurança pública e direitos humanos – UFPR. Curitiba, 2004. Disponível em: http://www.ipardes.gov.br/pdf/cursos_eventos/governanca_2006/gover_2006_01_juventude_medo_pedro_bode.pdf. Acesso em: 26 jun. 2008.

MORIN, Edgar. **Educar na era planetária: o pensamento complexo como método de aprendizagem no erro e na incerteza humana**. São Paulo: Cortez, 2003.

NOVINSKY, Ilana. et. al. **Investigação em Psicanálise: Ontologia e Intolerância**. In: SEMINÁRIO INTERNO DO LEI. São Paulo: CEPI- Centro de Estudos sobre Psicanálise Intolerância, 2005. Disponível em: <<http://www.rumoatolerancia.fflch.usp.br/node/713>>. Acesso em: 22 mai. 2008.

PARANÁ. Instituto de Ação Social do Paraná. **Cadernos do Iasp: Compreendendo o adolescente**. Paraná: Imprensa oficial do Paraná, 2006a.

PARANÁ. Instituto de Ação Social do Paraná. **Cadernos do Iasp: Práticas de socioeducação**. Paraná: Imprensa oficial do Paraná, 2006b.

PELLEGRINO, Hélio. Quem são os delinquentes? **Folha de São Paulo**, São paulo, 30 jul. 1986.

PELLEGRINO, Hélio. Pacto edípico e pacto social. In: Py, L. A. **Grupo sobre grupo**. Rio de Janeiro: Rocco, 1987a.

PELLEGRINO, Hélio. Édipo e a paixão. In: NOVAES, Adauto. (Org.) **Os sentidos da paixão**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987b.

POLI, Maria Cristina. Pesquisa em Psicanálise. **Revista da Associação Psicanalítica de Porto Alegre**, Porto Alegre, v. 29, p. 42-47, 2005.

QUINET, Antonio. **A ciência psiquiátrica nos discursos da contemporaneidade**. Disponível em: http://www.estadosgerais.org/historia/161-a_ciencia.shtml. Acesso em: 20 dez. 2009.

RAMÍREZ, José Fernando Ossa. Alternativas de Identificación. Una revisión de tema. **Revista Científica Guillermo de Ockham**, v. 5, n. 2, p. 23-52, jul.-dez. 2007.

RODRIGUES, Ana Cabral et al. Psicanálise, saber e conhecimento. **Revista do Departamento de Psicologia**, UFF [online], 2005, Niterói, v. 17, n. 2. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-80232005000200009&script=sci_arttext>. Acesso em: 22 Maio 2008.

ROSA, Miriam Debieux. Adolescência: da cena familiar à cena social. **Psicologia USP**, São Paulo, v. 13, n. 2, p. 227-241, 2002. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-65642002000200013&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 20 jun. 2009.

ROSA, Miriam Debieux. A pesquisa psicanalítica dos fenômenos sociais e políticos: metodologia e fundamentação teórica. **Revista Mal-Estar e Subjetividade**, Fortaleza, v. 4, n. 2, p. 329-348, set. 2004.

ROSA, Miriam Debieux; VICENTIN, Maria Cristina; CATROLI, Viviani S. Viver em tempos sombrios: a experiência e os laços com os contemporâneos. **Psicologia em Revista**, Belo Horizonte, v. 15, n. 1, p. 51-68, abr. 2009.

SILVA JUNIOR, Nelson. "Who's there?": A desconstrução do intérprete segundo a situação psicanalítica. **Revista Ide**, São Paulo, v. 30, n. 44, p.25-31, jun. 2007.

SOUZA, Mériti. **A experiência da lei e a lei da experiência: ensaios sobre práticas sociais e subjetividades no Brasil**. Rio de Janeiro: Revan; São Paulo: FAPESP, 1999.

VIOLANTE, Maria Lucia Vieira. **O dilema do decente malandro**. 4.ed. São Paulo: Cortez, 1985.

WINNICOTT, Donald W. **Privação e delinquência**. 4.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

ZALUAR, Alba. Um debate disperso: violência e crime no Brasil da redemocratização. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 13, n. 3, jul./set. 1999.

ZALUAR, Alba. Violência, cultura e poder. In: CECCHETTO, Fátima Regina. **Violência e estilos de masculinidade**. Rio de janeiro: Editora FGV, 2004. Prefácio, p.7-34.

APÊNDICE A - ROTEIRO PARA ENTREVISTA

I - Dados Pessoais:

Nome: _____ Idade _____ Sexo _____
Estado Civil: _____

II - Configuração familiar:

- Com quem você morava antes de vir para a Cense? Tem uma família? Quantos irmãos? Os pais estão presentes? O que fazem?

- Como era a relação com a sua mãe? E com o seu pai? (Caso não tenha tido contato com pais) Como era sua relação com os responsáveis pela sua criação? E com seus irmãos, como era sua relação?

- Como está sua família agora? Tem contato com eles? Recebe visitas? De quem?

III – Trajetória de Vida

- Como era sua vida antes de vir para o Cense? Quem eram seus amigos? Frequentava escola? Tinha emprego? Como se divertia? Tinha namorada?

- Quais os atos que você cometeu que o trouxeram para o Cense e o colocaram em situação de privação de liberdade? Quando começou a cometer esses atos você percebia que eles eram considerados delitos e que poderia receber punição por eles? Caso positivo, o que o levou a continuar a realizar esses atos?

- Quais as punições que você recebeu por essas ações? O que pensa e sente sobre essas punições?

- Como você começou a cometer atos que são considerados infracionais? O que você sente que te mobiliza para realizar essas ações consideradas transgressivas? Se pudesse deixaria de praticar essas ações ou não?

- Você começou a cometer esses atos só ou na companhia de alguém? Você pertencia a algum grupo que realizava atos infracionais? Como é esse grupo e as pessoas que faziam parte dele? Existem regras nesse grupo e quais são elas? Você considera essas regras melhores ou piores em relação as regras da sociedade?

- Comente o que você pensa sobre as regras sociais que definem os atos infratores e as punições para eles.

IV – Cotidiano no Cense

- Como é a sua rotina aqui no Cense? O que você faz, quais suas atividades? Quais as normas e as regras da instituição?
- Como você sente sua vida aqui no Cense? Acredita que essa passagem por essa instituição mudou sua forma de pensar e de sentir em relação as normas e leis da sociedade?
- Quais sugestões você têm para mudar as atividades no Cense? Quais sugestões você têm para criar um lugar de atendimento aos adolescentes que cometem atos infracionais?
- Você tem amigos aqui no Cense? Como é a relação de vocês? Existem normas e regras para o funcionamento desse grupo de amigos aqui no Cense?
- Você tem sugestões para diminuir o número de adolescentes envolvidos em atos infracionais?

V – Expectativas de Vida

- Se pudesse voltar atrás no tempo, com os conhecimentos atuais que tem, você mudaria as decisões que tomou? Por que ?
- Comente sobre suas expectativas de vida. O que pretende fazer quando deixar o Cense?

APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO I

Eu, _____, RG _____, declaro, por meio deste termo, que concordei em participar na pesquisa referente ao projeto intitulado “A inscrição da Lei na constituição subjetiva de adolescentes cumprindo medida socioeducativa”, desenvolvido no Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Fui informado, ainda, de que a pesquisa é realizada por Carolina Esmanhoto Bertol, a quem poderei contatar a qualquer momento que julgar necessário através do telefone 0xx413604-0595 ou e-mail carolbertol@yahoo.com.br.

Afirmo que aceitei participar por minha própria vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro e com a finalidade exclusiva de colaborar para a realização da pesquisa. Fui informado que a pesquisa tem por objetivo geral analisar a relação entre a prática de atos infracionais realizados por adolescentes que se encontram cumprindo medidas socioeducativas e as representações de lei que esses adolescentes elaboram. De forma específica, se pretende compreender o que adolescentes que cometem atos infracionais sentem, pensam e representam sobre a lei jurídica formal e, como eles vivenciam e internalizam a experiência com essa lei.

A pesquisa prevê a realização de entrevistas com adolescentes que cometeram atos infracionais. As mesmas serão gravadas em áudio, sendo que nomes ou quaisquer dados que possam lhes identificar não serão usados. A pesquisa não trará riscos ou desconfortos, mas espera-se trazer benefícios para o sistema socioeducativo. Este estudo é necessário para fundamentar a prática profissional no atendimento psicológico aos adolescentes em conflito com a lei e produzir conhecimentos que possam contribuir com as ações desenvolvidas nos programas socioeducativos.

Fui também esclarecido de que os usos das informações por mim oferecidas estão submetidos às normas éticas destinadas à pesquisa envolvendo seres humanos, da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP) do Conselho Nacional de Saúde, do Ministério da Saúde. Minha colaboração será realizada através da concessão de entrevistas e o acesso aos dados coletados será realizado pela pesquisadora principal - Carolina Esmanhoto Bertol - e/ou pela pesquisadora responsável - Profa. Dra. Mériti de Souza. Estou ciente de que, caso eu tenha dúvida ou me sinta prejudicado/a, poderei contatar a pesquisadora principal ou a pesquisadora responsável.

Conforme recomendações da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa o pesquisador principal da pesquisa me ofertou uma cópia assinada deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Também foi garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade ou interrupção de meu acompanhamento.

Curitiba, _____, (data)_____

Assinatura Participante

Assinatura Pesquisador Principal – Carolina E. Bertol

Assinatura Pesquisador Responsável – Mériti de Souza

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO II

Eu, _____, RG _____, responsável legal por _____, declaro, por meio deste termo que concordei com a sua participação na pesquisa referente ao projeto intitulado “A inscrição da Lei na constituição subjetiva de adolescentes cumprindo medida socioeducativa”. Fui informado/a, ainda, de que a pesquisa é desenvolvida por Carolina Esmanhoto Bertol, aluna do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), a quem poderei contatar a qualquer momento que julgar necessário através do telefone 0xx413604-0595 ou e-mail carolbertol@yahoo.com.br.

Afirmo que concordei com a participação do adolescente por minha própria vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro e com a finalidade exclusiva de colaborar para a realização da pesquisa. Fui informado/a que a pesquisa tem por objetivo geral analisar a relação entre a prática de atos infracionais realizadas por adolescentes que se encontram cumprindo medidas sócio-educativas e as representações de lei que esses adolescentes elaboram. De forma específica, se pretende compreender o que adolescentes que cometem atos infracionais sentem, pensam e representam sobre a lei jurídica formal e, como eles vivenciam e internalizam a experiência com essa lei.

A pesquisa prevê a realização de entrevistas com adolescentes que cometeram atos infracionais. As mesmas serão gravadas em áudio, sendo que nomes ou quaisquer dados que possam lhes identificar não serão usados. A pesquisa não trará riscos ou desconfortos, mas espera-se trazer benefícios para o sistema socioeducativo. Este estudo é necessário para fundamentar a prática profissional no atendimento psicológico aos adolescentes em conflito com a lei e produzir conhecimentos que possam contribuir com as ações desenvolvidas nos programas socioeducativos.

Fui também esclarecido/a de que os usos das informações oferecidas pelo participante estão submetidos às normas éticas destinadas à pesquisa envolvendo seres humanos, da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP) do Conselho Nacional de Saúde, do Ministério da Saúde. A colaboração do participante será realizada através da concessão de entrevistas e o acesso aos dados coletados será realizado pela pesquisadora principal – Carolina Esmanhoto Bertol- e/ou pela pesquisadora responsável – Profa. Dra. Mériti de Souza. Estou ciente de que, caso eu tenha dúvida ou me sinta prejudicado/a, poderei contatar a pesquisadora principal ou a pesquisadora responsável.

Conforme recomendações da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa o pesquisador principal da pesquisa me ofertou uma cópia assinada deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Também foi garantido que posso retirar esse consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade ou interrupção do acompanhamento do adolescente.

Curitiba, _____, (data)_____

Assinatura do responsável legal – Diretor do CENSE Fazenda Rio Grande

Assinatura Pesquisador Principal – Carolina E. Bertol

Assinatura Pesquisador Responsável – Mériti de Souza